



ANAIIS DO III ENCONTRO DE PESQUISA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio Cultural e
Sociobiodiversidade

SECRETARIA DE
CULTURA



GOVERNO DO
PARÁ



Atribuição-Não Comercial - CC BY-NC

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada e fonte e para fins não comerciais.

As ideias contidas nos trabalhos, bem como sua elaboração e revisão textual, são de inteira responsabilidade dos autores. O conteúdo dos trabalhos não expressa, necessariamente, a opinião dos organizadores do evento.

Supervisão – Ângela Sanches Leão e Cílene Nabiça

Projeto gráfico – ASCOM

Diagramação – Henrique de Oliveira Nascimento

Revisão textual – Comissão Organizadora dos Anais

Catálogo na fonte pelo Bibliotecário responsável: Miquéias Costa de Farias - CRB-2 / 1310

ENCONTRO DE PESQUISA EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 3., 2025, Belém, PA.
Anais do III Encontro de Pesquisa e Patrimônio Cultural: patrimônio cultural e sociobiodiversidade [recurso eletrônico] / Secretaria de Cultura do Estado do Pará, Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. – Belém, PA: SECULT/DPHAC, 2024.

1 recurso online (número total de páginas): il.

Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-65-89017-26-4

1. Patrimônio cultural – Congressos.
 2. Sociobiodiversidade – Congressos.
 3. Cultura – Pará.
- I. Secretaria de Cultura do Estado do Pará.
II. Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.
III. Título.

Contato:

Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT) - Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) - Educação Patrimonial

E-mail: secult.dphac@gmail.com

Telefone: (91) 3252 - 8620

Endereço: Av. Nª Sra. de Nazaré, nº 166 - Nazaré, Belém - PA, 66035 - 445.

III ENCONTRO DE PESQUISA EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio e Sociobiodiversidade
04 a 07 de novembro de 2024

LOCAL DO ENCONTRO

Memorial Palacete Faciola
Av. Nª Sra. de Nazaré, nº 166 - Nazaré, Belém -
PA, 66035 - 445

Museu do Estado do Pará (MEP)
Praça Dom Pedro II, s/n - Cidade Velha, Belém -
PA, 66020 - 240

REALIZAÇÃO

Secretaria de Cultura do Estado do Pará
(SECULT)
Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico
e Cultural (DPHAC)

APOIO CULTURAL

Amazônia Arqueologia
Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA)
Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico
Nacional (IPHAN/PA)

Governador do Estado do Pará
Helder Barbalho

Vice-governadora do Estado do Pará
Hana Ghassan Tuma

Secretária de Estado de Cultura
Ursula Vidal

Secretário Adjunto
Bruno Chagas

Diretor de Patrimônio
Helder Moreira

Departamento de Patrimônio Histórico,
Artístico e Cultural
Rebeca Ferreira Ribeiro

COMISSÃO ORGANIZADORA DOS ANAIS

Ângela Sánchez Leão - Técnica em Gestão
Cultural/DPHAC
Cilene Nabiça - Técnica em Gestão Cultural/DPHAC
Frida Chagas Galvão - Estagiária História/DPHAC

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Cláudia dos Santos da Silva (MPEG)
Ângela Sánchez Leão (DPHAC)
Cilene Nabiça (DPHAC)
Cristina do Socorro Fernandes de Senna (MPEG)
Éden Moraes da Costa (DPHAC)
Iaci Iara Cordovil de Melo (DPHAC)
Lúcia das Graças Santana da Silva (MPEG)
Maria das Graças Santana da Silva (MPEG)
Paulo Roberto do Canto Lopes (SIMM)
Rosa Maria Lourenço Arraes (FUMBEL)

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Ana Cláudia dos Santos da Silva
Ângela Sánchez Leão
Cilene Nabiça
Cristina do Socorro F. de Senna
Dyandra Shirley Santana Diniz
Éden Moraes da Costa
Frida Chagas Galvão
Iaci Iara Cordovil de Melo

José Eduardo Canuto Aleixo
Kelton Lima Monteiro Mendes
Lúcia das Graças Santana da Silva
Maria das Graças Santana da Silva
Paulo Roberto do Canto Lopes
Rafaela Geovana Lima Mendes
Rosa Maria Lourenço Arraes
Santiago Maciel Monteiro

SUMÁRIO

1 Apresentação.....	6
2 A Cultura Amazônica e a Neuroarquitetura como Ferramentas de Inclusão: Um estudo de caso da sala dos estudantes da FAU-UFPA.....	11
3 A Educação Patrimonial como Subsídio para a Preservação do Patrimônio Ferroviário na Amazônia.....	23
4 A Importância da Educação Patrimonial Relacionada aos Sambaquis Costeiros do Município de Quatipuru-PA.....	33
5 A Resiliência Cultural da Vila das Criolas no Contexto da Sociobiodiversidade: Caminhos para etnoconservação e memória.....	45
6 Acessibilidade Cognitiva e Patrimônio: Hospital Bettina Ferro de Souza.....	60
7 Acessibilidade do Patrimônio Hospitalar: O Hospital Bettina Ferro de Souza sob a ótica da arqueologia da arquitetura.....	76
8 Apontamentos de Acessibilidade Cognitivo-sensorial na Contemporaneidade do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza.....	90
9 As Mulheres da Música na Belém do Fin de Siècle (1870-1920).....	102
10 Atividades Ecopedagógicas para a Conservação da Biodiversidade: O caso do gato-maracajá (<i>Leopardus wiedii</i>).....	114
11 Descobrimos Iconografias: Educação patrimonial com crianças no Parque Cemitério da Soledade.....	124
112 Dinâmicas Ambientais e a Percepção dos Habitantes na Reserva Extrativista Marinha de Mãe Grande de Curuçá-PA.....	138
13 Dinâmicas Participativas de Produção do Mapa Mental entre Raízes de Referências Culturais.....	147
14 Estaleiros Artesanais Informais da Região das Ilhas do Município de Abaetetuba/PA: Vulnerabilidade e resistência.....	164
15 Gestão do Patrimônio Arqueológico no Sistema Integrado de Museus e Memoriais: Memória, acessibilidade, colaboração e extroversão.....	181
16 História, Memória, Gênero, Justiça Climática e Direitos Humanos na Amazônia: O caso da bacia hidrográfica do Mata Fome, Tapanã, Belém-Pa.....	196
17 Histórias de Visagens e Apropriações Populares do Patrimônio – O caso dos teatros belenenses.....	208
18 Inclusão: Um olhar e uma aceitação.....	226

19 Inclusão e Valorização da Cultura Surda: Para o município do Acará.....	238
20 O Levantamento nos Prédios Históricos como Elemento de Preservação.....	248
21 O Modo de Vida dos Sambaquianos: Relações ambientais e os aspectos colaborativos.....	261
22 O Parque Natural Municipal de Castanhal como Mecanicismo para Educação Ambiental e Patrimonial à Luz da Lei Estadual nº 9.981/23.....	276
23 Patrimônio, Memória e Expressão Artística no Túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros no Cemitério de Santa Isabel em Belém-PA.....	288
24 Portos da Orla Sul de Belém: Vida urbana e acessibilidade.....	301
25 Problematizando a História dos Soldados da Borracha: O ensino da Amazônia a partir das práticas pedagógicas no componente de Estudos Amazônicos.....	318
26 Saber-fazer que Flutua: Até quando o imaginário ribeirinho navegará pelos rios da Amazônia?.....	342
27 Tessitura da Memória Neogótica: Uma análise sobre o emprego do neogótico na arquitetura sacra paraense.....	357

APRESENTAÇÃO

A história de ocupação amazônica recente tem se desenvolvido através da implantação de grandes projetos, requalificações urbanas do patrimônio histórico, macrodrenagens, implantação de conjuntos habitacionais, projetos de abertura das orlas, entre outras ações do poder público, do mercado imobiliário e de empresas multinacionais, cujo diálogo com a sociedade e observação de peculiaridades locais ainda representam um movimento embrionário. Adotando soluções padronizadas e de características de outras regiões ou países, estes projetos não raro contribuem para a fragmentação ou dissolução de sociabilidades e modos de vida que, quer no meio rural ou urbano, compõem a relação ancestral do homem com elementos como a água, o território, a floresta e a comunidade, assim como a espiritualidade e sobrevivência que lhes são intrínsecas.

Diante de uma conjuntura mundial extrema que ameaça a sociedade e a natureza gerando grandes conflitos e incertezas, torna-se vital ampliarmos nossos entendimentos acerca do Patrimônio Cultural e Natural e das nossas responsabilidades com relação ao permanente direito à vida e aos espaços de suas representações, identidades e memórias. Compreender Patrimônio numa dimensão ambiental, reconfigura nossas relações com todas as diversidades, pois a valorização das culturas só acontece quando se respeita e preserva os espaços vitais das relações humanas e as diversidades, nos encontros entre seres, em seus processos de produção e troca de conhecimento.

É nesse cenário que o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC, unidade componente da Secretaria de Estado de Cultura – SECULT, responsável pela política de pesquisa, comunicação e salvaguarda do Patrimônio Cultural e Ambiental paraense, que compreende a área de Patrimônio Cultural como um campo de saberes de caráter multidisciplinar e a Educação Patrimonial enquanto práticas políticas pautadas na construção de consciências críticas e reflexivas em torno da proteção e preservação do patrimônio material e imaterial do Estado do Pará, propôs a criação de um evento periódico para estudantes/pesquisadores do ensino superior e produtores culturais independentes que inspirem e conpirem favoravelmente à aquisição e troca de conhecimentos através das comunicações dos resultados de suas pesquisas.

Apresentamos a proposta de criação do **Encontro de Pesquisa em Patrimônio Cultural**, onde a pesquisa acadêmica é o foco e o pesquisador, o intelectual orgânico, comprometido com a construção de um conhecimento crítico e reflexivo que busque respostas

e soluções possíveis para problemas cotidianos. Para dar densidade ao encontro, alinhamos patrimônio cultural à dimensão ambiental, onde trabalhamos o conceito de sociobiodiversidade, como tema necessário, diante da iminente emergência climática e seus agravantes, nos exigindo uma compreensão ampliada de patrimônio enquanto bem maior que envolve totalidades e diversidades de vidas e nos situa numa nova compreensão de pertença irrestrita, referente as existências e coexistências da vida, das culturas humanas e da natureza, despertando assim, consciências, comprometimentos e pertencimentos planetários.

Ao envolver Patrimônio Cultural e Patrimônio Ambiental, a sociobiodiversidade manifesta-se como parte abrangente de um mesmo processo, onde vida e cultura se encontram em suas muitas dimensões, seja resistindo ao ser guardada na memória dos povos, em seus territórios e seus saberes tradicionais inseridos em vários ecossistemas planetários, seja estabelecendo relações próprias de costumes e usos de recursos naturais. Compreendemos que o Patrimônio Cultural tem sua dimensão ampliada na sociobiodiversidade, em um conceito de cultura não dicotômica da natureza, considerando que a importância da preservação ambiental, da valorização dos saberes locais e de seus ecossistemas culturais é vital para a construção de políticas públicas de preservação do Patrimônio Humano e da vida do planeta.

É com essa perspectiva que pensar na totalidade da cultura paraense e na diversidade da natureza é ter nos seus espaços/lugares de acontecimentos, geradores de representações, inspirações, criações, construções e expressões, referências para compreender os fenômenos e eventos que carregam identidades locais e globais e que tanto dizem sobre a existência de todas as sociedades.

Com o propósito de promover um espaço de debate e criação de uma rede de cooperação interinstitucional, o III Encontro de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Sociobiodiversidade, foi realizado no período de 04 à 07 de novembro de 2024, no Centro Cultural Palacete Faciola em Belém/PA, tendo como parceiros o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, o Museu do Estado do Pará - MEP/SECULT, o Museu Casa Palacete Bolonha, o Fórum de Museus da Amazônia, além de apoio cultural da empresa Amazônia Arqueologia, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O evento foi composto de palestras, mesas redondas e sessões temáticas com inscrições gratuitas e aberta ao público em geral, tendo as submissões de comunicações feitas pelo envio de paper de até 15 páginas para compor este e-book de Anais do evento. As

Sessões Temáticas envolveram cinco linhas de pesquisa: Patrimônio Cultural Ambiente e Sociobiodiversidade, Patrimônio Cultural e Relações Bioculturais, Patrimônio Cultural Acessibilidade e Inclusão, Educação Patrimonial, Ambiental e Participação Social e Patrimônio Cultural e Linguagens. A avaliação dos trabalhos inscritos nas áreas temáticas propostas exigiu que as pesquisas pudessem estar ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU - proposta de desenvolvimento que visa a atenção em pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

Os principais objetivos do III Encontro de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Sociobiodiversidade, foram: fomentar a produção acadêmica tendo como temas geradores: Patrimônio Cultural, Patrimônio Humano e Patrimônio Ambiental; estimular o interesse de estudantes do ensino superior e de produtores culturais independentes pela produção de pesquisas no Campo do Patrimônio Cultural; promover a Educação Patrimonial e Ambiental como procedimento metodológico necessário para sensibilizar e conscientizar o grande público sobre a importância de lugares, objetos e manifestações que contam a história, a memória e os afetos de nosso povo, expressos através da sua diversidade cultural.

O encontro, teve como resultado uma abrangência substancial de temas no Campo do Patrimônio, compilados através da publicação destes Anais, possibilitando ao grande público uma maior comunicação das pesquisas envolvidas e uma importante memória do evento .

Foram apresentados artigos de grande relevância para o Patrimônio Cultural Paraense, sendo abordadas temáticas diversas, como: a necessidade de termos uma arquitetura que promova a acessibilidade e a inclusão que vai além da questão física, abrangendo a questão cultural e sensorial, que são fundamentais para o bem-estar e sentimento de pertença em relação aos espaços culturais patrimonializados ou de interesse à preservação e a valorização das culturas amazônicas.

Em se tratando de acessibilidade destacou-se a importância da acessibilidade cognitiva para a compreensão e locomoção de pessoas em espaços patrimoniais. Baseando-se nos conceitos da psicologia ambiental e da neurociência e em novos estudos sobre arqueologia da arquitetura. Para tanto, é necessário atentar aos novos usos de espaços e aos novos contextos históricos a eles relacionados.

Destacaram-se, também, as pesquisas arqueológicas sobre gestão do Patrimônio Arqueológico e elaboração de plano de gestão e processos de restauro, a necessidade de se manter um caráter colaborativo junto às comunidades e garantir a difusão e acessibilidade dos

resultados das pesquisas. A importância fundamental da realização de ações educativas para a salvaguarda do Patrimônio Cultural foi outro tema em evidência em vários trabalhos.

Outra questão foi a trajetória dos inventários participativos no Brasil desde a década de 1930 até os dias atuais, destacando-se o ano de 2000, em que o IPHAN consolidou o Inventário Participativo como uma metodologia fundamental para o reconhecimento dos bens imateriais, ao envolver as comunidades na identificação destes bens.

Houve também um debate importante relativo à importância da geografia e sua relação com ações educativas para a valorização do Patrimônio Cultural/Ambiental.

Sobre comunidades tradicionais e/ou extrativistas estiveram presentes no encontro quilombolas, indígenas e/ou ribeirinhos, onde foram discutidas a necessidade de valorização das memórias destas comunidades, principalmente da memória biocultural e a conservação de paisagens e espécies da flora e da fauna Amazônica.

O Saber-Fazer dos mestres carpinteiros navais e dos mestres abridores de letras nas embarcações amazônicas, foi outro tema de extrema relevância devido à ameaça à transmissão desses saberes às novas gerações.

A origem e os impactos da ocupação urbana desordenada em locais como o Igarapé Mata-fome, localizado no bairro do Tapanã que resultou na remoção de vegetação natural, erosão das margens e assoreamento do leito do Igarapé e a exposição dos moradores à condições insalubres.

Diante de todas estas questões levantadas nos artigos destes anais, a educação ambiental emerge como ferramenta fundamental para fomentar a conscientização e a cidadania ativa na luta diária pelo bem viver.

Além destas temáticas tivemos trabalhos relacionados à Arquitetura neogótica como linguagem recorrente nas edificações sacras, na cidade de Belém. As práticas de educação patrimonial que buscam ressignificar o Cemitério da Soledade após passar pelo processo minucioso de seu restauro - através da educação museal e sua produção de material didático, como o da criação de um “Passaporte Iconográfico” que envolveu o público infantil em valiosas experiências lúdicas. O processo de reapropriação cultural no Teatro da Paz por seus trabalhadores ao longo da história em que emergiu o imaginário fantasmagórico do teatro, uma pesquisa que enlaça monumentos e pessoas. Ainda tivemos a importância de se protagonizar ações de proteção junto aos Sambaquis de Quatipuru. Sobre o ensino de História

da Amazônia, propõe uma nova maneira de ensinar a partir dos Soldados da Borracha, no intuito de mostrar aos alunos como a história da região está ligada a eventos mundiais. Enquanto, a Arte Cemiterial através do túmulo de personalidades da *Belle Époque* paraense, advindo de uma análise iconográfica das simbologias da morte, tanto em termos estéticos quanto socioculturais.

Foram diversas as temáticas contempladas neste encontro que nos deixou várias preocupações, pois vimos a necessidade de se formar uma rede colaborativa permanente para a criação de novas políticas públicas para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Paraense.

Comissão Organizadora dos Anais

Ângela Sánchez Leão

Cilene Nabiça

Frida Chagas Galvão

A CULTURA AMAZÔNICA E A NEUROARQUITETURA COMO FERRAMENTAS DE INCLUSÃO: UM ESTUDO DE CASO DA SALA DOS ESTUDANTES DA FAU-UFPA

Maria Helena de Souza de Vilhena¹

Laryssa Cristina Farias Coelho²

Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo³

RESUMO

O projeto da Sala dos Estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolvido na disciplina de Arquitetura de Interiores, exemplifica como a neuroarquitetura pode integrar elementos culturais, promovendo acessibilidade e inclusão. O foco vai além da acessibilidade física, abordando inclusão cultural e sensorial, fundamentais para o bem-estar e o pertencimento dos usuários.

Sob o prisma da neuroarquitetura, do patrimônio cultural e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, esta pesquisa analisa como a valorização da cultura amazônica no projeto pode atuar como ferramenta de inclusão. O estudo busca compreender o impacto de elementos culturais na percepção dos usuários, promovendo bem-estar (ODS 3), aprendizado (ODS 4) e equidade cultural (ODS 10). A pesquisa, de abordagem qualitativa e interdisciplinar, fundamenta-se em bibliografias sobre neuroarquitetura, percepção cognitiva e patrimônio cultural, explorando conceitos como identidade, memória e pertencimento, com suporte de documentos da UNESCO. Espera-se demonstrar a relevância da cultura amazônica na inclusão cultural em espaços acadêmicos, ajustando-se aos princípios de sustentabilidade e acessibilidade cultural, emocional e intelectual. Assim, propõe-se uma nova visão sobre acessibilidade sensorial em ambientes educacionais, contribuindo para a criação de espaços mais equitativos e inclusivos.

Palavras-chave: Cultura amazônica; inclusão; UFPA; Neuroarquitetura.

1 Mestranda em Arquitetura e Urbanismo – Voluntária no Laboratório de Neuroarquitetura/Labneurau - Universidade Federal do Pará - helenasouza.au@gmail.com

2 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – Bolsista PIBIC no Laboratório de Neuroarquitetura/Labneurau – Universidade Federal do Pará - laryssa.coelho@itec.ufpa.br

3 Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Coordenadora do Laboratório de Neuroarquitetura/Labneurau - Universidade Federal do Pará - cibellyfigueiredo@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A cultura no Brasil é um fenômeno extremamente complexo, fruto de uma origem diversificada, que abrange influências europeias, africanas e indígenas. A Amazônia abriga uma das culturas mais ricas do Brasil, com várias especificidades que surgem, principalmente, devido à proximidade com povos indígenas e ribeirinhos, além de ser uma área de grande biodiversidade.

Em virtude dessa proximidade, os habitantes da Amazônia têm uma forte conexão com a natureza, especialmente com a água, seja pelas chuvas constantes ou pelos rios que atravessam todo o território amazônico. Para os estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA), situada às margens do rio Guamá, o contato com essa ambiência é cotidiano, assim como para grande parte da população que cresceu imersa nesse ecossistema.

A UFPA é uma instituição de referência no Norte e em todo o Brasil. Anualmente, milhares de alunos ingressam no ensino superior, vindos de todas as partes do estado e até mesmo de outras regiões da Amazônia. A maioria desses ingressantes são jovens e buscam seu lugar na sociedade. Nesse sentido, é fundamental que o ambiente universitário, onde passarão grande parte do tempo ao longo de cinco anos, valorize a cultura local, incentivando a inclusão de todos esses jovens amazônidas — sejam eles quilombolas, ribeirinhos, indígenas ou interioranos — por meio do reconhecimento, da identificação e do senso de pertencimento.

Quando falamos de inclusão no ambiente da Universidade Federal do Pará, podemos explorar diversas dimensões, não apenas a inclusão física, mas também a sensorial, intelectual e cultural.

Para ratificar a importância de medidas e ações em favor da diversidade e inclusão cultural é válido trazer os três primeiros artigos da Declaração Universal da Diversidade Cultural, adotada pela UNESCO em 2001. Os artigos fazem parte da seção “Identidade, diversidade e pluralismo”.

“Diversidade cultural: patrimônio comum da humanidade A diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária quanto a biodiversidade para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

Esse primeiro artigo destaca a importância da diversidade cultural como um patrimônio essencial para as gerações presentes e futuras.

“Da diversidade cultural ao pluralismo cultural Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, é indispensável assegurar uma interação harmoniosa e uma vontade de viver em conjunto entre pessoas e grupos de identidades culturais múltiplas, variadas e dinâmicas. Políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos são garantias da coesão social, da vitalidade da sociedade civil e da paz. Assim, definida de maneira positiva, a diversidade cultural é o motor do desenvolvimento, não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como um meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.”

O segundo artigo enfatiza a necessidade de políticas inclusivas que promovam a convivência harmoniosa entre os cidadãos, em prol da sociedade civil e da paz.

Diversidade cultural como fator de desenvolvimento A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha oferecidas a todos; é uma das fontes do desenvolvimento, compreendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como um meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

Já o terceiro artigo reconhece a diversidade cultural como um fator crucial para o desenvolvimento, ampliando as possibilidades de experiências, vivências e compreensão do mundo em diferentes âmbitos.

Segundo a Academy of Neuroscience for Architecture ⁴(ANFA) a neuroarquitetura é o campo interdisciplinar que consiste na aplicação da neurociência aos espaços construídos. E nesse contexto, a neuroarquitetura surge como uma ferramenta eficiente para promover o bem-estar e a inclusão, especialmente sensorial e intelectual, através de conceitos e estratégias como a biofilia e o design salutogênico. Além disso, é uma ferramenta importante para explorar o impacto que os aspectos e características dos espaços exercem nas pessoas.

A sala dos estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFPA) atualmente é um ambiente desconfortável e pouco frequentado pelos alunos da instituição, justamente por não ser acolhedor (figuras 01-04). O espaço é quente, pois o ar-condicionado está quebrado; é escuro, já que a maioria dos alunos não sabe ligar as luzes (controladas apenas por um quadro de disjuntores); e é barulhento, pois fica próximo à entrada e ao pátio central da faculdade, áreas com constante movimentação e conversas.

4 Academia de Neurociência para a Arquitetura, tradução nossa.



Figura 01: Sala dos Estudantes Atualmente
Fonte: Autoral



Figura 02: Sala dos Estudantes Atualmente
Fonte: Autoral

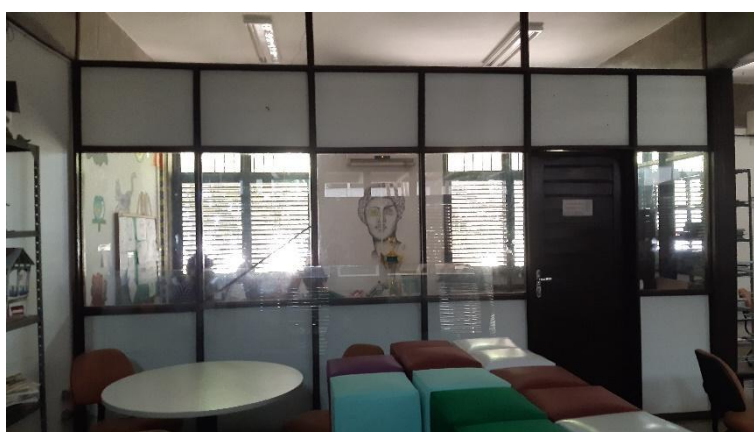


Figura 03: Sala dos Estudantes Atualmente
Fonte: Autoral



Figura 04: Sala dos Estudantes Atualmente
Fonte: Autoral

Esse cenário revela a falta de um espaço adequado onde os alunos possam estudar, realizar trabalhos em grupo, usar computadores ou até mesmo descansar, uma vez que muitos passam o dia na instituição. O ambiente, portanto, não cumpre seu papel de promover acolhimento e inclusão — seja ela física, cultural, sensorial ou intelectual — como se espera de um ambiente acadêmico. Essa realidade contraria o propósito da sala, pois, quando falamos de uma “Sala dos Estudantes”, subentende-se um local onde o aluno se sinta bem, que facilite o aprendizado, promova acolhimento e suscite um sentimento de pertencimento.

O objetivo deste trabalho é discutir brevemente como a neuroarquitetura pode se aliar ao patrimônio cultural, analisando como os elementos presentes no projeto da Sala dos Estudantes, desenvolvido por um grupo de alunos da própria FAU/UFPA, promovem a inclusão, com foco nos aspectos culturais e sensoriais.

RELAÇÃO INDIVÍDUO – AMBIENTE CONSTRUÍDO

Ariane Kuhnen (2009), citando Proshansky (1976), pontua que uma pessoa tanto se apropria de um espaço quanto se reapropria em relação às mudanças que ocorrem tanto nela quanto no ambiente dentro de um contexto social mais amplo.

Kuhnen (2009) destaca a importância de considerar e fomentar aspectos como identidade, apego, pertencimento e investimento afetivo nos ambientes. Embora esses fatores possam ser critérios para avaliar a percepção e o bem-estar em um local, a autora afirma que esses fenômenos não ocorrem de maneira rápida ou definitiva, sendo processos evolutivos que se desenvolvem através da socialização e das experiências que o usuário vivencia no espaço.

De acordo com Villarouco et al. (2021), a conexão entre a mente e o espaço construído ocorre, principalmente, por meio da memória. É a memória que permite a organização da percepção visual, garantindo a formação de imagens que transformam elementos da paisagem em identidade e significado, com base em experiências anteriores.

Paralelamente, José Roberto Pellini (2016, apud Halbwachs, 2006), ao discutir a memória, traz à tona a importância das experiências e vivências coletivas. Ele argumenta que, ao nos relacionarmos com o meio material que nos cerca, as memórias que preservamos são essencialmente coletivas. Dessa forma, entende-se que a vivência em comunidade e a socialização devem ser objetivos primordiais de um projeto. É fundamental lembrar que uma ambiência não é apenas a soma de suas partes, mas sim as conexões e interações entre elas (Thibaud, 2018).

A ativação das memórias, a partir de estímulos presentes no ambiente, é essencial para a percepção do espaço. Assim, manipular a percepção de um lugar requer o controle dos estímulos oferecidos. A neuroarquitetura atua nesse sentido, utilizando soluções arquitetônicas que exploram formas, cores, texturas e proporções, com o objetivo de criar estímulos capazes de reforçar memórias positivas, vinculadas a experiências emocionais e sensoriais agradáveis.

Nesse sentido, elementos que remetem à cultura paraense e amazônica, em um ambiente voltado ao convívio coletivo, como a sala dos estudantes, possuem grande potencial para gerar no observador sentimentos de identificação e pertencimento. Ao encontrar no ambiente referências a aspectos e elementos que fizeram parte de sua infância, por exemplo, o usuário é capturado pela memória.

David Eagleman (2011), em *Incógnito*, e Andréa de Paiva (2018), no artigo *Neuroscience for Architecture*, discutem a percepção em nível inconsciente e como isso impacta o nosso comportamento e a nossa visão do ambiente e de nós mesmos. Paiva (2018) explora, em seu texto, os Sistemas I e II: o primeiro é responsável por reações abaixo da camada consciente da cognição e percepção, envolvendo reações primárias e involuntárias do corpo. Já o Sistema II refere-se a processos mais conscientes, que demandam mais energia e são mais raciocinados.

Marian Diamond (2001), por meio de experimentos com ratos, demonstrou que o ambiente em que um indivíduo está inserido influencia a plasticidade cerebral, possibilitando

ou não o desenvolvimento de certas áreas do cérebro. Isso comprova que ambientes enriquecidos geram muitos benefícios neurológicos para o usuário final.

Upali Nanda et al. (2013) abordam os efeitos de elementos que remetem à natureza em diversos contextos ambientais. No campo da saúde, esses elementos trazem inúmeros benefícios, como a diminuição da percepção de dor, estabilização da pressão sanguínea e uma recuperação pós-operatória mais rápida. Em ambientes acadêmicos e residenciais, os resultados não são muito diferentes: a diminuição do estresse, a percepção de um ambiente mais seguro e relaxante e a facilitação do aprendizado são efeitos identificados em pessoas que vivenciam ambientes enriquecidos.

Dessa forma, um ambiente enriquecido em uma instituição acadêmica, além de proporcionar um local mais relaxante e acolhedor, pode trazer resultados cognitivos e neurológicos significativos, como o aumento da capacidade de aprendizagem, mesmo que esse processo ocorra de forma inconsciente para o estudante.

SALA DOS ESTUDANTES – PROJETO PROPOSTO

O projeto proposto para a Sala dos Estudantes (Figuras 05-08), foi desenvolvido em 2023 durante a disciplina de Arquitetura de Interiores ministrada pela professora doutora Cibelly Figueiredo, e foi o vencedor da votação feita com os discentes da faculdade para eleger o melhor projeto. No projeto em análise percebe-se que diversos aspectos da cultura paraense foram aplicados de forma expressiva. A valorização de elementos regionais não só promove a divulgação da rica cultura local, mas também consolida o reconhecimento da existência e da importância da cultura marajoara, ribeirinha e indígena e seus processos intelectuais e sensoriais, mostrando que pode, e deve, estar presente em ambientes acadêmicos. Esses aspectos também funcionam como uma forma de acolhimento dessas comunidades, historicamente segregadas de espaços considerados intelectuais, como as universidades federais, evidenciando que esses são, sim, lugares onde elas devem estar sem se sentir um intruso, ou deslocado.

Esse processo pode ser identificado em elementos como o movimento do raio-que-o-partia, as referências aos padrões marajoaras, a escultura que lembra a estrutura de uma embarcação ribeirinha e o quadro com o nome da capital, “BELÉM PARÁ”, com clara inspiração nas placas de venda de açaí, que possuem uma estética única e facilmente identificável pelos paraenses. Além disso, o projeto incorpora a potência da natureza

amazônica por meio de cores, formas orgânicas, da presença de plantas e do uso de madeira tanto no mobiliário quanto na parte estrutural do ambiente.

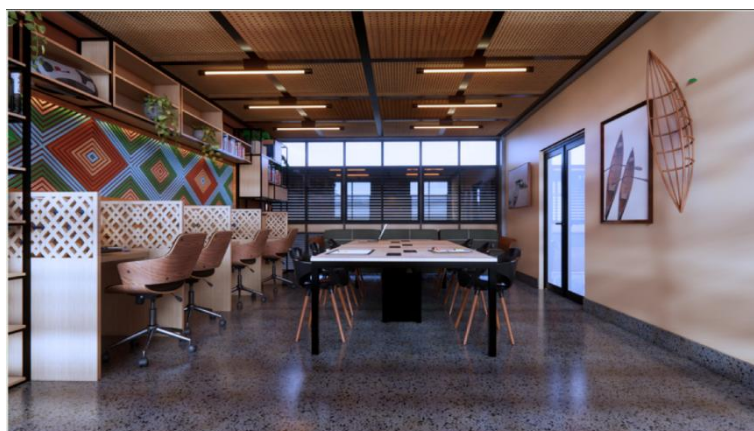


Figura 05: Projeto da Sala dos Estudantes



Figura 06: Projeto da Sala dos Estudantes

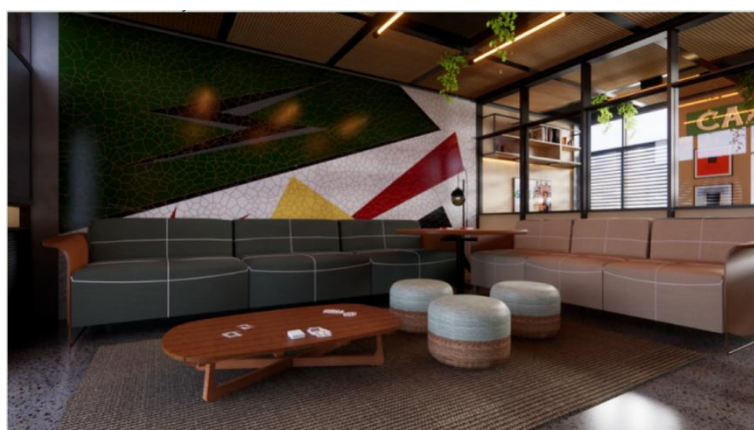


Figura 07: Projeto da Sala dos Estudantes

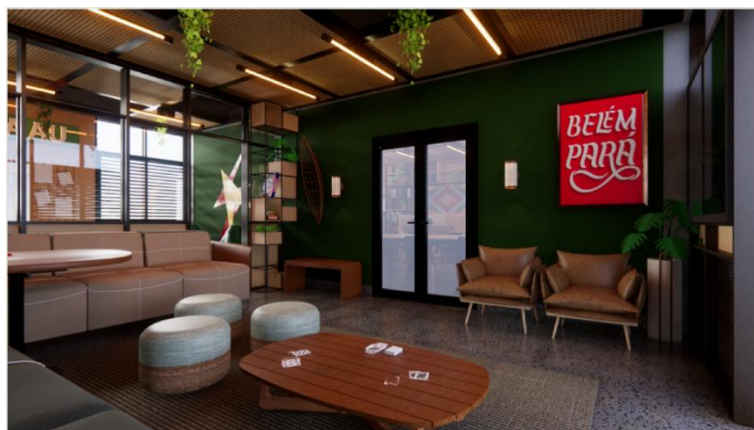


Figura 08: Projeto da Sala dos Estudantes

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cultura amazônica e sua inserção em espaços acadêmicos, como a Sala dos Estudantes da FAU-UFPA, revela a importância de se utilizar elementos culturais regionais como ferramentas de inclusão e pertencimento. A valorização desses aspectos locais, aliados à neuroarquitetura, tem o potencial de promover ambientes que não apenas respeitem as particularidades culturais, mas que também proporcionem bem-estar sensorial e cognitivo aos seus usuários.

Conforme discutido, a percepção do espaço é uma construção evolutiva e sensível às experiências vividas. De tal forma que ao integrar elementos da cultura amazônica no ambiente da Sala dos Estudantes, busca-se reforçar a identidade coletiva dos alunos, estabelecendo um local que dialoga diretamente com suas memórias afetivas, e que promove o acolhimento e a inclusão de diversas comunidades historicamente marginalizadas em espaços acadêmicos, como quilombolas, ribeirinhos e indígenas.

A neuroarquitetura, ao explorar as reações inconscientes e conscientes dos indivíduos aos ambientes construídos, mostra-se uma importante aliada na criação de espaços que favorecem o bem-estar emocional, a socialização e, por fim, a ampliação do desempenho cognitivo. Como apresentado anteriormente nos estudos de Diamond (2001) e Nanda et al. (2013), ambientes enriquecidos podem gerar benefícios neurológicos e cognitivos significativos, influenciando diretamente a experiência e o comportamento dos usuários.

A pesquisa dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando como a arquitetura pode contribuir para questões sociais e culturais. O ODS 1 (Erradicação da Pobreza) se relaciona ao proporcionar um ambiente acadêmico

saudável e acolhedor, especialmente para estudantes oriundos de comunidades afastadas. Isso possibilita que esses discentes não apenas adquiram conhecimento, mas também aumentem suas chances de conseguir empregos e levem desenvolvimento às suas localidades. Já o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) reforça essa conexão, evidenciando como a formação acadêmica capacita alunos para oportunidades de trabalho digno e impulsiona o crescimento econômico, ampliando perspectivas para aqueles que concluem o curso superior.

A pesquisa também está intrinsecamente ligada ao ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), considerando que a neuroarquitetura busca promover a saúde mental e o bem-estar dos usuários do espaço. Essa abordagem se torna essencial em um contexto acadêmico desafiador, proporcionando melhores condições para os alunos enfrentarem as demandas do ambiente universitário. No mesmo sentido, o ODS 4 (Educação de Qualidade) destaca a importância de um espaço adequado para estudo, já que a qualidade do ensino e do aprendizado está diretamente ligada ao ambiente no qual as atividades são realizadas.

Além disso, o ODS 10 (Redução das Desigualdades) é contemplado na medida em que o conhecimento e os benefícios do projeto são estendidos a todos os estudantes, especialmente àqueles oriundos de comunidades historicamente segregadas. Dessa forma, a pesquisa busca democratizar o acesso ao ensino superior e promover a equidade. Por fim, o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) se reflete na valorização da cultura amazônica paraense no projeto, incentivando a sustentabilidade social e fomentando comunidades mais inclusivas, equitativas e que celebrem a diversidade cultural.

Portanto, o projeto da Sala dos Estudantes, com sua forte valorização cultural e biofílica, é uma prova de que é possível construir ambientes acadêmicos que promovam inclusão em múltiplas dimensões: cultural, sensorial e cognitiva. Dessa maneira, tal abordagem é crucial para garantir que o ambiente universitário, além de ser um espaço de aprendizado, também seja um lugar de acolhimento, reconhecimento e pertencimento para todos os seus usuários. Assim, reforça-se a importância de se considerar o patrimônio cultural amazônico como um recurso valioso para a arquitetura e o design, com o intuito de criar espaços mais inclusivos e humanizados.

REFERÊNCIAS

DIAMOND, M. C. **Response of the brain to enrichment**. Department of Integrative Biology, University of California, Berkeley, CA, USA. 2001.

EAGLEMAN, David. **Incógnito: As vidas secretas do cérebro**. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

KUHNEN, Ariane. **Interações humano-ambientais e comportamentos socioespaciais**. In: KUHNEN, Ariane; CRUZ, Roberto Moraes; TAKASE, Emilio (orgs.). *Interações: pessoa-ambiente e saúde*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 15-35.

NANDA, U.; PATI, D.; GHAMARI, H.; BAJEMA, R. **Lessons from neuroscience: form follows function, emotions follow form**. Intelligent Buildings International. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17508975.2013.807767>. Acesso em: 04 out. 2024.

ONU Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: out de 2024.

PAIVA, A. **Neuroscience for architecture: How building design can influence behaviors and performance**. Journal of Civil Engineering and Architecture, v. 12, n. 2, p. 132-138, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17265/1934-7359/2018.02.007>. Acesso em: 04 out. 2024.

PELLINI, José Roberto. **Rituais: afetos, sentidos e memórias. Uma proposta**. Revista Habitus, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 141-156, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, Anderson Luiz Cardoso. **A complexidade da cultura amazônica e seu reflexo para a organização e representação da informação**. Revista A to Z: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 10-25, jan./dez. 2012. Disponível em: www.atoz.ufpr.br. Acesso em: 17 set 2024.

THIBAUD, Jean Paul. **Ambiências**. In: ELALI, Gleice; CAVALCANTE, Sylvia (orgs.). *Psicologia Ambiental*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2018. p. 13-25.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Adotada pela 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris, 2 de novembro de 2001. Disponível em: http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: out de 2024.

VILLAROUCO, Vilma, et al. **Neuroarquitetura: a neurociência do ambiente construído**. Rio de Janeiro: Editora Rio Books, 2021.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO SUBSÍDIO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO NA AMAZÔNIA

Larisse de Fátima Farias da Rosa⁵

Flávia Olegário Palácios⁶

RESUMO:

A Estrada de Ferro de Bragança (EFB) foi construída entre os séculos XIX e XX, com a proposta de otimizar a conexão entre a atual capital do Estado do Pará, Belém, e uma das cidades polo do Nordeste paraense, Bragança. A via férrea possuía mais de 200 quilômetros de extensão e desempenhava a importante função de escoar a produção agrícola, concentrada principalmente na região da Zona Bragantina. A EFB operou por aproximadamente oitenta e um anos (1884-1965), tal meio de transporte dinamizou inúmeras relações no seu percurso da linha central e ramais. Após o encerramento da via férrea em 1965 houveram diversos desdobramentos, entre eles, a carência para o transporte de produtos agrícolas e passageiros, bem como a evasão acentuada de pessoas que habitavam o entorno do caminho férreo, a destinação e o uso de instalações e edifícios da antiga ferrovia. O presente artigo objetiva dialogar sobre os itens remanescentes dessa ferrovia por meio de propostas de atividades de educação patrimonial. A abordagem metodológica da pesquisa tem sido desenvolvida por revisão bibliográfica sobre obras e artigos que permeiam a história e memória da EFB, visita de campo nos itens remanescentes para percepção e reflexão sobre tais elementos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio ferroviário; Educação patrimonial; Preservação; Memória ferroviária.

5 Graduada em Museologia (bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA) da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA). Professora assistente da Faculdade Conservação e Restauro (FACORE/ITEC/UFPA). Pesquisadora do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (LACORE/UFPA).

E-mail: larisse.farias.rosa@gmail.com

6 Graduada em Arquitetura e Urbanismo (bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutora em Ciências pela Universidade Federal do Pará (UFPA). É professora adjunta da Faculdade Conservação e Restauro (FACORE/ITEC/UFPA), docente no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGPatri/UFPA) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Pesquisadora do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (LACORE/UFPA).

E-mail: flaviaop@ufpa.br

INTRODUÇÃO

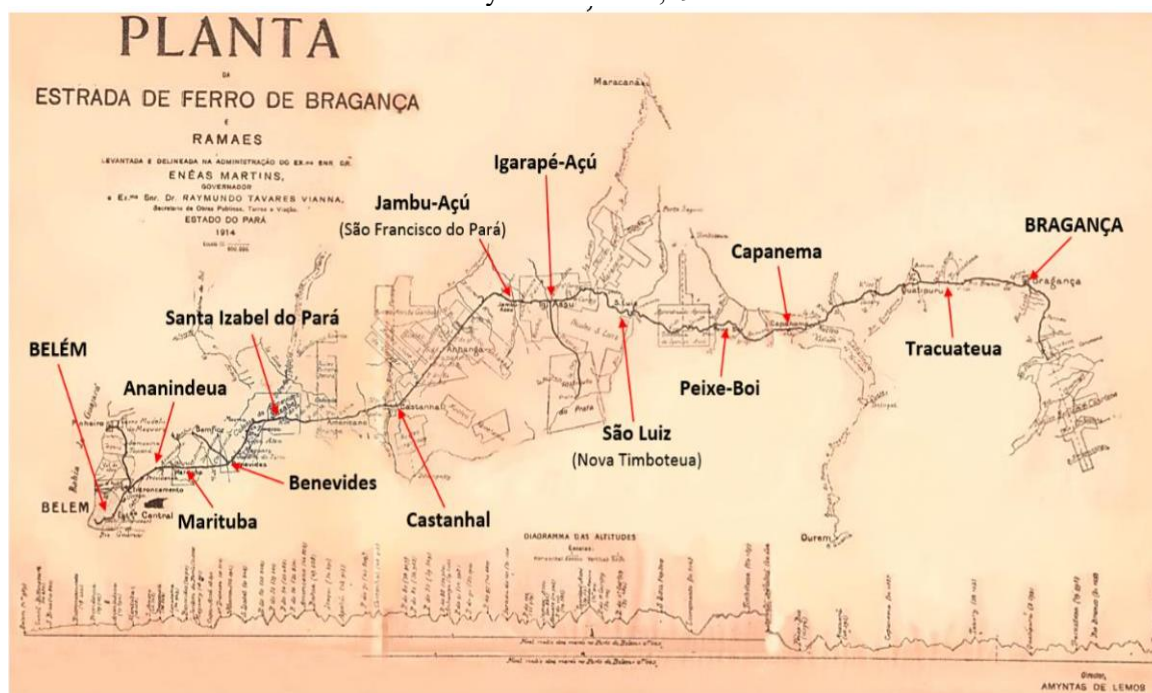
A Estrada de Ferro de Bragança (EFB) foi um dos principais meios de transporte implantados na Amazônia brasileira entre os séculos XIX e XX, a ferrovia foi a primeira construída na região (1883-1908), seguidas da Estrada de Ferro Tocantins (1905-1944) e Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912) (ROSA; PALÁCIOS, 2023). Tal via férrea ocasionou mudanças nos locais por onde passava, seja no âmbito social, econômico, cultural, arquitetônico, entre outros.

A construção da ferrovia durou vinte e cinco anos (1883-1908), em que um dos principais objetivos da implantação era interligar Belém (capital paraense) à Bragança (a cidade polo da Zona Bragantina, onde havia expressivo número de colônias agrícolas), a ferrovia possuía em média 294 quilômetros de extensão (SIQUEIRA, 2017).

A implantação da EFB visava ainda, otimizar o escoamento da produção agrícola concentrada principalmente nas colônias da Zona Bragantina (Nordeste paraense) para Belém, para fins de abastecimento da Capital e exportação. Outra pretensão da instalação da ferrovia era propiciar a colonização e ocupação às margens da Estrada de Ferro, bem como, o transporte de pessoas e crescimento de vilas e cidades por onde a ferrovia passava (ROSA; PALÁCIOS, 2020).

A linha centra da EFB atravessava treze municípios (Figura 1): Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açú, Nova Timboteua, Peixe-boi, Capanema, Tracuateua e Bragança. Os principais ramais da ferrovia eram: Ramal de Prolongamento (linha urbana de Belém), Pinheiro (atual Distrito de Icoaraci), Benfica (Benevides), Santo Antônio do Prata (Igarapé-Açú) e Benjamin Constant (Bragança).

Figura 1: Planta da Estrada de Ferro de Bragança, linha tronco e ramais. Dirigida por Amynta de Lemos, 1914.



Fonte: Mapa baseado na Planta da Estrada de Ferro de Bragança e Ramais. Disponível em: www.mapaseturroturisticas.com.br. Acesso em janeiro de 2018.

A ferrovia operou em média oitenta e um anos (1884-1965), sendo desativada a partir de 1965, o encerramento das atividades da EFB ocorreu principalmente pelo avanço do mercado automobilístico e construção de rodovias, tal consequência atingiu grande parcela da malha ferroviária brasileira, o que ocasionou na desativação de inúmeras ferrovias, entre elas, a Estrada de Ferro de Bragança (RODRIGUES, 2017).

Houveram ainda demais implicações, tais como transformações políticas (Governo Militar), ausência de manutenção adequada no transporte ferroviário e seus equipamentos (locomotivas, via permanente, reservatórios de água e edifícios), entre outros. Tais acontecimentos atestaram em estudos técnicos a pouca eficiência do transporte ferroviário, isto acarretou a desativação e desmontagem das vias férreas brasileiras (ROSA; PALÁCIOS, 2024).

A desativação e desmontagem da Estrada de Ferro de Bragança gerou inúmeros problemas, como perdas e transformações das instalações da antiga ferrovia, assim, muitos elementos foram compreendidos somente pelo viés utilitário, por isso, foram descartados e modificados, como itens da via permanente (trilhos, postes da linha telegráfica, pontes, entre outros), reservatórios de água, etc.

Os edifícios ferroviários como estações, instalações das oficinas, rotunda, vila operária e casas de trabalhadores da ferrovia, por sua vez foram desativados, demolidos ou modificados. Apesar das inúmeras transformações e subtrações ao longo do tempo, a Estrada de Ferro de Bragança documenta um importante período na história social, econômica e cultural do Pará, principalmente para a região do Nordeste Paraense.

Por isso, a presente pesquisa tem como objetivo dialogar sobre os itens remanescentes dessa ferrovia por meio de propostas de atividades de educação patrimonial, considerando que, a educação patrimonial pode ser constituída por meio de processos educativos em locais formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural (IPHAN, 2012).

A abordagem metodológica da pesquisa tem sido desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sobre obras e artigos que permeiam a história e memória da antiga Estrada de Ferro de Bragança; visita de campo nos itens remanescentes da EFB para percepção e reflexão sobre tais elementos, bem como a existência ou inexistência de relações das comunidades com os mencionados bens culturais.

TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NOS ITENS REMANESCENTES DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

A transformação do uso implica na atribuição de valores do patrimônio cultural, como no caso, componentes ferroviários, a exemplo, existe o vagão de passageiros utilizado por Magalhães Barata (1888-1959) (Figura 2), este elemento configura uma atividade política de uma época, as escadarias do vagão foram utilizadas pelo político para a proclamação de discursos (ROSA; PALÁCIOS, 2024).

Figura 2: Vagão de passageiros da antiga Estrada de Ferro de Bragança, atualmente localizado no Parque da Residência em Belém.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O vagão anteriormente transportava pessoas, porém com a desativação da Estrada de Ferro de Bragança foi encaminhado para o atual Parque da Residência em Belém, onde abrigou estabelecimentos como restaurante e sorveteria. Este elemento é um dos vestígios mais expressivos referente ao material rodante da Estrada de Ferro de Bragança e atualmente desempenha a função de objeto simbólico, representando um período histórico, considerando que a simbologia de um bem não pode ser quantificada facilmente, por ser de natureza convencional e imaterial (VIÑAS, 2010).

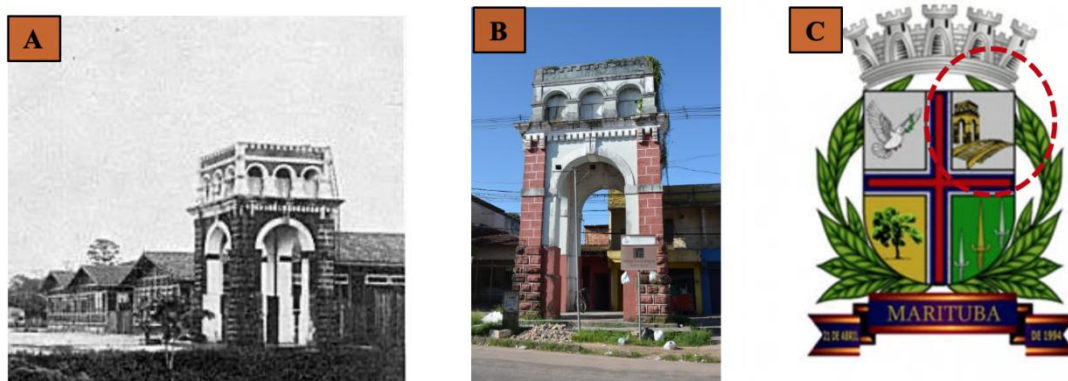
Os remanescentes da antiga Estrada de Ferro de Bragança estão passando pelo processo de reconhecimento cultural, entretanto, apesar dos expressivos esforços faltam ainda elementos importantes para compreendermos a história, a materialidade, a dinâmica entre outros aspectos da extinta ferrovia. Neste contexto, temos componentes considerados meramente utilitários, como o a via permanente da ferrovia (trilhos, pregos, parafusos, peças de encaixe, postes), que ao deixar de desempenhar a função primária foram descartados sem nenhum critério ou registro.

Inúmeros elementos da antiga ferrovia (instalações, edifícios, via permanente, mobiliário ferroviário), foram considerados obsoletos após o encerramento das atividades da

Estrada de Ferro de Bragança em 1965, o descarte acima mencionado, bem como as intervenções e adaptações pouco criteriosas nos elementos da antiga ferrovia, frisa a característica comum da arquitetura ferroviária: industrial, serial e móvel, desconsiderando os diversos valores que podem ser atribuídos aos itens remanescentes, entre eles: o valor de antiguidade, rememoração, histórico, uso, documental, entre outros (RIEGL, 2006).

A atribuição de valores compõe o processo de patrimonialização dos itens remanescentes da EFB. Como exemplo, a transformação de uso do antigo reservatório de água de Marituba, antes utilizado para acondicionar água para o resfriamento e manutenção das locomotivas, após a desativação da via férrea foi considerada obsoleto, mas ao longo do tempo assumiu um novo valor para o município de Marituba, o valor simbólico, isto é retratado no brasão da cidade (Figura 3).

Figura 3: (a) Registro da caixa d'água de Marituba na primeira metade do século XX; (b) registro recente da caixa d'água; (c) brasão do município de Marituba, em destaque me linha pontilhada o símbolo da caixa d'água.



Fonte: (a) Disponível em: <<https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/antes-e-depois-ela-está-no-mesmo-lugar-há-mais-de-100-anos-era-fundamental-para-/1429036404645007/>> acesso em 28 de nov. de 2024; (b) acervo pessoal das autoras, 2019; (c) disponível em: <<https://camaramarituba.pa.gov.br/o-municipio/simbolos-oficiais/>> acesso em 28 de nov. de 2024.

As transformações e permanências dos itens remanescentes da antiga EFB retratam informações relevantes sobre a memória e o patrimônio ferroviário na Amazônia, os elementos, instalações e edifícios documentam um período, fornecendo informações sobre materiais, técnicas construtivas e soluções arquitetônicas de um período, isso reforça a importância da preservação dos elementos em discussão.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ATIVIDADES EM POTENCIAL

É importante mencionar que esta proposta é um desdobramento da pesquisa de tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFGA), intitulada: “Arquitetura ferroviária na Amazônia: estudo histórico-documental e tecnológico do patrimônio industrial metálico remanescente das Estrada de Ferro de Bragança (PA)”.

No decorrer da mencionada pesquisa, foram identificadas atividades em potencial que permeiam a importância e preservação dos elementos remanescentes da Estrada de Ferro de Bragança. Entre o potencial, estão as atividades de educação patrimonial, uma vez que em alguns casos se faz importante dialogar a respeito desses objetos que são passíveis de preservação, e foram reconhecidos como bens culturais na seara de patrimônio ferroviário por meio do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico dos Transportes (PRESERVE) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Os itens que constituem o patrimônio ferroviário geralmente são tomados como itens de procedência serial, desmontável e móvel, isto acarreta em transformações expressivas e até mesmo subtração dos referidos objetos, a exemplo, durante a pesquisa de campo foi encontrado na comunidade do Santo Antônio do Prata (Igarapé-Açu), um perfil de trilho revestido de cano de PVC e cimento Portland utilizado como suporte para varal de roupa (Figura 4).

Figura 4: Perfil de trilho utilizado como suporte para varal de roupas.



Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Na mesma cidade, Igarapé-Açu, porém a comunidade do Livramento, a antiga estação ferroviária que está em processo de arruinamento estava com seu entorno bem preservado, facilitando o acesso às estruturas, nas paredes, haviam placas “patrimônio histórico, preserve-o” (Figura 5), possivelmente confeccionadas pela comunidade do entorno.

Figura 5: (a) placa de sinalização do prédio em processo de arruinamento da estação do Livramento; (b, c, d) placas com informações sobre o prédio produzidas pelos moradores do entorno.



Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Ambos os exemplos reforçam a importância do diálogo com as comunidades, principalmente as que habitam o entorno dos itens remanescentes, é de suma relevância que as comunidades compreendam o seu papel fundamental na preservação dos bens culturais, neste caso, em itens do patrimônio ferroviário.

CONCLUSÕES

A compreensão das transformações e permanências relacionada ao patrimônio ferroviário é um desafio, uma vez que os elementos ferroviários inúmeras vezes são percebidos somente pelo viés utilitário, isto acarreta diversos desdobramentos como desmontagem, intervenções pouco criteriosas, subtrações e esquecimento.

O acervo remanescente da Estrada de Ferro de Bragança é um dos mais expressivos da Amazônia, tais elementos documentam a dinâmica social, simbólica, econômica, arquitetônica, paisagística, histórica e tecnológica deste meio de transporte.

O potencial para a realização de atividades de educação patrimonial foi identificado por meio da visita de campo, assim, tem-se refletido na realização de tais ações, como desdobramento e complemento da pesquisa de tese em andamento. Tais propostas podem ser subsidiadas por meio de participação e submissão de projetos em editais de Leis de Incentivo à Cultura.

Por fim, atesta-se que a Educação Patrimonial pode ser uma importante ferramenta no processo de reconhecimento cultural e preservação dos itens remanescentes da antiga EFB. Considerando que a ferrovia teve amplo impacto por onde passou, isto é refletido nas “marcas” na paisagem e nas memórias atreladas ao antigo caminho do trem. Por isso, existe a importância de identificar, dialogar e criar estratégias para a formação de uma rede colaborativa que envolva os habitantes do entorno do antigo caminho do trem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

RIEGL, Alöis. **O Culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** 1903. Tradução: Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

RODRIGUES, Dário B. “**Ao apito do trem: uma história da extinta Estrada de Ferro de Bragança**”. SARQUIS, G. B. (Org.). Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos. Belém: IPHAN, 2017.

ROSA, Larisse F.F; PALÁCIOS, Flávia O. **Patrimônio Industrial na Amazônia: acenos históricos da Estrada de Ferro de Bragança.** *In: Revista História e Cultura.* Vol. 9, No 2, P. 569-591. 2020.

ROSA, Larisse F. F.; PALÁCIOS, Flávia Olegário. **Desmontagem e esquecimento: os metais remanescentes da estrada de ferro de Bragança-PA (1883-1965).** *In: Revista Angelus Novus*, ano XV, n. 20, 2024.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira de. **O Caminho de Ferro e seus Ramais.** *In: Estrada de Ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural: coletânea de artigos/ (Org.) Giovanni Blanco Sarquis.- Belém: IPHAN, 2017.*

VIÑAS, Salvador M. **Teoría Contemporánea de la Restauración.** Espanha: Editorial Síntesis S.A. 2010.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL RELACIONADA AOS SAMBAQUIS COSTEIROS DO MUNICÍPIO DE QUATIPURU-PA

Cauã Oliveira Lima⁷

Cristina do Socorro Fernandes de Senna⁸

RESUMO

O município de Quatipuru-PA apresenta 14 sítios arqueológicos sambaquis, que remontam aos últimos 6.000 anos, inseridos em diversas unidades de paisagem costeira, cujo acúmulo de conchas foi essencial para a construção desses deslumbrantes locais de moradia e/ou sepultamento, que hoje são bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Atualmente, os moradores do município, em geral extrativistas habitam próximo desses sambaquis, total ou parcialmente destruídos. A metodologia contou com a participação dos autores em audiência pública sobre a criação da Resex Marinha Filhos do Mangue, em 2023, seguido de rodas de conversas com extrativistas do Salgado Paraense na atividade SBPC Jovem, que fez parte da 76ª Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 2024, em conjunto com trabalhos de campo no município. Os resultados mostraram que os diferentes atores sociais percebem a importância dos diferentes ambientes em que atuam, no contexto da dinâmica da paisagem. Considera-se que a participação social é importante para o andamento de rodas de conversa, no ensino da Geografia do Patrimônio em escolas públicas, o incentivo às excursões de campo, mostrando a potencialidade do município de Quatipuru-PA, destacando a relação da população com os aspectos também culturais e a ancestralidade, sempre vinculada aos aspectos sociais, físicos e naturais.

Palavras-chave: Paisagem; Patrimônio; Sambaquis.

⁷ Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Pará-UFPA e Iniciação Científica no Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG/MCTI. E-mail: caualima@museu-goeldi.br

⁸ Pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG/MCTI. E-mail: polensenna@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A percepção ambiental é a construção do conhecimento por determinado indivíduo ou grupo sobre os diferentes ambientes que vivem ou desfrutam a partir de atividades por um longo período, algo que ocorre principalmente com populações costeiras (Silva e Senna, 2017). A sociedade contemporânea é resultante da ancestralidade, da percepção sobre os diversos ambientes que viveram (ou vivem) e mostra que a complexidade sobre o saber tradicional costeiro está majoritariamente mais próxima ao não-colonizador, do que com o colonizador. Essa complexidade da relação sociedade-natureza transformou-se na em patrimônio materialmente construído (a estrutura do sambaqui) em paisagens costeiras e o natural, que são as paisagens costeiras.

Os últimos 6.000 anos na bacia do rio Quatipuru está relacionado a grupos humanos pré-coloniais que ocuparam e utilizaram os diversos recursos, onde caracterizaram os grupos a partir da caça e coleta de mariscos como sambaquieiros, o construtor dos chamados “sambaquis”. Os sambaquis são sítios arqueológicos que remontam à coleta de conchas no litoral, e hoje são sítios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

Esses sítios arqueológicos representam um patrimônio nacional, com diversos materiais utilizados por grupos sambaquieiros, como conchas, cerâmicas, pinças de caranguejos, ossos de aves, mamíferos etc. No entanto, vários sítios arqueológicos do município estão majoritariamente destruídos ou parcialmente impactados com a abertura de estradas, construção de casas e a transformação de matas primárias em latifúndios (Lopes, 2016).

Por esses sítios arqueológicos estarem em diversos ambientes, seja em campos naturais, manguezais ou ambientes de terra firme, significam a relação do patrimônio construído e o natural, que é o ambiente onde está inserido esse sambaqui. A partir dessa perspectiva, há uma necessidade da inserção de uma educação patrimonial, mediada e que possa ser promovida pelos próprios moradores, onde eles vivem ou executam atividades próximas de sambaquis, e percebem as diversas paisagens que estão inseridos através da percepção ambiental.

Durante o evento 76º Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, em Belém-PA, no estande do Programa de Estudos Costeiros na SBPC Jovem, houve roda de conversas promovida pelos autores com lideranças de comunidades costeiras e a partir dessa

percepção ambiental, mostrando a importância da educação patrimonial para a região do Salgado Paraense.

O artigo tem por objetivo mostrar a importância da educação patrimonial a partir da relação Arqueologia e Geografia, integralizando com a Geografia do Patrimônio para compreender e propor formas de cuidar do patrimônio construído por grupos humanos pré-cambrianos, e mostrar a relação passado-presente a partir da percepção de diferentes atores sociais, e especificamente dos moradores de Quatipuru-PA.

2. METODOLOGIA

Os levantamentos bibliográficos foram realizados em três principais momentos: a realização de leituras na Reserva Técnica Mário Ferreira Simões-RTMS, na Coordenação de Ciências Humanas-COCH, do Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG, para compreensão da Arqueologia no contexto do litoral amazônico; realização e elaboração de relatórios de campo na Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia-COCTE sobre os diversos ambientes onde estão inseridos os sítios arqueológicos sambaquis do setor V da Zona Costeira do Pará-ZCPA; levantamento bibliográfico na Biblioteca Domingos Soares Ferreira Pena, localizado no campus de pesquisa do MPEG.

A participação dos autores em audiência pública sobre a criação da Resex Marinha Filhos do Manguê (2023), também na Conferência Municipal sobre Emergência Climática (2024), no município de Quatipuru-PA. A elaboração de exposição de dados científicos com amostras virtuais através de duas modalidades de apresentação, painel virtual e vídeo-pôster, no evento da 76ª Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A utilização do DJI Mavic Air 2s para o registro de aerofotografias de paisagens que estão principalmente em contextos de manguezais e campos naturais do município de Quatipuru-PA.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação passado-presente mostra que há semelhanças culturais entre os grupos humanos pré-colombianos com as comunidades tradicionais de hoje, como no modo da cultura alimentar, a vivência nos mesmos ambientes, e, a atividade de coleta e pesca em furos, rios e baías. O resgate histórico-geográfico do contexto de sambaquis persiste na importância da educação patrimonial a partir da Geografia do Patrimônio.

As atividades de caça e a pesca predominavam na Amazônia por grupos sambaquieiros, com migrações desses grupos por rios e furos da Amazônia, em contextos diferentes, e sempre na necessidade de ir além de ambientes terra firme, como a relação com as matas de várzeas, campos herbáceos inundáveis e os manguezais.

A relação de vestígios de ossos de alguns animais, encontrados pelos arqueólogos Mário Simões (1981) e Paulo Canto (2016) como componente da dieta desses grupos, a utilização de carcaças de outros animais e líticos para construção de sambaquis, evidencia aspectos socioculturais e a relação com a paisagem costeira, resultando em vinte sítios arqueológicos, onde majoritariamente são sambaquis, distribuídos por diversos ambientes e principalmente na bacia do rio Quatipuru.

A presença das matas de várzea de maré do rio Quatipuru, na porção sudeste do município, mapeado por Barbosa Júnior (2017), esclarece ambientes receptivos de influência de várzea não estacional, consideradas as chamadas “várzeas de maré”, que possui como principal biomarcador espécies de mangue, evidenciando a ocorrência do evento Máximo Transgressivo Holocênico, há cinco mil anos, com afogamento de rios, contribuído com o avanço da cunha salina em direção às áreas mais altas da morfologia fluvial do rio Quatipuru, contribuindo para o crescimento de espécies de mangue, que são conhecidas por serem formações pioneiras, comum na Costa Atlântica do Pará (Souza Filho e El-Robrini, 1996; Bohrer, 2002).

Lima, Silva e Senna (2024) mostraram um período tardio de expansão de grupos sambaquieiros para a região do baixo curso do rio Quatipuru, ocorrendo após o evento mundial Máximo Transgressivo Holocênico, e que os grupos humanos aprimoraram a cultura alimentar mais relacionado à costa, evidenciados através de materiais encontrados durante o Projeto Salgado (Simões, 1981) e Projeto Modo de Vida dos Sambaquieiros que ocuparam o Litoral Paraense – Município de Quatipuru/PA (Lopes, 2016).

Os materiais encontrados por Simões (1981) e Lopes (2016) mostram a interação desses pescadores-coletores em ambientes de mata de várzea de maré e manguezal, e nessa classificação, evidenciando uma dieta com mais costeira em relação a ocupação mais antiga, datada no sítio sambaqui Uruá, que não dependiam tanto de mariscos, mesmo com a existência de manguezais próximo ao sítio Uruá.

A partir dessas informações, há uma necessidade de discussão de onde estão inseridos esses sítios sambaquis, em escala municipal, e se com os problemas ambientais serão afetados, por isto, há necessidade da construção de uma educação patrimonial a partir dos conceitos de patrimônio arqueológico e natural.

3.1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: NA SBPC JOVEM

No estande do Programa de Estudos Costeiros foi apresentado pelos autores um painel virtual com a temática “Evolução da Zona Costeira, Dinâmica Ambiental e Gestão de Recursos Naturais no contexto das Reservas Extrativistas Marinhas”, mostrando a relação sociedade-paisagem na atualidade, e um vídeo-pôster “Educação Ambiental e Patrimonial: análise das interações entre a evolução costeira holocênica e a ocupação humana pré-colonial”, com intuito de mostrar a relação da dinâmica ambiental no setor Costa Atlântica Paraense com os grupos humanos pré-coloniais no Holoceno.

As amostras visuais de paisagens costeiras mostraram a importância da ciência ao analisar os problemas ambientais relacionados à ação da sociedade na natureza na atualidade, redimensionando esses problemas que contribuem na intensificação de fenômenos naturais.

Durante a vídeo-apresentação, evidenciou a ocupação humana pré-colonial do litoral paraense com as diferentes paisagens de ocupação e expansão desses grupos, juntamente com a dinâmica costeira paraense, para fins de interação na roda de conversas, contribuiu para discussão e percepção de moradores presentes. A exposição de conceitos relacionados à pesquisa, como a Educação Ambiental (Leff, 1999), Educação Patrimonial (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999), Ecocidadania, Holoceno, Sambaqui e outros, que podem reafirmar a importância do ensino patrimonial na criação e gestão de unidades de conservação na Costa Atlântica Paraense.

Tabela 1. Atividades de educação patrimonial exercidas pelos autores.

Modalidade de apresentação	Tipo de amostra	Objetivo	Conteúdo e a importância da educação patrimonial
Painel virtual	Fotografias virtuais de paisagens da Costa Atlântica Paraense	Mostrar a relação sociedade-natureza atual	A interação de forma degradante e constante com o aumento de processos erosivos costeiros a partir da ação antrópica, ambientes onde estão inseridos inúmeros sítios arqueológicos. Há exceções, onde comunidades tradicionais costeiras lutam pela preservação dos ambientes, de onde sai a caça, coleta e pesca de populações costeiras.
Vídeo-	Amostra de	Mostrar a interação	Percebeu-se a interação de grupos humanos

apresentaçã o	paisagens do município de Quatipuru-PA	entre os grupos pré- coloniais na costa de Quatipuru-PA	pré-cambrianos com o manguezal e ambientes de terra firme, não tão degradante como hoje, e contribuíram para construção do patrimônio material e imaterial do município de Quatipuru-PA
------------------	--	---	---

Fonte: Cauã Oliveira Lim, 2024.

Estimular a percepção dos moradores é fundamental para compreensão sobre a paisagem, natureza e patrimônio a partir de seus conceitos, aprofundando os conteúdos sobre patrimônio relacionado aos levantamentos arqueológicos feitos na Amazônia, a base da relação sociedade-natureza durante o período geológico Holoceno, nos últimos 11.000 anos. Assim, imagens dos ambientes do município de Quatipuru e o sambaqui Porto da Mina foram mostradas, focando em materiais que compõem a paisagem, como as rochas, gastrópodes, fragmentos ósseos, líticos e sementes.

Em diálogo com moradores da Zona Costeira Paraense-ZCPA no estande, mostrou a percepção ambiental dos ouvintes pela importância de ambientes onde os sambaquis estão inseridos e a semelhança de costumes de caça, coleta e pesca de recursos alimentares realizados por grupos sambaquieiros há 6 mil anos. A educação patrimonial a partir da participação de trabalhadores rurais da costa é indispensável para divulgação e contribuição pela preservação de sítios arqueológicos, com participação de escolas de comunidades costeiras.

3.2. PROBLEMAS AMBIENTAIS E A RELAÇÃO COM SÍTIOS SAMBAQUIS

Lopes (2016) sistematizou a congregação de problemas relacionados a destruição de sambaquis, em três momentos: intensificação da destruição para fabricação de cal, substituindo componentes importados da Europa e supressão dessa necessidade; o avanço da industrialização durante o regime militar no século XX, com exploração de recursos naturais diante a indústria nacional-desenvolvimentista; abertura de estradas.

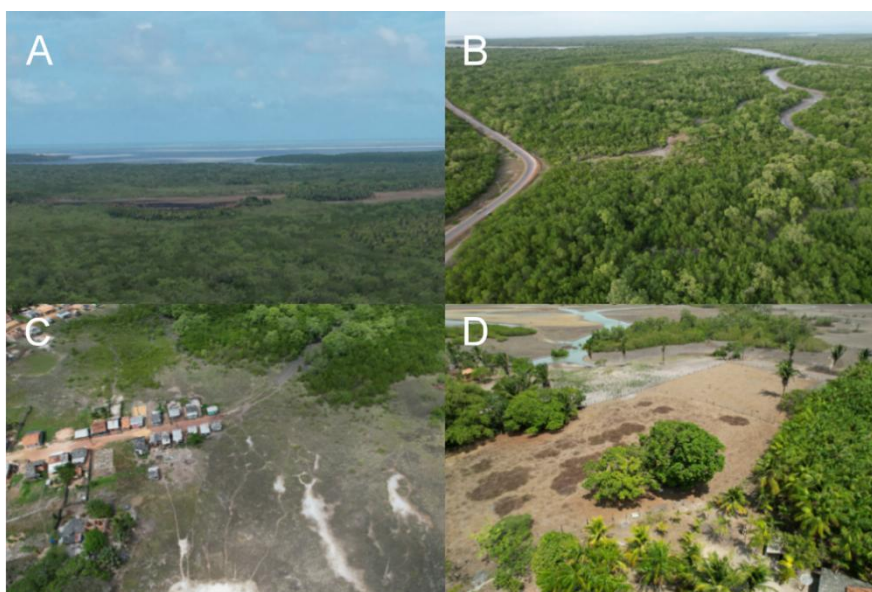
O desenvolvimento econômico na região do Salgado Paraense resultou em destruição total ou parcial de vários sítios arqueológicos, porém, a existência de alguns ressalta a importância para o resgate e valorização do patrimônio da população de Quatipuru-PA, mas com a participação dos moradores e contribuição para uma educação patrimonial participativa.

Coltrinari (1999) evidenciou os indicadores de processos ambientais que estão sujeitos a mudanças de ambientes, como os processos erosivos do solo, a morfologia dos canais fluviais, degradação de florestas, a sedimentação fluvial nas planícies de inundação e a erosão e sedimentação costeira, seja por ação antrópica ou natural.

As mudanças ambientais ocorrem no município de Quatipuru-PA, em diversos ambientes, principalmente em ambientes de mangues e campos. A relação de populações costeiras com o manguezal é representada de forma contínua desde a ocupação sambaquieira no litoral da Costa Atlântica Paraense e a similaridade considerando o espaço-tempo em aproximadamente 6.000 A.P. No entanto, hoje persiste as consequências das mudanças climáticas no litoral que serão agravantes com a contínua destruição de paisagens costeiras, principalmente de manguezais e campos herbáceos inundáveis, com estações secas mais severas e maior salinização no baixo e médio rio Quatipuru.

A ocupação humana sobre a paisagem do terraço fluviomarinho (atual) do Porto da Mina há pelo menos 5.200 A.P., que era uma falésia ainda ativa e durante a formação de uma extensa floresta de mangue, mostra que havia planícies lamosas em poucas distâncias, evidenciado por materiais que estão na RTMS, mostrando a dieta desses grupos com inúmeras pinças de caranguejos, sururus e vértebras de peixes, uma dieta presente até hoje por populações costeiras do Estado do Pará.

Figura 1. Aerofotografias de diversas paisagens do município de Quatipuru-PA: a) região insular do município, caracterizado pela Ilha do Arroz; paisagem do sítio Porto da Mina e o entorno; c) despejo de resíduos sólidos e esgoto em campos e no manguezal, em Boa Vista; d) bubalinocultura em campos naturais.



Fonte: Cauã Oliveira Lim, 2024.

A ilha do Arroz (Figura 1a) está coberta por uma extensa planície de inundação, que por fatores tectônicos e sedimentares, possui uma paisagem lamosa majoritariamente coberta por espécies arbóreas de mangue, com poucos campos herbáceos, mas essenciais para uma ocupação tardia de sambaquieiros na ilha, com seis sítios da Fase Mina (Simões e Araújo Costa, 1978; Simões, 1981; Lopes, 2016). A partir dessa aerofotografia, mostra ao fundo bancos de areia sujeitas à inundação pela maré, e a relação social com os campos herbáceos inundáveis, por estar na estação seca, moradores queimam a vegetação herbácea, aumentando a emissão de gases poluentes e risco de queima de espécies de mangue.

O sambaqui Porto da Mina (Figura 1b) está localizado na unidade de paisagem manguezal (atualmente), próximo ao distrito de Boa vista, foi ocupado sobre uma paleofalésia, representando um paleoambiente com cerâmicas, ossos e líticos, resultado da modificação da paisagem pela modificação natural e da relação homem-natureza (Lopes, 2016).

O sítio representa o que está deteriorado e modificado por interações diárias, não apenas da atualidade quanto ao Holoceno Médio, a transformação em território, apurado e retratado de diferentes materiais encontrados através de especulações, escavações e a relação do patrimônio com a população.

Souza e Prost (2004), Lima e Brabo (2022) e Matias *et al.* (2024) identificaram diversos problemas socioambientais no município, onde há tendência de acúmulo de resíduos sólidos e ausência de saneamento básico. Em outro lugar, ocorre o despejo de resíduos domésticos no distrito de Boa Vista (Figura 1c), em campos herbáceos hipersalinos, em transição com o manguezal. Além disso, a construção de casas, despejo de esgoto a céu aberto e resíduos sólidos, contribuem para erosão costeira em campos e manguezais próximos de sítios arqueológicos sambaquis da Fase Mina.

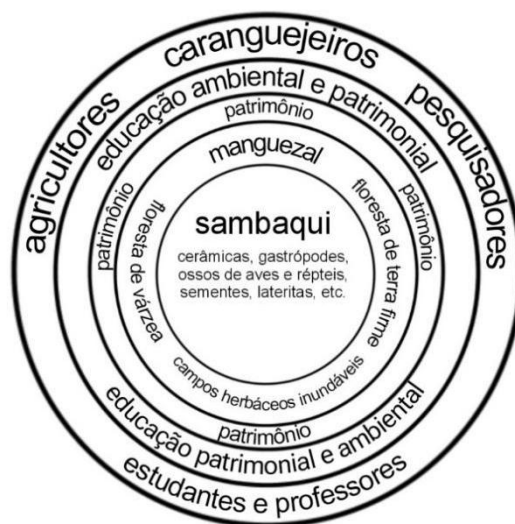
A Figura 1d mostra a bubalinocultura em campos inundáveis do município durante a estação seca e, nos quais trazem problemas aos ecossistemas costeiros, causando impactos ao solo e risco à fauna. A intrusão de um animal característico de uma cadeia alimentar em outro ecossistema gera consequências, principalmente de animais de continentes diferentes.

Essa forma de agropecuária mostra preocupação para alguns moradores com o aumento da pastagem em direção aos ambientes de campos herbáceos inundáveis e florestas, mesmo esses animais estando em áreas alagáveis, o avanço é tanto em ambientes campos quanto de florestas em Quatipuru-PA, principalmente próximos de rios e furos, seja de

formações pioneiras (manguezais e matas de várzea) ou áreas continentais de matas de terra firme. Desde então, o aumento da pastagem é constante, juntamente com inúmeras queimadas durante a seca dos campos naturais.

Montgomery (2021) expressa no livro “Erosão – Dos solos às civilizações” de forma clara e interativa das relações sociedades-paisagens e problemáticas associadas no uso do solo com o avanço da expansão agrícola do mundo, evidenciando que a última glaciação, que marca o final do Pleistoceno, foi menos agravante em alguns solos da Grécia, do que após a introdução do arado no Holoceno.

Figura 2. Sistemática sobre a importância da educação patrimonial relacionada aos ambientes fluviomarinhos de Quatipuru-PA.



Fonte: Cauã Oliveira Lim, 2024.

A participação de agricultores, caranguejeiros, estudantes e professores da rede pública do município é essencial para construção da educação patrimonial do próprio município, onde abrange quatorze sítios sambaquis e distribuídos em diversos ambientes. A relação da educação patrimonial com a ambiental, preocupa-se nas mudanças climáticas que estão agravando diversos lugares do planeta, principalmente em ambientes tropicais.

Ab’Sáber (2021) afirma que a paisagem representa uma herança de processos ambientais e sociais, patrimônio coletivo de povos, e esses povos, diante dessa perspectiva, os grupos sambaquieiros estão inseridos nessa construção patrimonial, em interação com o patrimônio natural e que resultou no patrimônio arqueológico. A paisagem é uma ferramenta

de potencial pedagógico no ensino, evidenciado por Sousa e Cavalcanti (2018), principalmente se for aliada a percepção ambiental.

A relação desses grupos humanos pré-coloniais com atividades de coleta e pesca em rios e baías rasas, em terrenos baixos, típicos da costa amazônica, demonstra que a relação de populações costeiras é pré-colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação dos atores sociais sobre o espaço geográfico costeiro está interrelacionada com a paisagem em transformação para o território, porém, os agravantes socioambientais atuais podem contribuir para destruição de sítios arqueológicos, e o aparecimento de outros, com a retirada da cobertura vegetal. As diversas formas de interações com os ambientes costeiro é pré-colonial e sempre esteve atrelada a composição de vários indivíduos que conseguiam ter uma relação harmônica com a natureza.

Essa construção parte de como a sociedade pode diminuir as inúmeras queimadas em campos naturais e florestas, como forma de redução de processos erosivos e assoreamento de igarapés e rios, coincidindo com estações chuvosas severas, que de forma elevada, mudará a paisagem costeira dos municípios com o aumento do nível de água em campos naturais, e na extrema seca, o aumento da salinidade em ecossistemas não adequados para espécies marinhas.

O desgaste do solo e difícil escoamento subsuperficial, causando deslizamentos, pode destruir materiais de sítios, ou revelar sítios enterrados sobre superfície dos solos não-vegetados. A construção de uma vídeo-apresentação sobre a percepção ambiental do considerando as estruturas naturais e sociais da bacia do rio Quatipuru, mostrou a relação desigual do espaço em poucas unidades de paisagem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOHRER, Cláudio B. de A. O manejo de florestas tropicais e o desenvolvimento sustentável no Brasil. *Território e Territórios. PPGeo-UFF/AGB. Niterói (RJ)*, p. 231-256, 2002.

BOTELHO, L. A. V.; SANTOS, F. K. S. dos. ECOCIDADANIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ENSINO DE GEOGRAFIA. *Geografia Ensino & Pesquisa*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 54–64, 2017. DOI: 10.5902/2236499422331. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22331>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CASCINO, F. *Educação Ambiental: princípios, história, formação de professores*. 3.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

COLTRINARI, Lylian. A geografia física e as mudanças ambientais. *Novos caminhos da geografia* / Ana Fani Alessandri Carlos (Organizadora) – São Paulo: Contexto, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Iphan, 1999.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A*, p. 111-129, 1999.

LIMA, Caua Oliveira; Silva, Anderson Leonardo Sales e; Senna, Cristina do Socorro Fernandes de. A relação de sambaquis costeiros com a evolução da paisagem costeira de quatipuru-pa no holoceno. *Anais do XX SBGFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada & IV ELAAGFA - Encontro Luso-Afro-Americano de Geografia Física e Ambiente...* Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118522>>. Acesso em: 15/12/2024 16:32

LIMA, J. das C.; BRABO, J. C. TRILHAS INTERPRETATIVAS: Proposta de Educação Ambiental para escolas de Quatipuru, Pará, Brasil: . *Revista Exitus*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e022022, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1648. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1648>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LOPES, P. R. C. *Caracterização do modo de vida dos sambaquieiros que ocuparam o litoral paraense: Quatipuru, Pará, Brasil*. Tese de doutorado. Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 2016. 266 p. il.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; GASPAR, MaDu; CAVALCANTE GOMES, Denise Maria. O Sambaqui Porto da Mina e a cerâmica utilizada como material construtivo: um estudo de caso. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 52–72, 2018. DOI: 10.24885/sab.v31i1.521. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/521>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MATIAS, Claudia Yslanna Ramos *et al.* ANÁLISE DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS RESULTANTES DA URBANIZAÇÃO NA ZONA COSTEIRA DE BOA VISTA, QUATIPURU-PA. In: *DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SOCIOECONOMIA:*

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS NO NORDESTE PARAENSE. Editora Científica Digital, 2024. p. 30-46.

SIMÕES, M. F. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Antropol.*, Belém, n. 78, p. 1-32, 1981a.

SIMÕES, M. F.; ARAÚJO-COSTA, F. de. *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos*. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 30, 1978. 160p.

SILVA, Felipe Kevin Ramos da; SENNA, Cristina do Socorro Fernandes. MEMÓRIA, PERCEPÇÃO E VIVÊNCIA NA DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE COSTEIRA AMAZÔNICA – PA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 2, n. 7, p. 80–95, 31 Jul 2017 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/7366>. Acesso em: 15 dez 2024.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins; EL-ROBRINI, Maâmar. Morfologia, processos de sedimentação e litofácies dos ambientes morfo-sedimentares da planície costeira bragantina, nordeste do Pará, Brasil. *Geonomos*, 1996.

SOUSA, Márcia Evangelista; DE SOUZA CAVALCANTI, Lucas Costa. Avaliação do potencial pedagógico de paisagens para educação patrimonial no ensino de Geografia. *Geosul*, v. 33, n. 69, p. 27-46, 2018.

SOUZA, Patrícia C. Moura de; PROST, Maria Thereza R. da Costa. Erosão Costeira e seus Impactos: O caso do bairro do Castelo, Vila de Boa Vista, Município de Quatipurú, Pará. In: *SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DO MUSEU GOELDI*, 12., 2004, Belém. Livro de Resumos. Belém, MPEG, 2004

A RESILIÊNCIA CULTURAL DA VILA DAS CRIOLAS NO CONTEXTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE: CAMINHOS PARA ETNOCONSERVAÇÃO E MEMÓRIA⁹

Wanderlan Montão da Silva¹⁰

Paulo Roberto do Canto Lopes¹¹

RESUMO

Perquire-se o entrelaçado tríada entre patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade na Comunidade Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, situada na zona rural do município de Breu Branco, Pará. Localizando-se a margem direita do Rio Tocantins, onde suntuosos empreendimentos com o argumento desenvolvimentista de um regime, recito, período de regime militar, cresceram às custas de assalto das áreas de comunidades originárias e tradicionais, justificando o termo [*etno*]. Perceberam-se evidências de processos migratórios de fauna diversificada e movências humanas influenciadas por mudanças climáticas, impactando diretamente a cultura e alterando a concepção de sustentabilidade na comunidade. A gentrificação incentivada pela desordem progressista afana a paisagem sobre o território citado, surrupiando gradativamente a identidade etnopatrimonial do quilombo. O patrimônio cultural abordado inclui elementos tangíveis e intangíveis, enquanto a sociobiodiversidade combina diversidade cultural e biológica, conectando identidades comunitárias a resistência ambiental fragilizada pela ação antrópica. Enfatiza-se a importância de se manter o patrimônio afro-brasileiro resiliente como caminho para o fortalecimento da biocultura. O meio e a sociobiodiversidade demonstram um entrelaçado desempenhando um papel crucial na [*etno*]conservação. Destaca-se também a importância dialógica sobre a preservação da memória e a promoção de propositivas legais para a prevenção de riscos e desastres.

Palavras-chave: etnografia; quilombo; Criolas.

9 O presente trabalho é componente das discussões e elaboração de dissertação de Mestrado denominada “Ambiente, (re)existência e memória cultural: o etnopatrimonialismo do meio e a sustentabilidade do quilombo das Criolas nas tramóias do tempo”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia (PPGEAA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Castanhal, estado do Pará.

10 Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA). Pedagogo, Especialista em Educação para as Relações Étnicorraciais (UFPA), Especialista em Tecnologia para a Educação (SEB-MEC) e Etnoeducador efetivo na rede Pública de Ensino, no município de Tucuruí. wanderlanmontao2@gmail.com

11 Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, estado do Pará e Arqueólogo da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT/SIMM/MEP). paulocanto6@gmail.com

INTRODUÇÃO

A perquirição interrelaciona patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade na Comunidade de Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, comumente chamada de ‘Criolas’. O quilombo pertencente ao município de Breu Branco, localizado no sudeste do Pará. As relações descritas na tríade citada são campos de estudo que ganham destaques nas discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento local. O conceito de patrimônio cultural aqui mencionado abrange os aspectos materiais, como território e materialidades móveis, incluindo artefatos arqueológicos que remontam o período da história antiga dos povos originários da Amazônia (*paleoindígena*)¹² na comunidade pesquisada. Quanto à imaterialidade, destacam-se os saberes, tradições e práticas culturais abordados no escopo deste trabalho.

No contexto ambiental a sociobiodiversidade, que se refere à diversidade biológica e cultural interconectada, assume papel no fortalecimento e na preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o patrimônio cultural abrange tanto os bens materiais quanto os imateriais, representando a identidade e a memória de diferentes grupos sociais. Destacam-se tanto as práticas de preservação quanto os desafios enfrentados em um cenário de mudanças climáticas, desmatamento e pressão econômica. Colaborando com este contexto, enuncia-se Guedes e Bastos (2017), que propõem um caminho para a etnopreservação fundamentada nas tradições e na colaboração cultural, predizendo que:

A preservação de rituais e tradições que formatam a cultura afrodescendente nos remanescentes quilombolas, relaciona-se diretamente ao contexto de defesa do patrimônio cultural significativo à formação cultural brasileira. O passar dos anos, a incidência de ações e pessoas exteriores às comunidades, além da falta de interesse de novas gerações afrodescendentes aos ensinamentos passados pelos mais velhos, têm sido fatores incidentes do enfraquecimento desta cultura¹³

Observando a interconexão predita no pensamento desta citação, percebeu-se a necessidade de se enfatizar a construção de políticas públicas culturais integradas e relacionadas com a preservação dos elementos [etno]patrimoniais. O “Quilombo das Criolas”

12 O Período citado como *Paleoindígena* compreende o momento no qual se dá pela chegada e dispersão inicial dos grupos humanos no continente americano e na Amazônia. Os mais antigos vestígios humanos para todo o continente foram encontrados no Nordeste dos Estados Unidos, datados de aproximadamente 14000 AP (Gilbert et al. 2008), enquanto os mais antigos vestígios de ocupação humana na Amazônia se referem a uma região próxima à cidade de Santarém-PA, datados em até 11200 AP (Roosevelt et al. 1996). Esses primeiros grupos assistiram à transição entre os períodos geológicos Pleistoceno e Holoceno, em uma época marcada por mudanças climáticas intensas que causaram modificações importantes nas comunidades bióticas observadas na fauna e na flora. Revela-se importante fase da história antiga da Amazônia, melhor referência conceitual, descolonizando o termo aplicado previamente.

13 CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, ISSN-e 1982-5838, Ano 11, Nº. 2, 2017, págs. 155-182”

é um exemplo de grupo que mantêm práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, em sinergia com suas tradições culturais. No entanto, esse grupo frequentemente enfrenta desafios como a perda de terras ancestrais, degradação ambiental e ameaças à suas identidades culturais. Os estudos dessas intersecções são fundamentais para a formulação de regulamentações mais garantidoras de acionamento de mecanismos fiscalizatórios que pautem a resiliência e o etnopertencimento ecológico dessa comunidade.

OBJETIVO GERAL

Analisar a relação de patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade nas Criolas, evidenciando suas contribuições para a sustentabilidade comunitária, apelando para o município sobre seus desafios, trajetória e territorialidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as práticas culturais relacionadas ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais nas Criolas que contribuem para a preservação ambiental e etnopatrimonial, relacionando estratégias de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural.

Avaliar o impacto das mudanças ambientais sobre o ambiente dessa comunidade e a coesão entre patrimônio cultural e sociobiodiversidade visando a resiliência comunitária.

Discutir políticas públicas que promovam a sustentabilidade ecológica e cultural da área do quilombo, propondo estratégias de preservação integradas entre cultura, meio e ambiente.

METODOLOGIA

Foram analisados documentos legais, artigos acadêmicos, legislação vigente sobre territorialidade¹⁴, pertencimento étnico¹⁵, correlações educacionais¹⁶, portarias governamentais sobre preservação do patrimônio¹⁷ e relatórios de organizações não governamentais. Além disso, entrevistas foram realizadas com líderes comunitários e nativos especialistas em patrimônio cultural local. Como técnica, a escrita etnográfica estará em

¹⁴ Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

¹⁵ Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019

¹⁶ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

¹⁷ Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023.

primeira pessoa descritiva-dissertativa, onde serão citados os mesmos comunitários dignamente retratados na descrição dos resultados.

Justificando previamente o entendimento do texto etnográfico, será percebido dentro da leitura, partes com trechos em primeira pessoa (eu) e/ou em forma descritiva dissertativa. Em outros momentos, serão citados os nomes dos entrevistados que previamente autorizaram livre e esclarecidamente, inclusive, o uso de imagens, através de elemento consubstanciado enviado ao CEP – Conselho de Ética em Pesquisas, submetido à plataforma Brasil.

Parte das imagens foram registradas por Ana Luiza da Silva Brasil (filha), que me acompanhou nas intervenções. Também acompanhou o Sr Jocinaldo (Zequinha), líder da comunidade, do qual articulou as visitas, estando presente nas entrevistas, mostrando os espaços culturais antropizados, suas histórias, memórias, lendas, contos¹⁸ e os ambientes que estão sendo severamente degradados pela ação humana.

No mapeamento e na revisão sistemática foram usadas *booleanos* com palavras temáticas, esgotando possibilidades em portais de busca por indexadores como o *researchrabbitapp*, onde 40 artigos de alto impactos dos 1135 pesquisados nos anos de 1988 e 2023 foram os mais lidos e no *litmaps*, onde 2350 artigos, em acurácia computacional, foi apurado 13 (treze) dos mais indexados artigos correlacionados, abaixo descritos nos gráficos:



Gráfico 01

Do autor com uso do *Researchrabbitapp*,

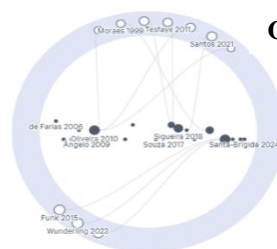


Gráfico 02

Do autor com uso do *Litmaps*, 2024

No gráfico 01, evidenciaram-se artigos ao centro de cor azul com os maiores fatores de impactos em relação aos de cores verdes sobre o tema entre os anos relatados. No gráfico 02, por sua vez, mapearam-se os artigos mais citações e referenciados, colocando o assunto como evidente importância na contemporaneidade científica. O estudo focou em elementos

¹⁸ Aproximadamente trezentos metros à frente da casa do Sr. Carlos, na mesma estrada, conta-se a história de um “caboco índio” que aparecia na passagem da viela e que puxava cipó e varas firmes do mato para “esbandalhar de lapada” quem por ali passava, mas logo que imediatamente se escondia como que num passe de mágica na capoeira sem nem mesmo deixar rastro. Causo contado pelos moradores, confirmado pelo seu Carlos e o Zequinha.

etnopatrimoniais da comunidade quilombola citada, onde a interrelação entre cultura e ambiente é notória.

As transcrições foram realizadas com uso de dispositivos móveis, *softwares*, comandos e *plug-ins* específicos para coleta de dados, transformando a coleta de voz em texto. Foram mantidos na íntegra os relatos das falas seguindo a regra de citação direta baseada na NBR 14724. Desta forma se validam e se colocam os entrevistados no mesmo panteão de importância que quaisquer outros autores pesquisados para que assim se motive sobre a importância da participação comunitária na produção de uma ciência democrática. Também se justifica previamente que, para melhor identificação dos participantes, serão mesclados textos usando duas fontes paralelas com tamanho 10, ‘com’ ou ‘sem’ destaque *itálico e negrito*, onde a fonte *arial* ‘sem *negrito*’ representará o trecho descritivo puro, *arial* ‘com *negrito*’ inserirá o pesquisador com trechos narrativos e ‘*Times New Roman*’ transcrever textualmente as falas dos entrevistados com espaçamento simples.

Para além, obedecendo à NBR 10520/23, optou-se por utilizar no resultado etnográfico as fontes supracitadas em tamanho 10 (dez), recuo de 2 cm (dois centímetros) e espaçamento simples, equilibrando a importância das falas dos entrevistados, igualando-os a outros referenciados diretos e indiretamente.

RESULTADOS ESPERADOS

O estudo resultou na afirmação sobre a importância da sociobiodiversidade na preservação do patrimônio cultural da área relacionada como exemplo a outras regiões, bem como os impactos das pressões externas devido o desmatamento, mudanças climáticas e exploração econômica sobre a comunidade. Ademais, foram observados exemplos de práticas de manejo sustentável tradicionais aplicados cotidianamente e que podem ser replicadas como exemplo para soluções climáticas em outras regiões do município.

Evidenciou-se que as práticas tradicionais no Quilombo desempenham papel crucial na conservação da biodiversidade, como por exemplo, a técnica do manejo de terra, irrigação e do pescado baseado na economia circular. A morfologia dos solos entre *Latossolo* e *gleifossolos* da localidade é um exemplo de prática antropogênica que se mantém similares durante muitos séculos com as ancestrais, comprovando a existência de TPI (terra preta indígena). Comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, utilizam conhecimentos ancestrais para manejar recursos naturais de forma sustentável, abstraindo do solo as melhores colheitas e produzindo um solo antropizado rico em nutrientes.

As inserções destas práticas nas políticas públicas promovem conservação ambiental e a valorização do patrimônio cultural, amplamente resguardada pelo decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que enuncia a significância sobre territórios tradicionais como:

Os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Ainda de acordo com o artigo 231 do decreto citado, conclui-se outro resultado que seria a forma como esse manejo poderá servir de exemplo para a região e contribuir para a criação de políticas públicas mais [etno]inclusivas e eficazes que considerem a cultura local como parte integrante das estratégias de conservação ambiental. A pesquisa também focou em reforçar a necessidade de ações colaborativas entre governos, instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e a própria comunidade, promovendo a valorização da preservação e da conservação como o caminho para a sustentabilidade do meio neste território.

Para além do meio e ao mesmo tempo extemporaneamente, o geógrafo Milton Santos, tratando de conceito de espaço e território, postula que “ a política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (comunidade) (Santos, 2000, p. 31)”. Interseccionando conhecimento ancestral com a contemporaneidade a comunidade resguarda sua cultura usando saberes e fazeres de base comunitária. As descrições densas resultaram da resiliência cultural, transversalizando profundos conhecimentos de memórias e sociobiodiversidade, conforme as transcrições extraídas da etnografia abaixo:

Entrevistado 01: Antônio Lima Barroso (seu Ico)

Numa ensolarada manhã de domingo, Zequinha, o presidente da Associação da Vila, minha assistente de pesquisa mirim (minha filha Ana Luiza, quem produziu as fotos, ajudou nas filmagens, na gravação...), fomos até a casa dos entrevistados. O generoso Seu Ico, já nos aguardava, pois na noite anterior tínhamos acertado que iríamos até sua casa. Nos recebeu em seu portão com um grande sorriso. Tirei um gracejo: “*aaooow, camisa bonita essa sua!* ”. Ele sorriu e rebateu: “*é, professor...tamo na roça, mermo! Nosso papão apanhou de 2x0!* ” Rimos, entramos na varanda de sua casa, posicionei o computador (nesse caso, usei o recurso de transcrição e gravação de voz por aplicativo) e nos assentamos.

Logo em seguida, entre risos e sorrisos, expliquei-lhe novamente a motivação daquela visita. Disse-lhes que não poderia revelar as perguntas antecipadamente pois precisava observar a questão da espontaneidade, autonomia e da liberdade da fala. Como estávamos bem à vontade, percebi que a altura da câmera estava ruim, pois os suportes que havia levado eram insuficientes para a ocasião (pesquisador sempre tem alguma coisa acontecendo fora do programado). Seu Ico teve a ideia (como

um ancião visionário e completamente experiente na vida), logo de improvisar a altura da câmera fixada em cima de um cabo de vassoura. Foi genial! Estabilizou a imagem, e assim, começamos:

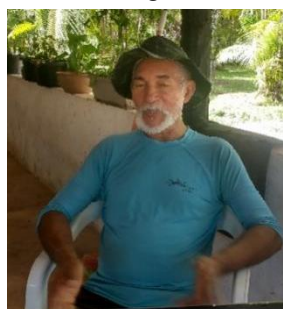
Qual seu nome completo?

Antônio Lima Barroso

Perfeito! Seu Antônio o quê que o senhor acha que seja a palavra memória?

Bom, pra mim tudo aquilo que a gente adquire com o tempo né? E vai passar como

Imagem 01



Ana Luiza (minha filha)2024

se fosse uma hereditária né? vai passando perfeito pra próxima geração¹⁹

O senhor acha que o quilombo recebe algum apoio de governos para preservação do patrimônio?

Olha! No momento, até o momento...eu acredito que não!

Certo! E o senhor considera que a gente deve melhorar em relação à questão sobre patrimônio cultural?

Sim!

Na sua visão, o que o senhor considera ser cultura e patrimônio?

É tudo aquilo que o povo, éééh...iiiih, deu branco, agora!

(Sorrisos juntos)

Logo Seu Zequinha indaga com um gracejo:

É a velhice, professor! Foi torcer pro Paysandu, ficou assim esquecido!

(Todos rimos)

Naquele momento em diante, precisava daquela resposta, pois seria crucial para a pesquisa. O Seu Ico faz parte de uma das primeiras famílias pioneiras da cidade de Tucuruí, conhecidos como “família Barroso”, cuja matriarca mais velha, D. Maria Barroso, moradora do bairro do Pimental em

19 Providencialmente, a resposta do **Seu Ico** me surpreendeu! Sua fala se comparou a de Canclini (1995) que propõe um olhar contemporâneo sobre o patrimônio, articulando-o com a ideia de sustentabilidade cultural. Para o autor, a preservação do patrimônio não deve ser encarada apenas como um esforço de conservação do passado, mas como um processo dinâmico que integra a continuidade das práticas culturais no presente, promovendo o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem sugere que as políticas de preservação devem buscar garantir que as culturas vivas continuem a se desenvolver e a serem transmitidas, evitando a museificação das práticas culturais e respeitando os direitos das comunidades detentoras desses conhecimentos.

Tucuruí é sua Tia. Usei uma nova estratégia para obter essa resposta, indo por um outro caminho discricionário. E, continuei...

Ah, sim, tranquilo! Certo! E você conhece alguma história, ou alguma lenda por aqui pela região? Pense aí! Tem alguma história, alguma lenda, algum “causo” que o Senhor conhece por essas bandas?

Olha, eu acredito que que tenha! Aliás, na época da minha infância e que o povo comentava que ali em frente, ou seja, no lado de Tucuruí na margem esquerda, né, aqui na esquerda ali no mangal existiu uma cobra grande ali naquele local onde hoje tem um flutuante, lá mas ali naquele lava jato. Ali naquele redemoinho ali existe uma cobra grande e isso desde a minha infância o povo comentava, mas eu ainda não vi ninguém dizer assim, eu vi! Nem de fato assim com foto alguma coisa assim, né?

Beleza...Seu Ico! O senhor conhece a história da sua comunidade do Quilombo, certo? Quais são as principais culturas, manejo ou costumes preservados aqui na comunidade?

Ainda encontra ativo, no caso, da arada da mandioca né? E a pesca certo? Tudo isso aí.

Tem alguma questão cultural aqui a comunidade que o senhor gostaria de dizer que era importante no passado? (Fiquei curioso pela resposta, pois coaduna com a que ele disse que havia esquecido)

Sim!

E você poderia dizer qual?

O samba de cacete que o pessoal comentava que antes tinha essa “cultura”²⁰ e samba de cacete hoje a gente não se vê nem para lá mais!

E quais os principais desafios para manter essa cultura viva?

Incentivo no caso do governo principalmente estadual e municipal

O senhor acha que existem sítios arqueológicos aqui na região?

Acredito que sim? Existe sim e muito por aqui perto!

E como a gente pode preservar esses patrimônios?

Essas memórias²¹ nós preservaria num museu, mas não seria só o museu, um pequeno museu mesmo, que seja em uma residência²² para preservar. Eu acredito que ele poderia mostrar nossa história!

20 Nesse momento, percebi que, apesar do Seu Ico não conceituar como eu imaginei que ouviria, na verdade, trouxe-me um vislumbre ainda muito melhor do que eu precisava. Sua sábia colocação demonstra perfeitamente o que disse Halbwachs (1990), afirmando que “o patrimônio está intimamente ligado à memória coletiva, constituindo-se como um reflexo dos valores e crenças de uma comunidade”. O autor afirma que o processo de seleção de determinados bens culturais como patrimônio resulta da interação entre o grupo social e suas percepções sobre o que deve ser preservado, criando, assim, um vínculo entre o passado e o presente.

21 A observação que trago foi de que na pergunta que fiz, usei a palavra ‘Patrimônio’, mas com muita sabedoria, Seu Ico logo traz em sua resposta a palavra ‘Memória’. Esta providencial retórica, aliada ao contexto da resposta, muito correlaciona e identifica a carga do objeto de pesquisa deste projeto.

22 Seu Ico fez uma outra menção que me remeteu amplamente a uma especificidade existente na literatura onde Arruti (2017) contemporiza que “A utilização de casas comunitárias como espaços museológicos tem permitido às comunidades quilombolas expor suas narrativas, objetos de valor simbólico e práticas culturais, reivindicando o direito à memória e ao patrimônio cultural.” Arruti, José Maurício Andion. *Patrimônio Cultural e Comunidades Quilombolas: Reflexões sobre a Museologia Social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2017.

Perfeito! O senhor já me deu toda a informação possível! Pode salvar, filha! (Pedi a minha filha, que estava gravando e transcrevendo no computador) Seu Ico já me deu informações mais do que necessárias do eu gostaria de saber e ouvir.

Muitos sorrisos e risos acompanharam o diálogo ali que não se estendeu tanto a partir dali, pois tínhamos mais casas especiais para visitar.

Entrevistado 02: Seu Carlos (grande mestre Cultura! Pescador, fazedor de malhadeira e antigo morador)

Nesta entrevista, não menos importante que a primeira, deparei-me com algumas situações extremamente interessantes! O relato em seguida, será descritivo, pois os vídeos possuem detalhes e informações tão mais específicas do que foram narradas. O Sr. Carlos, patriarca da casa para qual seguimos, já estava tecendo sua malhadeira, sentado na frente de sua casa, conforme se observa nas imagens em seguida:



Ana Luiza (filha)2024



Ana Luiza (filha)2024

Logo no momento em que nos assentamos, a cena mais curiosa e inicialmente rica em detalhes etnográficos foi de uma criança completamente à vontade deitada sobre as diversas malhadeiras que pelo chão estavam. Em suas mãos um aparelho celular e, pelo que se deu para ouvir, aparentemente divertindo-se em algum jogo digital. Iniciamos a conversa, enquanto se mantinha criança completamente à vontade, pois os indiferentes ali éramos nós, continuou em sua brincadeira.

Esse fato é extremamente curioso e mostra um relato importante para quem vem de fora e não é, necessariamente, aceito ou confiável pelas comunidades tradicionais. Remeteu-me pessoalmente à memória afetiva na condição de quando era criança na minha comunidade quilombola, o Pitimandeuá. Fui pego de assalto nessa cena inicial, a cena a seguir me fez lembrar de um certo homem branco, de cabelos brancos, óculos no rosto e que andava pelo nosso “PITI” conversando com a comunidade.

Quando criança víamos esse “tal senhor” conversando, quase que interrogando minha falecida bisavó Tonha, às vezes com o saudoso tio Marino, muitas das vezes com a mãe Criola (grande memória), ou mesmo com o pai Lili (que apesar da idade, sua alegria contagiante ainda permanece forte e vibrante na Comunidade Remanescente de Quilombo Menino Jesus de Pitimandeuá, vila pertencente à cidade de Inhangapi, nordeste do Pará)²³.

Nunca imaginei que aquele homem branco que andava muito por aquelas bandas seria Vicente Juarimbu Salles²⁴ (Dr. Vicente Salles), uma das maiores referências sobre a cultura e a

23 Acesse o QR CODE para assistir o relato de Salles sobre o Quilombo de Pitimandeuá.

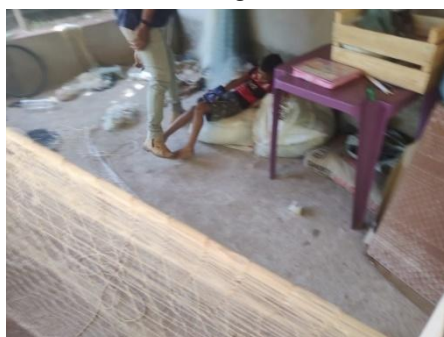
24 Salles, contando sobre os indígenas que vagueavam pela vila Caripi, interior de Igarapé-Açú, perto da Estrada de Ferro de Bragança: “Os tembé ocupavam terras do Gurupi junto com negros aquilombados. Os negros, mais sedentários, plantavam suas lavouras e garimpavam. Os tembé, sem terra fixa, ou donos de toda a terra disponível, vagavam em busca de caça, e faziam suas lavouras aqui e ali. Naquela época aconteceu um fato que surpreendeu o Dr. Jorge Hurley. Os índios eram comandados por uma mulher negra, a Damásia, que teria sido raptada nos sertões da Bahia e levada,

história do Negro no Pará e na Amazônia! Jornalista, Historiador, Folclorista, Cronista, Escritor e Musicólogo, os trabalhos escritos por Salles com etnomusicologia possuem vertente pioneira nos textos acadêmicos avançados e metodológicos dos cursos superiores de música no Pará, complementando perfeitamente com o que diz Kerman (1987) que prenuncia que:

O musicólogo é, em primeiro lugar e acima de tudo, um historiador', citando Palisca, e complementa: um historiador em seu papel de cronista ou arqueólogo, muito mais do que no de filósofo ou intérprete de culturas do passado²⁵

Ainda sobre a situação da criança na casa de Seu Carlos, a condição despojada em que o menino se encontrava, muito confirma o fato de que quando uma pessoa estranha se aproxima logo as crianças de comunidades tradicionais se afastam com desconfiança. Apenas pessoas que possuem certa intimidade local ou que demonstrem confiança são permitidas se aproximarem de seu pertencimento. Minha lembrança afetiva da infância no Petimandeuá avistando o Seu Vicente conversando com meus parentes fez-me comparar com a cena aqui descrita, onde me incluí em comparação com este despojado menino na imagem visualizada em seguida:

Imagem 04



Autor - 2024

Quando já iniciamos a conversa, Seu Zequinha gentilmente foi até o menino e pediu que ele fosse para dentro da casa, quem sabe por achar que ele incomodaria com o som do jogo. Mas imediatamente logo lhe sugeri discretamente que a criança permanecesse ali, pois se encontrava 'muito bem à vontade, estando em sua casa'²⁶

Diferentemente da primeira entrevista em forma de conversa aberta, nesta, algumas novas indagações foram direcionadas, pois a visão patrimonial e cultural que se mostraria ali, seria de um exímio pescador, fazedor de cultura e nativo, filho de um dos antigos moradores que ali permaneceram, o que, nesse termo, encontra-se na quarta geração dos descendentes. Naturalmente, obteria novas respostas ou outras para novos assuntos.

Em um certo momento, enquanto a conversa já estava bem avançada, surgiu a curiosidade sobre uma pergunta que eu já tinha feito ao Seu Ico (na primeira conversa). Mostrando-se como um verdadeiro mestre de *rede*, suas mãos habilidosas não pararam de trançar com sua agulha de tarraça de pesca, incomodou-me a vontade de fazê-la e a fiz:

ainda criança, para a distante aldeia do Pará. Essa história está contada pelo prof. Raimundo Ciriaco Alves da Cunha numa crônica que tem o título "O Feminismo no Pará", publicada no jornal A Palavra, n. 592, de 17 de maio de 1917. " <https://vicentesalles.wordpress.com/noticias-biograficas>. Este relato de Salles sobre "uma mulher negra que comandava...", muito intersecciona em um *nexo* causal com a história de Felipa Aranha e seus comandados, que em sua luta emancipatória contra a escravidão ao redor dos quilombos do Mola e do rio Itapocu, navegava com as pessoas libertadas, deixando-os livres às margens do rio Tocantins, dando origem a diversas localidades mocambeiras, incluindo as Criolas, objeto desta pesquisa.

25 Salles, Vicente. *Música e Músicos do Pará*. Coordenação de edição: Jonas Arraes. 3ª Ed. Ver. Belém: FCP, 2016.

26 Oliveira (2012) aborda como o pesquisador, em visitas de campo a comunidades quilombolas, deve estar atento aos aspectos territoriais e identitários que permeiam a vida social dos quilombolas, observando as dinâmicas de resistência e (re)existência cultural. Oliveira, João Pacheco. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

Seu Carlos...

Pois não, vizinho!

O que o senhor entende como Patrimônio?

Assim como na primeira conversa, com o Seu Ico, Seu Carlos também titubeou, parou, pensou em torno de dez segundos sobre a resposta que ele daria, mas enquanto sua mente buscava uma resposta, suas mãos, tecendo a malhadeira, traziam a resposta mais perfeita.

Entrevistado 03: Seu Idamor (o mestre do banjo do samba de cacete, pintor e desenhista)

Imagem 05



Autor - 2024

Chegamos por volta das 11h na casa do Seu Idamor, uma figura super carismática! Logo que chegamos, ele convidou para entrar, porém percebi que o cenário ali fora traria alguns fatos novos e bastante relevantes para a pesquisa. O que me chamou atenção foi o fato de que no pano de fundo, a imagem que se mostrava logo atrás, cerca de 150 metros, encontra-se uma das ilhas separadas da vila. Naquela localidade encontram-se aproximadamente doze casas. Em período de seca, ou quando as comportas da Usina estão fechadas, consegue-se atravessar caminhando para esta região da ilha da frente.

Gentilmente, Seu Idamor assentou-se em um banco de madeira, deram-me um banco, Seu Zequinha também se assentou por ali, minha filha Ana ficou fotografando e, já cansada, se assentou. Diferente das primeiras, nesta nem precisei fazer perguntas. Nesse, era como se ele já soubesse o que eu pretendia, e foi abertamente falando. O diálogo foi em forma de bate-papo quase sem perguntas. Também se ouviram as falas e a contribuição da Esposa do Seu Idamor, que revelou uma dúvida sobre uma importante questão que envolveria sustentabilidade ambiental e uma lenda amazônica. Dois mistérios culturais e religiosos antigos que muito se ouvia, foram ditos pelo mestre Idamor e sua esposa, como se mostram em seguida...

Começou com ele falando...

É isso!

O Zequinha diz que o senhor tem conhecimento sobre samba de cacete...

Nessa região ali (ele aponta para trás, onde está a ilha e para a direção do meio da vila) constantemente o povo que vinho passar a festa né, hum quando era na na varrição que era a última noite as pessoas exigiu só mais um puco até amanhã, mais um puco, porque eu quero samba de cacete ninguém quer forró, não! Né! Quebrar o forró a gente retinto com o tambor todos eles quase com suas velha acompanhada. Nós tocava no dia da rede que passava a reza da festa, graças a Deus, o dia todo e antes de 10 hora eles começavam. Agora mesmo a galera tava podendo falar que a gente já sabia bater o tambor né! O pau comia até 5 horas da manhã! não

tinha como você não gosta, por que era alegria danada, né! É uma festa assim parece que era só uma família! O que o que eu ficava você vai ver. agora me dá aquele relógio aí, França!

Imagem 06



Ana Luiza (minha filha) - 2024

Imagem 07



Ana Luiza (minha filha) - 2024

França é o nome de sua esposa. Seu Idamor interrompe e pede para ela lhe trazer um belo e reluzente relógio, aparentemente um oriente de cor prata.

Vô buscar lá (Dona França, respondeu!)

Faz uns 20 anos ou más! é Comprida e longa porque tem uma história assim e hoje nós temos até hoje tudo isso que participou dessa! (Referiu-se ao tempo de quando houve a última festa com o samba de cacete como a que ele participava).

Tenho tudo na cabeça! O que acho que até existem muito saudade, ah, como eu sinto! Baixei o tambor do samba de cacete, né?

O senhor era banjoísta?

Banjo? Ah! Então no banjo ia dar certo porque eu sou de toçá, então é uma coisa que é assim! Se mi dê, eu toco sem dificuldade de dizer não! E aí aqui sim, sim!

Naquele momento seguinte, algo me impressionou! Ele faz sinal para sua esposa que entra na casa e traz uma imagem de uma santa católica que estava dentro de sua casa e diz:

Olhe, ela pegou uma coisa que que isso aqui: é uma gilhado que é da santíssima Trindade e até hoje ela tá aqui. Ela era dali! (E aponta para a ilha atrás) sim, senhor, sim! Tinha uma igreja que tava ali e eu ando mais ou menos lá, mas agora não consigo chegar nem metade! e o que se tinha era uma a igreja e que a construção da igreja era de 47²⁷ (quis dizer sobre a data de 1947) na primeira água²⁸! Você lembra, Zequinha? (Perguntou ao Zequinha) Nós não tem

27 A igreja relatada era uma antiga capela que fora construída na ilha da parte da frente da vila. Segundo os quilombolas mais antigos de Pederneiras, Jutai e Criolas, há a confirmação que uma antiga capela foi destruída com uma inundação no ano de 1947. Seu Idamor afirma que na adolescência ajudou a construir esta capela, servindo de ajudante de pedreiro junto a seu pai. A única coisa que sobrou foi a imagem de uma santa católica, a santa Ana, que segundo ele, fora levada para uma antiga capela onde ficou guardada desde a década de quarenta até o retorno seu retorno para as Criolas. Esta capela hoje se encontra na igreja do bairro do Mangal em Tucuruí. Ainda segundo seu Idamor, um antigo padre o entrega a imagem para que retornasse para as Criolas.

28 Refere-se ao termo “primeira água” como sendo esta inundação que ocorreu naquele trecho e invadiu as casas de quem por ali estava. As Criolas, também chamada popularmente de Ilha das Criolas, é um espaço com solo arenoso, *latossolo* e *Gleifossolo*. Com a vinda da água, parte da terra se solta, dividindo o território e isolando os moradores que residem em um espaço de terra. A erosão provocada pela água faz com que o chamado ‘beiradão’ desabe anualmente, formando novas paisagens. A aparência geográfica das áreas que ficam às margens da vila, muda constantemente devido ao processo de abertura das comportas da Usina Hidrelétrica, que, além de modificar o relevo,

segurança com isso não! Samos, pequenos! então não vamos se separar daqui! vamos acabar aqui! vamos tentá trazer essa mudança de maneira que quando nós chegamos a se mudar para cá, já tinha foi morrendo muita gente! Já fui morrendo de muita gente, mais pra complementar e aí da história praticamente o resto aí! De perguntar é que carambola (no contexto, percebeu-se que se referia a Quilombola).

Imagem 08



Autor - 2024

Quilombo: você já ouviu falar? O que o senhor acha que seja quilombola?

Hoje eu não, eu não teria muita preocupação aqui pra mim entender o que era isso aí, né? adonde se encontrou sobre achados! Achados, sim! Assim é, encontra coisa de alguém bem antigo dos povos passados indígenas.

O senhor achou alguma coisa assim por aqui?

Eu já vi alguém achar alguma coisa. Ali (apontou para a direção oriental da vila) morou o Benedito onde eu conheci ele, ele tava lançando a faixa do jeito que tava já sozinho. Ele sim encontrô coisa! Aí fica a gente sem sabê, pois o que ele achou parecia que é algo antigo com muita ferruge. Imagina assim pode dizer que eu te encontro uma coisa feita essa, né?

O que o senhor acha que seja cultura?

Olha! Nós, nós já até fizemos várias essa coisa de cultura. E eu sempre declarei isso aqui, né! Cultura o que a gente faz, né? As dança antiga era cultura.

Após esse momento, a Dona França oferece suco de cupuaçu para minha filha Ana. Com um sorriso de felicidade, minha filha foi e se aproximou, tomou o suco e elogiou. Logo, a gentil senhora vai e apanha dois cacaos maduros e novamente entrega para a menina e disse:

Professor e Aninha! Toda vez que quiser vi, vem! Pode vi pra almoço também!

Logo que começamos a beber o suco oferecido, comecei a falar sobre o calor intenso. Indagava sobre a morte de botos na Amazônia e naquele momento Dona França pareceu ter lembrado de uma coisa importante e disse:

E o sinhô acredita, professô, que tem um bicho estranho por aqui? Ele tem um negócio feio na cabeça e feio! Tem um canto que me arrupiou, e eu achei até que era uma mantinta pereira. Nunca tinha visto isso por aqui!

É mermo! (Interpelou Seu Idamor) tenho mais de oitenta ano, cresci aqui, fui embora e a vinte ano voltei pra cá e não sai mais! Nunca vi e nem tinha ouvido um som de um bicho como esse!

Minha curiosidade me fez pedir para que eles descrevessem um pouco mais o animal. Também pedi gentilmente que a Dona França pudesse tentar imitar o som do referido animal e ela o

também interfere diretamente na fauna aquática que não consegue por ali concluir seu ciclo natural. Os pescadores, como o Seu Carlos, são diretamente afetados com este ciclo irregular.

fez assoviando.²⁹ Logo peguei meu celular e, reconhecendo o som, baseado nas características que eles relataram, acessei um portal, abri uma foto e mostrei a eles.

Vixe, Maria! Professor... é esse mermo! (Dona França se benze). Ispia aí, Idamor! É muito feio, né não! Nunca vimos isso por aqui, não!

CONCLUSÃO

A integração entre patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade é perfeitamente fundamental para a sustentabilidade de comunidades tradicionais. O estudo destacou a necessidade de uma abordagem que inclua aspectos culturais nas políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável. A preservação do patrimônio cultural deve estar unida à proteção ambiental, pois não são interdependentes. Essas conexões são essenciais para o desenvolvimento etnopatrimonial da Comunidade Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, que abriga diversas bioculturas. É necessário promover políticas que valorizem conhecimentos ancestrais e práticas culturais, visando a conservação ambiental, propositura indispensável em tempo de conferência climática.

29 O animal citado é uma Anhaúma. Uma ave grande, anseriforme da família Anhimidae. É a ave símbolo do estado de Goiás, presente também nas bandeiras das cidades de Guarulhos e Tietê (São Paulo). Conhecida também como inhuma, inhaúma, unicorne, aiúma (Rondônia), licorne, anhima, alicorne, cauintã, cuintáu, ema-preta, cametau, guandu (Mato Grosso), caiuí, itaú. Inhuma deriva da palavra tupi “nhãum”, que significa “ave preta”. <https://www.wikiaves.com.br/wiki/anhuma>. Nas pesquisas, a Anhauma - do (tupi) *anhuma*, *anhima*, *inhuma* = pássaro preto gritador; e do (latim) *cornuta*, *cornutus*, *cornu* = com chifre, chifre. Pássaro preto gritador com chifre, não era comumente encontrado na vila. Outros moradores antigos também relataram a não presença desta ave. Segundo especialistas, a ave é encontrada em diversas regiões do País, mas é predominantemente do sul e centro-oeste brasileiro. Afirmam-se os ornitólogos de que com as chuvas intensas do Rio Grande do Sul (2024), houveram intensas migrações de centenas de grupos dessas aves para a região amazônica, onde sua presença ainda era pouco vista, com exceção de áreas pantanosas, o que não se tem nas Criolas. Até então, não foram localizados na literatura estudos sobre essa migração intensa e nem sobre os impactos ambientais que poderão ocasionar devido ao aumento desses bandos na área do quilombo. Abriu-se, portanto, alerta e um chamamento para pesquisas, demonstrando assim, um estudo de caso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). Sistemas tradicionais e manejo dos recursos naturais. São Paulo: NAPHA/USP, 1996. p. 209-224.

BERKES, Fikret. Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management. 4. ed. New York: Routledge, 2017.

CASTRO, Fábio Lopes de Almeida. Populações tradicionais e manejo sustentável na Amazônia: o caso do projeto Mamirauá. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 59-70, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

LIMA, Deborah da Rocha. Conhecimento ecológico tradicional e conservação da biodiversidade: o papel das populações tradicionais. In: SIMÕES, Reinaldo Farias; LEITE, Paulo Pereira. Biodiversidade e populações tradicionais: contribuições para a conservação e o uso sustentável no Brasil. Brasília: IBAMA, 2004. p. 45-64.

LUCIENE, Rodrigues., Sandra, Mara, Alves, da, Silva, Neves. (2024). Ecosociosystem Landscape of the Sustainable Development Reserve of Quilombos de Barra do Turvo, São Paulo. Revista Sociedade & Natureza, 36(1) doi: 10.14393/sn-v36-2024-72048

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras e territórios de uso tradicional: reconhecimento e direitos culturais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2006. p. 33-62.

RAQUEL, Faria, Scalco., Bernardo, Gontijo. (2022). Sobreposição entre territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral:. Caderno de Geografia, 32(68):348-348. doi: 10.5752/p.2318-2962.2022v32n68p348

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, Neiva Maria Coelho da; FERREIRA, Leandro. A biodiversidade e as comunidades tradicionais da Amazônia: estratégias de conservação e manejo sustentável. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

ACESSIBILIDADE COGNITIVA E PATRIMÔNIO: HOSPITAL BETTINA FERRO DE SOUZA

CELESTINO, Lucas
 Moraes¹ FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra
 Rodrigues²

PANTOJA, Rebeca
 Oliveira³ ARRUDA, Helvio
 Freire da Silva⁴

RESUMO

A falta de reconhecimento dos usuários de uma edificação com o seu valor cultural e histórico é um dos principais fatores para a degradação do patrimônio. O zelo pelas relações sociais e cultura material nestes espaços transpassa também questões de acessibilidade. Vale salientar a relevância da acessibilidade cognitiva para a compreensão e locomoção de pessoas dentro do espaço, principalmente em edificações mais complexas, como é o caso de hospitais. Diante destes aspectos, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza – HUBFS se apresenta como uma instituição relevante no tratamento de pacientes da rede pública e no ensino e pesquisa na Universidade Federal do Pará. Esse espaço deve nutrir as relações de salubridade entre pacientes e funcionários com sua edificação para lhes proporcionar um ambiente adequado para seu tratamento e zelar pela sua preservação. Baseado nos conceitos da psicologia ambiental e Neuroarquitetura, esta pesquisa em andamento terá como objetivo mapear os grupos sociais presentes no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, identificando suas demandas por acessibilidade através de sua percepção do espaço. Assim, busca-se compreender possíveis demandas quanto a facilidade de acesso a distintos ambientes desta edificação, bem como seu bem-estar, sendo estes elementos de forte influência no estabelecimento de laços humano- espaciais.

Palavras-chave: Acessibilidade Cognitiva. Patrimônio. Bettina Ferro de Souza

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA). Integrante do Laboratório de Neuroarquitetura (Labneurau/UFPA) e do Grupo de Pesquisa do CNPq “Neuroarquitetura na Amazônia”. E-mail: lucascelestino2m@gmail.com

²Prof.^a Dr^a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Coordenadora do Laboratório de Neuroarquitetura (Labneurau/UFPA). Integrante da *Academy of Neuroscience for Architecture (ANFA)*. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Neuroarquitetura na Amazônia”. E-mail: cibellyfigueiredo@ufpa.br | labneurau.ufpa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-270X>.

³Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA). Integrante do Laboratório de Neuroarquitetura (Labneurau/UFPA) e do Grupo de Pesquisa do CNPq “Neuroarquitetura na Amazônia”. Bolsista PIT-EBSERH. E-mail: rebeca.opantoja04@gmail.com

⁴Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA). Integrante do Laboratório de Neuroarquitetura (Labneurai/UFPA) e do Grupo de Pesquisa do CNPq "Neuroarquitetura na Amazônia". Bolsista PIT-EBSERH. E-mail: helviofsarruda@gmail.com

INTRODUÇÃO

Compreendendo o cenário urbano como paisagem que contempla diversos contextos sociais e grupos étnicos diferentes, o contexto hospitalar segue o caminho semelhante, caracterizado pelo caráter de mútua influência entre pessoas e ambiente (Eckert, 2008). Diante de diversos fatores ambientais, sejam eles físicos ou sociais, os humanos sofrem forte influência do seu entorno, tendo seu comportamento fortemente condicionado pela ambiência em que se insere (Thibaud, 2018). Diante disso, edificações de assistência e saúde, como edifícios hospitalares, por conta de seu caráter invasivo e complexidade projetual, podem causar stresse aos seus usuários, que por muitas vezes já se encontram em condição de desconforto físico.

Diante desta realidade, o ambiente físico se apresenta como elemento determinante na forma como este espaço é compreendido por seus usuários. Nos mais distintos espaços, a utilização de elementos limitantes, que reduzem o acesso e a circulação de pessoas em determinadas áreas, podem causar ansiedade e desconforto em seus usuários, que são obrigados a buscar alternativas para contornar o empecilho causado (De Melo, 2019).

Entretanto, o debate acerca de acessibilidade por muitas vezes negligencia elementos de leitura do espaço em prol da acessibilidade física. Lynch(1964) apresenta em sua obra a compreensão de que o espaço de vivência de pessoas de diferentes grupos sociais, deve favorecer sua legibilidade, tendo uma disposição de elementos que possam ser facilmente compreendidos, garantindo a livre circulação de pessoas. Para contemplar estes elementos inteligíveis do espaço na discussão acerca de acessibilidade, deve-se tratar acerca da acessibilidade cognitiva.

Kowaltowsky (2011) corrobora com esta linha de pensamento ao destacar a relevância do desenho universal para a compreensão do espaço construído. Para a autora, a dificuldade para se localizar dentro de uma edificação favorece o surgimento de ansiedades e estresse, uma vez que o usuário se torna incapaz de se localizar e precisa encontrar alternativas para contornar tal situação.

No âmbito cognitivo, a aplicação de métodos e conceitos da neurociência e da psicologia ambiental na arquitetura se tornam ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de projetos com melhor acessibilidade. A neuroarquitetura, neurociência aplicada à arquitetura, tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores na busca por

soluções arquitetônicas capazes de se apropriar de elementos neurais para corresponder às necessidades dos usuários.

Vilma Villarouco *et al.* (2021) defendem esta linha de pensamento. Compreender o funcionamento cerebral permite aprofundar o debate acerca das influências dos estímulos externos ao corpo sobre a percepção e comportamento humano. Dessa forma, a partir de parâmetros da neurociência e psicologia, torna-se possível apreender com maior profundidade o impacto de uma edificação e sua relação com seus usuários, permitindo soluções projetuais mais acuradas que possam garantir melhor acessibilidade e otimização do espaço.

Dentro do contexto de assistência à saúde, este estudo apresenta o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, sob a ótica de apropriação destes valores cognitivos para permitir um maior aprofundamento da influência da edificação sobre seus usuários, compreendendo de modo holístico suas demandas e o reflexo do espaço em seu comportamento. Por meio da apreensão da percepção espacial, garante-se não apenas o bem-estar, mas pode ainda reduzir o estresse em um ambiente invasivo, favorecendo o tratamento.

Diante desses pressupostos, esta pesquisa tem como objetivo investigar, através das técnicas provenientes da neurociência aplicada à arquitetura, as conexões estabelecidas entre os usuários e a edificação do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, assim como suas vivências dentro deste espaço, identificando também os grupos sociais que fazem parte deste cenário. Diante destas informações, torna-se possível compreender suas interações com este patrimônio arquitetônico, permitindo assim a contemplação de suas necessidades para assim propor soluções que favoreçam o bem-estar e a acessibilidade cognitiva no local.

Portanto, pode-se compreender que este trabalho se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ONU, 2024), através de estudos do hospital e suas soluções para as demandas dos seus usuários. Assim, corrobora-se com a ODS 3, promovendo saúde e bem-estar, assim como com a ODS 11, zelando pelas comunidades do meio urbano, ao buscar, por meio da acessibilidade, a garantia da perpetuação de um bem assistencial de suma importância para a saúde e pesquisa do Pará.

METODOLOGIA

Como etapa fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, torna-se imprescindível o levantamento de referenciais bibliográficos, para fomentar o debate acerca da acessibilidade cognitiva. Buscando a interdisciplinaridade entre os valores da psicologia ambiental, neuroarquitetura e acessibilidade cognitiva, esta etapa busca proporcionar uma base intelectual para as futuras etapas a serem desenvolvidas.

No cerne da pesquisa acerca da percepção de espaços edificados, fazem-se necessárias incursões de caráter semiestruturado, com o objetivo de se apropriar acerca do que é expresso pelos usuários do espaço, sejam eles funcionários, pacientes ou acompanhantes. A base para a abordagem dos distintos grupos que compõem a vivência do hospital se dá por um questionário semiestruturado, pautado em conceitos como as variáveis ambientais de Sartori e Bencke (2023), assim como a legibilidade do espaço de Lynch (1964) e Ambiência de Thibaud (2018).

Outros conceitos provenientes da psicologia ambiental também foram acrescentados ao projeto, como Affordance, Behavior Settings (Elali, 2009) e Wayfinding (Cavalcante e Elali, 2018). Estes conceitos buscam compreender melhor a relação pessoa-ambiente, esclarecendo como este é compreendido por ela e a forma como isso impacta em sua locomoção espacial.

Por fim, serão ainda realizadas incursões de caráter etnotopográfico, buscando adentrar com maior profundidade na vivência dos usuários do hospital. As ferramentas de Percursos Comentados e Roteiros Sensoriais (de Melo, 2019) consistem na observação de trajetos específicos de usuários, acompanhando a forma como compreendem o espaço e seu impacto em suas trajetórias, com destaque para sua localização espacial. Já as ferramentas de Arquivo Mnemônico de Lugar e Quadro de Relatos, permitem ainda uma leitura clara e quantificação dos resultados adquiridos nas incursões a serem realizadas.

ARQUITETURA, PERCEPÇÃO E ACESSIBILIDADE COGNITIVA

A sociedade passa por diferentes transformações ao longo dos séculos, e de acordo com a evolução humana, elas podem estar relacionadas aos gostos, tradições, tendências ou às necessidades humanas que advêm com o tempo. Essas mudanças são notadas na paisagem como reflexo de ações de indivíduos, e como consequências de várias dinâmicas naturais ou impostas, as quais influenciam em distintas percepções para cada comunidade, região e época.

Dentro das dinâmicas pertinentes ao contexto social e urbano, os espaços construídos recebem importância, com a imposição de um olhar muito mais profundo e sensível de quem o formou, e para além disso, nas interações entre indivíduo e espaço, há modificações do espaço pelo indivíduo e do indivíduo pelo espaço, o que evidencia uma adaptabilidade de ambos, tornando essa relação precursora de memórias e, no segundo momento, surge então a sensação de pertencimento nessas edificações. Uma vez que essa relação ganha um significado, o espaço se torna parte indissociável da sociedade, e dentro do cenário urbano ele estará presente na vida dos seus usuários (Villarouco, 2021).

A influência sobre o meio é fundamental para os laços de pertencimento e para sua preservação, como explica Cornélia Eckert (2008). No entanto, quando o indivíduo se afasta afetivamente do lugar, ele perde sua importância e sofre uma estagnação, o que significa a paralisação das atividades, dentro do edifício, e por consequência ocorre a degradação dessas edificações e consequentemente a perda de memória e do patrimônio. Portanto, a falta de consideração do usuário pelo espaço, pode ocasionar perda do conteúdo, cultura e da importância social de uma edificação (Tutyia, 2008).

Em paralelo, as limitações que essa edificação apresenta corroboram para essa perda de significado, dificultando a usabilidade desse espaço. Dito de outra forma, a ausência de símbolos e signos identitários ou identificáveis, sinalizações, barreiras físicas inadaptáveis, tornam o espaço mais suscetível ao abandono e à sua degradação, já que essas também podem ser fatores ou causas para o possível afastamento afetivo dessa edificação. Isso implica em buscar garantir a inclusão da diversidade de público que frequenta a edificação e favorecer a usabilidade por meio da acessibilidade física e cognitiva, proporcionando uma maior humanização na percepção da arquitetura deste local.

Estes parâmetros são realçados por Kowaltowski *et al.* (2011) ao abordarem sobre acessibilidade cognitiva como ferramenta para ser utilizada em concepções projetuais, sendo assunto imprescindível na sociedade hodierna, pelo aumento de deficiências, de dificuldades de locomoção e de comunicação da população, tanto em espaços particulares quanto em espaços públicos. Para contribuir com essa ferramenta o desenho universal surge, tendo como princípio a integração, inclusão e universalização do uso dos espaços no cenário urbano, assim destaca sua relevância como um meio para alcançar a acessibilidade. Com isso, a arquitetura do espaço precisa ser desenvolvida a partir de fundamentos como a legibilidade das informações presentes nele, de forma a abarcar a compreensão das

informações em sua totalidade, para que sejam facilitadoras no seu uso e na sua percepção, correspondendo às dinâmicas sociais ali presentes, “o que pressupõe uma cumplicidade entre o usuário e o ambiente construído” (Kowaltowski, 2011, p.224).

Ao refletir sobre a realidade dos edifícios assistenciais de saúde, essa necessidade se torna ainda mais urgente, pois como são espaços complexos e relacionados à vulnerabilidade dos usuários, a imposição de barreiras físicas ou cognitivas pode se tornar um desafio a mais a se enfrentar, em momentos em que há a procura pela reabilitação dos pacientes. Simultaneamente, torna-se necessário considerar situações que apresentam riscos, e minimizá-los em busca pela humanização em prol do bem-estar psicológico. Com isso, proporciona-se uma interação segura, uma locomoção independente e uma rápida melhora desses indivíduos, reduzindo ansiedades e garantindo uma autonomia durante sua estada.

Por isso, a percepção do ambiente pode ser realizada para melhor compreender sobre as demandas pertencentes aquele local, e diante de uma análise nascem soluções para melhorar o funcionamento das atividades correspondentes aos usuários ali presentes. Sob a visão de Silva (2001), o cenário contemporâneo é resultante das vivências do ser humano. No entanto, o autor critica como diversos espaços que deveriam ser reflexo da humanização e anseio do ser humano, hoje são apenas construções respondendo carências imediatas.

Nesse sentido, tais demandas urgentes são tratadas muitas vezes com soluções mal estruturadas e generalizadas sem levar em consideração diversos fatores, como o tipo de região, cultura, tradições, características do povo, sensibilidade, memória. Mesmo satisfazendo essas carências, não há garantia que o ambiente construído promova sensação de reconhecimento ou pertencimento, e isso pode causar deterioração de sua memória. Ainda, de acordo com Silva, a humanização dos espaços parte dos sentidos, nessa interrelação entre indivíduo e os espaços existe um significado muito mais profundo, que pode estar associado à materialização da cultura, ou seja, a materialização das manifestações, conhecimentos, crenças, valores, costumes e arte, que fazem parte da cultura imaterial, mas influenciam na preservação da memória e identidade.

Apoiando essa ideia, há algumas áreas de conhecimento que podem ser aliadas da preservação da memória e identidade, trazendo a conexão entre a percepção, o espaço construído e seu significado. Para facilitar a compreensão da profundidade intrínseca a relação espaço-indivíduo, Thibaud (2018) descreve como a percepção está ligada ao conceito de ambiências, que é o conjunto de experiências as quais são expostos os usuários

de um ambiente através de seus sentidos, criando uma unidade particular, influenciando e sendo influenciado pelo grupo ali presente.

Fazendo uma união deste conceito com os conhecimentos sobre psicologia ambiental, Thibaud identifica que o comportamento espacial do indivíduo se deve a uma visão de análise sobre tal, admitindo um viés racional para o ser, porém afirma que existe o viés emocional atribuindo o “sentir” a essa percepção. Este pensamento reforça que em consequência da captura de estímulos, a percepção pode ser uma das soluções que podem ser abordadas para estabelecer relações saudáveis e duradouras nesses ambientes, proporcionando sua plena utilização, garantindo direitos aos cidadãos.

Sob a ótica da neuroarquitetura, neurociência aplicada à arquitetura, é possível aprender como o cérebro reage a esses estímulos provocados pelo espaço, e de que maneira esse espaço pode ser modificado para promover um conforto sensorial e cognitivo no indivíduo, o que faz com que essa área de conhecimento seja uma ferramenta a mais no processo de humanização de um ambiente. Através da análise do cérebro humano, a autora Andréa de Paiva (2018) explica como o design de uma edificação implica no comportamento humano, ela evidencia que a partir de estudos na área de neurociência, a mente pode ser dividida em dois sistemas, que identificam as sensações, interpretam e traduzem em respostas cognitivas.

Estes sistemas podem ser reconhecidos como o Sistema I, que está abaixo do nível de consciência, ele capta as sensações do ambiente e traduz em rápidas respostas, sendo mais instintivo e impulsivo, quase automático, ele opera tanto reações físicas como psicológicas. O outro sistema pode ser referido como Sistema II, ele é o nível consciente do cérebro, interpreta as sensações externas de forma mais lenta, analítica e sistemática, ou seja, de forma mais racional, ele é capaz de formar reflexões diante de uma situação, e a autora destaca que “todas as ações e reações humanas são guiadas por esses dois sistemas” (Paiva, 2018).

David Eagleman (2011) assume a mesma visão ao assumir em sua obra que o funcionamento cerebral é como um iceberg, onde a parte que está na superfície é a parte consciente da nossa mente, e a maior parte que está submersa, seria a parte abaixo no nível de consciência. O autor explica que a parte que está submersa, que é equiparada ao Sistema II, se difere da parte da superfície, por ser responsável pelas decisões, de grande maioria mais racionais do que impulsivas, mesmo que muitas vezes possa não ser perceptível que as

ações são oriundas das respostas desse sistema, ainda é consciente.

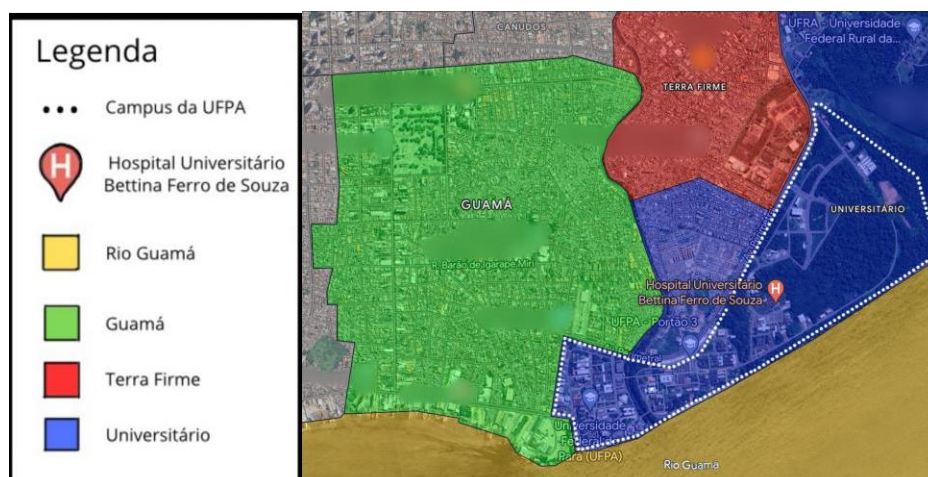
Estas respostas podem ter uma causa ou significado, ou simplesmente serem respostas aos estímulos que são captados pelos sentidos, isso remete aos “pressupostos” na obra de Beau Lotto (2016), neurocientista inglês. Eles podem ser definidos por um grande conjunto de referências dentro do nosso sistema cerebral que condizem com as nossas experiências, estes pressupostos são imperceptíveis, mas conscientes, dito que com base neles formamos conexões que modelam os nossos comportamentos, eles podem surgir a partir de algumas fontes, sendo as mais credibilizadas pelo autor: a transmissão evolutiva, a memória pessoal resultado de nossas próprias vivências e o contexto social e cultural do ser.

Portanto, tal hipótese reafirma que o sistema de conexões neurais pode ser moldado pelo ambiente, e que as nossas respostas nem sempre podem ser resultantes de uma reflexão consciente, mas que podem ser inconscientes derivadas das experiências reais e profundas entre os distintos grupos sociais. Sendo assim, é nítido que a formação de significado está intrínseca ao ser e que está intimamente ligada com a necessidade de construção de um ambiente com maior potencial de transformação.

O HOSPITAL BETTINA FERRO DE SOUZA

O Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) iniciou suas atividades em outubro de 1993, no Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), estrategicamente localizado próximo aos bairros Universitários, Guamá e Terra Firme (Figura 1). Segundo Cibelly Figueiredo et al. (2024), desde a sua fundação, o hospital se destacou como referência regional em áreas complexas da medicina, como Oftalmologia, Otorrinolaringologia, e Crescimento e Desenvolvimento Infantil na Unidade de Atendimento à Saúde da Criança e ao Adolescente (UASCA), além do tratamento especializado de doenças raras. Em 2013, passou a ser administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), responsável pela gestão de hospitais universitários federais. A EBSERH promove a integração entre assistência médica pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ensino, pesquisa e melhorias administrativas e financeiras (Portal MEC, 2023).

Figura 1: Localização do HUBFS



Fonte: Google Earth, adaptado por Helvio Arruda, 2024

O HUBFS atua exclusivamente pelo SUS, oferecendo atendimento médico especializado de forma gratuita para a população que depende desses serviços. Sua estrutura e equipe qualificada garantem assistência de qualidade e democratizam o acesso à saúde não somente para os habitantes de Belém, mas sim a todo o estado do Pará. O hospital cumpre um papel essencial ao unir alta complexidade com acessibilidade, consolidando-se como um importante polo de suporte médico para a comunidade paraense.

Além do atendimento à população, o HUBFS desempenha um papel crucial como hospital universitário. Ele funciona como um "laboratório prático" para alunos dos cursos de graduação na área da saúde da UFPA, possibilitando aulas práticas e aprendizado baseado em experiências reais. O hospital também oferece vagas de residência médica em Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia (GOV.BR, 2020), e é referência nacional no desenvolvimento de pesquisas e atividades de ensino, fortalecendo o vínculo entre a prática profissional e a formação acadêmica.

Apesar de sua escala não-monumental em comparação a outros hospitais universitários, como o Hospital Universitário João de Barros Barreto, também localizado em Belém, é fundamental analisar a estrutura física do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, especialmente seus elementos de acessibilidade, tanto física quanto cognitiva. Esses recursos permitem avaliar a capacidade do hospital de atender às necessidades do público diversificado que o frequenta. Elementos como rampas de acessibilidade e pisos táteis, conforme as normas vigentes (ABNT, 2015), são cruciais para garantir a mobilidade e o uso adequado do espaço pelos usuários. A ausência desses itens pode causar impactos

significativos na experiência e interação das pessoas com o ambiente, dificultando o acesso e a fluidez dentro do hospital.

Além disso, a presença de sinalização clara, pontos nodais, marcos e caminhos, conforme descrito por Lynch (1964), desempenha um papel essencial na orientação espacial dentro do hospital. Esses elementos facilitam a compreensão e a localização dos diferentes setores pelos usuários, contribuindo para uma navegação mais eficiente e intuitiva dentro do hospital, o que é especialmente importante em ambientes de grande fluxo como hospitais.

Outro conceito relevante no contexto da neuroarquitetura presente no HUBFS é a implantação da biofilia nos projetos arquitetônicos. O termo, originado do grego, significa "amor pela vida" e está profundamente relacionado à conexão entre o ser humano e a natureza, destacando os benefícios dessa interação para a saúde e o bem-estar. De acordo com Edward O. Wilson e Elizabeth F. Calabrese (2015), o design biofílico na arquitetura pode ser implementado de diversas maneiras, promovendo ambientes que estimulam o contato com elementos naturais. Considerando que o campus da UFPA está cercado pela vegetação amazônica nativa, o HUBFS não é uma exceção. Além do contato direto com a vegetação local, o hospital utiliza tons que remetem ao natural em sua pintura e decoração (Figura 2). O espaço da recepção, por exemplo, é adornado com imagens de espécies da flora amazônica (Figura 3), criando um ambiente que reforça essa conexão com a natureza e promove um ambiente mais acolhedor e relaxante para os pacientes e visitantes.

2: Fachada do HUBFS



Fonte: Helvio Arruda, 2024

Figura 3: Recepção do HUBFS



Fonte: Helvio Arruda, 2024

RESULTADOS ESPERADOS

Ao buscar referências bibliográficas para esta pesquisa, encontramos um cenário interdisciplinar, que atravessa por áreas como as da história, antropologia, psicologia e neuroarquitetura, que por sua vez auxiliam não apenas no conhecimento de como podemos valorizar o patrimônio, mas também que buscam compreender as demandas dos usuários, urgentes ou não, em relação ao ambiente construído, respeitando a sua história e sua cultura. Visto que o Hospital Bettina apresenta uma forte consolidação no cenário urbano belenense, como local especializado em assistência à saúde pública, podemos inferir sua forte ligação à cultura local e suas profundas raízes históricas com essa região. Através dos conhecimentos teóricos, buscamos formas de aplicação e análise que enfatizem a percepção como caminho para descobrir soluções que envolvam o desenvolvimento de laços de pertencimento e saudação do patrimônio, para serem aplicadas ao desenvolvimento da pesquisa.

Assim, esperamos que os métodos utilizados, coloquem em evidência a importância dessa edificação e o seu significado, através da compreensão da relação dos usuários com o espaço construído, analisando a leitura do espaço físico a partir da percepção dos usuários, que se baseia nos estudos de Lynch (1964) e Cavalcante e Elali (2018), utilizando o mapeamento de elementos físicos que sejam atribuídos a orientação dentro do hospital se baseando no conhecimento adquirido por De Melo (2019).

Definiremos o perfil de cada indivíduo primeiro a partir dos estudos de Elali (2009), e depois a partir de uma pesquisa levando em consideração as suas origens, seu tempo de permanência, suas vivências, há quanto tempo frequenta o Hospital, e suas percepções de acordo com a metodologia de incursão e entrevista semiestruturada que tem base nos trabalhos de De Melo (2019) e Sartori e Bencke (2023).

Assim poderemos reunir as informações coletadas, resultantes do métodos utilizados durante as incursões e das fontes bibliográficas para analisar os espaços do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, procurando promover soluções arquitetônicas que consigam melhorar o espaço do hospital, a nível de organização, estrutura, pontos de referência, elementos sensíveis e cognitivos, para que enfim possam favorecer a acessibilidade desde edifício de saúde, colaborando para a valorização de seu significado para a sociedade e a manutenção das conexões afetivas, que ele possui com seus usuários, como patrimônio vivaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade cognitiva desempenha um papel crucial na preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico, especialmente em edificações assistenciais, como hospitais, que abrigam uma diversidade de usuários com diferentes necessidades. No caso do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, a implementação de soluções que promovam a legibilidade e a acessibilidade cognitiva pode transformar a percepção do ambiente, humanizando a relação entre os usuários e o espaço, além de incentivar a preservação do valor cultural e histórico da edificação.

O HUBFS, além de ser um grande centro de saúde e pesquisa, se destaca pelo seu projeto arquitetônico atual, que visa a integração de elementos de acessibilidade física e cognitiva, buscando sempre a humanização do espaço. No entanto, embora a estrutura seja eficiente, cabe ao hospital realizar uma revisão na organização espacial, com foco em sinalização clara, rampas adequadas e pontos de referência mais eficientes. Tais soluções voltadas na neuroarquitetura podem melhorar a fluidez do movimento dos usuários, reduzir a ansiedade e garantir uma experiência mais agradável e intuitiva para todos, especialmente em um ambiente tão movimentado como o de um hospital. A neuroarquitetura, em particular, pode ajudar a reduzir o estresse, proporcionando uma experiência mais positiva aos pacientes e colaboradores.

Sob essa ótica, o uso de ferramentas de estudo pautadas na neuroarquitetura e psicologia ambiental, diante de uma realidade de perda na humanização de espaços, se mostra como uma técnica importante para promover a inclusão. Em espaços de saúde com um extenso histórico assistencial e de ensino, como o HUBFS, essas abordagens podem ser opções valiosas para melhorar a salubridade do ambiente, ao mesmo tempo que preservam o patrimônio histórico do hospital.

O conceito de "ambiência", que abrange as experiências sensoriais e emocionais dos usuários, também se destaca nesse contexto. A percepção do ambiente, quando clara e acessível, pode fortalecer o pertencimento dos usuários ao hospital, transformando-o em um espaço não apenas de tratamento, mas também de recuperação emocional. A acessibilidade cognitiva, juntamente com o design universal e os princípios da neuroarquitetura, são fundamentais para garantir que todos, independentemente das suas condições, possam interagir com o espaço de maneira plena e digna, fortalecendo ainda mais a conexão afetiva dos usuários com o hospital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050/2015: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BETTINA FERRO. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/chu-ufpa/acesso-a-informacao/institucional/bettina-ferro>>. Acesso em 07 de junho de 2024.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. **Psicologia ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. Editora Vozes, 2018.

DE MELO, Natália Rodrigues. **[Con] viver e [trans] formar pela ambiência**. Metodologias para o espaço construído. Arquitividades Subjeturas. Metodologias Para a Análise Sensível do Lugar, p. 137-153, 2019.

DE PAIVA, Andréa. **Neuroscience for Architecture: How Building Design Can Influence Behaviors and Performance**. Journal of Civil Engineering and Architecture, fev. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325016082_Neuroscience_for_Architecture_and_How_Building_Design_Can_Influence_Behaviors_and_Performance>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

EAGLEMAN, David. **Incognito** (Enhanced Edition): The Secret Lives of the Brain. Knopf, 2011.

ECKERT, Cornelia. **As variações" paisageiras" na cidade e os jogos da memória**. Iluminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 20 (2008), 12 p., 200

ELALI, Gleice Azambuja. **Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na psicologia ambiental**. Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas. Rio de Janeiro: ProArq-UFRJ, 2009.

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues et al.. **UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA**. In: Anais do III Colóquio Internacional de Arquitetura Assistencial: sustentabilidade e humanização. Anais...Belém(PA) MPEG, 2024.

KELLERT, S.; CALABRESE, E. **The Practice of Biophilic Design**. 2015. www.biophilic-design.com

KOWALTOWSKI, C. D.; MOREIRA, D. de C. PETRECHE, João R. & FABRICIO, M. M. **O processo de projeto em arquitetura**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. Páginas: 222-272.

LOTTO, Beau. **Golpe de Vista** como a ciência pode nos ajudar a ver o mundo de outra forma. 2016.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. MIT press, 1964.

PORTAL MEC, Universidade Federal do Pará Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza. Belém. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/hubettin.pdf>.

SARTORI, Gabriela; BENCKE, Priscilla. **Ambientes que inspiram**: como a ciência, a tecnologia e a sensibilidade podem criar espaços que estimulam o bem-estar físico, a saúde mental e o desempenho cognitivo. São Paulo: Autoridade, 2023. 192p.

SILVA, Luiz de Jesus Dias. **Percepção do ambiente construído humanizado**. In. SILVA, Luiz de Jesus Dias. **Percepção do ambiente construído**. Por mais humanização em arquitetura e urbanismo. Belém: Paka-Tatu, 2021.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 29 de novembro de 2024

THIBAUD, Jean-Paul. **Ambiência**. In: Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

TUTYIA, Dinah; MIRANDA, Cybelle Salvador. **Rua Dr. Assis: um percurso pela memória patrimonial dos usuários da Cidade Velha, em Belém do Pará**. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA (UNESP), v.15, p.308 - 338, 2019. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/883>

VILLAROUCO, Vilma et al. **Neuroarquitetura: a neurociência no ambiente construído**. Rio Books, 2021.

ACESSIBILIDADE DO PATRIMÔNIO HOSPITALAR: O HOSPITAL BETTINA FERRO DE SOUZA SOB A ÓTICA DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

DE NARDI, Bárbara Carolina
Santos¹

CELESTINO, Lucas Moraes²

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues³

DE GODOY, Renata⁴

RESUMO

Diante de novas demandas e mudanças nas dinâmicas sociais presentes dentro do espaço, as inevitáveis alterações na cultura material fazem com que o patrimônio precise adaptar-se aos novos usos. Tais alterações tornam-se objeto de estudos da Arqueologia da Arquitetura, sendo reflexo dos contextos históricos e sociais. A acessibilidade física e cognitiva se apresentam como quesitos a serem pensados quanto a adaptação de espaços, buscando facilitação de acesso e inclusão. Dentro da Universidade Federal do Pará, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza se apresenta como unidade de ensino e pesquisa para os estudantes como hospital-escola voltado para tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde, tendo passado por alterações para se adaptar às demandas de usuários, assim como adaptações para inclusão. Diante disso, sob a ótica da Arqueologia da Arquitetura, serão analisados os projetos propostos para o hospital ao longo de sua existência, averiguando suas alterações e suas adaptações quanto à acessibilidade, destacando acréscimos e omissões, permitindo compreensão do seu processo histórico, sua relevância para seu contexto, além de seu desempenho quanto à acessibilidade. Por fim, nesta pesquisa em andamento, serão analisados os usuários deste bem, para compreender os grupos que o vivenciam e sua perspectiva de pertencimento ao local.

Palavras-chave: Acessibilidade. Arqueologia. Bettina Ferro de Souza

¹Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA). Integrante do Laboratório de Neuroarquitetura (Labneurau/UFPA) e do Grupo de Pesquisa do CNPq "Neuroarquitetura na Amazônia". E-mail: barbara.nardi@itec.ufpa.br

²Mestrando do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal do Pará (PPGAU/UFPA). Integrante do Laboratório de Neuroarquitetura (Labneurau/UFPA) e do Grupo de Pesquisa do CNPq "Neuroarquitetura na Amazônia". E-mail: lucascelestino2m@gmail.com

³ Prof.^a Dr^a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Coordenadora do Laboratório de

Neuroarquitetura (Labneurau/UFPA). Integrante da *Academy of Neuroscience for Architecture (ANFA)*. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "Neuroarquitetura na Amazônia". E-mail: cibellyfigueiredo@ufpa.br | labneurau.ufpa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-270X>.

⁴ Prof.^a Dr.^a da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (FCS-IFCH/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA-IFCH/UFPA). E-mail: renata.godoy@gmail.com

INTRODUÇÃO

No contexto urbano contemporâneo, o cenário das cidades se torna palco para a interação e conexão entre distintos grupos sociais. Cornélia Eckert (2008) ressalta que estas diferentes dinâmicas sociais e de interação acontecem sob a mesma paisagem, sofrendo influência delas e tornando, gerando adaptações espaciais para seus distintos usos. O que a autora denomina como “Variações Paisageiras” se torna um fenômeno recorrente nas grandes cidades, onde a cultura material, reflexo da vivência de um grupo, sofre influência e influencia os diferentes grupos sociais que a vivenciam.

Dentro deste âmbito, a autora ainda destaca a relevância desta dinâmica de influência mútua para o surgimento do sentimento de pertencimento ao patrimônio. Quando um bem se torna estagnado, não podendo sofrer adaptações pelo seu público para seu uso, este perde seu interesse nele, favorecendo sua depredação e desgaste. A partir desse parâmetro, é possível compreender as adaptações realizadas nos espaços urbanos como formas de inclusão e acessibilidade, sendo realizadas para alinhar o espaço físico ao uso ao qual está sendo destinado e ainda às necessidades latentes daquele grupo quanto aquele espaço.

Diante destes pressupostos, no debate antropológico, a arqueologia se dedica aos estudos desta cultura material, compreendendo fatores culturais de povos e grupos étnicos através de sua produção material, associando-se à arquitetura, para compreender por meio de edificações e culturas construtivas a dinâmica e contexto social na qual determinado bem arquitetônico estava imerso. Santos (2015) ressalta que, por meio do estudo da cultura material edificada, torna-se possível compreender a evolução de determinado edifício, assim como as vivências realizadas entre suas paredes, sua funcionalidade, através de seus elementos físicos resguardados. Por meio da realização da cronologia de uma edificação, compreende-se ainda os fatores que levaram a criação de determinado espaço, assim como os fatores que levaram a suas alterações ao longo dos anos.

Zarankin (1999) ainda contribui para o debate, descrevendo a arquitetura como elemento condicionante das possibilidades de relações que podem ser realizadas em suas dependências. O autor defende que o espaço construído se torna promotor de determinados comportamentos, corroborando com as propostas de Eckert (2008), no pensamento a respeito da influência mútua entre as vivências sociais e as edificações. Zarankin destaca ainda a relevância da conexão da edificação com o contexto social em que se insere,

Dentro do espaço do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, é visível a presença de diferentes grupos sociais, compartilhando aquele espaço sob sua cobertura assistencial. Inicialmente planejado para suprir a necessidade dos bairros adjacentes por assistência em saúde (Figueiredo *et al.*, 2024), o Hospital Bettina, como é conhecido, engloba atualmente uma série de serviços de referência no Pará, sendo frequentado por pessoas de diferentes cidades em busca de auxílio oftalmológico, otorrinolaringológico e em desenvolvimento infantil (GOV.BR.2020).

Mapa do setor da saúde na cidade universitária da UFPA campus Guamá, com indicação da localização do HUBES³⁰



Fonte: Prefeitura Multicampi da UFPA. Adaptado por Bárbara De Nardi

30 Sigla para Hospital Bettina Ferro de Souza.

Sob este cenário, este trabalho se propõe a investigar a vivência de pacientes, funcionários e acompanhantes quanto a memória e identidades associadas ao local, identificando os distintos grupos sociais que compõem seu público. A partir disso, busca-se compreender suas origens e demandas quanto ao espaço físico hospitalar e esclarecer as intervenções que foram realizadas neste local ao longo dos seus anos de existência e funcionamento, no intuito de aprimorar sua assistência, receptividade e acessibilidade, garantindo a vivência destes distintos grupos que o frequentam.

Dessa forma, este trabalho alinha-se ainda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS propostos (Brasil.UN, 2024), diretrizes que buscam o crescimento de diferentes nações por meio da sustentabilidade. Buscando favorecer as comunidades que fazem parte da vivência do Hospital Bettina Ferro de Souza, esta publicação se alia ao ODS 11, que zela pelas comunidades e pelo ambiente urbano sustentáveis, assim como, por se tratar de vivências hospitalares, alinha-se também ao ODS 3, favorecendo a promoção de saúde e bem-estar.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, torna-se necessário desenvolver um sistema de metodologias para apreensão de conceitos antropológicos e estudos sociais para melhor compreender as dinâmicas presentes no contexto do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, além do levantamento de materiais históricos e registros do desenvolvimento do local. Diante disso, o processo deste estudo se dá início por meio de levantamentos bibliográficos, buscando através de referências de distintos autores, uma intrínseca relação com o tema proposto, caminhando por meio das interfaces da arquitetura, antropologia e arqueologia.

Para a identificação dos distintos grupos componentes do cotidiano do Hospital, torna-se necessário seguir uma série de incursões etnográficas, de caráter de observação, buscando apreender a vivência daqueles que compõem o espaço. Paralelamente, entrevistas semiestruturadas se mostram de extrema importância, captando a partir de interlocutores que vivenciam o hospital atualmente ou que já o vivenciaram em outros momentos de sua história, a trajetória da edificação e as modificações físicas e em seus serviços ao longo de

seus anos de funcionamento (Uriarte, 2012).

Por fim, o levantamento de materiais históricos da edificação permite uma melhor compreensão da trajetória histórica deste bem no contexto da Universidade Federal do Pará e no contexto estadual. A relação de plantas do projeto original, assim como de reformas pelas quais a edificação atravessou ao longo dos anos, quando alinhados a outros registros em mídias históricas, permitem uma melhor compreensão das relações e dinâmicas sociais pelas quais o hospital atravessou ao longo de sua história.



Planta de situação do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza. A relação de plantas do projeto original em conjunto com os registros das reformas que a edificação sofreu ao longo dos anos será um dos principais materiais de estudo para o andamento da pesquisa.

Fonte: Acervo da Prefeitura da UFPA

Por meio destas ferramentas, torna-se possível identificar as diferentes demandas dos distintos grupos sociais presentes no Hospital Bettina, identificando em elementos físicos da edificação, quais demandas foram supridas para aprimorar a receptividade e acessibilidade do espaço.

ARQUEOLOGIA CONTEMPORÂNEA E RELAÇÃO PESSOA- AMBIENTE

A arqueologia é conceituada por Menezes (2017) como o “estudo material das sociedades humanas”, realizado por meio da coleta, análise e interpretação da materialidade, a qual pode estar relacionada tanto à cultura material quanto aos vestígios arqueológicos. Para além da operacionalização de tal ciência como um entendimento das relações humanas exclusivamente atreladas ao passado remoto, uma ramificação desse vasto campo de estudo emerge, “rompendo, então, com a ideia de tempo linear” acarretada pela “gradual secularização do pensamento e da sociedade ocidental”. Assim, a arqueologia contemporânea pode ser definida como o ato de “pesquisar um período com o qual estamos intimamente familiarizados e que exerce grande influência no cotidiano e ações, resultando no desafio de explorar segredos e esquecimentos desse passado próximo, recuperando memórias recentes através da cultura material” (Brandão, 2015).

Visto que o presente trabalho se debruça na investigação das alterações dos ambientes do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS), surgidas como consequência das constantes mudanças nas dinâmicas sociais, cultura material além das demandas ocasionadas pelos progressivos avanços na medicina, torna-se imperativo o apoio da arqueologia contemporânea aliada a arqueologia da arquitetura para o entendimento mais profundo das transformações materiais e sociológicas associadas ao ambiente construído.

Além disso, uma vez que a referida disciplina a qual se aliará aos estudos arqueológicos da contemporaneidade fornecerá subsídio para elaborar a história do edifício hospitalar, levando em consideração que este nosocômio fará parte da cultura material da comunidade a qual ele intervém (Santos 2015) torna-se pertinente apontar também as relações antropológicas entre ambiente e indivíduo cujas premissas estão intimamente conectadas à memória, pertencimento e afetividade das pessoas que usufruem do espaço.

Funcionários, gestores, profissionais da saúde, estudantes da universidade, pacientes, acompanhantes e qualquer outro grupo que mantenha o hábito de frequentar o hospital está sujeito a ser influenciado pelo ambiente que o circunda de modo a criar laços afetivos e se sentirem, mesmo que inconscientemente, pertencentes ao lugar. Segundo o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1877-1945), em sua obra chamada A Memória Coletiva (1990), quando um grupo de pessoas convive por muito tempo em um lugar que se adapta aos seus hábitos, seus pensamentos e movimentos passam a ser regulados pela sucessão de imagens que lhes representam os objetos exteriores, logo as transformações em um determinado ambiente acabam por desconcertar os indivíduos que tenham criado relações sociais através dele.

Fachada principal do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza



Autoria: Bárbara De Nardi

Logo, ao considerarmos que as relações entre pessoas e o espaço construído se inserem num contexto de criação de memórias, vínculos e subjetividades, convém ressaltar as constantes alterações físicas e dinâmicas sociais no HUBFS, com especial enfoque nas questões atreladas a acessibilidade, tanto para pessoas com limitações físicas quanto para os neurodivergentes, visto que promover espaços mais acessíveis e adequados às necessidades especiais de cada grupo social é uma forma de buscar maior inclusão juntamente com a sensação de acolhimento pelos usuários, facilitando assim a integralização da subjetividade dos sujeitos com o meio que o cerca, possibilitando o que é definido na psicologia ambiental como reciprocidade cognitiva entre indivíduos e o ambiente.

O HOSPITAL BETTINA FERRO DE SOUZA

A NBR (Norma Brasileira) 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) foi publicada, inicialmente, na década de 1980 e passou por quatro revisões até chegar à sua versão mais recente em 2020. Tal regulamentação refere-se à “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, e cujo objetivo principal pretende “proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.”.

Diante do que foi exposto no Regimento do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (2009), ao descrever a instituição como um sítio destinado a produção de conteúdo acadêmico, promoção de atenção à saúde integral da população de acordo com os regimentos da Política Nacional de Humanização (PNH) e das políticas prioritárias do Sistema Único de Saúde (SUS), além de ser considerado um hospital de referência nos tratamentos de oftalmologia, otorrinolaringologia, crescimento e desenvolvimento infantil e e doenças raras, faz-se necessário adaptar-se ao que é estabelecido pelas NBRs com o intuito de aprimorar as condições de suporte aos pacientes que, em muitos casos, já se encontram em situação de vulnerabilidade não apenas pelas questões salutaras que os levaram a buscar um atendimento médico, mas também por questões sociais e econômicas.

Em uma incursão ao referido nosocômio realizada numa manhã de sexta-feira, em 16 de agosto de 2024 - um dia após o feriado estadual da adesão do Pará à independência, não somente se deparou com o hospital de portas fechadas, mas também com pacientes que esperavam por consulta

mas que, infelizmente, não haviam sido avisados previamente de que a instituição não funcionaria naquele dia e, ao abordar uma das pacientes decepcionadas com tal alteração, ela lhe relatou que tinha vindo com o filho da cidade de Pau D'arco, a aproximadamente 815 km de Belém.

Área lateral direita da entrada do Hospital Bettina, local de descanso para pacientes



Autoria: Lucas Celestino

Ademais, em outras incursões realizadas pelos autores no mesmo local, foi observado que algumas pessoas faziam refeições embaixo de uma cobertura de madeira com duas águas sustentadas por pilares do mesmo material, onde encontram-se cadeiras e mesa para refeições, revelando então a hipótese de que estes seriam moradores de outra cidade ainda aguardando o horário de suas consultas ou à espera do transporte de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) para retornarem a suas residências.

Assim sendo, em decorrência da recepção de pacientes oriundos de cidades distantes os quais acabam por enfrentar deslocamentos extremamente longos e cansativos, além do demorado tempo de espera para serem atendidos em virtude da grande quantidade de pessoas que usufruem das assistências prestados pela instituição, dentre outros impasses relatados também na ferramenta de avaliações do serviço de busca virtual Google, torna-se ainda mais evidente a necessidade de espaços de acolhimento, acessibilidade, inclusão e descanso para aqueles que constroem as redes de sociabilidade e pertencimento que definem esse espaço bem como a memória atrelada ao reconhecimento da influência e importância deste nosocômio para a cultura material e imaterial do estado, reforçando assim a importância dos estudos acerca da arqueologia contemporânea nos ambientes construídos.

RESULTADOS ESPERADOS

Por meio das bibliografias pesquisadas e dos resultados levantados através das metodologias de captação de dados *in loco*, espera-se inicialmente realizar um mapeamento do perfil dos funcionários e pacientes do hospital. Por se tratar de um hospital com múltiplas especialidades, sendo referência em algumas delas, compreende-se que a distinção de setores se torna um fator fundamental de diferenciação entre pacientes, que buscam diferentes tipos de consultas e procedimentos, assim como os funcionários, que terão distintas funções e especialidades. Dessa forma, estes fatores determinam também as áreas que serão mais vivenciadas por cada grupo, sendo de grande influência para a interpretação espacial.

Como esperado de um hospital de referência para o Estado do Pará, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza recebe muitos pacientes provenientes de fora da cidade de Belém, que atravessam longos trajetos, utilizando distintas formas de transporte para realizar seus procedimentos. Diante disso, uma das hipóteses desenvolvidas pela pesquisa diz respeito a diferentes relações com o espaço a partir da cidade ou região de origem do paciente. Assim como proposto por Zarankin (1999), a cultura material depende fortemente da cultura em que se insere, podendo ser compreendida de diferentes formas a partir da perspectiva e cultura de quem a enxerga.

Diante desta variedade de grupos sociais vivenciando este espaço de distintas formas, compreende-se que suas demandas estarão alinhadas ao papel que cada um desenvolve no local. Como proposto por Eckert (2008), cada grupo que vivencia a mesma paisagem dentro do contexto urbano demanda alterações e adaptações para que esta melhor se enquadre na forma que este experiencia o lugar. Dessa forma, a partir da vivência de cada grupo do hospital, a depender de sua demanda, por assistência ou trabalho, a depender de seu procedimento no local e sua origem, este irá interagir de uma forma particular, culminando em necessidades relacionadas a sua vivência.

Por fim, espera-se enxergar na documentação e nas plantas de alterações realizadas no hospital, o reflexo das suas adaptações ao longo dos anos. Conectando as diferentes etapas do projeto, espera-se que os registros históricos da edificação possam permitir que as adequações realizadas no decorrer de sua trajetória tenham sido soluções materiais para as distintas vivências e necessidades dos grupos que o compõem, que também se alteraram ao passar do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o papel desempenhado pelo Hospital Bettina Ferro de Souza ao longo de sua história, compreende-se a sua relevância para o cenário não apenas da cidade de Belém, mas da totalidade do Estado do Pará. Diante disso, garantir que este espaço seja acessível e garanta o bem-estar de seus usuários torna-se fundamental para sua perpetuação como patrimônio.

Seja pelo seu desempenho nos âmbitos de pesquisa, educação ou atendimento à rede pública de saúde, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza atualmente desempenha atribuições maiores das que lhe foram atribuídas em sua origem (Figueiredo, 2024) passando por diversas alterações para se adaptar a suas novas demandas. Atendendo pacientes de diferentes cidades do Estado com destaque para o tratamento de doenças raras, sendo cerne de diversos projetos de pesquisa assim como espaço de residência médica para estudantes de medicina da universidade, o hospital se torna um ponto de suma importância no âmbito da pesquisa e da saúde coletiva.

Desse modo, esclarecer as vivências que fazem parte de sua existência torna-se peça fundamental para compreender o funcionamento deste bem, sendo de indispensável importância para sua perpetuação. Garantir a acessibilidade deste espaço torna-se então uma ferramenta de acolhimento e pertencimento, assegurando a relação de salubridade e afetividade dos usuários com o espaço construído, aprimorando seus serviços e permitindo a continuidade das atividades do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR 9050/2015: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BETTINA FERRO. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/chu-ufpa/aceso-a-informacao/institucional/bettina-ferro>>. Acesso em 07 de junho de 2024.

BRANDÃO, JULIANA. Escavando temporalidades. **Revista Habitus**, 2017, 15(2).

COSTA, DIOGO MENEZES. 2017 **Arqueologia.InUwa'kürü-dicionário analítico**, volume 2.G.R.d.Albuquerque da.S. Pacheco, eds. Pp. 10-16. Rio Branco/AC:Nepam Editora.

COSTA, R. G. R.; AMORA, A. M. G. A. 2010. **Lugares de memória da saúde no Centro do Rio de Janeiro. Simpósio Temático Arquitetura, Patrimônio e Museologia**. In:

ENAPARQ Rio de Janeiro. Disponível em www.anparq.org.br/congressos/index.php/ENANPARQ/.../paper/.../429.

ECKERT, Cornelia. **As variações" paisageiras" na cidade e os jogos da memória. Iluminuras**: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS. Porto Alegre, RS. N. 20 (2008), 12 p., 2008.

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues et al.. **UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA.. In: Anais do III**

Colóquio Internacional de Arquitetura Assistencial: sustentabilidade e humanização. Anais...Belém(PA) MPEG, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iii-colquio-internacional-de-arquitetura-assistencial-sustentabilidade-e-humanizacao-378903/761842-UMA-ANALISE-HISTORICA-DO-HOSPITAL-UNIVERSITARIO-BETTINA-FERRO-DE-SOUZA>. Acesso em: 01/11/2024

HALBWACHS, MAURICE. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. MIT press, 1964.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. **Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana**. RUA, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 101–127, 2015. DOI: 10.20396/rua.v9i1.8640752.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640752>. Acesso em: 01/11/2024.

SANTOS, R. (2015). **Arqueologia da Arquitetura: Olhar Paredes e Ver Vivências**. Revista de Arqueologia Pública. Campinas.

ONU, **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 29 de novembro de 2024

THIBAUD, Jean-Paul. **Ambiência**. In: Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018

TOCCHETTO, F. B. & B. THIESEN. **A memória fora de nós: a preservação do patrimônio arqueológico em áreas urbanas.** In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 2007. pp. 175-199. vol. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. IPHAN, Brasília

URIARTE, Urpi Montoya. Podemos todos ser etnógrafos. **Redobra, Salvador**, v. 10, p. 171-189, 2012.

ZARANKIN, A. **Arqueología de la Arquitectura: another brick in the wall.** In: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 1999. São Paulo

RESOLUÇÃO N. 668, DE 2 DE ABRIL DE 2009. Disponível em:

https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consun/2009/Microsoft%20Word%20-%20668%20regimento%20betina.pdf

MAPAS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ SILVEIRA NETO. Disponível em:

<https://prefeitura.ufpa.br/index.php/mapa>

APONTAMENTOS DE ACESSIBILIDADE COGNITIVO-SENSORIAL NA CONTEMPORANEIDADE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO BETTINA FERRO DE SOUZA

MOREIRA, Paloma Geovanna Souza³¹

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues³²

FERREIRA, Anna Beatriz dos Santos³³

SOUZA, Laís Chaves Mendes de³⁴

RESUMO

O Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS), um histórico centro de saúde pública fundado em Belém (PA) em 1993, tem um público diverso devido à gama de serviços oferecidos. Nesse cenário, a acessibilidade cognitivo-sensorial defendida pela neuroarquitetura emerge como um aspecto crucial para o acolhimento e suporte a usuários neurodivergentes. Assim, o estudo investiga as implicações das reformas do HUBFS sobre sua acessibilidade cognitivo-sensorial em vista de diretrizes da neuroarquitetura. Os métodos compreendem consultas bibliográficas, incursões a campo e observação participante, bem como análise de discurso. Os resultados preliminares sugerem que as reformas realizadas no HUBFS comprometeram a sua acessibilidade cognitivo-sensorial e desconsideraram as expectativas dos funcionários e as necessidades dos pacientes. Dessa forma, o estudo defende a experiência dos usuários, em particular dos neurodivergentes, como um aspecto indissociável da funcionalidade dos edifícios assistenciais, o que demonstra que a continuidade da pesquisa é de fundamental importância para a elaboração de diretrizes que considerem concomitantemente a conservação, a adaptação e a acessibilidade em exemplares históricos desse uso arquitetônico.

Palavras-chave: Arquitetura Assistencial; Acessibilidade Universal; Neuroarquitetura.

31 Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA, tendo atuado durante um ano junto ao Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural – LAMEMO como bolsista de iniciação científica, e atualmente integrando o Laboratório de Neuroarquitetura – Labneurau | E-mail: pgeovanna.sm@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5390-5924>

32 Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA, bem como coordenadora do Laboratório de Neuroarquitetura - Labneurau. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da UFPA e integrante da *Academy of Neuroscience for Architecture – ANFA* | E-mail: cibellyfigueiredo@ufpa.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-270X>

33 Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA e atualmente integrando o Laboratório de Neuroarquitetura – Labneurau | E-mail: cps.annabeatriz@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5211-9519>

34 Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA e atualmente integrando o Laboratório de Neuroarquitetura – Labneurau | E-mail: laiscmsouza03@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1630-0662>

INTRODUÇÃO

O Art. 3º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), entende por acessibilidade a possibilidade de autonomia de uma pessoa com deficiência para utilizar espaços, serviços e objetos com segurança e conceitua barreiras que limitam o exercício desse direito, como as barreiras nas comunicações e informação, as quais são um empecilho para o entendimento da mensagem que deveria ser recebida (BRASIL, 2015).

Para promover a acessibilidade cognitivo-sensorial, que não é nada além da garantia de autonomia citada acima para pessoas com deficiências cognitivas e sensoriais, ou seja, apresentam dificuldades pela limitação do funcionamento intelectual e de sentidos como visão ou audição, a professora Vera Lucia de Souza (2021) aponta medidas como o uso de uma linguagem direta e de fácil compreensão e de tecnologias assistivas, essa também conceituada na Lei Nº 13.146/2015.

A preocupação acerca do tema vem ganhando destaque nos últimos anos, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão seja uma realidade. Em espaços assistenciais, como hospitais, esse cuidado se faz ainda mais necessário por serem entendidos como ambientes potencializadores da vulnerabilidade de seus usuários e, portanto, hostis à natureza humana (MIRANDA, 2021).

Como mencionado por Roger Ulrich (2019), um ambiente assistencial não deve ter muitos estímulos, como barulhos ou iluminação e cores fortes, porque pode causar estresse em seus usuários, mas também não deve ser livre de estímulos, ou seja, com poucas distrações, pois promoveria o tédio e outras sensações negativas, além de permitir que os pacientes se concentrem mais nas próprias preocupações, aumentando o estresse.

Há, no cenário amazônico, um importante exemplo histórico de arquitetura assistencial, o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) (Figura 1). Inaugurado em outubro de 1993, está localizado no campus III da Universidade Federal do Pará e de início serviria para atender às pessoas da região com um atendimento básico de saúde, mas atualmente é referência nas áreas de otorrinolaringologia e oftalmologia, para além daquelas de crescimento e desenvolvimento infantil (EBSERH, 2020).

Figura 1 – Fachada do HUBFS.



Fonte: Laís Souza, 2024.

Recentemente, as instalações do HUBFS passaram por reformas relativas à construção do Centro de Atenção às Deficiências Auditivas, Visuais, Físicas e Intelectuais, um novo espaço que integrou o hospital à rede de cuidados da pessoa com deficiência do Estado do Pará como Centro Especializado de Reabilitação (CER IV) (VILANOVA, 2021). Assim, a pesquisa surge com o objetivo de investigar as condições de acessibilidade cognitivo-sensorial do hospital após as obras, levando em consideração as diretrizes da neuroarquitetura.

Esse empreendimento encontra justificativa nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), contidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, fomentada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Especificamente, a pesquisa vai de encontro aos seguintes objetivos: ODS 1, referente à erradicação da pobreza, visto que a melhora dos serviços de saúde pública age em contrapartida à marginalização de seus usuários, um fator perpetuador da miséria; ODS 3, alusivo à saúde e bem-estar, tendo em vista que ambientes universalmente acessíveis e saudáveis não beneficiam apenas uma ou outra categoria, mas todo o contingente populacional; ODS 8, relativo ao crescimento econômico sustentável, visto que a saúde pública é basilar ao sustento de outras garantias fundamentais, como aquela do emprego pleno e produtivo; ODS 10, respectiva à redução das desigualdades, posto que intervenções na produção edilícia contribuem para a redução do capacitismo e de outras manifestações discriminatórias; ODS 11, respeitante às cidades e comunidades sustentáveis, dado que orientações desenvolvidas para exemplares de arquitetura assistencial,

casos mais restritivos e críticos, podem facilmente ser traduzidas para espaços públicos e parâmetros urbanísticos; ODS 16, tocante à paz, à justiça e às instituições eficazes, uma vez que a abordagem inclusiva corrobora na garantia dos direitos humanos preconizados pela ONU; e ODS 17, pertinente às parcerias e aos meios de implementação, visto que a pesquisa oferece subsídios para o desenvolvimento de materiais de referência que estabeleçam parceria entre teoria e prática, entre instituições de pesquisa e aquelas relativas aos poderes executivo e legislativo para a garantia de fins mutualmente benéficos.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza pura, com uma abordagem qualitativa e objetivo exploratório. Explicando esses termos, significa dizer que a pesquisa prioriza a produção de conhecimento, utilizando-se de recursos que ao passo que não compreendem uma amostra significativa, estão embasados em evidências e alcançam uma compreensão mais aprofundada do objeto em relação a pesquisas meramente quantitativas. Finalmente, a pesquisa almeja proporcionar conhecimento sobre determinado fenômeno ou problema, subsidiando posteriores estudos, de cunho mais quantitativo e de natureza aplicada.

Quanto aos métodos de coleta de dados, o trabalho foi dividido em dois momentos. Na primeira parte do trabalho, foram feitas consultas à bibliografia existente, uma incursão a campo, conversas informais com usuários do HUBFS (Figura 2) e produção de registros fotográficos. Posteriormente, serão realizadas outras visitas ao hospital para observação participante, além de entrevistas com profissionais ligados ao tema e aplicação de questionários junto a funcionários, pacientes e acompanhantes.

Figura 2 – Conversa informal entre integrantes do Labneurau e usuária do HUBFS.



Fonte: Laís Souza, 2024.

Em se tratando dos métodos de análise, o utilizado foi a análise de discurso, que permite traçar paralelos entre as informações encontradas em fotografias, documentos e depoimentos considerando os seus devidos contextos.

DISCUSSÃO

O HUBFS é marcado por janelas cobertas com imagens de flores (Figura 3), buscando aplicar a biofilia citada por Gabriela Sartori e Priscilla Bencke (2023), uma das sete variáveis ambientais, para promover o bem-estar do usuário, e pelos tons de verde, tanto no exterior quanto no interior do edifício, uma cor que, segundo Grandjean (1988 *apud* CUNHA, 2004), está relacionada a tranquilidade.

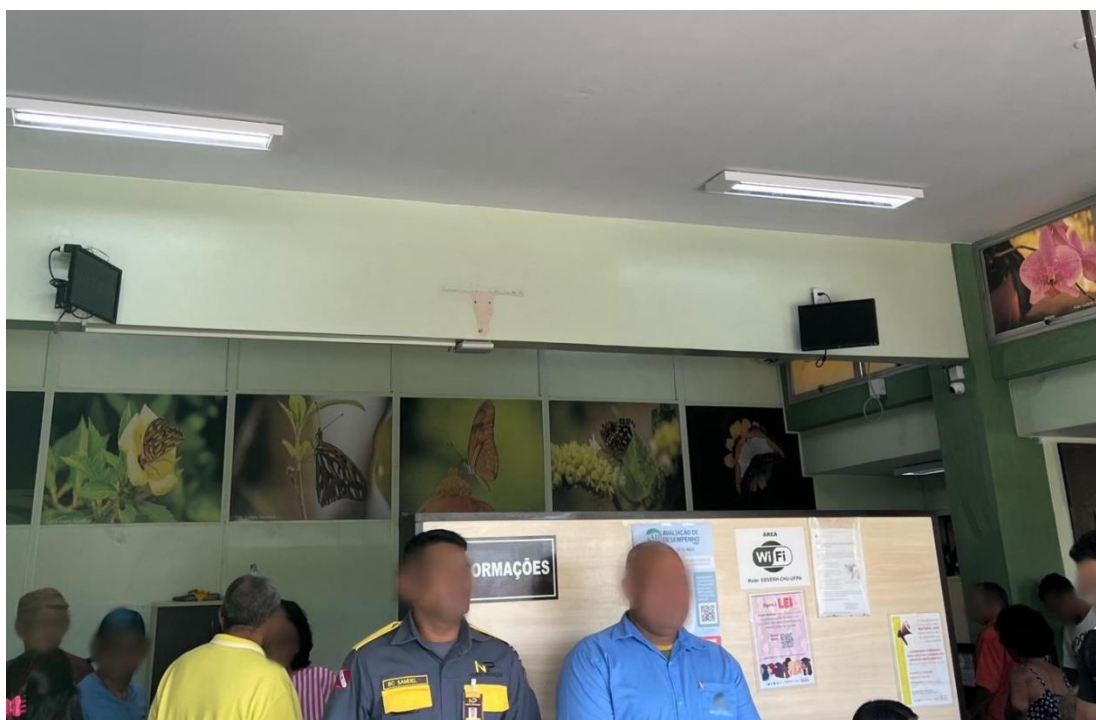
Figura 3 – Vista de uma das áreas de espera da recepção do HUBFS.



Fonte: Laís Souza, 2024.

Seu sistema de atendimento ocorre por meio de senhas. Na recepção (Figura 4), ela é chamada em voz alta e aparece em duas telas viradas para as áreas de espera laterais, apesar de apenas uma estar em funcionamento no momento da visita.

Figura 4 – Recepção do HUBFS.



Fonte: Laís Souza, 2024.

Quando o paciente obtém o devido encaminhamento e sabe a qual ala deve ir, ele pode consultar alguma das tabelas dispostas nas paredes, as quais identificam as alas por cores (Figura 5). Para chegar, se não tiver a devida instrução, ele precisa seguir o caminho através da marcação de bolinhas coloridas no chão (Figura 6), algumas das quais já bem desgastadas e apagadas.

Figura 5 – Tabela de identificação das alas.



Fonte: Laís Souza, 2024.

Figura 6 – Marcação do caminho até as alas através de cores.



Fonte: Laís Souza, 2024.

A ala D (Figura 7), onde está localizada a Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente (UASCA) e sua sala de espera já tem menos de suas janelas cobertas, permitindo a vista exterior e uma iluminação natural, como é recomendado por Etienne Hafemann e Carlos Nunes (2023).

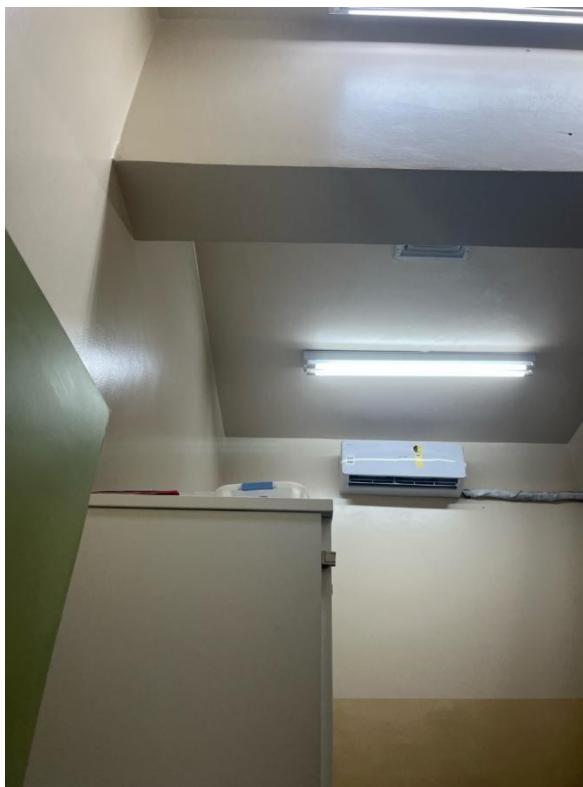
Figura 7 – Entrada da Ala D.



Fonte: Laís Souza, 2024.

Os pacientes da UASCA incluem crianças autistas, que, de acordo com Erica Gessaroli *et al.* (2013), precisam de uma distância maior para se sentirem confortáveis devido ao fato de terem tolerância reduzida e serem mais reativos a violações de espaço pessoal. Apesar disso e no caso em pauta, esses pacientes são atendidos em salas pequenas (Figura 8), deixando-os mais estressados e menos receptivos ao tratamento. Mohammad Arabani e Cyrus Bavar (2019) reiteram essa noção sobre a influência do espaço ao afirmar que a interação social de crianças com autismo é maior em ambientes cuja arquitetura é sensível à sua condição.

Figura 8 – Sala de atendimento da UASCA vista da porta.



Fonte: Laís Souza, 2024.

O que se observa na figura acima é que se consolida nos ambientes de atendimento do Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza uma arquitetura estéril, que se refere meramente a normativas de desempenho e a qual torna a edificação hospitalar mera casca, mero invólucro dos serviços prestados aos usuários em vez de contribuir para a efetividade dos tratamentos oferecidos, potencializando o trabalho das equipes de saúde e amenizando o sofrimento do usuário.

CONCLUSÃO

Nessa primeira parte do trabalho foi constatado que as reformas realizadas no HUBFS não promoveram a acessibilidade cognitivo-sensorial e modificaram negativamente espaços de atendimento, comprometendo a efetividade dos serviços prestados embora a variedade dessa oferta tenha sido ampliada.

O presente estudo defende a experiência dos usuários, sobretudo daqueles neurodivergentes, como um elemento a ser levado em consideração quando se trata da funcionalidade de um edifício, especialmente daqueles voltados à saúde por serem locais que fomentam a vulnerabilidade humana e que podem ser relacionados a experiências traumáticas,

diminuindo o engajamento da população com os serviços de saúde e comprometendo os parâmetros desse indicador a nível nacional.

Dessa forma, é fundamental a continuidade da pesquisa para a futura elaboração de diretrizes que considerem a conservação, a adaptação e a acessibilidade tanto física quanto cognitivo-sensorial de forma concomitante em exemplares históricos de arquitetura assistencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARABANI, Mohammad Hossein; BAVAR, Cyrus. The Importance of Architectural Factors on Increasing Social Interactions of Children with Autism in Educational Centers. **Iranian Journal of Educational Sociology**, v. 2, n.4, p. 56-63, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.29252/ijes.2.4.56>. Disponível em: <https://iase-idje.ir/article-1-670-en.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BETTINA Ferro. In: **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares**, Brasília, DF, 20 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-norte/chu-ufpa/aceso-a-informacao/institucional/bettina-ferro>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CUNHA, Luiz Cláudio Rezende. A cor no ambiente hospitalar. In: FÓRUM DE TECNOLOGIA APLICADA À SAÚDE, 4. – CONGRESSO NACIONAL DA ABDEH, 1. – SEMINÁRIO DE ENGENHARIA CLÍNICA, 4. – SEMINÁRIO NACIONAL DE REGULAÇÃO SANITÁRIA, 1., 2004, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [s. n.], 2004. p. 54-61. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cor_ambiente_hospitalar.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

GESSAROLI, Erica; SANTELLI, Erica; DI PELLEGRINO, Giuseppe; FRASSINETTI, Francesca. Personal Space Regulation in Childhood Autism Spectrum Disorders. **PLoS One**, v.8, n.9, p. 1-8, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0074959>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3781155/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

HAFEMANN, Etienne Alessandra; NUNES, Carlos Roberto de Oliveira. Percepções de usuários da atenção primária sobre a ambiência da sala de espera. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 21. 2023. DOI: <https://doi.org/10.13037/2359-4330.8966>. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/8966/4048. Acesso em: 28 nov. 2024.

MIRANDA, Karolina Melo. **Neuroarquitetura aplicada ao ambiente hospitalar de atendimento a crianças**. 2021. 21 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade América, Cachoeiro do Itapemirim, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SOUZA, Vera Lucia Vieira de. Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência intelectual. In: ROCHA, Jessica Noberto (org.). **Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj/Grupo Museus e Centros de Ciências Acessíveis (MCCAC), 2021. p. 43- 57.

SARTORI, Gabriela; BENCKE, Priscilla. **Ambientes que Inspiram**: Como a ciência, a tecnologia e a sensibilidade podem criar espaços que estimulam o bem-estar físico, a saúde mental e o desempenho cognitivo. Ucrânia: Gente Autoridade, 2023.

ULRICH, Roger S. A theory of supportive design for healthcare facilities. **Journal Of Healthcare Interior Design**, v.9, p. 3-7, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/12761803_A_theory_of_supportive_design_for_healthcare_facilities. Acesso em: 28 nov. 2024.

VILANOVA, Roberta. Estado garante centro para pessoas com deficiência no Hospital Universitário Bettina Ferro, na UFPA. In: **Secretaria de Saúde Pública, Belém, PA**, 17 out. 2021. Disponível em: <http://www.saude.pa.gov.br/estado-garante-centro-para-pessoas-com-deficiencia-no-hospital-universitario-bettina-ferro-na-ufpa/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

AS MULHERES DA MÚSICA NA BELÉM DO FIN DE SIÈCLE (1870-1920)

Milena Moraes de Araújo e Souza³⁵

Resumo

A pesquisa explora a atuação das mulheres na música paraense entre o final do século XIX e o início do XX, destacando seu papel na educação, composição e performance musical. Durante a Belle Époque Paraense, impulsionada pelo ciclo da borracha, Belém vivenciou um período de florescimento cultural, no qual a música tornou-se um elemento essencial na formação das jovens da elite. Embora fosse incentivada como um "lazer doméstico", muitas mulheres transcenderam essas expectativas sociais para seguir carreira. O estudo destaca a trajetória de figuras femininas de grande relevância no cenário musical paraense, como a harpista Esmeralda Cervantes, a cantora e empresária Adele Naghel, e as irmãs Matilde e Virgínia Sinay. Baseada em documentos históricos, partituras e estudos de gênero, a pesquisa, ainda em andamento, valoriza a contribuição feminina para a memória cultural e artística do Pará, evidenciando como a música se tornou uma forma de resistência aos papéis de gênero tradicionais.

Palavras-chave: Belle époque; Mulheres; Música; Belém.

³⁵ Graduada em Licenciatura em História (FIBRA), especialista em História Contemporânea (FIBRA), Mestranda no Programa de Pós-graduação em História (PPHIST-UFPA).

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa dá continuidade aos estudos iniciados durante minha graduação, intitulados “As mulheres no meio musical na Belém dos anos 1930: Personagens, Espaços e Práticas”, concluídos em 2015, no curso de Licenciatura em História e na quantidade de fontes encontradas quando estava escrevendo o artigo “Música e Musicistas no Pará (1867-1920): a representação feminina nas partituras da Coleção Vicente Salles no Museu da UFPA”, apresentado em 2017 e publicado em 2021. Neste artigo, busco compreender como essas mulheres desafiaram os papéis de gênero impostos pela sociedade da Belle Époque.

A *belle époque* paraense, que ocorreu no final do século XIX e início do XX, foi um período de crescimento econômico e cultural em Belém, impulsionado pela exploração da borracha. Esse contexto coincidiu com a Proclamação da República Brasileira, o que reforçou a adoção de padrões europeus pela elite local, especialmente inspirados na França. Nesse cenário, Belém ganhou um novo teatro – Theatro da Paz - que passou a abrigar as primeiras temporadas líricas, recebendo companhias de ópera, dramas e entretenimento, tornando-se palco das atividades musicais deste período³⁶.

Essas companhias permaneciam na cidade por aproximadamente três meses, promovendo cerca de cinco apresentações semanais. Elas traziam uma equipe completa, incluindo cantores, coros, orquestra e, ocasionalmente, grupos de dançarinos³⁷. Para viabilizar esse grande corpo artístico, o governo fazia um investimento considerável, arcando com os custos de transporte e logística para trazer, de outro continente, todos os recursos necessários. Vejamos o exemplo das negociações para a temporada de 1883, quando Carlos Gomes retornou a Belém.

Na sessão da Assembleia Provincial, de 11 de outubro de 1882, na parte dos trabalhos legislativos que tratam do "Expediente" foi informado que Antônio Carlos Gomes pediu a subvenção de 30 contos de réis para trazer da Itália, no ano seguinte, uma companhia lírica. (ARRAES, 2021, p. 182)

Além das temporadas de ópera, destacam-se também o surgimento de importantes estabelecimentos musicais, como as fábricas de piano de George Wacker e Gustavo Engelke e as livrarias Universal, Mina Musical, Casa José Mendes Leite, Tavares Cardoso; e pela criação de associações com a finalidade de difundir as artes, como a Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense (1867-1980); Associação Lyrica Paraense (1880), Mina Literária (1894), Associação Paraense Propagadora de Bellas Artes (1895); Sociedade

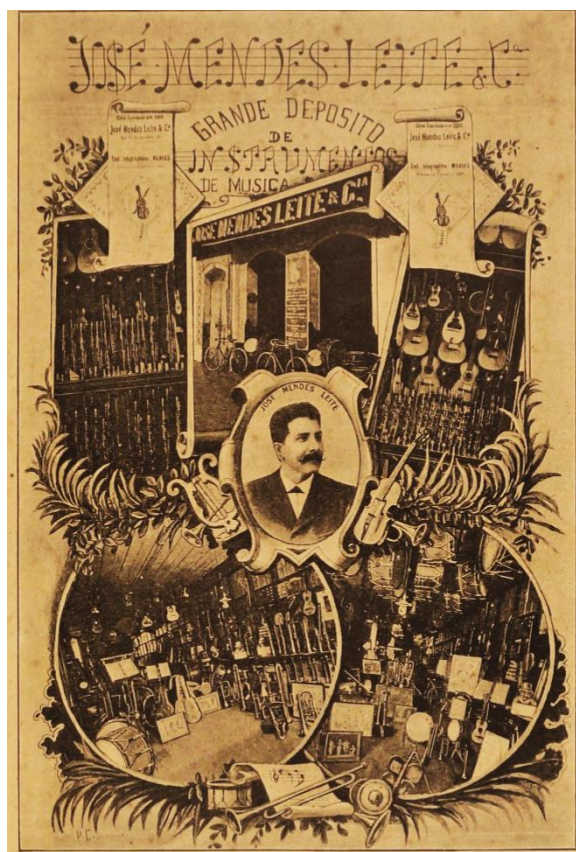
36 SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3ª ed. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2010, p. 113-114.

37 Ver: PÁSCOA, Márcio. **Cronologia lírica de Belém**. Belém: AATP, 2006.

Philharmonica Santa Cecília (1881) e Sociedade de Concertos Populares Henrique Gurjão (1893).

A existência de uma elite consumidora de arte, associada ao desejo de replicar padrões culturais europeus, criou um ambiente propício para a vinda de músicos estrangeiros e para a valorização da música no cotidiano da cidade. Esse contexto não apenas atraiu artistas e empreendedores do setor musical, mas também fomentou a criação de associações e estabelecimentos dedicados à difusão das artes, consolidando Belém como um polo cultural no Brasil.

Imagem 01: Propaganda Editora José Mendes Leite



Fonte: Coleção Vicente Salles – Biblioteca do Museu da UFPA

MÚSICA E EDUCAÇÃO FEMININA

A música se destacou como um dos principais elementos culturais da época desempenhando um papel relevante para a educação feminina. Nos salões do *fin de siècle*, as filhas da aristocracia exibiam seus talentos musicais como uma forma de avaliação social. A educação artística e os cuidados domésticos eram igualmente valorizados, formando os dotes

essenciais para um bom casamento, acreditando que uma mulher bem educada, cuidaria melhor do seu lar³⁸.

O interesse das moças pela música era aprovado e cultivado, sobretudo no que se refere ao piano. Sendo elas proibidas de se desenvolver intelectualmente, já que, além de restrições à educação que recebiam, suas leituras eram severamente fiscalizadas pelos pais e maridos, elas concentravam muito de suas atenções nas atividades artísticas, mostrando-se peritas e devotadas, sobretudo ao piano, quando as posses da família permitiam ter esse instrumento em casa. (FREIRE; PORTELLA, 2010, p. 65)

Vale ressaltar que as mulheres que tinham acesso a essa educação faziam parte da elite burguesa, evidenciando como o piano foi a escolha mais adequada para a introdução musical das meninas. Por ser um instrumento de alto custo, apenas a elite poderia comprá-lo e mantê-lo, tornando-se, assim, um símbolo de poder econômico. Portanto, havia um mercado consumidor na cidade, impulsionado pela forte presença de fábricas de instrumentos na região e pelo comércio de partituras, o que contribuía para a disseminação da prática musical entre as classes mais abastadas.

Além disso, os estudos de Lise Meling apontam que, desde o século XVI, instrumentos como o cravo e o piano se consolidaram como apropriados para mulheres, pois exigiam que mantivessem uma postura considerada feminina³⁹. O piano, frequentemente colocado em um local de destaque na casa, permitia que as moças também ocupassem um espaço privilegiado ao exibirem seus dotes

A jovem moça deve fazer poses graciosas e femininas, manter pernas juntas, e um sorriso concentrado no rosto. Ela deve sentar-se com postura mantendo seus dedos esticados pressionando as teclas sem muito esforço, enquanto os mecanismos do instrumento, que são invisíveis ao público, fazem o som. (MELING, 2019-2020, p. 6.)

Nesse contexto familiar, músicos como Meneleu Campos, Paulino Chaves e Waldemar Henrique receberam suas primeiras lições musicais, orientados, respectivamente, por Adelaide Campos, Idalina França e Philomena Brandão Baars. Contudo, essas mulheres,

38 ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012, p. 338.

39 MELING, Lise. The lady at the piano: from innocent pastime to intimate discourse. IN: **Music & Practice: Performance Studies Network Conference**, 5-7 vol., Oslo, 2019-2020. Disponível em: <https://www.musicandpractice.org/volume-5/the-lady-at-the-piano-from-innocent-pastime-to-intimate-discourse/> Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

responsáveis por sua formação, não alcançaram o mesmo reconhecimento obtido por eles em suas carreiras⁴⁰.

Embora o estudo da música fosse considerado adequado para a educação feminina na época, isso não significava acesso facilitado à profissionalização musical. Os estudos de Michelle Perrot destacam como essas mulheres foram discriminadas e frequentemente esquecidas por desafiar os padrões morais e sociais do período, tradicionalmente associados ao universo masculino. Casos como os de Alma Mahler e Clara Schumann ilustram essa realidade: suas carreiras foram invisibilizadas, enfrentaram a falta de apoio de familiares e maridos, e, em muitas ocasiões, tiveram seus nomes substituídos nas próprias composições⁴¹.

MULHERES NA MÚSICA PARAENSE

Este trabalho tem como objetivo investigar o papel das mulheres no cenário musical de Belém, destacando suas atuações e contribuições para a cena musical regional. Além disso, busca-se analisar de que forma os padrões sociais e de gênero influenciaram tanto a prática musical quanto as oportunidades de formação e inserção das mulheres no contexto belenense.

Para a realização deste trabalho, foram coletados diversos materiais, incluindo relatórios de governos, diários oficiais, jornais, revistas, fotografias, partituras e programas de concertos. Esses documentos foram pesquisados na Coleção Vicente Salles (localizada no Museu da UFPA), na Biblioteca Arthur Vianna, no Arquivo Público do Estado do Pará, na hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional, Memorial do Livro Moronguetá (Fórum Landi) e no acervo do Memorial do Instituto Estadual Carlos Gomes.

Durante a pesquisa, foi possível identificar os campos de atuação destas mulheres. O primeiro é o magistério, cuja presença feminina passou a ser expressiva na virada do século XIX para o XX, pois segundo Jane Almeida, essa profissão era vista como uma extensão da maternidade.

Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. O doar-se com nobreza e resignação, *qualidades inerentes às mulheres*, era premissa com a qual também afinavam-se profissões como enfermeira ou parteira. (ALMEIDA, 1998, p. 32)

40 Ver: SALLES, Vicente. **Música e Músicos do Pará**. 3. ed. corrigida. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2016.

41 PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p.105.

Foram identificadas professoras de música em escolas regulares, como Margarida Pinelli da Costa, que lecionava música e piano no Ginásio Paraense⁴² e Julieta França, sucedida por Luzia Amélia Ribeiro Ferreira Montes, ambas professoras de música no Colégio Amparo⁴³. No Colégio Santa Catarina de Sena, uma instituição voltada exclusivamente para educação de meninas, foi possível localizar o registro fotográfico de um grupo musical composto pelas alunas Hilda Cezar, Enedina Ordoñez, Nair Cezar, Luciola de Brito, Alice de Brito e Alba Dias. Este grupo se apresentou durante a solenidade de premiação das alunas que se destacaram no ano de 1916.

Imagem 02: Grupo musical do Colégio Santa Catarina de Sena



Fonte: **Revista Fon Fon**. Rio de Janeiro, 10 fev. 1917.

Em 1895, com a fundação do Conservatório de Música, posteriormente intitulado Instituto Carlos Gomes, jornais como *Folha do Norte* e *Diário de Notícias* publicaram listas dos primeiros alunos matriculados, sendo a maioria composta por meninas. Entre elas, destaca-se Maria Flora Pinto Marques, a primeira diplomada pela instituição em 1899. Posteriormente, ela integrou o corpo docente e teve uma participação ativa nas salas de concerto na virada do século.

Cabe mencionar que nos revelam que as mulheres eram maioria nas turmas de piano, canto, harmonia, estética e história da música. Em contraste, as turmas de flauta e órgão contavam com poucos alunos, todos homens. Já nas turmas de violino, havia uma participação equilibrada entre ambos os gêneros.

42 AZEVEDO, Belmiro Paes de; BARATA, Marcellino A. de Lima. **Almanak Paraense de Administração Comércio, Indústria e Estatística para o ano de 1883**. Pará: Typo. de Assis Lemos, 1883, p. 351.

43 DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Belém, 14 jun. 1891, p. 2.

No segundo campo de atuação musical, na performance e gestão empresarial, encontramos:

- A cantora e empresária Adele Naghel⁴⁴, que teve uma formação musical de excelência na Itália, com estudos no Real Conservatório de Música de Parma e no Liceu Rossini de Bolonha. Reconhecida no Brasil, destacou-se em teatros de várias cidades, como São Paulo, Salvador e Belém. Após a morte de seu marido, Fausto Scano, em 1884, assumiu a direção de sua companhia lírica, consolidando-se também como empresária. Adele atuou intensamente no norte e nordeste do Brasil até 1889, e sua carreira foi marcada pelo sucesso em iniciativas como a Companhia Lírica Italia de Óperas e Operetas. Além de cantora, destacou-se na gestão de companhias líricas, tarefa que exigia liderança, planejamento e habilidades organizacionais, não muito comum às mulheres da época.
- A harpista Clotilde Cerdá y Bosch, mais conhecida como Esmeralda Cervantes⁴⁵, nome artístico concedido por Victor Hugo e pela rainha espanhola Isabel II após sua estreia aos 12 anos na II Exposição Universal de Viena (1873). Com uma carreira internacional precoce, Esmeralda realizou turnês pelos cinco continentes. Além de sua trajetória artística, destacou-se por seu envolvimento em causas humanitárias, como o fim da escravidão, a proteção à infância e os direitos das mulheres, tendo fundado a Academia de Ciências, Artes e Ofícios para Mulheres em 1883. Em 1886, mudou-se para Belém, casada com o engenheiro alemão Oscar Grossman. Na capital paraense, Esmeralda foi professora de harpa no Colégio Amparo e no Conservatório de Música, participou de concertos, integrou a Mina Musical (uma sociedade artística e literária), dirigiu o semanário O Anjo do Lar e se dedicou a causas sociais, como o amparo a crianças desvalidas.
- As Irmãs Sinay – a pianista Mathilde e a violinista Virgínia⁴⁶, filhas do comerciante hebraico Jacques Mendel Sinay, receberam uma educação musical refinada no Conservatório de Paris. Virgínia especializou-se em violino, destacando-se em competições sob a orientação de Joseph Massart, enquanto

44 PÁSCOA, Luciane Viana Barros. O percurso artístico de Adele Naghel no Brasil (1882-1891). IN: **Música, linguagem e (re)conhecimento**. Márcio Páscoa, Caroline Caregnato (Orgs.). Manaus, AM: Editora UEA, 2020.

45 ÁVILA PEÑA, Zoraida Isabel. **Música, textos y filantropía en Esmeralda Cervantes**: una arpista de la España romántica. Tesis doctoral – Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2016.

46 REIS, Adonhiran; BERBERT, Bruna Caroline de Souza; Oliveira, Agles Vieira de. Vida e carreira da violinista Virgínia Sinay: uma análise da grande turnê Sinay-Wolff de 1886. IN: **Per Musi** n. 41, 2021, p. 1-28. DOI: <https://doi.org/10.35699/2317-6377.2021.35780>

Mathilde estudou piano com Theodor Ritter, discípulo de Franz Liszt. Reconhecidas como talentos promissores desde 1882, alcançaram um marco em 1886, com uma turnê pela América do Sul, acompanhadas pelo violinista Johannes Wolff e pelo pai. Embora elogiadas pela crítica e com perspectivas de carreiras brilhantes, suas trajetórias seguiram rumos diferentes. Mathilde abandonou a música após se casar, enquanto Virgínia casou-se com Lazare Bloch e permaneceu ativa como concertista e professora no Instituto Carlos Gomes, formando importantes músicos. O último encontro entre as irmãs ocorreu em 1890, antes de seguirem vidas separadas.

Imagem 03: Esmeralda Cervantes



Fonte: Site Huellas de Mujeres Geniales

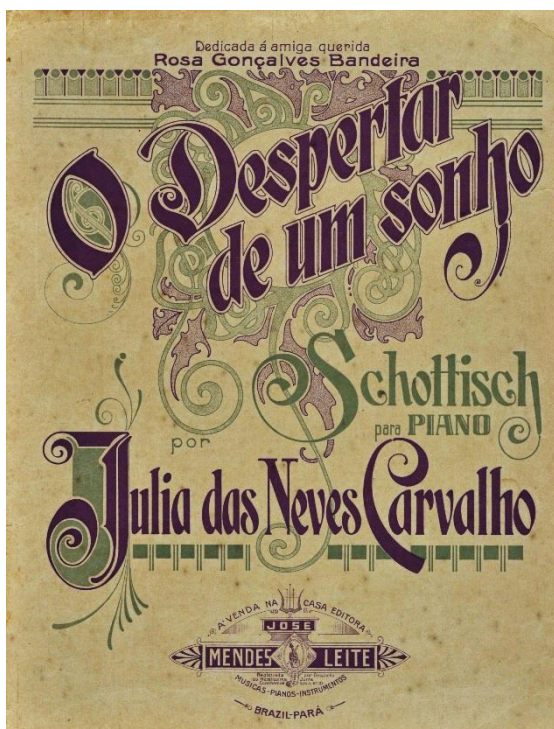
Por fim, o terceiro campo de atuação é o da composição. Durante as pesquisas realizadas na Coleção Vicente Salles, foi identificada uma significativa produção de partituras, tanto manuscritas quanto editadas, de autoria feminina⁴⁷. Destacou-se com um número expressivo de partituras de Júlia das Neves Carvalho, considerada por Vicente Salles como a “Chiquinha Gonzaga” do Pará⁴⁸, escrevia e harmonizava suas próprias músicas, estudou com

47 Ver: RIBEIRO, Milena, *et al.* MÚSICA E MUSICISTAS NO PARÁ (1867-1920): a representação feminina nas partituras da Coleção Vicente Salles no Museu da UFPA. IN: **III Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica** – UNICENTRO, 2021. Disponível em: https://evento.unicentro.br/files/Submissaoarquivos/car_submissao/05_10_2020_car_submissao_1327573947.pdf

48 SALLES, 2016, p. 177.

grandes músicos: piano com o português Alfredo José dos Santos e composição com o paraense Clemente Ferreira Junior. Residiu um tempo no Rio de Janeiro, onde publicou algumas peças editadas. Ao retornar para Belém, se destacou nos salões radiofônicos, tocando ainda aos 80 anos em recitais promovidos pela Rádio Clube do Pará.

Imagem 04: Capa da partitura “O despertar de um sonho” de Júlia Carvalho



Fonte: Coleção Vicente Salles – Biblioteca do Museu da UFPA

Também merece menção Cecília Ierecê de Lemos, filha do intendente Antônio Lemos, recebeu sólida formação musical com professores renomados, como Amélia Schussler e Virgínia Sinay Bloch. Destacou-se como compositora, produzindo obras para piano, canto e coro. Sua valsa "A Província do Pará" foi orquestrada por Luigi Sarti, enquanto "Artes e Offícios da Amazônia", criada para a Exposição do Liceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant, recebeu elogios do maestro Carlos Gomes, que a instrumentou. Esta última foi executada durante a temporada lírica de 1895, consolidando sua relevância na vida cultural de Belém.

RESULTADOS

A pesquisa realizada até o momento realçou o papel fundamental das mulheres na música em Belém do Pará, trazendo à tona nomes significativos que marcam a história da

música regional. Embora a pesquisa ainda não tenha sido concluída, já é possível identificar alguns resultados preliminares. As mulheres que seguiram suas carreiras receberam grande incentivo de familiares, como no caso das Irmãs Sinay, apoiadas pelo próprio pai, ou de conhecidos na forma de mecenas, como Esmeralda Cervantes, cuja carreira foi apoiada por aristocratas.

Como podemos observar, essas artistas não apenas se destacaram em suas carreiras, mas também desafiaram as limitações de gênero da época, encontrando caminhos para se inserirem na cena musical. Esse contexto revela como as práticas musicais se tornaram um espaço de resistência e autoexpressão, permitindo que essas mulheres navegassem em um ambiente predominantemente masculino.

A prática musical, que antes era considerada um lazer doméstico, transformou-se em uma oportunidade para essas mulheres se inserirem no mercado de trabalho e conquistarem independência financeira, além de trazer o reconhecimento que lhes era devido. Compreender suas contribuições enriquece a narrativa da cultura musical local, ao mesmo tempo em que provoca uma reflexão crítica sobre as relações de gênero em diferentes contextos. Assim, a pesquisa evidencia que a música no *fin de siècle* paraense foi uma prática cultural intensamente moldada pelas interações entre gênero, arte e sociedade, refletindo tanto as restrições enfrentadas pelas mulheres quanto às oportunidades de expressão e reconhecimento artístico que se apresentaram àquelas que ousaram ultrapassar essas barreiras.

Além disso, ressalta a importância de documentar essas trajetórias e histórias de vida, contribuindo para a construção de uma memória coletiva que valoriza a atuação feminina na cultura e nas artes. Este trabalho não apenas busca preencher lacunas na historiografia musical da região, mas também inspira futuras investigações sobre a presença e o impacto das mulheres em outros contextos artísticos e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIRA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ÁVILA PEÑA, Zoraida Isabel. **Música, textos y filantropía en Esmeralda Cervantes: una arpista de la España romántica**. Tesis doctoral – Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2016.

AZEVEDO, Belmiro Paes de; BARATA, Marcellino A. de Lima. **Almanak Paraense de Administração Comércio, Indústria e Estatística para o ano de 1883**. Pará: Typo. de Assis Lemos, 1883, p. 351.

MELING, Lise. The lady at the piano: from innocent pastime to intimate discourse. IN: **Music & Practice: Performance Studies Network Conference**, 5-7 vol., Oslo, 2019-2020. Disponível em: <https://www.musicandpractice.org/volume-5/the-lady-at-the-piano-from-innocent-pastime-to-intimate-discourse/> Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

PÁSCOA, Luciane Viana Barros. O percurso artístico de Adele Naghel no Brasil (1882-1891). IN: **Música, linguagem e (re)conhecimento**. Márcio Páscoa, Caroline Caregnato (Orgs.). Manaus, AM: Editora UEA, 2020.

PÁSCOA, Márcio. **Cronologia lírica de Belém**. Belém: AATP, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

REIS, Adonhiran; BERBERT, Bruna Caroline de Souza; Oliveira, Agles Vieira de. Vida e carreira da violinista Virgínia Sinay: uma análise da grande turnê Sinay-Wolff de 1886. IN: **Per Musi** n. 41, 2021, p. 1-28. DOI: <https://doi.org/10.35699/2317-6377.2021.35780>

RIBEIRO, Milena, *et al.* MÚSICA E MUSICISTAS NO PARÁ (1867-1920): a representação feminina nas partituras da Coleção Vicente Salles no Museu da UFPA. IN: **III Colóquio de Gênero e Pesquisa Histórica** – UNICENTRO, 2021. Disponível em: https://evento.unicentro.br/files/Submissaoarquivos/car_submissao/05_10_2020_car_submissao_1327573947.pdf

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

SALLES, Vicente. **Música e Músicos do Pará**. 3. ed. corrigida. Belém: Fundação Cultural do Pará, 2016.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3ª ed. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2010,

ATIVIDADES ECOPEDAGÓGICAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE: O CASO DO GATO-MARACAJÁ (*Leopardus wiedii*)

Rayanne dos Santos Góes⁴⁹
Rosilene Barata Aleixo Corrêa⁵⁰
Susan Evelyn P. Assunção⁵¹
Valeria dos Santos Moraes-Ornellas⁵²

RESUMO

Na comunidade do Quilombo Igarapé Genipaúba, há um equilíbrio constante entre uso dos recursos naturais e proteção da natureza. O objetivo do presente trabalho é contribuir com a manutenção da memória biocultural dela e com a conservação de paisagens e espécies da flora e da fauna, tendo como recorte temático o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*). Segundo relatos de moradores, a espécie é eventualmente morta nas imediações das áreas residenciais, às vezes por ser confundida com onças e/ou por matar galinhas. A literatura acadêmica descreve que o gato-maracajá está em declínio populacional, em alguns estados. Dessa forma, com intuito de compartilhar os benefícios do animal, foi realizada uma roda de conversa com os moradores. Houve dinâmica de apresentação dos presentes e contação de histórias sobre a espécie. Pode-se perceber que havia certa confusão do gato-maracajá com outros felinos silvestres, de forma que o evento ecopedagógico teve importante função ecológica educativa. A partir disso, será organizada uma exposição biocultural na escola do Quilombo, baseada em princípios da ecomuseologia e da museologia social. Afinal, é importante envolver os moradores da Amazônia, onde ainda existem populações da *L. wiedii*, no monitoramento delas, o que inclui a aquisição de conhecimento sobre a espécie.

Palavras-chave: Educação Patrimonial e Ambiental; Biodiversidade; Quilombos da Amazônia.

49 Graduada de Museologia, Universidade Federal do Pará, Belém, bolsista PROEX Eixo Transversal 2024, rayannedossantosgoes@gmail.com.

50 Licenciada em Letras/Português, graduanda de Museologia, Universidade Federal do Pará, Belém, não bolsista PROEX Eixo Transversal, rosilenebarata2@yahoo.com.br.

51 Graduada de Museologia, Universidade Federal do Pará, Belém, bolsista PIVIC – Programa de Iniciação Científica Voluntária PROPESP, evelynpacheco312@gmail.com.

52 Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professora Adjunta, Universidade Federal do Pará, Altamira, vsmornellas@ufpa.br.

INTRODUÇÃO

Associar patrimônios apenas com os monumentos arquitetônicos já é algo ultrapassado. Atualmente, quem pensa e faz o patrimônio são as próprias pessoas, a partir das suas memórias, vivências e saberes. A relevância da Educação Patrimonial na promoção das mudanças sociais e da participação política parte dos diferentes modos de criar, fazer e viver, para conseguir transformar, derivando da própria perspectiva da comunidade. Por esse motivo, o conceito de ecomuseu se refere a “um museu território, cujo acervo é composto pelo ambiente natural e cultura local e pelos saberes e fazeres populares das comunidades tradicionais” (HUFFNER; MARTINS; BASTOS, 2018, p. 238). Trata-se de um instrumento de poder e de resistência, um espelho, através do qual, uma população se olha, se reconhece e se mostra aos visitantes, para ser mais bem compreendida (RIVIÈRE, 1985). Partindo de tal conceito e da prática museológica, o presente trabalho se propõe a testar algumas metodologias ecopedagógicas, que possam contribuir com a construção de uma epistemologia que ajude a compreender as potencialidades da ecomuseologia e da museologia social como fomentadoras da conservação do patrimônio cultural e ambiental.

Parte-se da compreensão que a “educação ambiental e patrimonial tem evoluído significativamente, moldada pela expansão conceitual do que engloba o meio ambiente e o patrimônio” (RODRIGUES, 2024, p. 90). Isso envolve o conceito de sociobiodiversidade, o qual se refere aos recursos da biodiversidade presentes em um território, relacionados ao conhecimento tradicional, às práticas culturais e rituais, bem como aos hábitos alimentares e às relações econômicas e de produção de povos, populações e comunidades tradicionais (PINTO; SOUSA; RUFINO, 2019). Dentro disso, a coexistência entre comunidades humanas e a biota nativa em paisagens compartilhadas é uma questão muito relevante. Até porque práticas e conhecimentos locais podem fornecer dados precisos sobre o funcionamento e a dinâmica dos ecossistemas, contribuindo com a criação de políticas públicas e estratégias de manejo e conservação de muitas espécies (CANTALICE *et al.*, 2024).

No contexto dos territórios quilombolas existem muitos fazeres que têm como objetivo conservar a biodiversidade e proteger os modos de vida e a cultura das populações locais. Sendo assim, os padrões de coexistência e de coadaptação humano-natureza, dentro de tais territórios de pertencimento, precisam prioritariamente ser compreendidos, monitorados e divulgados. A compreensão e o monitoramento precisam ser feitos por meio de tarefas compartilhadas entre as comunidades, os órgãos gestores e a academia, preferencialmente. Por esse motivo, parte-se de um estudo de caso para estabelecer métodos de monitoramento

participativo de uma espécie em particular, o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), os quais darão embasamento a práticas ecopedagógicas em torno da conservação desse felino e de outros aspectos da socioecologia local. O objetivo é desenvolver ações coletivas que promovam a melhoria da qualidade de vida de uma comunidade quilombola baseadas na manutenção de serviços ambientais da floresta, partindo da percepção dos seus próprios moradores.

MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho está sendo realizado na Comunidade Quilombola Igarapé Genipaúba, localizada no Baixo Acará, município de Acará – Pará. O extrativismo vegetal e a pesca artesanal são as principais atividades de subsistência local, no entanto, o artesanato, confeccionado com recursos naturais como matéria prima, tem também importância sociocultural. Devido à relação estreita dos moradores com os ecossistemas da região, a comunidade foi selecionada para a realização da pesquisa ecopedagógica em torno do gato-maracajá (*L. wiedii*). A espécie tem sido mencionada pelos moradores de aldeias indígenas, quilombos e comunidades de agricultores familiares e extrativistas como um felino que é frequentemente caçado e morto nas imediações de suas áreas residenciais. Segundo as informações deles, a espécie usualmente mata as galinhas criadas para subsistência por tais grupos sociais humanos. Por causa desses conflitos e do desmatamento, ela tem sido considerada em declínio populacional, em alguns estados (GUTIERREZ *et al.*, 2022), e próxima a ameaçada de extinção, em nível global (HARMSSEN; SAVILLE; FOSTER, 2021).

No entanto, estudos indicam que a espécie consegue sobreviver em territórios influenciados negativamente por perturbações antrópicas, desde que sejam mantidos remanescentes de floresta nativa na área (HORN *et al.*, 2020). Dessa forma, é importante envolver os moradores de territórios da Amazônia, onde ainda existam populações da *L. wiedii*, no monitoramento de suas populações, o que inclui a aquisição de conhecimento sobre a espécie. Isso porque a manutenção de serviços ambientais da floresta promove a melhoria da qualidade de vida das comunidades extrativistas (MORAES-ORNELLAS; ORNELLAS, 2023), como as do quilombo em questão, sendo necessário desenvolver ações coletivas que partam das percepções dos moradores em torno de tal relação ecossistêmica (MORAES-ORNELLAS; SANTOS; FERNANDES, 2023).

Como parte das atividades de campo, a fim de compreender melhor os habitats na área de trabalho escolhida, bem como o estado de conservação da população do gato-maracajá e a relação da espécie com a comunidade humana local, foram realizados estudos de etnoecologia e inventários participativos, os quais envolveram conversas informais com os moradores. Pesquisas participativas, contando com membros pesquisadores dos povos e comunidades tradicionais, que são detentores do conhecimento local e sabem se deslocar entre as florestas e através dos rios, podem contribuir com a superação do desafio que a falta de recursos para pesquisas na Amazônia impõe, bem como as grandes distâncias que precisam ser percorridas na região. A participação dos membros das comunidades pode também diminuir os efeitos negativos da carência de tecnologias para as amostragens da fauna da floresta (DESBIEZ *et al.*, 2020). Aqui se descrevem práticas estabelecidas e seus resultados, os quais são parte de um planejamento de atividades ecopedagógicas que serão desenvolvidas na escola, sendo baseadas em princípios da ecomuseologia e da museologia social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira roda de conversa com a comunidade sobre o gato-maracajá (*L. wiedii*) ocorreu em 27 de outubro de 2024, com a presença de dez moradores do quilombo (Figura 1). A dinâmica de abertura consistiu em uma apresentação dos presentes, quando cada um falou seu nome, o que mais gosta de fazer e uma qualidade sua. A seguir, o projeto foi apresentado, explicando-se a importância ecológica do gato-maracajá para os ecossistemas florestais da Amazônia. Todos os presentes já tinham ouvido falar da espécie, mas apenas dois deles tinham uma história para narrar a respeito de uma experiência vivida com ela, aqui identificados como M1 e M2. M1 é uma mulher de 65 anos de idade, nascida e criada no Igarapé Genipaúba. Ela trabalhava na roça, mas está aposentada e costuma ficar em casa cuidando dos filhos. M2 tem 36 anos de idade, nasceu e foi criado na comunidade, gosta de caçar e anda muito na floresta.

A primeira moradora conta que seu pai trouxe um gato-maracajá para criar em casa, que só comia caranguejo. Mas sua família não dava conta de comprar caranguejo para ele, então o soltaram na floresta. A informação difere do que existe registrado na literatura acadêmica, onde é dito que a dieta de *L. wiedii* é composta por mamíferos de médio porte, tanto do dossel da floresta, quanto do solo (RINALDI, 2010). Por outro lado, seus comentários sobre a opção alimentar da espécie por galinhas ser causada pelo desmatamento,

mostra seu conhecimento ecológico acerca dos efeitos da degradação da floresta. M2 narra que o gato-maracajá:

É arisco, as pintas são diferentes, sobe muito alto até na copa das árvores. O filho viu um e achava que era uma onça, atirou nele porque era grande. A barba dele é bem maior que um gato normal. Tem outros tipos de gato maracajá que são mais agressivos, mas nunca vi o maracajá comer galinhas. Mas se ele estiver com fome e não tiver nada para comer vão comer galinha, eles se alimentam no mato, mas tem muito desmatamento. Tinha bastante gato maracajá só que agora não tem quase, por que tá cheio de ramal e o maracajá se afugenta, ainda tem as queimadas que eles ficam com medo. (M1, 65 anos).

O segundo morador narra que, certo dia, saiu para caçar, em seu serviço de rotina na mata. Os cachorros foram com ele, já passava do meio-dia. Quando chegou em uma determinada área da floresta, os cachorros correram, ele estava com sua arma de caça. Pensava que era outro animal, atrás do qual, os cachorros correram até perto de um pau. Ele foi atrás dos cachorros, olhou em baixo e não viu nada, ficou rodando por lá. Quando olhou para cima, viu o maracajá no galho da árvore subindo. M2 estava com um primo, que tinha chegado de Belém.

Ele pensou que fosse uma onça (*Panthera onca*), não conhecia o maracajá. Disse que era uma onça, que ia matar, pois se não matasse, ela poderia vir outro dia para cima dele e matar os cachorros. Segundo sua narrativa, quando o animal saiu da árvore, quase matou um dos seus cachorros, então ele atirou no felino, matando-o.

Figura 1 – Local de realização da roda de conversa.



Fonte: as autoras (2024).

Era grande, sendo preciso duas pessoas, ele e seu primo, para carregar. M2 conta que o animal pesava entre 25 e 30 kg, grande como uma onça-pintada. “Aqui onde a gente mora, trabalhamos no mato, então aparece um bicho desse pra gente, é uma ameaça porque a gente sabe o instinto dele, a gente que trabalha no mato num dá para igualar (M2)”. Pedro se arrependeu depois que matou o maracajá, “pelo serviço da gente de caçador, funciona assim, não comi a carne do maracajá, teve gente que comeu” – finaliza seu relato. Quando comparamos as informações do morador com os caracteres gerais de ambas as espécies citadas, *L. wiedii* e *P. onca*, encontramos grande disparidade de tamanhos entre elas. O comprimento médio da cabeça e corpo do gato-maracajá é igual a 544.9 mm, com mínimo e máximo, respectivamente, de 425 e 720 mm (OLIVEIRA, 1998), enquanto, na onça-pintada, os comprimento mínimos e máximos são iguais a 1.57 a 2.19 m em fêmeas e 1.72 a 2.41 m em machos (SEYMOUR, 1989). Portanto, o gato-maracajá tem menos da metade do tamanho da onça-pintada, o que sugere que talvez o felino morto por M2 fosse de fato *P. onca*. Mas, segundo o peso informado, talvez se tratasse de um indivíduo jovem da espécie (Figura 2).

Figura 2 – Exposição de fotos em varal no ambiente circundante da roda-de-conversa.



Fonte: as autoras (2024).

Percebe-se que, dentre os moradores que estiveram presentes na roda-de-conversa, apenas dois relataram algum tipo de experiência com *L. wiedii*. No entanto, os detalhes de

suas narrativas não esclarecem muito sobre a relação dos moradores com o gato-maracajá em particular. As dimensões da espécie diferem da onça-pintada, não sendo possível confundi-las. A dieta de animais carnívoros baseada em crustáceos não tem sido registrada em felinos silvestres. Ao mesmo tempo, a associação da opção alimentar por galinhas com o desmatamento é bastante fidedigna. Percebe-se haver a necessidade de um aprofundamento dos estudos ecológicos, participativos e etnoecológicos na comunidade, o que irá promover maior compreensão de como os moradores se relacionam com o gato-maracajá e outras espécies. Optou-se por estudar *L. wiedii* por ser considerado predador de galinhas, mas mesmo tal fato foi questionado por M1. Por outro lado, a preocupação de estabelecer uma ecopedagogia voltada à preservação dos serviços ambientais que a espécie fornece mostrou-se relevante.

A próxima etapa se comporá da promoção de atividades ecopedagógicas na escola, as quais serão desenvolvidas a partir do referencial que se obteve sobre o conhecimento dos adultos em torno de *L. wiedii*. Compreenda-se que a ecopedagogia deve se ocupar com a instauração de um projeto alternativo de civilização, envolvendo um sentimento de harmonia com a natureza e uma nova consciência, que sabe o que é sustentável (MORAES-ORNELLAS; ORNELLAS, 2023b). Além do que, as atividades serão planejadas também a partir de estudos de etnoecologia e ecologia participativa adicionais. Com mais informações disponíveis será possível localizar mais aspectos do espelho que a ecomuseologia permitirá estabelecer com os moradores do Quilombo Igarapé Genipaúba. Espelho esse que tem a função de descentralizar a Educação Patrimonial e Ambiental, a partir da epistemologia meramente acadêmica. Afinal, como se pode perceber na roda-de-conversa, ainda há muito a se revelar para os próprios moradores da comunidade acerca de seus saberes ecológicos culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o patrimônio junto com as pessoas que pertencem a determinada comunidade tradicional é um exercício que exige dos pesquisadores uma mudança de paradigma. Ou seja, é preciso um olhar aberto para novos padrões que possam surgir a partir dos saberes e fazeres ecológicos culturais disponibilizados dialogicamente para quem pesquisa e dos pesquisadores de volta para a comunidade. O instrumento de resistência sociocultural que se forma, no entanto, tem que ser compreendido como ferramenta que harmoniza com a natureza, quando o que se pretende estabelecer está sendo ecopedagogicamente planejado. Até porque, em

comunidades que dependem tão diretamente dos recursos naturais, contribuir com a governança ambiental delas irá promover a conservação da biodiversidade e a proteção dos modos de vida e da cultura da população local.

Pensar em maneiras de conviver harmonicamente com espécies da fauna de predadores de topo da cadeia trófica, como os felinos silvestres, aumenta o sucesso da manutenção dos processos ecossistêmicos. Manter a saúde da floresta é essencial para que haja bem-estar entre povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que vivem em contato direto com ela. O gato-maracajá é um felino de médio porte, mas, nos relatos dos moradores do quilombo, ele foi confundido com a onça-parda, de maior porte. A espécie não coloca em risco a vida humana ou de cães, sendo necessário trabalhar concepções que existem sobre ela, de modo a empregar de *L. wiedii* como um objeto de ecopedagogia. Por ser um pouco incompreendida, ela precisa ser mais bem analisada pelas pessoas que convivem com a natureza. Isso porque suas populações têm sido colocadas em risco de desaparecimento local, o que compromete suas funções ecológicas como parte dos ambientes florestais que ela compõe.

Fazendo todos os elos de conhecimento, percebe-se que o gato-maracajá pode ser um foco de Educação Patrimonial e Ambiental muito interessante, pois a pesquisa participativa e etnoecológica sobre a espécie pode gerar reflexões necessárias aos que detêm do direito de viverem em contato direto com a natureza. Isso porque, além de ser um predador que pode ser agredido, devido à confusão com outras espécies mais temidas, *L. wiedii* pode colaborar com a compreensão das comunidades do quão necessário é olhar com critérios para os componentes da fauna e da flora, os quais cumprem com funções ecológicas que não podem deixar de existir sem que haja desequilíbrio no ecossistema. Tendo tais questões em mente, será possível continuar desenvolvendo o processo ecopedagógico na escola da comunidade e, indo além, em outras comunidades extrativistas da Amazônia paraense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANTALICE, Aníbal Silva; MENDES, Carlos Henrique Tavares; SIQUEIRA, Jorge Izaquiel Alves de; MATA, Paula Thayanne; SOUSA, Rosemary da Silva; FERREIRA-JÚNIOR, Washington Soares. Conceitos-chave em Etnobiologia aplicada à conservação da natureza. In: ALBUQUERQUER, Ulysses Paulino de. **Etnobiologia e gestão de recursos da sociobiodiversidade**: conceitos, práticas e desafios. Bauru, SP: Canal 6, 2024. p. 11-36.

DESBIEZ, Arnaud L. J.; MASSOCATO, Gabriel F.; ATTIAS, Nina; COVE, Michael V. Comparing density estimates from a short-term camera trap survey with a long-term telemetry study of Giant Armadillos (*Priodontes maximus*). **Mastozoologia Tropical**, v. 27, n. 2, p. 241-246, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/457/45768681004/html/>. Acessado em: 25 nov. 2024.

GUITERREZ, Igor Freitas; LIMA, Julyanne Vasconcelos; FIRMINO, Luiz Carlos; GUERRA, Thiago Sales Lobo; NOBRE, Ana Clarissa da Costa; FERREIRA, Hugo Fernandes. *Leopardus wieddi*: avaliação do status de conservação. **Ciência Animal**, v. 32, n. 4, p. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/cienciaanimal/article/view/11314/9630>. Acessado em: 25 nov. 2024.

HARMSSEN, Bart J.; SAVILLE, Nicola; FOSTER, Rebecca J. Long-term monitoring of margays (*Leopardus wiedii*): implications for understanding low detection rates. **PLoS ONE**, v. 16, n. 3, 2021. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0247536>.

HORN, Paula E.; PEREIRA, Maria J. R.; TRIGO, Tatiane C.; EIZIRIK, Eduardo; TIRELLI, Flávia P. Margay (*Leopardus wiedii*) in the southernmost Atlantic Forest: Density and activity patterns under different levels of anthropogenic disturbance. **PLoS ONE**, v. 15, n. 5, 2020. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0232013>.

HUFFNER, João Gabriel Pinheiro; MARTINS, Maria Terezinha Resende; BASTOS, Márcia Sueli Castelo Branco. A possível atuação do Ecomuseu da Amazônia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Cotijuba – PA. **Revista Turismo: Visão e Ação**, Itajaí, SC, v. 20, n. 2, p. 235-248, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2610/261058449003/html/>. Acessado em: 25 nov. 2024.

MORAES-ORNELLAS, Valéria dos Santos; ORNELLAS, Ricardo Bastos. Etnoconservação de morcegos em Unidades de Conservação de Uso Sustentável da Amazônia brasileira. **Biodiversidade Brasileira**, v. 13, n. 2, p. 1-14, 2023. <https://doi.org/10.37002/biodiversidadebrasileira.v13i2.2402>.

MORAES-ORNELLAS, Valéria dos Santos; ORNELLAS, Ricardo Bastos. Aproximações entre filosofia indiana, ecologia profunda e ecopedagogia. In: MORAES-ORNELLAS, Valéria dos Santos. (Org.). **Diálogos Brasil-Índia**: ecopedagogia e diversidade biocultural. Belém: Grupo de Etnoecologia Amazônica, 2023b. p. 35-50.

MORAES-ORNELLAS, Valéria dos Santos; SANTOS, Isabelle Lorrane Silva; FERNANDES, Marcus Barroncas. Ecologia cultural da Comunidade Quilombola do Torres, Tracuateua – PA. **Revista GeoAmazônia**, v. 11, n. 22, p. 117-143, 2023. <http://dx.doi.org/10.18542/geo.v11i22.14683>.

OLIVEIRA, Tadeu G. de. *Leopardus wiedii*. **Mammalian Species**, n. 579, p. 1-6, 1998. <https://doi.org/10.2307/3504400>.

PINTO, André Luís Aires; SOUSA, Francisca Joseli Freitas de; RUFINO, Maria do Socorro Moura. Conhecimento etnobotânico dos Tremembé da Barra do Mundaú sobre as frutas da sociobiodiversidade. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 327-339, 2019. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v19i4.1632>.

RINALDI, Alcides Ricieri. **Dieta de pequenos felinos silvestres (Carnivora, Felidae), em área antropizada de Mata Atlântica de interior, Alto Rio Paraná, Paraná, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/23995>. Acessado em: 26 nov. 2024.

RIVIÈRE, Georges Henri. The ecomuseum – an evolutive definition. **Museum International**, v. 37, n. 4, p. 182-183, 1985. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0033.1985.tb00581.x>.

RODRIGUES, Mirlana Emanuele Portilho. **Ecomuseu enquanto espaço de valorização do patrimônio cultural e natural**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/5487>. Acessado em: 25 nov. 2024.

SEYMOUR, Kevin L. *Panthera onca*. **Mammalian Species**, n. 340, p. 1-9, 1989. <https://doi.org/10.2307/3504096>.

DESCOBRINDO ICONOGRAFIAS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM CRIANÇAS NO PARQUE CEMITÉRIO DA SOLEDADE

Renan Borges da Silva⁵³

Kayla Eduarda Santos Evangelista ⁵⁴

Jorge Gabriel da Conceição Costa ⁵⁵

Benedita Luvinda da Silva Almeida ⁵⁶

Idanise Sant’Ana Azevedo Hamoy⁵⁷

RESUMO

O Parque Cemitério da Soledade, localizado em Belém do Pará, vem se destacando por seu processo de restauro e pelas práticas de educação patrimonial, que buscam ressignificar o espaço enquanto patrimônio cultural e educativo. Este artigo tem como objetivo analisar a inclusão do público infantil nas atividades educativas realizadas no cemitério, destacando o impacto dessas ações na valorização do patrimônio e na preservação da memória histórica de Belém. A metodologia adotada é de natureza qualitativa e descritiva, com coleta de dados realizada ao longo do primeiro semestre de 2024, por meio de observação e participação em atividades como os “Passaportes Iconográficos”, que envolvem as crianças em experiências lúdicas e educativas. Os resultados preliminares indicam que essas ações fortalecem as conexões entre gerações e promovem a ressignificação do cemitério como espaço de aprendizado dinâmico. Nos resultados gerais, percebe-se que a inclusão infantil em práticas educativas contribui significativamente para a compreensão, valorização e preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL; ICONOGRAFIA CEMITERIAL; MEMÓRIA.

INTRODUÇÃO

53 Graduando em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará

54 Graduanda em Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal do Pará

55 Graduando em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará

56 Graduanda em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará

57 Prof.^a Dr.^a do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará

Os espaços cemiteriais, além de serem locais de descanso para os mortos, são testemunhos materiais e imateriais de valores históricos, artísticos e culturais. Os cemitérios carregam significados simbólicos e narrativas que ultrapassam gerações. No caso do Parque Cemitério da Soledade, localizado em Belém do Pará, a transformação em um espaço musealizado e educativo representa um marco para ressignificação dos cemitérios como um local de aprendizado e preservação cultural. Em especial, no Soledade essa transição tem sido impulsionada pelas ações do restauro e as práticas educativas que buscam não apenas conservar o patrimônio, mas envolver diversos públicos em experiências que promovam a valorização e a preservação desse espaço tão significativo na história de Belém do Pará.

A proposta deste artigo parte do pressuposto de que o envolvimento do público infantil é essencial para garantir a perpetuação da memória e a valorização do patrimônio. Estudos como este, buscam compreender, também, como as práticas educativas lúdicas podem estabelecer novas conexões entre as gerações e despertar o interesse das crianças em saber mais sobre a história da cidade. Estudos de Freire (1996) e Hooks (2013) enfatizam a relevância das práticas pedagógicas que considerem o diálogo e a troca de saberes como instrumentos para a construção de aprendizagens significativas. Nesse sentido, a inclusão das crianças nas atividades educativas em espaços musealizados, como o Parque Cemitério da Soledade, revela-se uma estratégia inovadora para criar vínculos afetivos e intergeracionais com o patrimônio cultural.

A motivação para este estudo está ancorada na necessidade de explorar como as ações educativas podem tornar o cemitério um espaço dinâmico de aprendizado. Ao inserir o público infantil em práticas como as do “Passaporte Iconográfico” – atividade lúdica que estimula a observação e a interação com as iconografias presentes em sepulturas e mausoléus –, busca-se fortalecer a relação do público com o espaço. Essa iniciativa, desenvolvida pela equipe de educação patrimonial do Parque Cemitério da Soledade, composta pela coordenadora Idanise Hamoy, por Aymêe Marçal, mestra em Ciências do Patrimônio Cultural (PPGpatri) e pelos bolsistas Benedita Almeida, Durval Soeiro, Eduarda Santos, Jorge Costa, Laura Camila, Marina Fonseca, Paulo Drago e Renan Borges, todos alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA), refletindo a importância de um trabalho interdisciplinar na construção de experiências educativas.

Este artigo analisa as ações educativas realizadas no Soledade, com foco nos “Passaportes Iconográficos”, atividade essa, desenvolvida para incluir o público infantil nos projetos de educação do parque.

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa e descritiva, com a coleta de dados realizada ao longo do primeiro semestre de 2024. O objetivo principal é analisar a importância de inserir o público infantil nas ações educativas e um dos objetivos específicos é avaliar os impactos que essas ações tiveram no processo de aprendizagem das crianças.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A QUEBRA DE PARADIGMAS

A Educação Patrimonial tem como um dos principais objetivos proporcionar estratégias de salvaguardar, conservar e transmitir as expressões do patrimônio histórico e cultural que uma vez foram herdadas das gerações anteriores. Para isso, é necessário desenvolver metodologias que possam ser significativas no processo de ensino aprendizagem, visto que, as ações de educação patrimonial devem ser implementadas com o intuito de sensibilizar os mais diferentes públicos e faixas etárias possíveis.

Com a atuação da equipe de educação patrimonial no Parque Cemitério da Soledade no ano de 2024, aspectos importantes foram estabelecidos na mediação das informações sobre a história do cemitério. Pode-se destacar o valor dado ao visitante como o protagonista, ou seja, o visitante contribui nas ações educativas desde a interpretação, na construção e atribuição de sentidos e significados do que está diante dele, para tanto é de fundamental importância que lhe sejam oportunizados meios e formas de expressão e comunicação sobre a experiência que lhe ocorreu ao entrar em contato e ao participar junto aos bens do patrimônio presente no cemitério, por isso, a troca de informação e diálogo nesse processo é muito importante.

A partir de experiências individuais e coletivas da equipe de educação patrimonial com o público visitante do cemitério, passou-se a perceber que as ações educativas estavam contribuindo para que o patrimônio cultural do Soledade alcançasse o maior número possível de gerações. Em meio às sociedades ocidentais contemporâneas o tema da morte e os espaços dos cemitérios ocupam uma posição não bem refletida e resolvida, pois lhes são atribuídos tabus, estigmas e interdições; e em específico aos espaços de cemitérios recai a ideia de que se tratam de locais insalubres, inóspitos e propícios a atos ilícitos. As ações de educação patrimonial atuam no sentido de quebrar estigmas que são construídos sobre esses espaços.

Os cemitérios são portadores de múltiplas linguagens e discursos potenciais nos quais ocorrem manifestações arquitetônicas, artísticas, culturais, de ideologias, crenças religiosas, valores e resistência.

Osman e Ribeiro (2007, p. 3) contribui que:

Como ponto turístico consolidado nos mais diferentes países do mundo, os cemitérios atraem romarias de visitantes interessados em conhecer túmulos de personalidades mundiais da literatura, das artes, da política, da história como também para apreciar túmulos e jazigos que podem ser vistos como verdadeiras obras de arte. Além de sua importância histórica, os cemitérios são ainda vistos como locais por onde se podem percorrer jardins arborizados, alamedas floridas e desfrutar de momentos de paz e tranquilidade como numa ilha no meio do caos urbano das grandes cidades.

Fochi (2016) defende que os espaços de cemitérios e as questões pertinentes ao tema da morte representam e constituem tema de pesquisa e debate que devem ser pensados em toda a sua densidade de forma integrada aos campos da memória, patrimônio, cultura e sociedade como um todo e numa dimensão interdisciplinar e transversal da produção do conhecimento.

A maioria do público que visita o Cemitério da Soledade, são famílias que têm na sua grande maioria, alguma relação com o cemitério, seja pela memória emocional ou de curiosidade.

Sabe-se que as famílias têm um papel fundamental na criação do hábito de visitar espaços culturais, como os museus. As crianças que têm acesso a esses locais, desde cedo, são mais propensas a levar esse costume para sua vida adulta e, até mesmo, repassá-lo para seus descendentes. A criança no ambiente do museu, geralmente, realiza suas próprias escolhas e acaba por induzir os acompanhantes que as cercam, contribuindo para uma participação coletiva. Trata-se de um público muito curioso e que sempre está disposto a aprender sobre coisas novas a todo o momento.

É justamente nessa percepção sobre o público infantil que visita o cemitério que a equipe de educação patrimonial começou a desenvolver estratégias educativas para que essas crianças pudessem experienciar a mesma emoção que os seus responsáveis vivenciam depois de muito tempo ao retornarem no cemitério agora como um espaço musealizado.

Foi pensando nessa relação e nessa troca de experiências que a equipe de educação criou os carimbos iconográficos, como uma forma de construção de novas memórias para público que visita o Cemitério da Soledade.

PASSAPORTES ICONOGRÁFICOS COMO FERRAMENTA LÚDICA E EDUCATIVA

Diante do que foi exposto anteriormente, é utilizado a atividade do passaporte iconográfico para trazer a ludicidade às visitas das famílias e das crianças ao espaço cemiterial, além de ser mais uma das ferramentas educativas oferecidas pelo espaço aos seus visitantes.

A ludicidade refere-se à qualidade ou característica do que é lúdico, ou seja, ao que é relacionado ao jogo, ao brincar e à diversão, com foco no desenvolvimento de atividades que promovem a aprendizagem por meio da interação prazerosa.

Segundo Kishimoto (2003), a ludicidade vai além do simples entretenimento, sendo um processo que estimula a criatividade, a imaginação e a resolução de problemas, criando um ambiente onde os indivíduos podem explorar novas formas de expressão e conhecimento. Este conceito é essencial para compreender como o brincar e a diversão podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas, especialmente em contextos educativos que buscam envolver o indivíduo de maneira ativa e significativa no processo de aprendizagem.

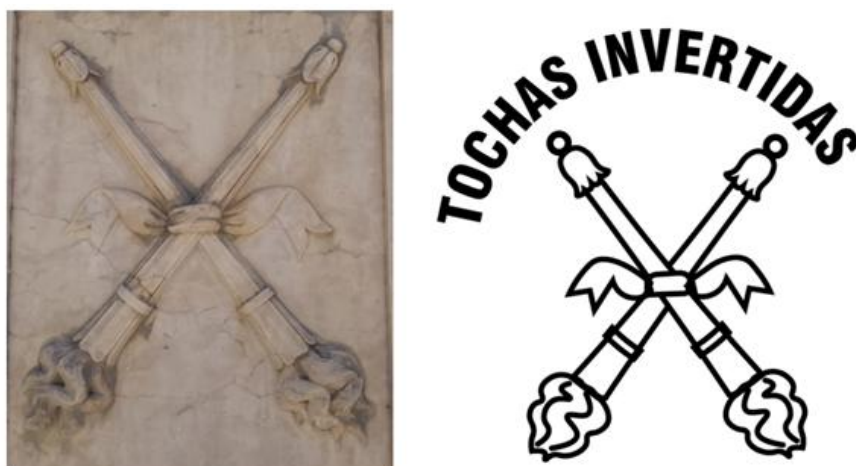
A ludicidade desempenha um papel fundamental na educação patrimonial, pois, propicia a vivência de práticas culturais de forma envolvente e interativa. O patrimônio cultural, enquanto expressão da história e identidade de uma sociedade, pode ser melhor compreendido quando os indivíduos são incentivados a interagir com ele de maneira ativa, através de jogos, dinâmicas e atividades que estimulam a curiosidade e o interesse. Nesse caso, a ferramenta proposta é o Passaporte Iconográfico, o ensino e reflexões sobre significados dos ícones cemiteriais envolve a construção de conhecimento de maneira prazerosa e participativa.

A utilização da ludicidade pode despertar um sentimento de pertencimento e de cuidado com as tradições e os bens culturais, como o Parque Cemitério Soledade, contribuindo para a preservação e valorização desse patrimônio à medida que proporciona a experiência de aprender brincando, gerando um engajamento emocional com o patrimônio cultural e a reflexão da importância de se preservar sua memória. Assim, a atividade do passaporte iconográfico passou a ser idealizada.

Para a criação da atividade do “Passaporte Iconográfico”, primeiramente buscou-se fazer uma investigação sobre as iconografias mais presentes nos túmulos do cemitério da Soledade. Após isso, foram selecionadas, no primeiro momento, 10 iconografias, sendo elas: “ampulheta alada”, “tocha invertida”, “foice”, “flores do cardo e perpétua”, “carpideira”, “leão”, “espiga de milho”, “cobra que morde o próprio rabo”, “botão de rosa quebrado” e “crânio e ossos”. Essas iconografias foram fotografadas e desenhadas digitalmente de forma

que remetesse aos carimbos usados em passaportes. A Figura 1 mostra um exemplo de fotografia ao lado do desenho do carimbo.

Figura 1: Comparação visual da Iconografia “Tocha Invertida”, com a sua representação simplificada para a produção do carimbo



Fonte: Jorge Costa, 2024

Logo em seguida, os carimbos foram confeccionados utilizando os 10 desenhos presentes na Figura 2. Cada ícone tem um significado diferente dentro da iconografia cemiterial.

Figura 2: Desenhos finais utilizados na produção dos carimbos



Fonte: Jorge Costa, 2024

Também houve a produção do passaporte em si, caderneta em branco contendo na capa o título do projeto: “Passaporte Iconográfico” os créditos da produção do material gráfico, além de espaço para preencher a data e o nome da criança. Todos os materiais gráficos foram produzidos pelo bolsista Jorge Costa.

No verso do passaporte, há ainda uma atividade para a criança desenhar a iconografia que mais gostou, e logo abaixo as marcas dos realizadores, apoiadores do projeto de extensão da II etapa do projeto de Conservação e Restauro do Cemitério Parque da Soledade, que a equipe de educação Patrimonial está vinculada.

Figura 3: Frente/verso e interior do Passaporte Soledade



Fonte: Jorge Costa, 2024

A primeira vez que a atividade foi aplicada e testada ocorreu com as crianças durante o evento “Cine Soledade”, que integrou as atividades da Semana do Patrimônio idealizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A atividade se deu da seguinte maneira: no primeiro momento, houve uma mediação na sala de exposição sobre a história do Cemitério, os mediadores apresentavam os desenhos iconográficos para as crianças, explicando sobre os seus significados, logo em seguida as crianças eram liberadas para procurar os desenhos nos túmulos próximos à capela do cemitério. Quando reconheciam um símbolo, indicavam a sua localização aos mediadores que carimbavam seu passaporte com o desenho correspondente, na proposta inicial, as crianças que completavam o passaporte ganhavam uma medalha de reconhecimento por tal feito.

Figura 4: Crianças participando da atividade do passaporte iconográfico orientadas pelos mediadores



Fonte: Educação Patrimonial, 2024

Além do seu uso nas atividades da Semana do Patrimônio, o Passaporte Iconográfico passou a ser utilizado nas visitas do público geral nos dias de funcionamento do Cemitério. Além disso, essa atividade também é oferecida para professores ao agendarem visitas de turmas escolares do ensino básico. A Figura 5, mostra a utilização do Passaporte Iconográfico durante uma visita escolar do Colégio MAC da cidade de Castanhal/PA.

Figura 5: alunos da escola MAC de Castanhal/PA, participando da atividade do Passaporte Iconográfico



Fonte: Renan Borges, 2024

A INSERÇÃO DO PÚBLICO INFANTIL NAS AÇÕES EDUCATIVAS

A partir de observações durante os trabalhos de mediações da equipe de educação patrimonial, foi identificado a presença frequente de crianças acompanhadas por adultos, e na maioria dos casos, as crianças interagiam muito com os mediadores, pois, geralmente as crianças tendem a ser mais curiosas, perguntando sempre que surgem dúvidas. Por este motivo, em uma das reuniões da equipe de educação patrimonial, foi instigado a proposta de uma atividade que integrasse as crianças à memória do Parque Cemitério da Soledade com o seu patrimônio material e imaterial. Visto que:

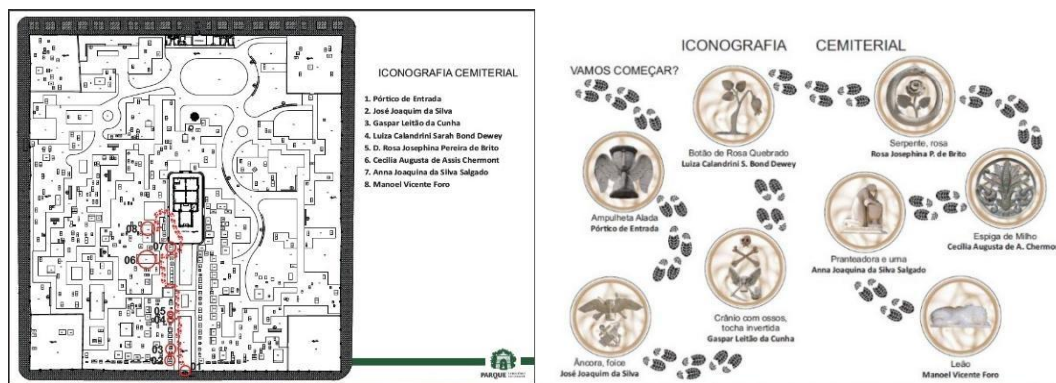
Na atualidade, os cemitérios são considerados como um novo lugar simbólico que busca preservar identidades próprias, favorecer a convivência entre classes sociais distintas e preservar o espaço que agrupa obras funerárias que retratam a sua memória, itens favoráveis para transformá-los em museu (Borges, 2016, p. 2).

Lembrando que o Soledade no início da urbanização de Belém estava em um local afastado do centro da cidade e nos dias atuais ele se encontra no bairro Batista Campos, um bairro muito movimentado. O Cemitério tem uma capela centenária em que é rezado missa e novenas pelas almas todas as segundas-feiras, recebendo a visita de escolas e devotos que se fazem acompanhar de suas crianças.

Antes da atuação dos bolsistas no cemitério, havia uma primeira proposta de atividade produzida pela Professora Idanise Hamoy e a Aymêe Marçal, visto que, para o público adulto se tem os roteiros de mediação, sendo um deles, o roteiro iconográfico, pode-se dizer que o passaporte seria uma simplificação do roteiro sobre o roteiro iconográfico.

Esta primeira atividade também é uma adaptação do roteiro de mediação, consistia em colar adesivos das iconografias encontradas pelas crianças, seguindo um percurso determinado, assim como mostra a figura 6.

Figura 6: Mapa do roteiro de mediação adaptado sobre as
Iconografias cemiteriais/primeira atividade infantil



Fonte: Aymêe Marçal, 2024

Logo, ao inserirmos de modo lúdico o conhecimento do patrimônio material e imaterial do Parque Cemitério da Soledade para as crianças, estamos tornando esse espaço mais familiar e interativo.

Para Paulo Freire:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalinhada (Freire, 1987, p. 40).

Assim sendo, o trabalho dos mediadores da educação patrimonial no Cemitério é fazer com que as pessoas que visitam o espaço, possam ver o Soledade como parte de suas histórias, bem como, a partir da interação do público infantil possa ser proporcionado memórias de que o cemitério faz parte do seu cotidiano, gerando a reflexão a respeito da passagem da vida por esse mundo, pois o tempo voa. Como é representado na iconografia da figura abaixo:

Figura 7: Ampulheta alada que representa

a contagem do tempo da vida.



Fonte: Jorge Costa, 2024.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A atividade foi planejada para atender à necessidade de incluir o público infantil nas ações educativas do Parque Cemitério da Soledade. A escolha da produção do “Passaporte Iconográfico” como ferramenta educativa partiu da percepção de que as atividades lúdicas podem facilitar o aprendizado e a interação das crianças com a arte cemiterial e seus significados. Os dados oficiais, no momento, foram coletados durante o evento “Soledade e o Audiovisual”, que serviu como um cenário ideal para implementar a atividade e observar os resultados.

A implementação do Passaporte Iconográfico como uma das atividades infantis propostas durante as visitas foi bastante positiva, pois as crianças conseguiram interagir com o espaço cemiterial, diminuindo os estigmas tradicionalmente relacionados a cemitérios como “medo” e “tristeza”. Tornar essa visita mais divertida foi fundamental nesse processo.

Apesar do impacto positivo na memória afetiva infantil, há uma barreira cultural significativa a ser superada: a percepção dos cemitérios como espaços ligados ao luto. Nesse sentido, a continuidade e ampliação das ações educativas são essenciais para consolidar as novas narrativas históricas, artísticas e culturais desse patrimônio.

Outro ponto relevante é a potencial replicabilidade dessa atividade em outros contextos patrimoniais. A experiência do Soledade demonstra que as atividades lúdicas e interativas podem ser adaptadas para diferentes públicos e locais, ampliando o alcance das ações educativas.

Como resultado, destaca-se a apreensão do significado das iconografias que foi compreendida pelas crianças a partir do conhecimento passado pela equipe de Educação Patrimonial do Cemitério, como a atribuição de significado aos elementos de comunicação do cemitério, gerando assim uma relação de pertencimento ao lugar de memória e história da cidade de Belém.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, a ludicidade contribui para a preservação e valorização do patrimônio, pois, ao integrar o processo de ensino com práticas lúdicas, é possível despertar nas crianças um sentimento de pertencimento e de cuidado com as tradições e os bens culturais de sua comunidade.

A experiência de aprender brincando, em vez de ser uma atividade dissociada do contexto real, promove uma reflexão crítica sobre a importância de preservar a memória cultural. Assim, a ludicidade se configura como um método eficaz da educação patrimonial, proporcionando um aprendizado que não apenas ensina, mas também engaja emocionalmente as crianças com o patrimônio cultural.

É importante destacar que o trabalho desenvolvido no Soledade reforça a interação intergeracional, através da atividade do passaporte iconográfico, promovendo uma troca de saberes entre as gerações. Incluir as famílias nas ações educativas, estimula-se o compartilhamento de memórias e histórias pessoais. Esse tipo de interação transforma o Parque Cemitério da Soledade em um espaço dinâmico de troca de saberes.

Essa abordagem educativa em um ambiente não formal, liga aspectos emocionais e cognitivos que ajudam a assimilar as informações. Através das brincadeiras e a exploração lúdica do espaço, as crianças não apenas absorvem o que está sendo ensinado, mas vivenciam experiências que podem virar memórias duradouras. Assim, o cemitério se torna um local de aprendizagem experiencial.

Os impactos positivos dessas ações em espaços de educação não formal, ressaltam a necessidade de continuar e ampliar as práticas educativas de educação patrimonial voltadas para o público infantil.

Incorporar metodologias lúdicas no planejamento das políticas culturais e patrimoniais é importante para garantir que a geração infantil atual se tornem agentes ativos na conservação e comunicação do patrimônio cultural local.

Dessa forma, iniciativas como a do passaporte iconográfico, pode ser usado como uma estratégia poderosa de educação patrimonial, contribuindo não apenas para o aprendizado, mas também para a perpetuação da memória histórica e cultural de espaços como o Parque cemitério da Soledade ajudando na quebra de paradigmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Maria Elizia. **O Cemitério como “museu a céu aberto”**. In: Congresso Internacional Imagens Da Morte: Tempos E Espaços Da Morte Na Sociedade, 7, 2016, São Paulo- SP. Resumos [...]. São Paulo- SP: USP, 2016. P. 1-16. Disponível em: <https://www.artefunerariabrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/08/texto-final-cem.-museu-imagens-da-morte-2016.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2024.

FOCHI, G. M. **Morte, cemitério e jazigos: um estudo do Cemitério Municipal de Joinville**. [s.l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. In: FREIRE, Paulo. **A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. cap. 2. Disponível em: <https://cpers.com.br/paulo-freire-17-livros-para-baixar-em-pdf/>. Acesso em: 26 abr. 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Jogo e a Educação: A prática lúdica nas instituições de ensino**. São Paulo: Cortez, 2003.

OSMAN, S. A.; RIBEIRO, O. C. F. **Arte, história, turismo e lazer nos cemitérios da cidade de São Paulo**. Licere, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 1-15, abr. 2007.

DINÂMICAS AMBIENTAIS E A PERCEPÇÃO DOS HABITANTES NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE MÃE GRANDE DE CURUÇA-PA

Liliam Clisrana Alves das Neves

Cristina do Socorro Fernandes de Senna

RESUMO

As dinâmicas ambientais são processos que ocorrem de forma natural ou antrópica, o que ocasiona mudanças significativas na paisagem local na Amazônia, especificamente este processo torna-se ainda mais expressivo, justamente por apresentar nas últimas décadas um aumento da intervenção humana nos espaços naturais, pressionando ecossistemas e provocado variações expressivas no uso e configuração do território. Desse modo, o objetivo desta pesquisa é analisar as modificações ocorridas na região, tanto de origem natural quanto antrópica, com o intuito de compreender a percepção dos habitantes da Reserva Extrativista de Mãe Grande Curuçá em relação às transformações experimentadas ao longo dos últimos 30 anos. Através de pesquisas anteriores no setor Flúvio-marítimo foram realizadas análises aprofundadas de uso e cobertura da terra. Por meio da aplicação de técnicas avançadas de processamento de imagens digitais obtidas por sensores ópticos, utilizando softwares especializados, no qual foi possível identificar e classificar as diferentes categorias que constituem o mosaico territorial da região, além de mapear as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Foi possível a elaboração de mapas temáticos que ilustram a evolução do uso e cobertura da terra ao longo das últimas três décadas. Tais transformações impõem desafios significativos para os extrativistas que dependem da captura de crustáceos, uma vez que necessitam investir mais esforço no processo de garantir sua subsistência, Logo, a análise multitemporal regional torna-se fundamental para compreender as interações entre o patrimônio natural e as dinâmicas socioeconômicas

Palavras-chave: Paisagem, Biodiversidade, Modificações, Análise Ambiental.

INTRODUÇÃO

O setor flúvio-marítimo da Zona Costeira Paraense configura-se como uma área de significativa importância ecológica e econômica no norte do Brasil, caracterizada pela presença de vastas extensões de estuários e manguezais, os quais são fundamentais para a conservação da biodiversidade marinha. A relevância dessa região é formalmente reconhecida pela Lei nº 9.064, de 25 de maio de 2020 (BRASIL, 2024). Dessa maneira, a Reserva Extrativista Marinha de Mãe Grande de Curuçá, localizada na Mesorregião do Nordeste Paraense limitando com os municípios de São Caetano de Odivelas, Marapanim e Castanhal, suas coordenadas geográficas variam entre 0° 38' 50.56" S e 1° 12' 38" S de latitude, e 47° 50' 30.81" W e 0.647376° W de longitude, criada há 20 anos, tem o papel relevante na preservação ambiental e da sociobiodiversidade, focada na conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos. No que se refere à formação regional, sua origem está associada a uma fossa tectônica delimitada por falhas normais orientadas no sentido NW-SE (ARANHA et al., 1990), cuja geometria e paleotopografia estão intimamente associadas aos processos tectônicos, os quais têm desempenhado um papel fundamental no controle das espessuras dos depósitos terciários e quaternários, os solos da área de estudo apresentam-se principalmente como latossolos amarelos, com textura média, além de ocorrências de concrecionário laterítico e solos indiscriminados de mangue (Furtado et al., 2003).

Na região costeira do Estado, onde se situa a área de pesquisa, predominam as unidades cenozóicas, destacando-se os carbonatos da Formação Pirabas e os sedimentos pertencentes ao Grupo Barreiras e aos Pós-Barreiras.

Sua cobertura vegetal original, é composta por floresta primária, a qual foi degradada devido a desmatamentos intensivos e extensivos, realizados para o cultivo de espécies agrícolas de subsistência ou pela ocupação de terrenos ao longo da PA-136, bem como em áreas de mangue ou manguezais próximas aos vilarejos, situados nas zonas litorâneas e semi-litorâneas.

Através da influência da salinidade da água do mar que contribuiu para que, atualmente, a cobertura florestal predominante na região seja composta por florestas secundárias. Essas florestas resultam de um processo natural de regeneração da vegetação em áreas previamente sujeitas ao corte raso da floresta primária. Frequentemente, essas terras

foram temporariamente utilizadas para atividades agrícolas ou pastoris, com a floresta surgindo espontaneamente após o abandono dessas práticas (BASTOS, 2003).

Os manguezais ocorrem em planícies de maré e zonas estuarinas, constituindo paisagens exuberantes, que suportam uma vasta diversidade de espécies de peixes, crustáceos, aves e plantas. Estes ambientes são particularmente sensíveis às mudanças climáticas, poluição e exploração excessiva, o que torna sua proteção vital para a manutenção dos ciclos ecológicos naturais. Logo, a sociobiodiversidade refere-se à interconexão entre a biodiversidade natural e a diversidade sociocultural das comunidades tradicionais que habitam a área. A Reserva Extrativista Marinha de Mãe Grande de Curuçá é um exemplo marcante de como a sociobiodiversidade se manifesta através da relação profunda e simbiótica entre as comunidades tradicionais e o ambiente marinho. Nesse sentido, a relação entre homem-natureza é um aspecto central nos estudos ambientais, especialmente quando se trata de questões como o gerenciamento de recursos, o ordenamento territorial e a gestão sustentável. Ignorar essa interação compromete a compreensão das dinâmicas socioambientais e a eficácia das ações planejadas para o espaço (Senna, 2002).

As práticas culturais, os modos de vida e os saberes tradicionais das populações locais estão intrinsecamente entrelaçados aos ciclos naturais e à disponibilidade dos recursos oferecidos pelo ecossistema. Essa conexão vai além do simples uso dos recursos naturais, representando um vínculo de reciprocidade e respeito que se reflete em diversas dimensões da vida comunitária, dessa forma esses ambientes costeiros necessitam de intensa preservação e políticas públicas que reforcem a importância desses ecossistemas, não só para espécie animal mas também para a sobrevivência desses extrativistas que detém unicamente do conhecimento da arte da pesca; o qual são essenciais para a sua subsistência. (Ferreira, 2009)

Os extrativistas que habitam a RESEX não apenas utilizam os recursos naturais para sua subsistência, mas também desenvolvem práticas de manejo que são fruto de um conhecimento acumulado e transmitido por gerações. Esses saberes, adaptados às especificidades locais, incluem técnicas de pesca, coleta de mariscos, uso de plantas medicinais, e outras formas de interação sustentável com o ambiente. Essa transmissão intergeracional é essencial não só para a continuidade dessas práticas, mas também para a preservação da identidade cultural das comunidades.

A sustentabilidade dessa interação é um ponto central, pois os conhecimentos tradicionais promovem um equilíbrio entre a exploração e a conservação dos recursos naturais. Ao respeitar os ciclos biológicos e adotar práticas de manejo responsáveis, as comunidades asseguram a continuidade desses recursos para as gerações futuras. Assim, os saberes locais não apenas desempenham um papel prático na sobrevivência, mas também possuem um valor inestimável como parte do patrimônio cultural e natural da região.

Assim, a degradação ambiental pode levar à escassez de recursos, impactando a segurança alimentar e a subsistência das populações locais, que dependem de práticas de coleta e pesca. Dessa maneira, a análise do uso da terra pode revelar práticas de manejo que promovem a sustentabilidade, preservação de áreas naturais e a restauração de ecossistemas os quais são cruciais para a manutenção da biodiversidade, garantindo que os serviços ecossistêmicos estejam disponíveis para as comunidades. Dessa forma, análise de uso e cobertura da terra é essencial para entender as interações entre patrimônio cultural, ambiente, sociobiodiversidade, possibilitando a implementação de estratégias de gestão que respeitem e integrem todos esses aspectos.

OBJETIVOS

Através das análises feitas em uma escala macro usando o recorte regional do setor flúvio-marítimo paraense, pretende-se como principal objetivo para o presente trabalho propor uma análise minuciosa a respeito da análise do uso e cobertura da terra e os impactos causados ao longo dos anos na configuração espacial do objeto de estudo. Os dados coletados constituem um arcabouço teórico e metodológico que abrange a RESEX marinha de Mãe Grande, em Curuçá-PA. Essa análise visa compreender as modificações que ocorreram, tanto naturais quanto antrópicas, de maneira que busque a percepção dos habitantes da RESEX sobre essas transformações ao longo desse período.

METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa foi direcionada a partir do levantamento bibliográfico acerca dos principais conceitos relacionados ao objeto de estudo e combinação de técnicas e ferramentas baseadas na análise de dados obtidos através das bases oficiais fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), foi possível a confecção dos mapas de forma eficaz.

A presente análise da dinâmica de uso e cobertura da terra no setor flúvio-marítimo Paraense, abrangendo o período de 1990 a 2023, para o ano de 1990 foi realizada com base em imagens do satélite Landsat 2, utilizando as bandas B6, B5 e B4, com resolução espacial de 30 metros. O processamento das imagens foi realizado por meio de classificação supervisionada, utilizando o software QGIS 3.28. As classes consideradas para a análise incluíram: vegetação primária, áreas alagadas, vegetação secundária, áreas urbanizadas, culturas temporárias, pastagem, áreas descobertas, praias, dunas, águas costeiras, desmatamento, mineração e capoeira. Este enfoque metodológico possibilita uma compreensão aprofundada das transformações na cobertura do solo ao longo do tempo.

Contudo no ano de 2023, a análise foi realizada por meio da plataforma Google Earth Engine (GEE). Utilizando a linguagem JavaScript, foi possível desenvolver um código editor de classes que permitiu a classificação supervisionada das imagens. Os ajustes finais foram efetuados no software livre QGIS 3.34, o qual também foi utilizado para a elaboração dos layouts dos mapas.

Os dados sobre as comunidades pertencentes à área de estudo foram compilados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Desta forma, com a identificação das práticas de conservação do território.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise realizada por meio de técnicas de sensoriamento remoto revelou variações significativas no uso e cobertura do solo na região, destacando as transformações espaciais no Setor 4 da zona flúvio-marítima paraense ao longo do tempo. As mudanças observadas indicam um avanço considerável da urbanização e das atividades humanas, através das análises feitas a partir das ferramentas do sensoriamento remoto para o ano de 1990 (Figura 01), especificamente nas classes de uso e cobertura do terra, incluem: vegetação primária, áreas alagadas, vegetação secundária, áreas urbanizadas, culturas temporárias, pastagens, áreas descobertas, praias, dunas e areais, águas costeiras, áreas de desmatamento, mineração e capoeira.

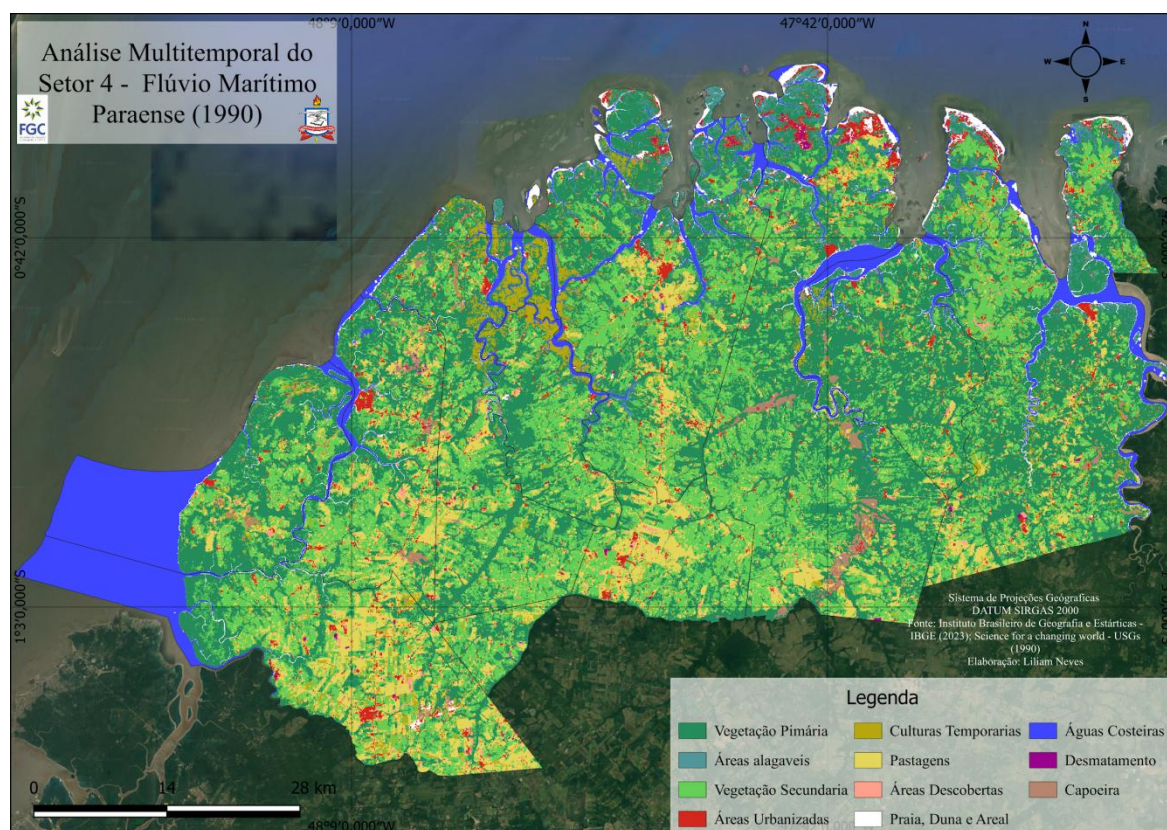


Figura 01: Análise Multitemporal 1990. Fonte: autores

Ao longo dos anos, o mosaico regional passou por transformações significativas, decorrentes da implementação de políticas públicas voltadas para o fomento do crescimento econômico. Esse processo de urbanização resultou em uma ocupação intensiva do território, acompanhada pela expansão das atividades agrícolas, turísticas e do agronegócio nos municípios circunvizinhos à região metropolitana da capital. As transformações decorrentes dessas atividades têm gerado impactos significativos na configuração espacial, com a remoção da vegetação nativa e a consequente perda da biodiversidade local, conforme evidenciado pelas análises realizadas para o ano de 2023 (Figura 02).

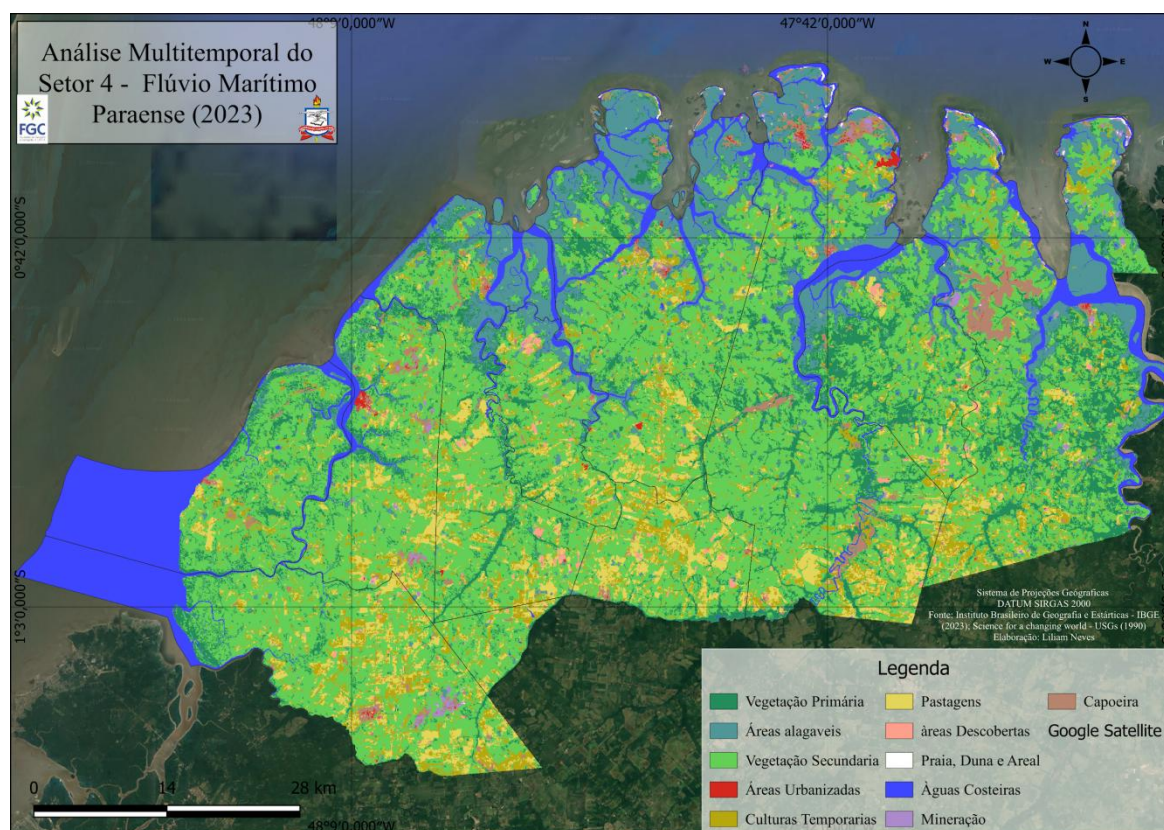


Figura 02: Análise Multitemporal 2023. Fonte: autores

Tais mudanças acarretam em modificações expressivas na paisagem, que afetam diretamente a vida dos habitantes da região. Nesse contexto, Tuan (1977) destaca que a percepção da paisagem é um fenômeno complexo, resultante da interação entre os elementos físicos do ambiente e as experiências subjetivas dos observadores. Dessa forma, torna-se evidente a relação entre as alterações na paisagem e a vivência dos moradores, revelando como essas mudanças têm influenciado de maneira significativa o cotidiano local das populações que residem na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região nordeste do estado do Pará, os problemas nas zonas costeiras, embora ainda relativamente limitados, têm se intensificado devido ao crescimento acelerado da capital e as dinâmicas naturais que ocorrem ao longo do tempo no território. Esse processo tem gerado impactos significativos sobre o modo de vida rural e extrativista, que historicamente se fundamenta na subsistência a partir dos recursos naturais dessas populações.

De tal modo, a partir do mapeamento feito por imageamento de satélite, foi revelado mudanças significativas no mosaico regional ao longo do período de 33 anos no setor flúvio-marítimo, resultantes da implementação de políticas públicas promovidas pelo Estado com o objetivo de impulsionar o crescimento socioeconômico na área. Essas atividades têm deixado marcas perceptíveis na configuração espacial, evidenciando a retirada da vegetação nativa. Nesse contexto, é fundamental atribuir uma importância significativa à paisagem local, reconhecendo-a não apenas como uma fonte de recursos naturais, mas também como parte integrante da relação entre o meio ambiente e as comunidades locais, auxiliando juntamente com as comunidades para o perpetuamento das práticas locais e saberes milenares que estas dispõem. Comunidades essas, cujos membros atuam como importantes atores sociais, dependem intrinsecamente desses recursos para sua subsistência e integração sociocultural. Dessa maneira, análise de uso e cobertura da terra é essencial para entender as interações entre patrimônio cultural, ambiente, sociobiodiversidade, possibilitando a implementação de estratégias de gestão que respeitem e integrem todos esses aspectos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, J. A. P., Costa, J. B. S., & Lima, E. F. (1990). "A Bacia de Bragança-Viseu: uma nova bacia mesozoica na margem equatorial brasileira." *Revista Brasileira de Geociências*, 20(1-4), 208-213.

BASTOS, T. X. (2003). "Impactos ambientais da agricultura itinerante na Amazônia." *Revista Brasileira de Agroecologia*, 1(1), 45-52.

FERREIRA, L. C. (2009). "A relação entre comunidades tradicionais e ecossistemas costeiros: desafios para a sustentabilidade." *Revista de Estudos Ambientais*, 11(2), 45-58.

GONÇALVES FURTADO, L.; BARBOSA QUARESMA, H. D. A. *Gente e ambiente no mundo da pesca artesanal*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Bélem, BR, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

PARÁ. Lei n. 9.064, de 25 de maio de 2020. Dispõe sobre o Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 26 maio de 2020. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br>. Acesso em: 11 jun 2024.

SENNA, C. S. F. (2002). "Mudanças da Paleovegetação e dos Paleoambientes Holocênicos da Planície Costeira da Região Nordeste do Estado do Pará, entre as Baías de Marapanim e Maracanã." Tese de Doutorado, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place: the perspective of experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

DINÂMICAS PARTICIPATIVAS DE PRODUÇÃO DO MAPA MENTAL ENTRE RAÍZES DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

Magaly Caldas Barros⁵⁸

Gabriel Negrão Moreira⁵⁹

Jonathan Rodrigues Nunes⁶⁰

RESUMO

Esse texto apresenta resultados das atividades realizadas no projeto de extensão ‘Entre Marés’, que resultou com o compartilhamento de saberes na região do salgado paraense e contribuiu, exponencialmente, para a preservação sustentável do município de Maracanã e Magalhães Barata, além dos diálogos enriquecidos propostos pela própria população local. Sob o escopo metodológico da Geografia e do Manual de Aplicação do IPHAN, desenvolvemos um plano de atividades que consiste na estrutura da oficina “Mapa Mental Entre Raízes de Referências Culturais”. O quadro a seguir detalha a organização das etapas da oficina, delimitando o tempo de duração de cada etapa. Com essa integração entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais, a oficina visou construir uma ponte entre a universidade e as comunidades locais, promovendo uma troca enriquecedora e sustentável. Esse tipo de atividade extensionista tem um impacto positivo tanto na formação dos estudantes, que aprendem a valorizar a diversidade cultural e ambiental, quanto nas comunidades, que recebem ferramentas para fortalecer e preservar suas práticas de manejo sustentável.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Inventário Participativo, Geografia, Educação.

58 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPa). Doutoranda em Geografia pelo PPGEO-UFPa, Campus Guamá. E-mail: magalycaldasb@gmail.com

59 Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Técnico em Gestão de Meio Ambiente na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), lotado na Diretoria de Mudanças Climáticas (DIMUC/SAGRH). E-mail: gabrielmoreira321@gmail.com.

60 Bacharel em Turismo e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPa). Especialista em Planejamento e Gestão Pública em Turismo (UFPa). Mestrando em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: jonathanrodrigues58@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A oficina “Mapa Mental Entre Raízes de Referências Culturais” consiste em uma metodologia para identificação de referências culturais. Realizada nos municípios Maracanã e Magalhães Barata, no Pará, como parte do Evento “Entre Marés: compartilhando saberes”, organizado pelo GEPPAM/UFPA, coordenado pela prof.^a Dr.^a Márcia Pimentel, entre 6 e 7 de dezembro de 2023. O referencial metodológico parte do Manual de Aplicação de inventários participativos, publicado pelo IPHAN em 2016, integra políticas desenvolvidas no campo da Educação Patrimonial e marca o avanço do debate sobre práticas educativas em espaços formais e não-formais. A oficina também é produto das discussões sobre Geografia, Educação Patrimonial e políticas públicas ocorridas no “Projeto Inventário participativo de referências culturais: do Beco do Carmo ao Mercado do Porto do Sal no Centro Histórico de Belém do Pará”⁶¹.

Segundo a coordenadora, o evento “(...) possibilita a aproximação da Universidade com as diversas realidades amazônicas, a partir da extensão. Isso é fundamental não apenas para o desenvolvimento de pesquisas, mas também para garantir o respeito pela cultura das populações locais” (UFPA, 2013). Com essa perspectiva, a oficina foi elaborada visando integrar os conhecimentos sobre Geografia e Patrimônio desenvolvidos no Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR), coordenado pela prof.^a Dr.^a Maria Goretti Tavares, e as discussões contemporâneas sobre preservação ambiental e manejo em áreas de preservação, como reservas extrativistas. A aproximação entre esses dois campos considerou a importância de uma abordagem interdisciplinar e contextualizada das realidades amazônicas, respeitando os ambientes de realização da oficina, o público-alvo e os materiais disponíveis. A oficina buscou, por meio da extensão universitária, contribuir para a valorização das culturas e práticas locais, promovendo uma leitura sensível das dinâmicas socioambientais presentes nas reservas extrativistas e em outras áreas protegidas. Esse enfoque buscou fortalecer o diálogo entre a universidade e as comunidades locais, bem como incentivar o reconhecimento de elementos culturais atrelados às práticas tradicionais de manejo e preservação que historicamente confluem nessas áreas.

⁶¹Vinculado ao projeto nacional: Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural, da área de geografia humana, aprovado a chamada Pró-Humanidades 2022 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com coordenação geral na Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

A iniciativa da oficina “Mapa Mental Entre Raízes de Referências Culturais” inseriu os participantes em atividades práticas e debates que conectaram saberes locais aos conceitos presentes na publicação “Educação Patrimonial: inventários participativos”. Manual de aplicação, principal referência para o desenvolvimento da oficina. Na intenção de evidenciar a relevância dos conhecimentos geográficos no entendimento dos processos de ocupação e uso do território, o mapa mental surge como ferramenta fundamental para identificar as interações entre comunidades, o meio ambiente e os elementos culturais, especialmente em áreas que dependem de práticas sustentáveis de uso de recursos naturais. Esse processo reflexivo aprofunda a compreensão de como o patrimônio cultural e natural da Amazônia está diretamente ligado à preservação dos modos de vida das populações tradicionais.

As discussões contemporâneas sobre preservação e manejo em reservas extrativistas foram integradas à oficina para evidenciar os desafios e as potencialidades da diversidade cultural em territórios de grande diversidade ambiental e econômica. Por meio da abordagem do GGEOTUR, a oficina objetivou a) discutir o entendimento do conceito de patrimônio cultural; b) apresentar a definição e o objetivo de um inventário participativo de referências culturais; e c) identificar participativamente as referências culturais que constituem a memória e a história de moradores/as e trabalhadores/as dos municípios Magalhães Barata e Maracanã.

Além de abordar aspectos culturais, a oficina também destacou a importância da ética no relacionamento entre a universidade e as comunidades locais. Isso envolve o respeito pela autonomia e os conhecimentos tradicionais das populações, evitando que o discurso acadêmico se imponha sobre as práticas e saberes locais. Ao contrário, notou-se um ambiente colaborativo onde os participantes puderam se expressar e participar ativamente na construção do mapa mental que considerasse suas percepções culturais, fortalecendo assim a relevância e a aplicabilidade das ações de extensão e pesquisa.

A metodologia “considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (Brasil, 2016, p.5). Para tanto, preconiza o entendimento de aspectos do território relacionados à vida cotidiana e à formação da identidade cultural, especialmente em áreas de interesse à preservação ambiental, visto que esta metodologia se direcionou para as áreas protegidas nos municípios de Maracanã e Magalhães Barata. Por meio de uma atividade educativa que elabora a produção de conhecimento e a participação social, o foco principal da oficina é a sensibilização da comunidade para a importância de reconhecer seu patrimônio cultural.

Desse modo, possibilita-se o processo de identificação das formas de preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural em diálogo com seus pares e com as instituições de gestão pública.

Entende-se a necessidade de aproximar diferentes sujeitos dos conceitos e técnicas de pesquisa, como trabalho de campo, sistematização e interpretação de dados. Parte da ideia de inventariar elementos culturais para então compreender os processos de formação da identidade cultural. Conforme o Manual de Aplicação:

Inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local (Brasil, 2016, p. 7).

A metodologia desenvolvida justifica-se pela importância de atividades formativas relacionadas ao campo cultural, visto que o “financiamento das políticas culturais governamentais é insuficiente e penaliza os diferentes segmentos culturais e a população, que se vê diante da deterioração do patrimônio cultural e da infraestrutura cultural básica” (Codes; Silva; Araújo, 2021, p. 351). Soma-se a possibilidade de uma gestão compartilhada de bens e manifestações culturais, ampliando o uso democrático do território, que inclui aspectos sociais e ambientais em seu escopo. Por isso, “É interessante pensar o reconhecimento das formas de apropriação dos bens culturais como fundamental para se conhecer sobre o ambiente construído a que as políticas de patrimonialização se voltam” (Barros, Tavares, 2020, p. 11).

2. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

A trajetória dos inventários de patrimônio cultural no Brasil inicia em meados do século XX, com o estabelecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inicialmente, os inventários eram realizados com foco em bens materiais de grande valor histórico e artístico, influenciados pelo movimento de valorização da herança colonial e modernista brasileira (Fonseca, 2005).

Nas décadas de 1980 e 1990, com o avanço das políticas de descentralização e a Constituição de 1988, a noção de patrimônio expandiu-se para incluir manifestações imateriais e representações culturais mais amplas. Esse período marcou o início do

reconhecimento oficial de práticas culturais populares, como as festas, rituais e modos de fazer tradicionais (Oliveira, 2010). Em 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial foi criado pelo IPHAN, consolidando o inventário participativo como uma metodologia fundamental para o reconhecimento de bens imateriais, ao envolver as comunidades na identificação e valorização de suas próprias expressões culturais (Sant'Anna, 2009).

A publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (Brasil, 2016) reafirma esse enfoque, propondo a realização de inventários que promovam o diálogo e a construção coletiva do conhecimento sobre o patrimônio cultural. Atualmente, os inventários participativos são instrumentos essenciais na política de preservação patrimonial no Brasil, alinhando-se a uma abordagem inclusiva e educativa que valoriza a diversidade cultural.

O inventário participativo é uma metodologia de levantamento e documentação de bens culturais que envolve ativamente as comunidades no processo de reconhecimento e valorização de seu próprio patrimônio. Esse tipo de inventário visa ampliar a compreensão sobre o que é considerado patrimônio cultural, unindo a perspectiva institucional ou oficial junto às percepções e valores da própria população que produz e se identifica com elementos culturais. A abordagem participativa fortalece o papel da comunidade como agente protagonista na preservação de sua herança cultural, possibilitando que os próprios sujeitos definam o que deve ser inventariado e preservado, incluindo aspectos que talvez passem despercebidos em inventários tradicionais. A identificação participativa possibilita ainda inventariar uma gama de significados que fogem à leitura institucional por centrarem sua importância nos aspectos cotidianos, isto é, quando a vivência do dia a dia desenha contornos significativos para a manutenção das relações com determinado elemento cultural (Nunes, Figueiredo, 2019).

Um dos princípios centrais do inventário participativo é a horizontalidade no processo de identificação do patrimônio (Brasil, 2016). Isso significa que especialistas e comunidade colaboram de maneira igualitária, encadeando saberes técnicos e conhecimentos locais. Dessa forma, os bens culturais são identificados com base nas significações atribuídas pela própria população, considerando aspectos emocionais, sociais e identitários que cada referência pode ter para a comunidade. Afinal,

Quando o assunto é patrimônio cultural, não existe apenas uma versão sobre as coisas. As pessoas podem ter diferentes informações sobre uma mesma referência cultural e, dependendo das suas relações com a referência, podem

até ter visões contrárias sobre ela. Quanto mais informações e versões forem obtidas, mais profundo será o conhecimento sobre a referência, os seus significados e a importância para as pessoas (Brasil, 2016, p. 15).

O objetivo é democratizar o acesso ao conhecimento patrimonial, reduzindo as barreiras entre o saber técnico-acadêmico e o saber popular, de modo que todos tenham participação e poder de decisão sobre o que constitui o seu patrimônio.

O processo de elaboração de um inventário participativo também enfatiza a importância do reconhecimento dos bens culturais em contextos amplos e diversos. Bens materiais, como edificações e objetos, e bens imateriais, como tradições, festas, modos de fazer e saberes, são todos considerados no inventário, caso tenham valor para a comunidade, definido pela própria comunidade. Esse reconhecimento é fundamental para a população local desenvolver um senso de pertencimento e identidade em relação aos bens inventariados, estimulando a participação contínua na preservação e valorização dessas manifestações culturais.

Outro aspecto relevante do inventário participativo é o seu papel como instrumento educativo. A participação ativa da comunidade no processo fortalece a educação patrimonial, promovendo uma compreensão mais ampla sobre o valor e a importância dos bens culturais, tanto para questões coletivas, quanto para o reconhecimento individual nas práticas sociais. Durante a elaboração do inventário, oficinas, rodas de conversa e outras atividades educativas são realizadas, possibilitando a troca de saberes e experiências entre os habitantes e os educadores para o patrimônio. Esse processo contribui para a conscientização coletiva sobre a preservação do patrimônio e incentiva práticas de cuidado e valorização do mesmo no cotidiano.

O processo de inventariar começa com pesquisas sobre temas culturais, utilizando fontes como livros, jornais, fotografias e a internet, além de visitas a centros culturais, bibliotecas e museus. A interação com mestres culturais, como artesãos, contadores de histórias e pessoas representativas das lutas da comunidade, é fundamental para compreender as referências culturais e a ênfase que lhes são atribuídas. O inventário não visa formalizar reconhecimento institucional, e sim construir um conhecimento coletivo sobre o patrimônio cultural por meio do diálogo entre diferentes gerações e grupos sociais. Conforme o Manual de Aplicação, o inventário participativo é: “(...) primordialmente, uma atividade de educação patrimonial. Portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo

entre as pessoas, as instituições e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas” (Brasil, 2016, p. 09).

Ao estimular a participação de diversos sujeitos da comunidade, incluindo familiares, produtores de cultura e representantes institucionais, promove-se o respeito pela diversidade e a compreensão da importância das várias expressões culturais (Brasil, 2016). Dessa forma, o inventário participativo amplia a compreensão sobre patrimônio, promove o respeito pela diversidade cultural e atua na construção democrática do conhecimento. Para tanto, são indispensáveis atividades de campo, que “consistem em entrevistar pessoas e documentar, por meio de anotações, filmagens, desenhos e fotografias” (Brasil, 2016, p. 15), a fim de criar uma memória que servirá de base para a composição do inventário.

O inventário participativo é desenvolvido em etapas que visam garantir a construção coletiva do conhecimento sobre o patrimônio cultural. A primeira etapa envolve a preparação e planejamento do inventário, onde se definem os objetivos, metodologia e agentes envolvidos. Nessa fase, a comunidade e as instituições parceiras discutem o escopo do inventário, como o tipo de bens culturais a serem mapeados (materiais e/ou imateriais) e o público-alvo. Realiza-se também a formação das equipes, que incluem membros da comunidade, pesquisadores e facilitadores, capacitando-os sobre a importância e os métodos do inventário participativo.

Na segunda etapa, ocorre o levantamento de dados e a documentação dos elementos culturais identificados. Esta fase é central por consistir na coleta de informações sobre as referências culturais da comunidade, a partir de fontes como entrevistas, rodas de conversa, visitas a locais significativos e registro de práticas e saberes tradicionais. A participação direta da comunidade é fundamental nesse processo, ela quem fornece o conhecimento e as memórias sobre as referências inventariadas. A documentação pode incluir textos, fotos, vídeos e mapas que registrem a diversidade dos elementos culturais, com o cuidado de manter os significados e representatividade dos registros.

Por fim, a última etapa é a sistematização e devolução dos resultados para a comunidade, promovendo um espaço de reflexão e diálogo sobre o que foi inventariado. Nessa fase, chamada de devolutiva, os dados são organizados em um formato acessível e compartilhados com os participantes, garantindo que os resultados sejam compreendidos e analisados por todos. A devolutiva, em geral, ocorre por meio de eventos comunitários, exposições ou materiais impressos e digitais, reforçando o compromisso de inclusão e

respeito à pluralidade cultural. Essa etapa fortalece o vínculo da comunidade com o patrimônio e estimula o comprometimento na preservação cultural.

Em suma, o inventário participativo possui um caráter dinâmico, uma vez que as referências culturais e os significados atribuídos a elas estão em constante transformação. A cada nova edição, o inventário pode incorporar novas referências, atualizar informações ou incluir diferentes perspectivas da comunidade sobre o patrimônio. Esse dinamismo é essencial para o inventário acompanhar as mudanças culturais e sociais ao longo do tempo, garantindo que o patrimônio continue sendo relevante e significativo para a população.

3. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial no Brasil surge como uma prática educativa orientada para o fortalecimento da consciência coletiva sobre a importância de preservar o patrimônio cultural e natural. Desde suas origens, ela tem buscado ampliar a compreensão sobre o que constitui o patrimônio, enfatizando a pluralidade e a diversidade cultural. No contexto brasileiro, as políticas públicas em educação patrimonial, principalmente a partir da Constituição de 1988, incorporaram objetivos como a valorização dos saberes locais e a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos dos processos de patrimonialização, reforçando o compromisso com a democratização do acesso ao patrimônio (Barros; Tavares, 2019).

A criação do Programa Nacional de Educação Patrimonial (PNEP) pelo IPHAN foi um marco importante, estruturando diretrizes para a prática educativa voltada ao patrimônio e promovendo ações como os inventários participativos, que envolvem comunidades na identificação e valorização de seus próprios bens culturais (POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN, 2019). Esse enfoque participativo fortalece o entendimento de patrimônio como parte da identidade coletiva e aproxima o conceito de educação patrimonial das necessidades sociais e culturais do Brasil, pois este encerra as realidades locais na assimilação do patrimônio cultural, criando, assim, abordagens que refletem sobre as condições socioespaciais do território brasileiro.

A partir dos anos 2000, com a formalização de políticas públicas e programas voltados à educação patrimonial, escolas e comunidades começaram a atuar mais diretamente no processo, promovendo o aprendizado intergeracional e o respeito à diversidade cultural. Essa trajetória reflete um compromisso crescente com a gestão democrática e inclusiva do

patrimônio, ampliando o acesso e a participação social (INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS NAS FORTIFICAÇÕES EM PERNAMBUCO, 2022). O envolvimento de escolas e comunidades passou a ser fundamental, ao possibilitar uma abordagem prática e contextualizada da educação patrimonial, em que professores, alunos e moradores atuam como agentes na identificação e valorização dos elementos culturais locais. Essa atuação contribui para a construção de um espaço de aprendizado e reflexão sobre a memória coletiva e identidade cultural (INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS NAS FORTIFICAÇÕES EM PERNAMBUCO, 2022).

A educação patrimonial é importante também para o desenvolvimento democrático da sociedade, por suas práticas permitirem que as pessoas reflitam sobre o valor da herança cultural e desenvolvam uma postura crítica sobre o uso e a preservação do patrimônio, gerando um senso de responsabilidade coletiva. Como afirma Morin (2011), essa forma de educação envolve saberes que possibilitam ao indivíduo compreender a complexidade de sua realidade e interagir com ela de maneira ética e responsável (Morin, 2011). A integração com as práticas de Educação Integral, discutida por Jacqueline Moll, também destaca a importância de educar o sujeito de forma plena, integrando diferentes aspectos de sua vida e identidade, para que ele contribua ativamente para o desenvolvimento social e cultural (Moll, 2009).

Além de incentivar a preservação cultural, a educação patrimonial fortalece a identidade e a coesão social, promovendo o respeito pela diversidade cultural e pela memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira. Ao envolver a comunidade, a educação patrimonial estimula uma vivência participativa e crítica, onde os indivíduos se reconhecem como parte integrante de um processo de construção coletiva da história e cultura locais (Brandão, 1996). Essa perspectiva reforça a importância de políticas públicas que incentivem o protagonismo comunitário e a gestão democrática dos espaços patrimonializados, promovendo uma educação que seja transformadora e inclusiva, essencial para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e plural.

4. GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A relação entre Geografia e Educação Patrimonial se estabelece a partir da compreensão de que o espaço geográfico é também um espaço cultural, onde se inscrevem memórias, identidades e práticas sociais. A Geografia, ao estudar a relação entre os sujeitos e

os territórios, contribui para o reconhecimento dos elementos culturais e históricos que caracterizam os diferentes lugares, fortalecendo a noção de patrimônio como algo dinâmico e vivido. Nesse contexto, destaca-se a importância de políticas públicas e da educação patrimonial para a preservação de espaços historicamente significativos, especialmente na Amazônia, onde a integração dos elementos naturais e humanos constituem exemplos significativos de referências culturais (Barros; Tavares, 2019).

Para Tavares (2018), o patrimônio urbano é um elemento central na compreensão do espaço citadino e nas relações sociais que se desenvolvem nele. A autora destaca a importância de considerar o patrimônio como um agente ativo na configuração da cidade, pois reflete e reforça memórias coletivas, identidades locais e as dinâmicas sociais e culturais que definem o espaço urbano. Uma das categorias geográficas indispensáveis a essa reflexão é a paisagem, para a autora:

A paisagem é assim uma síntese ou arquétipo das manifestações simbólico-culturais que formam um determinado patrimônio. A paisagem – faz-se necessário que se diga – não é estática no tempo e no espaço. Seu caráter de mobilidade se dá justamente pelas condições de dinâmicas empregadas pelos grupos sociais que lá estão presentes; a paisagem é, dessa forma, reflexo das ações que se dão sobre o espaço geográfico (Tavares, 2018, p. 166).

Essa abordagem permite que a Geografia amplie o entendimento do patrimônio e veja-o como um fenômeno vivido e contínuo, que carrega significados e histórias recontadas ao longo do tempo e da produção do espaço. Tavares (2018) explora como o patrimônio urbano articula-se com o cotidiano dos habitantes e com os processos de produção e transformação do espaço urbano. Ela enfatiza que, ao considerar a cidade como um palimpsesto, ou seja, como uma construção que acumula marcas e resquícios de várias temporalidades, é possível compreender melhor as práticas sociais que produzem o espaço e que contribuem para a manutenção ou a transformação dos bens patrimoniais.

Tavares (2018) também ressalta o papel da leitura geográfica para promover uma visão crítica e sensível ao contexto cultural e histórico. Essa perspectiva nos leva a compreensão de que o patrimônio é, simultaneamente, um elemento de identidade e um recurso estratégico para o desenvolvimento turístico, mas que, se não for abordado com cuidado, pode ser instrumentalizado para esvaziar seus significados para os moradores locais.

Assim, a leitura geográfica do patrimônio destaca a relevância de políticas e práticas de preservação que considerem o patrimônio como uma construção coletiva e dinâmica, capaz de refletir as necessidades e identidades da população local.

5. PLANO DE ATIVIDADES

Sob o escopo metodológico da Geografia e do Manual de Aplicação do IPHAN, desenvolvemos um plano de atividades que consiste na estrutura da oficina “Mapa Mental Entre Raízes de Referências Culturais”. O quadro a seguir detalha a organização das etapas da oficina, delimitando o tempo de duração de cada etapa.

Duração		
10 min	● Boas vindas e apresentação da oficina. ● Organizar o grupo em forma de círculo.	- As boas-vindas e abre a rodada de apresentações (equipe diz o nome/participantes falam seu nome e onde moram). - Apresentam-se os objetivos e a programação da atividade.
20 min	● I Momento: Diálogo sobre a noção de patrimônio cultural e o Inventário Participativo de Referências Culturais. ● Uso de data show, quadro branco ou parede.	- Os/a monitores/a apresentam e dialoga com o grupo de forma bem didática sobre: - O que é o Patrimônio Cultural. (Magaly) - O que é o IPRC. (Gabriel) - Quais são as categorias de RC. (Jonathan) - Mostra de referências, exibição de cartazes e objetos. (Magaly e Jonathan)
20 min	● II Momento: Identificação das Referências Culturais. ● Uso dos tapetes e tarjetas coloridas	- Magaly faz a retomada das Categorias de RC. - Gabriel pede aos participantes para falarem as RC e as escreveremos nas tarjetas. - Cada participante coloca sua tarjeta no tapete ou mesa.

40min	● III Momento: Categorização das referências. ● Dinâmica ● Eleição das principais referências	- Pergunta-se aos participantes em qual categoria cada RC se enquadra. - Organizam-se as tarjetas no tapete conforme a categoria. - Se a referência não se adequar em umas das 5 categorias, é necessário dialogar e definir com o grupo uma nova categoria. - Pergunta-se aos participantes quais são as RC mais representativas e se cola no papel 40 kg preso à parede.
	● Encerramento e Encaminhamentos	- Encerra-se com a leitura do mapa mental. - Realiza-se um lanche. - Agradece-se a participação de todos/as.

6. OFICINA EM FORTALEZINHA, MUNICÍPIO DE MARACANÃ-PA

A oficina ocorreu na Casa Vento (Av. Beira Mar Fortalezinha, SN) com grupo de moradores e duas funcionárias da prefeitura. Seguimos o plano de atividades adequando o tempo de duração à quantidade de participantes.

O diálogo foi muito proveitoso, a participação do público permitiu a construção do mapa mental que reuniu dezoito referências culturais (Figura 2) entre as categoriais: Objetos, Saberes, Formas de Expressão, Celebrações e Lugares. A diversidade cultural identificada foi bastante representativa, e nenhuma nova categoria precisou ser criada, pois o grupo conseguiu agrupar as referências culturais dentro dessas categorias já estabelecidas. A construção desse mapa mental colaborativo evidencia o valor das contribuições dos participantes, que trouxeram diferentes visões e conhecimentos sobre o patrimônio cultural local, ajudando a fortalecer o entendimento coletivo sobre o que é valorizado e reconhecido pela comunidade.

Figura 2: Mapa mental das referências culturais de Fortalezinha.



Fonte: acervo do GGEOTUR, 2023.

Durante o processo, houve sugestões que tornaram a experiência ainda mais dinâmica, como a do Mestre João, reconhecido mestre de carimbó, que propôs uma visita ao Barracão Cultural Meu Xodó. Esse espaço, construído pelo próprio mestre com o apoio de sua família, é um local simbólico para a prática do carimbó em Fortalezinha e região. A visita ao barracão foi uma oportunidade de observar e compreender como a cultura popular se materializa em espaços construídos pela comunidade, tornando-se parte viva da identidade local. Esse espaço também representa a dedicação do Mestre João pela cultura que ele preserva e ensina.

Além disso, a orla de Fortalezinha também foi indicada como um ponto de interesse pelos próprios participantes, que nos guiaram até esse lugar com o intuito de exercitar uma “escuta ativa”. Esse exercício visou captar a percepção dos habitantes sobre a orla e suas experiências pessoais e coletivas ali. Durante a visita, foram explorados elementos que representam o significado desse espaço para a comunidade, desde as paisagens naturais até os eventos e encontros que ocorrem no local. Esse exercício de escuta ativa foi essencial para compreender as diferentes maneiras como o território é apropriado e vivenciado, e reforçou a importância de envolver a comunidade na identificação e valorização das referências que compõem seu patrimônio cultural.

7. OFICINA NA COMUNIDADE ARRAIAL, MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA-PA

A oficina aconteceu na Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof. Manoel Joaquim Monteiro, localizada na Av. Central, Prédio Próprio, n. 06, sendo realizada com crianças entre 11 e 14 anos. Para atender adequadamente essa faixa etária, fizemos ajustes no plano de atividades, com atenção especial à linguagem utilizada e ao tempo de duração das etapas. Esses ajustes visavam garantir o envolvimento das crianças e facilitar a compreensão dos conceitos abordados, tornando o conteúdo mais acessível e próximo de sua realidade.

No Momento I, conduzimos uma breve introdução sobre os conceitos de Patrimônio Cultural e Referências Culturais. A explicação foi estruturada de modo a relacionar esses conceitos com os espaços que as crianças vivenciam no dia a dia, como o próprio bairro, a escola e os lugares de lazer que frequentam. Esse momento inicial foi fundamental para despertar o interesse delas e conectar a ideia de patrimônio com aspectos do cotidiano.

No Momento II, que foi mais extenso, incentivamos as crianças a desenvolverem esses conceitos por conta própria e identificarem referências culturais significativas no ambiente ao seu redor. Esse exercício de identificação revelou um total de 29 referências culturais, agrupadas nas categorias de Objetos, Saberes, Formas de Expressão, Celebrações e Lugares, resultando em um mapa mental que elas mesmas ajudaram a construir (Figura 4). Entre as referências identificadas, notou-se a presença de elementos contemporâneos, além de aspectos sociais e ambientais, refletindo a visão das crianças sobre o mundo que as cerca.

Figura 5: Mapa Mental de referências culturais da comunidade Arraial, Magalhães Barata.



Fonte: acervo do GGEOTUR, 2023.

A atividade foi positiva, pois as crianças se envolveram e trouxeram uma perspectiva única sobre suas próprias referências culturais, complexificando o mapeamento com contribuições genuínas. Esse processo colaborativo proporcionou uma nova percepção sobre a importância de preservar o patrimônio cultural, incentivando-as a compartilhar e valorizar o que aprendem com os adultos, como familiares e professores. Identificamos também a relação local-global, exemplificada pelas referências “funk”, “hino”, presentes no território nacional, junto à “Igarapé da Ponte”, “Maré” e “Festival do turu”, referências particulares da realidade local. Assim, a oficina cumpriu o objetivo de aproximar as crianças da ideia de salvaguarda cultural, promovendo a preservação dos conhecimentos e práticas que fazem parte de sua realidade, ao mesmo tempo, em que fortalecia o entendimento intergeracional.

Abaixo, imagens que apresentam a estrutura da escola, as crianças dispostas no chão e ao redor de uma mesa para realizar as primeiras etapas da oficina, e a categorização das referências culturais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao integrar conceitos da Geografia Cultural e da Geografia Ambiental, a oficina garante legitimidade promovendo uma troca de experiências práticas e perspectivas teóricas sobre o manejo dos recursos socioambientais em áreas de interesse à preservação ambiental. Justifica-se também pela contribuição científica às metodologias participativas empregadas nas pesquisas geográficas, facilmente transpostas aos campos afins do conhecimento. Alinha, ainda, a preservação do patrimônio cultural ao entendimento dos elementos do território enquanto construção social que se encerra no convívio com as diferentes formas de existir — a exemplo da relação entre humanos e animais não-humanos, fortemente evidenciada no município Maracanã.

Com essa integração entre conhecimentos acadêmicos e saberes tradicionais, a oficina visou construir uma ponte entre a universidade e as comunidades locais, promovendo uma troca enriquecedora e sustentável. Esse tipo de atividade extensionista tem um impacto positivo tanto na formação dos estudantes, que aprendem a valorizar a diversidade cultural e ambiental, quanto nas comunidades, que recebem ferramentas para fortalecer e preservar suas práticas de manejo sustentável. Dessa forma, a oficina reforçou o papel da universidade como um agente de transformação social e ambiental na Amazônia, respeitando e valorizando a cultura e os conhecimentos das populações locais.

Agradecemos e parabenizamos o evento *Entre Marés: compartilhando saberes* por subsidiar e contribuir para o fortalecimento do patrimônio cultural e da coesão social na região. Com sua atuação, a prof.^a Dr.^a Márcia Pimentel, coordenadora do GEPPAM/UFPA, grupo de pesquisadores que organizou o evento, reforça o compromisso da universidade com a valorização da diversidade cultural e salvaguarda das referências amazônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, M. C.; TAVARES, M. G. da C. Políticas públicas e patrimônio: pontos de partida para gestão democrática de espaços patrimonializados em Belém-PA. **Paper do NAEA**, v. 1, n. 3, ed./série 505, p. 1-17, 2019.

BRANDÃO, C. R. **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Texto: Sônia Regina Rampim Florêncio *et al.* Brasília-DF, 2016. 134 p.

CODES, A.; SILVA, F. A. B.da; ARAÚJO, H. E. **Cenários para a cultura em 2022**. In: Direito e Políticas Culturais. Organizador: Frederico A. Barbosa da Silva. Série Direito e Políticas Culturais, Volume 1, Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — Rio de Janeiro. 2021.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS NAS FORTIFICAÇÕES EM PERNAMBUCO: educação patrimonial em contexto de bens culturais valorados e patrimonializados no “discurso autorizado do patrimônio”. **Sillogés**, v. 5, n. 1, p. 1-18, jan./jul. 2022.

MOLL, J. Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral. **Pátio, Revista Pedagógica**, n. 51, p. 12-15, ago./out. 2009.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, J. R; FIGUEIREDO, S. L. Referências culturais e patrimônio: o Mangueirão, em Belém, PA. **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2019.

OLIVEIRA, L. S. Patrimônio Cultural Imaterial e Museologia Social: diálogo e práxis. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO IPHAN: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p. 55-89, jan./jul. 2019.

SANT’ANNA, M. C. **Patrimônio Imaterial e Cultura Popular no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

“Projeto de Extensão Entre Marés Promove Saberes, Ambiente e Cultura No Pará.” UFPA, ww2.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=7779, 2013. Acesso em 03 nov. 2024.

ESTALEIROS ARTESANAIS INFORMAIS DA REGIÃO DAS ILHAS DO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA: VULNERABILIDADE E RESISTÊNCIA

Francisco José Oliveira da Silva⁶²

Paulo Roberto do Canto Lopes⁶³

RESUMO

No Estado do Pará, o modo de viver dos habitantes está essencialmente ligado à navegação, pois os barcos são usados no abastecimento de estabelecimentos comerciais, no escoamento da produção em feiras e mercados do interior e centros urbanos, assim como no desenvolvimento de relações no dia a dia das pessoas que vivem nos municípios e comunidades existentes nos rios. No processo de fabricação de embarcações está presente o trabalho dos carpinteiros navais, verdadeiros mestres do saber popular, mantenedores do saber-fazer da carpintaria naval que trabalham em diversos estaleiros, muitos dos quais localizados em comunidades distantes dos centros urbanos. Nas comunidades pesquisadas, a carpintaria naval constitui-se em uma atividade de suma importância para a economia e o desenvolvimento local, pois grande parcela da população do município ainda vive em áreas ribeirinhas, sendo que aproximadamente 40 mil pessoas dependem das embarcações cotidianamente. Tendo como pressuposto que a fabricação de barcos depende diretamente do trabalho de mestres carpinteiros navais, haja vista a importância econômica, social, cultural e patrimonial da atividade para a Amazônia. Assim, buscou-se compreender, além dos aspectos sobre os problemas enfrentados pelos mestres carpinteiros navais, também sobre quais são suas formas de resistência, embora obstáculos à produção tenham sido identificados no decorrer das entrevistas semiestruturadas e informais realizadas, os mestres carpinteiros continuam desenvolvendo suas atividades em estaleiros artesanais informais e familiares, muitos dos quais localizados ao lado ou nos quintais da casa dos mestres, a existência é essencial para o desenvolvimento das diversas relações entre os moradores das comunidades pesquisadas.

Palavras-chave: PATRIMÔNIO IMATERIAL, CARPINTARIA NAVAL, ESTALEIROS ARTESANAIS.

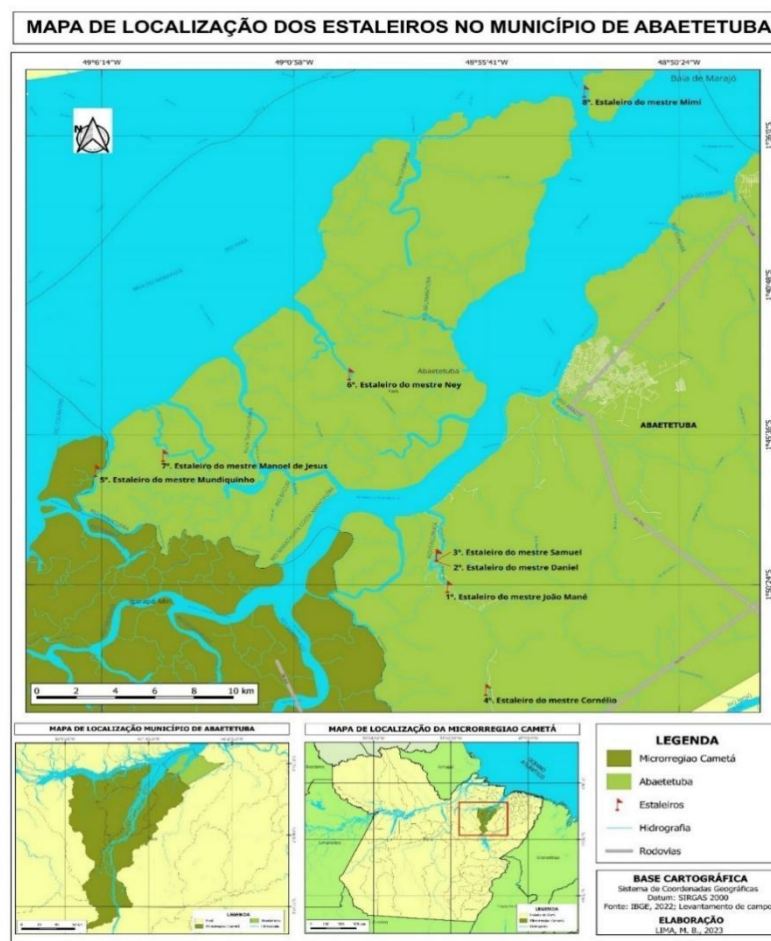
62 Mestre em Estudos Antrópicos pela Universidade Federal do Pará (UFPA – 2024). Professor do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME (SEDUC – PA). E-mail fjosilva.1973@gmail.com
63 Arqueólogo da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT/SIMM/MEP). E-mail paulocanto6@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Amazônia possui um riquíssimo patrimônio cultural que se destaca pela pluralidade de saberes e ofícios presentes em diversas regiões. Faz parte desse conjunto de manifestações a carpintaria naval, atividade que consiste na fabricação dos mais variados tipos de barcos usados cotidianamente pela população do interior e das cidades em suas relações sociais, econômicas e culturais. No Estado do Pará, o modo de viver dos habitantes está essencialmente ligado à navegação, pois os barcos são usados no abastecimento de estabelecimentos comerciais, no escoamento da produção em feiras e mercados do interior e centros urbanos, assim como no desenvolvimento de relações no dia a dia das pessoas que vivem nos municípios e comunidades existentes ao longo dos rios. Nesse sentido, a fabricação de barcos é essencial tanto para a população dos centros urbanos quanto para quem vive em áreas mais distantes, como no caso das comunidades ribeirinhas onde moram sujeitos sociais e históricos que mantêm uma relação muito peculiar com os rios, furos, igarapés e paranás existentes em abundância na região (FERREIRA, 2013). No processo de fabricação dos barcos usados cotidianamente pela população está presente o trabalho dos carpinteiros navais, verdadeiros mestres mantenedores do saber-fazer da carpintaria naval artesanal que trabalham em diversos estaleiros, muitos dos quais localizados em comunidades distantes dos centros urbanos.

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida em estaleiros navais artesanais localizados na região das ilhas do município de Abaetetuba, e busca mostrar aspectos das dificuldades enfrentadas por mestres carpinteiros na fabricação de embarcações e as formas como eles permanecem resistindo a esses obstáculos, haja vista ter-se constatado a existência de diversos estaleiros artesanais em atividade e a contínua transmissão de saberes em alguns dos estaleiros pesquisados. O conceito de “resistência” aqui abordado é o preconizado por Santos (s.d.), ou seja, o processo através do qual mestres carpinteiros continuam produzindo embarcações, mesmo havendo condições contrárias impostas tanto pelas transformações globais quanto pela ausência de políticas públicas voltadas à carpintaria naval artesanal que alcancem estaleiros como os pesquisados para este trabalho, no caso, estaleiros artesanais informais localizados na região das ilhas de Abaetetuba, onde os mestres carpinteiros entrevistados evidenciaram em suas falas o sistema de forças contra as quais eles resistem e continuam produzindo embarcações.

Figura 1 – Mapa dos estaleiros artesanais informais pesquisados.



Fonte: IBGE, 2023.

Os estaleiros pesquisados estão localizados nos rios Itacuruçá, Maúba, Maracapucu, Paruru e na Ilha do Capim, comunidades cujos moradores mantêm uma relação de forte dependência do uso de barcos em todas as suas relações, desde a necessidade de se deslocar para escolas, igrejas e comércios localizados às margens dos rios, até em suas relações interpessoais. Isso significa dizer que se no Estado do Pará os barcos estão entre os principais meios de transporte utilizados pela população, nas localidades mais afastadas, como no caso da região das ilhas do município de Abaetetuba, eles são os únicos meios de transporte dos quais a população dispõe. Destarte, nesses locais a carpintaria naval constitui-se em uma atividade de suma importância para a economia e para o desenvolvimento local, pois grande parcela da população do município vive em áreas ribeirinhas, sendo que aproximadamente 40 mil pessoas dependem das embarcações para seu deslocamento no cotidiano (Quaresma et al., 2015).

Duas fontes que trouxeram depoimentos de mestres carpinteiros serviram como ponto de partida para esta pesquisa. A primeira foi o documentário exibido pela TV Cultura do Pará, em 2009, na série *Varadouro: Caminhos da Amazônia*, o especial *Navegação*, onde os mestres Cuca, Mapará, Nilton e Otacílio, carpinteiros navais de Abaetetuba, citam a dificuldade em conseguir madeira e em dar continuidade à transmissão de seus saberes a seus descendentes enquanto principais problemas que enfrentam. Outra fonte se refere às entrevistas realizadas com carpinteiros navais do município de Vigia, onde os mestres Pedrinho e Paixão, carpinteiros navais de estaleiros localizados no bairro do Arapiranga, foram entrevistados. Em suas falas, eles apresentaram questões que se aproximam daquelas abordadas pelos mestres carpinteiros entrevistados no especial *Navegação*, tais como a dificuldade em conseguir madeira e o desinteresse de seus descendentes pela profissão.

A partir da identificação dessas questões recorrentes nas falas dos mestres carpinteiros, tornou-se possível pensar numa proposta de pesquisa que busque elucidar sobre como os mestres carpinteiros lidam com tais obstáculos, haja vista que a fabricação de barcos é essencial para o desenvolvimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, cujo conhecimento é a representação de um saber passado de pai para filho, de geração em geração. Para tanto, em 2021 foram retomadas as pesquisas com mestres carpinteiros de Abaetetuba, mais precisamente em estaleiros encontrados nos rios Itacuruçá, Maúba, Maracapucu, Paruru e na Ilha do Capim, localidades que fazem parte da região das ilhas do município. De acordo com Oliveira (2014), existem dois tipos de estaleiros artesanais: os formais e os informais. Segundo afirma:

Estaleiros Formais:

Os estaleiros formais são aqueles que constroem embarcações de qualquer porte, dando preferência às embarcações de grande porte, podendo o casco ser de aço, alumínio ou fibra de vidro. Os estaleiros formais são regularizados, podendo ter grandes investimentos visando a construção em aço, reparos e manutenção de navios ou balsas ou menores investimentos para atender construção, reparos e manutenção com foco nas embarcações de madeira de grande porte. Os estaleiros formais têm acesso a financiamento, em vista de atender aos requisitos legais exigidos.

Estaleiros Informais:

Os estaleiros informais são normalmente familiares e artesanais, em que os barcos são produzidos por artesãos, utilizando madeira, passando a arte de construção naval de pai para filho por gerações, e as embarcações possuem uma assinatura pelas suas características arquitetônicas, identificando o carpinteiro naval artesão. As oficinas são simples, muitas vezes não regularizadas, o que dificulta acesso a linhas de crédito, dispondo apenas de equipamentos básicos para o desempenho da arte e não contam com a presença de um projetista ou engenheiro naval qualificado para apresentar o

plano de construção da embarcação, exigido pela legislação brasileira. Não podemos deixar de mencionar que a construção de uma embarcação ribeirinha também pode ser realizada no fundo da casa do ribeirinho que contrata o carpinteiro naval, por diária, para a construção do casco, já que a madeira pode ser obtida próxima a sua residência.

A construção naval informal contribui para o desenvolvimento econômico da região e destaca-se como um dos maiores geradores de emprego, apesar dos problemas de acesso aos financiamentos oficiais, as novas tecnologias e aos regulamentos de segurança a bordo da embarcação (Oliveira, 2014, p. 17).

A pesquisa aqui apresentada foi realizada em estaleiros informais da região das ilhas do município de Abaetetuba, cuja característica é a de uma produção artesanal pequena ou média, familiar, desenvolvida em oficinas simples e não regularizadas, sempre anexado a casa do mestre carpinteiros, ao fundo, ao lado ou na frente, mas cujo trabalho continua sendo importante para o desenvolvimento de relações e para a geração de emprego nas regiões pesquisadas, haja vista o número e a diversidade de embarcações que navegam na região. Esses estaleiros produzem, através do trabalho dos mestres carpinteiros navais, os mais variados tipos de barcos que navegam pelos rios, furos e igarapés dessas regiões. Nas imagens abaixo, podemos ver à esquerda os rabudos, barcos típicos de Abaetetuba, sendo usados no transporte de estudantes no rio Guajará de Beja; à direita, um telheiro, estaleiro naval artesanal do rio Itacuruçá.



SC



A natureza da atividade dos mestres carpinteiros está diretamente ligada ao saber indígena. Os saberes que envolvem a construção de embarcações na Amazônia foram acumulados durante séculos e representam a herança cultural deixada por esses povos cuja mescla de seu conhecimento com o elemento europeu, promovida pelo contato ocorrido durante o período colonial na Amazônia, definiu traços que permanecem vivos entre nós e que são plenamente verificáveis. As técnicas indígenas são uma das matrizes formadoras do Brasil

colonial que permanecem até hoje em populações caboclas, sertanejas, caipiras e caiçaras (Teixeira, 1992).

Dessa forma, incorporam-se o conhecimento indígena e o lusitano enquanto mistura de elementos que caracterizam as embarcações amazônicas, nesse caso, destacando-se o conhecimento acumulado durante séculos, ou seja, os saberes dos povos indígenas e lusitanos dos quais os mestres carpinteiros são herdeiros. Esses saberes resultam da mescla do conhecimento náutico dos colonizadores com o saber que constitui um profundo conhecimento da principal matéria-prima das embarcações de então, a madeira (Ximenes, 1992). Os saberes dos mestres carpinteiros estão relacionados a um conjunto de instrumentos e técnicas não acadêmicas. Para tanto, estudos nessa direção devem ser estimulados como subsídios para a memória dos instrumentos tradicionais de trabalho e dos transportes na Amazônia nos quais subjazem o saber do homem regional, a destreza no lidar com o meio ambiente e a adequação de meios de locomoção numa região como essa e, enfim, a contribuição que a natureza tem oferecido para a sua existência (Furtado, 1992).

O modo de viver da população amazônica está essencialmente ligado à arte de navegar. Os barcos, que são a materialização dos saberes de mestres carpinteiros, têm um valor de uso indiscutível na sociedade. Em áreas como a da região das ilhas do município de Abaetetuba, a dinâmica de relações está fortemente ligada à relação homem-natureza, já que muitos dos agentes sociais utilizam seus saberes tradicionais transmitidos de geração em geração para estabelecer a diversidade de relações com o ambiente natural e os recursos locais (Chaves; Lira, 2016). No que se refere aos mestres carpinteiros navais de estaleiros informais, destaca-se o conhecimento que possuem da floresta e dos tipos de árvores usadas para a fabricação de embarcações. Nessa dinâmica onde o saber-fazer dos mestres carpinteiros se encontra, a produção de embarcações é pautada por uma dinâmica peculiar voltada para a sobrevivência do grupo e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado. Dessa forma, o conhecimento tradicional é utilizado como alternativa e solução para atender as necessidades básicas da comunidade (Chaves; Lira, 2016).

O princípio metodológico da pesquisa aqui apresentada teve como base a realização de entrevistas com mestres carpinteiros navais da região das ilhas do município de Abaetetuba, no estado do Pará. Para tanto, foram entrevistadas 10 pessoas durante o trabalho de campo realizado. Entre as entrevistas, 06 foram com mestres carpinteiros navais, três com aprendizes da carpintaria naval e uma com dono de estaleiro, ex-carpinteiro naval que trabalhava com

encomenda de barcos. Os estaleiros informais foram encontrados às margens dos seguintes rios: Itacuruçá, com os mestres João Mané, Daniel, Samuel e Cornélio; Maúba, com o mestre Mundiquinho; Maracapucu, com o mestre Ney; Paruru, com o mestre Manoel de Jesus; Ilha do Capim, com o mestre Mimi. Na Ilha do Capim também foram realizadas entrevistas com três aprendizes da carpintaria naval, os irmãos Quenás e Absalon, filhos do mestre Bezaléu, e Henrique, filho do mestre Mimi. A pesquisa obedeceu a metodologia por amostragem não probabilística do tipo *Bola de Neve*. Nesse método, não há preocupação com a representatividade numérica, mas sim em captar participantes que possam oferecer informações, significados e perspectivas privilegiadas acerca da temática em estudo, permitindo que se compreenda o tema em profundidade (Campos; Saidel, 2022). Esse método utiliza-se de cadeias de referência com o objetivo de tirar proveito das redes sociais nas quais os entrevistados estão inseridos, podendo fornecer ao pesquisador um conjunto cada vez maior de contatos potenciais por se tratar de método de estudo voltado para pesquisa de populações difíceis de serem acessadas, estudadas e que não haja dados precisos sobre sua quantidade, pois estão espalhados por uma grande área (Vinuto, 2014). A importância da metodologia por amostragem não probabilística do tipo *Bola de Neve*, em regiões como as aqui pesquisadas, extensas e distantes da sede do município, está na característica da produção de embarcações nessas áreas, ou seja, em estaleiros pequenos, muitos deles imperceptíveis ao se percorrer o rio, anexados às residências dos mestres carpinteiros, muitas vezes funcionando no quintal de suas casas ou às margens de um igarapé dentro da floresta. A escolha pelos mestres carpinteiros se deu por serem eles os mantenedores de um saber essencial para a sobrevivência de populações tradicionais desses municípios, ou seja, a construção de embarcações – ofício que eles aprenderam pela observação e experimentação e que lhes foi repassado através da oralidade. São os mestres carpinteiros que lidam também com as diversas dificuldades de seu trabalho nos estaleiros. No decorrer dos relatos feitos pelos mestres carpinteiros navais, percebeu-se que alguns temas abordados exigiam total cuidado ao serem tratados durante a entrevista. As entrevistas foram feitas com base na metodologia voltada para a história oral de vida (Meihsy; Ribeiro, 2011), com perguntas livres e abertas, sem o uso de questionários, permitindo aos entrevistados falarem sobre suas experiências, sobre suas origens, sobre o momento presente, assim como também sobre questões subjetivas que envolvem sentimentos e preocupações. Para tanto, no início das entrevistas, buscou-se o diálogo com perguntas feitas de forma mais ampla, com abordagens mais livres a serem escolhidas pelos entrevistados, permitindo que memórias de infância – momento no qual frequentemente surgiam lembranças sobre o aprendizado da carpintaria com pais ou avós –

surgissem nos depoimentos. Ou seja, a metodologia de entrevista em história oral de vida foi essencial para que, através de perguntas mais abertas (por exemplo “quando você aprendeu a fabricar barcos?”, ou “há quanto tempo você é carpinteiro naval?”), os mestres carpinteiros navais entrevistados falassem a partir de suas experiências. Obviamente, o uso da metodologia em história oral de vida neste trabalho não objetiva a busca da verdade e nem a narrativa dos fatos em ordem cronológica.

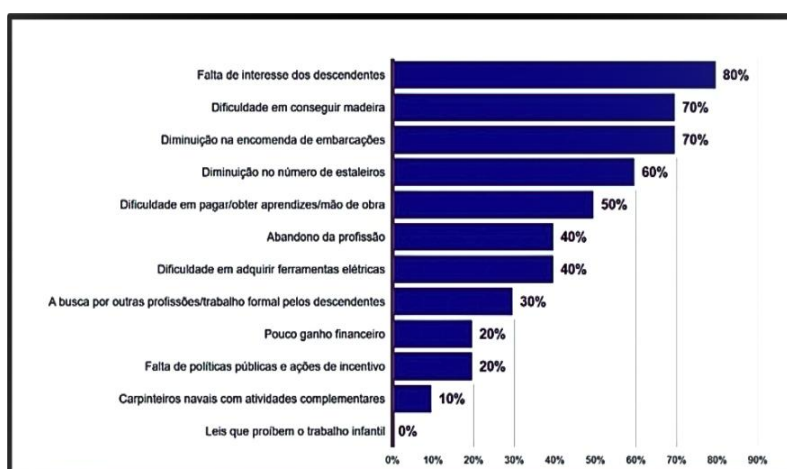
Os depoimentos dos entrevistados trouxeram as seguintes informações: nenhum dos entrevistados citou as leis que proíbem o trabalho infantil entre os fatores que levam muitos carpinteiros navais a desistirem da atividade e à diminuição do número de estaleiros artesanais. Pelos resultados coletados, essa parece não ser uma questão importante para eles. Acredita-se que isso se dá por estarem os estaleiros pesquisados localizados em regiões distantes do centro e pelo seu caráter informal, muitos deles localizados nos quintais das casas onde moram os mestres carpinteiros e suas famílias, o que dificulta a fiscalização de órgão que regulamentam o trabalho infantil. Essa constatação se dá pelo seguinte fato: os mestres carpinteiros de Abaetetuba, entrevistados no espacial Navegação, da TV Cultura do Pará, e os entrevistados durante as pesquisas de campo em Vigia, que trabalham em estaleiros localizados na sede de ambos os municípios, citaram a questão da preocupação com a fiscalização do trabalho infantil. No entanto, no caso dos estaleiros pesquisados na região das ilhas, questões sobre a fiscalização do trabalho infantil não vieram à tona.

É possível deduzir também, pelas entrevistas, que embora os entrevistados reconheçam que o repasse tem sido interrompido na geração atual, no que se refere aos seus descendentes o acesso à escola e a busca por uma formação acadêmica ou profissionalizante é considerado pelos mesmos como prioridade, sendo essa questão possivelmente ligada à dois fatores: as incertezas dos mestres com a carpintaria naval artesanal e a ampliação do acesso escolar. No entanto, 50% se referiram à dificuldade em pagar ou obter aprendizes e mão de obra nos estaleiros, compreendendo que essas questões não estão necessariamente ligadas ao receio em lidar com a lei, mas sim, ao pouco ganho financeiro que dificulta a obtenção de aprendizes e de mão de obra. É possível que essas questões estejam diretamente ligadas à falta de políticas públicas e ações que incentivem jovens ao aprendizado da carpintaria naval, problema que foi abordado por 20% dos entrevistados.

A inexistência de políticas públicas e ações de incentivo são fatores que podem estar influenciando diretamente na falta de interesse das novas gerações em aprender e dar continuidade à profissão e, consequentemente, à dificuldade em transmitir saberes de mestres

carpinteiros navais. Porém, outras questões citadas foram a busca por outras profissões e trabalhos formais pelos descendentes dos mestres carpinteiros, citadas por 30% dos entrevistados; já a diminuição no número de encomendas de barcos foi apontado por 70% dos entrevistados; a busca por atividades complementares pelos carpinteiros navais é motivo para 10% dos entrevistados; a diminuição na demanda e o menor ganho financeiro foi a opinião de 20% dos entrevistados; a dificuldade em adquirir ferramentas elétricas foi citada por 40% dos entrevistados. Sem ferramentas, o mestre carpinteiro não consegue acompanhar a demanda, pois seu trabalho torna-se lento em comparação com outros estaleiros cuja construção de barcos é feita com ferramentas elétricas. Assim, o mestre carpinteiro se vê obrigado a procurar atividades que complementem a renda familiar, o que gera outros problemas citados pelos mestres carpinteiros, tais como o abandono da profissão citado por 40% dos entrevistados e a falência e diminuição no número de estaleiros artesanais, citado por 60% dos entrevistados. Outra questão que leva muitos mestres carpinteiros a abandonarem a profissão é a dificuldade em conseguir madeira. As entrevistas demonstraram ser a dificuldade em conseguir madeira uma das preocupações mais relevantes entre os mestres, tendo sido citada por 70% dos entrevistados nesta pesquisa. O fator mais citado nas entrevistas com mestres carpinteiros é a falta de interesse de seus descendentes em aprender a profissão (citado por 80% dos entrevistados), como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Dificuldades mais citadas pelos mestres carpinteiros no que se refere à produção de embarcações nos estaleiros artesanais informais pesquisados.



Elaborado pelo autor, 2024.

Embora a falta de interesse dos descendentes seja a questão mais citada pelos mestres carpinteiros navais nas entrevistas, podemos inferir que esse não deve ser considerado como o ponto de partida para se compreender os fatores que dificultam o repasse de saberes de mestres carpinteiros às novas gerações, haja vista que foram encontrados três aprendizes da carpintaria naval (os jovens Henrique, Absalon e Quenás, ambos da Ilha do Capim), ambos filhos de mestres carpinteiros, e um carpinteiro naval muito experiente, embora com apenas 27 anos de idade, como no caso do mestre Manoel de Jesus, do rio Paruru, o que demonstra que a transmissão de saberes de mestres carpinteiros continua formando uma nova geração de carpinteiros navais.

Deduz-se então, que a atual falta de interesse recorrentemente citada pelos entrevistados seja o resultado de um conjunto de problemas e dificuldades conjunto que desencorajam mais jovens em aprender o ofício da carpintaria naval, entre os quais os já citados pelos entrevistados: a dificuldade em conseguir madeira, o pouco ganho financeiro, a diminuição na encomenda de embarcações, a dificuldade em pagar aprendizes, assim como em adquirir ferramentas elétricas e a falta de políticas públicas e ações de incentivo. Os dados obtidos mostram que são esses fatores (a dificuldade em lidar com leis das quais os mestres carpinteiros não têm conhecimento, o medo de ser preso e responder perante a justiça contra crimes ambientais ou até mesmo o risco de ter prejuízo pela madeira apreendida, sendo essa a matéria-prima essencial para a construção de embarcações; o abandono da atividade devido ao baixo ganho financeiro e à dificuldade de comprar ferramentas que dinamizem seu trabalho, acarretando na falência de muitos estaleiros artesanais) que, em seu conjunto, acarretam na vulnerabilidade da atividade e que, conseqüentemente, dificultam a transmissão de saberes de mestres carpinteiros navais às novas gerações, sendo seus descendentes diretos ou não. Esse conjunto de fatores que geram o desinteresse das atuais gerações em aprender o ofício da carpintaria naval precisam ser revistos a partir de ações e políticas públicas de valorização da atividade, pois, embora

Embora a pesquisa tenha demonstrado que na Ilha do Capim a transmissão de saberes de mestres carpinteiros navais tenha se dado aos jovens Quenás, Absalon e Henrique, e no rio Paruru, a Manoel de Jesus (ambos filhos de mestres carpinteiros), essa não é a realidade predominante nos outros estaleiros pesquisados, o que prova que mesmo com a existências de diversos obstáculos, a transmissão permanece ao mesmo tempo em que esses mesmos obstáculos desencorajam mais jovens em dar continuidade na profissão. Essa vulnerabilidade da atividade da carpintaria naval artesanal de estaleiros informais como os pesquisados na

região das ilhas do município de Abaetetuba é resultante do conjunto de fatores econômicos, legais, culturais, políticos e profissionais que ameaçam a existência dos estaleiros, mas contra os quais os mestres carpinteiros navais resistem e continuam fabricando barcos, dada a sua importância para a sobrevivência das populações ribeirinhas, haja vista que são os barcos que permitem que relações econômicas, sociais, culturais se desenvolvam.

Os estaleiros encontrados durante esta pesquisa continuam funcionando, mostrando que embora as falas dos mestres carpinteiros apontem para a diminuição no número de estaleiros e de mestres carpinteiros, eles permanecem num processo de resistência frente aos diversos fatores que ameaçam o seu funcionamento. Diante dos obstáculos enfrentados, os mestres vêm adotando estratégias de sobrevivência com o objetivo de dar continuidade na fabricação de barcos e assim defendendo o conjunto de práticas culturais ligadas à carpintaria naval. Nesse sentido, resistir aqui está ligado ao sentido de manter-se no tempo histórico e no tempo subjetivo, ou seja, tanto no cotidiano das populações ribeirinhas quanto como patrimônio cultural.

Dessa forma, dada a importância dos barcos nas regiões pesquisadas e sua contínua produção artesanal, os resultados da pesquisa sugerem a vulnerabilização da atividade e não o seu efetivo desaparecimento, pelo menos no que se refere aos estaleiros informais localizados na região das ilhas de Abaetetuba, mesmo considerando-se os obstáculos apontados pelos entrevistados. A dinâmica capitalista afeta diretamente diversas práticas culturais no mundo todo. No caso dos estaleiros pesquisados isso evidencia-se pela desvalorização do trabalho dos mestres carpinteiros navais e pela dificuldade de encontrar outros profissionais, pela dificuldade em adquirir ferramenta elétricas, madeira e obter aprendizes da carpintaria naval artesanal, assim como pela ameaça de multinacionais numa das comunidades pesquisadas, no caso, a Ilha do Capim. Ainda que esses obstáculos tenham sido apontados pelos mestres carpinteiros, durante esta pesquisa foram encontrados carpinteiros navais que podem ser considerados como representantes de uma nova geração, como no caso do mestre Manoel de Jesus, com 27 anos na época da entrevista, e de três adolescentes que aprendem o ofício da carpintaria naval com seus pais, os irmãos Quenás e Absalon (filhos do mestre Bezaléu) e de Henrique (filho do mestre Mimi). *A priori* isso mostra que, nesses casos, os saberes de mestres carpinteiros continuam sendo transmitidos e que a mão de obra de carpinteiros navais está se renovando, embora as ameaças à atividade sejam reais.

Os saberes dos mestres carpinteiros navais são elementos importantes que fazem parte do patrimônio cultural imaterial e material do Pará, sendo as embarcações construídas pelos

mestres carpinteiros a materialização desses saberes que vêm sendo passados de geração em geração (Silva; Lopes, 2022). Nesse sentido, faz-se necessário criar ações voltadas para a salvaguarda dos saberes de mestres carpinteiros navais, promovendo o seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial para que, assim, protegendo-o, se possa garantir sua transmissão às novas gerações, é necessário também criar ações que orientem os mestres carpinteiros sobre seus direitos trabalhistas e ambientais e esclareça suas dúvidas sobre o que dizem essas leis, assim como criar políticas públicas que permitam aos mestres carpinteiros terem acesso à madeira, pois essa é a matéria-prima sem a qual a construção de embarcações não é possível.

Garantir aos mestres carpinteiros o direito de usar a madeira pela criação de políticas de manejo florestal que lhes assegurem o acesso de forma segura e sustentável também é recomendável. De acordo com as entrevistas realizadas, o taxi (ou tachi)⁶⁴, a andiroba⁶⁵, o bacuri⁶⁶, o piquiá⁶⁷, a sapucaia⁶⁸, a itaúba⁶⁹, o louro vermelho⁷⁰, a quaruba⁷¹ e a itaubarana⁷² estão entre as mais usadas pelos mestres carpinteiros na fabricação de barcos.

Pela pesquisa aqui realizada, que nas regiões mais distantes das sedes de municípios, como no caso da região das ilhas de Abaetetuba, a utilização de barcos construídos artesanalmente em estaleiros informais é imprescindível para o desenvolvimento de relações sociais, econômicas e culturais. Portanto, trata-se de uma demanda que tende a crescer ao mesmo tempo em que os mestres carpinteiros buscam se adaptar às inovações tecnológicas que surgem. A introdução do motor é um dos exemplos de transformações mais recentes ocorridas nos “cascos” (chamados em algumas regiões, de montaria), dando origem às rabetas, como são chamadas em Abaetetuba. Para Furtado,

De modo geral as embarcações têm sido o veículo ideal e adequado para as condições fisiográficas da Amazônia. Especialistas têm mostrado sua relevância nesse ambiente e advogado sua manutenção como meio de transporte mais acessível aos variados segmentos da sociedade regional, pelos custos das passagens e dos fretes em relação ao sistema rodoviário. Este, é claro, importante e necessário em outras áreas. Em razão disso, aproveitar tanto quanto possível as vias navegáveis, dando suporte necessário aos meios para sua utilização (no caso, as embarcações) é

64 *Tachigali vulgaris*

65 *Carapa guianensis*

66 *Platonia insignis*

67 *Caryocar brasiliense*

68 *Lecythis pisonis*

69 *Mezilaurus itauba*

70 *Nectandra rubra*

71 *Vochysia guianensis*

72 *Dipteryx odorata*

uma preocupação que os organismos oficiais deveriam incorporar em seus planos de ação, como metas desenvolvimentistas para a região. (Furtado, 1992, p. 49)

Assim sendo, considera-se que uma das formas de chamar a atenção das novas gerações para a importância dos saberes de mestres carpinteiros se dá pela educação. Ela tem um papel fundamental na valorização, reconhecimento e transmissão dos saberes de mestres carpinteiros às novas gerações. Para Silva (2022), a condição de subalternização dos saberes de mestres carpinteiros navais em sala de aula dá lugar a uma história oficial pelos professores. Para o pesquisador, uma forma de trazer essas vozes para a sala de aula seria inserindo no currículo escolar narrativas que fizessem sentido para os alunos, desnaturalizando a História oficial e primando por uma narrativa que faça parte da identidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. Painel Nacional. Projeto História, SP, abr, 1997.

ARAS, L. M. B.; TEIXEIRA, M. das Graças de S. Os museus e o ensino de História. In: Perspectivas do Ensino de História, 2003. Ouro Preto – MG. Anais do Encontro “Perspectivas do Ensino de História”. Ouro Preto – MG: UFOP, 2001.

BARBOZA, R. S. L.; RIBEIRO, J. F.; OLIVEIRA, M. V.; NASCIMENTO, J. R. Navegar é preciso: os sentidos na carpintaria naval do litoral amazônico e as relações de trabalho e cooperação. In: 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2019, Florianópolis. Disponível em: https://www.congresso.sbsociologia.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=49.

BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38. TRI III 2017. ISSN 1980-7031.

CAMPOS, Claudinei José Gomes; SAIDEL, Maria Giovana Borges. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da Saúde. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v.10, n.25, p. 404-424, set./dez. 2022

HOUASSIS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial**. 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA**. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2013.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. **Embarcações, Educação e Saberes Culturais em um Estaleiro Naval da Amazônia**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

LUCENA, Isabel Cristina Rodrigues de. **Carpinteiros navais de Abaetetuba: etnomatemática navega pelos rios da Amazônia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe B; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Conhecimentos tradicionais: discussões e desafios**. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

NAVEGAÇÃO. **Série Varadouro: Caminhos da Amazônia**. Direção: Adelaide Oliveira. Produção: Isidoro Calixto. Belém: Rede Cultura de Comunicação, 2009.

NEGRÃO, Jossiana *et al.* E.M.E.I.F Padre Mario Lanciotti, uma escola urbanocêntrica nas ilhas de Abaetetuba: o caso do Ensino Médio. In: OLIVEIRA, Mara Rita Duarte; SILVA, Luis Mauro Santos; RAMOS, Geovanna de Lourdes Alves (orgs.). **Práticas de pesquisa e realidade camponesa: experiências formativas na educação do campo**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2018. p. 104-111.

OLIVEIRA. Luciene Strada de. **Modernização da Frota Ribeirinha: políticas e estratégias/ Advogada Luciene Strada de Oliveira**. - Rio de Janeiro: ESG, 2014.

PALMA, B. A. M. M. A socioterminologia da carpintaria naval artesanal no município de Bragança-PA. Bragança: Universidade Federal do Pará. No prelo: 71 p. 2023.

PANTOJA, Pedro Ladilson do Rosário. **Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó – Município de Cametá/PA**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

POJO, Eliana C.; ELIAS, Lina Gláucia D. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do rio Baixo Itacuruçá- Abaetetuba, PA. **Tempos Históricos**, v. 22, n. 2, p. 49–72, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20509>. Acesso em: 11 nov. 2022.

QUARESMA, Madson; SOMBRA, Daniel; LEITE, Alegria; CASTRO, Carlos. Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 16, n. 32, set./dez. 2015.

SANTOS, Adalberto Silva. Resistências culturais como estratégias de defesa da identidade. Disponível em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-01.pdf>, “s.d.”. Acesso em 05 de junho de 2024.

SANTOS, L. M. Abarcando o Barco: patrimônio cultural e turismo em diálogo com a carpintaria naval artesanal em Bragança-PA. Orientador: Júnior, S. R. Silva. 2023. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança.

SILVA, J. G. R. Saberes e práticas tradicionais: as condições do trabalho nos estaleiros navais à beira-rio da cidade de Manaus. Orientador: Scherer, E. F. 2016. 179 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6343>.

SILVA, J. G. R.; SCHERER, E. F. Trabalhadores navais: um saber-fazer artesanal em estaleiros tradicionais à beira-rio de Manaus. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, 19, n. 3, p. 294-318, Jan 2018.

SILVA, Francisco José Oliveira da. Saberes de mestres carpinteiros navais de Abaetetuba: silenciamento em fontes documentais e nas salas de aula da EMEIF Mário Lanciotti. **Entre saberes**, v. 05, n. 09, 2022.

SILVA, Francisco José Oliveira da; LOPES, Paulo Roberto do Canto. Saberes de mestres carpinteiros navais de Vigia, no Pará: patrimônio cultural ameaçado. **Ethnoscintia**, ano 7, n. 2, 2022.

SILVA, C. A. T. Memórias de carpinteiros: O saber fazer da carpintaria naval na Amazônia costeira. Bragança: Universidade Federal do Pará. No prelo: 72 p. 2023.

SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. **História da Técnica no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

TEREZA Ximenes; TEIXEIRA Joaquina Barata; FURTADO Lourdes Gonçalves; LINS, João Tertuliano. **Embarcações, homens e rios na Amazônia**. Belém: UFPA, 1992.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000013254>. 2003. Acesso em: 8 mar. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez, 2014.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO SISTEMA INTEGRADO DE MUSEUS E MEMORIAIS: MEMÓRIA, ACESSIBILIDADE, COLABORAÇÃO E EXTROVERSÃO

Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes⁷³

RESUMO

Neste artigo será abordado a gestão do patrimônio arqueológico, o local de salvaguarda de registros arqueológicos, a elaboração de plano de gestão e o uso de acervos arqueológicos. Para a proteção e conservação do registro arqueológico, foi elaborado protocolo para auxiliar esta gestão, especialmente para o Museu do Estado do Pará (MEP), mas com intenção de projetá-lo para outros Museus e Casas de Proteção e Conservação do Patrimônio Local, estas últimas definidas aqui, a partir de tipologia preexistente, os Museus Domésticos, que necessitam seguir e aplicar as normativas legais, vigentes no Brasil. Sendo comum em alguns municípios, cidades, vilas ou comunidades das regiões Norte e Nordeste do país, muitas delas na informalidade, são importantes pontos de referência para a salvaguarda da cultura material local, em territórios que precisam de infraestrutura, da gestão de acervos arqueológicos, mas também do desenvolvimento de plano museológico (o qual não será abordado neste artigo). Esse diálogo reforça a necessidade de pesquisas arqueológicas colaborativas junto às comunidades, com troca de experiência, reforçando a importância do patrimônio arqueológico, da legislação, proteção de sítios, ações de educação patrimonial vinculada a ambiental, conservação, acessibilidade, exposição das materialidades diversas e difusão de conhecimento, visando torná-las mais acessíveis.

Palavras-chave: Amazônia. Gestão. Arqueologia. MEP.

73 Arqueólogo da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM), Museu do Estado do Pará (MEP); Professor Colaborador da Universidade Federal do Pará (UFPA-Brasil), Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA/UFPA). <https://orcid.org/0000-0001-8561-5175>. paulocanto6@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo sobre gestão do patrimônio arqueológico, foram definidos critérios para salvaguarda de registros arqueológicos, para o endosso institucional, pesquisa de campo, curadoria e análise em laboratório. Esses procedimentos contribuem e impactam no aprimoramento da documentação, no repositório digital, na acessibilidade, na exposição de acervos e na difusão de conhecimento, sendo uma experiência na Amazônia paraense, com suas especificidades.

Houve planejamento para o fortalecimento das políticas públicas relacionadas ao melhor desempenho funcional da reserva técnica de arqueologia (RTA) do Museu do Estado do Pará (MEP), do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM), da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT/PA), no qual está sendo investigado o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA/MEP/SIMM) (OLIVEIRA, et al., 2020).

Além da aplicação no MEP, o Plano de Gestão está sendo testado junto ao Museu Integrado de Óbidos (MIO), cuja administração se dá em parceria com a Associação Cultural Obidense (ACOB). Futuramente poderá ser investigado junto às Casas de Proteção e Conservação do Patrimônio Local, definida neste contexto, a partir de uma tipologia preexistente, os denominados Museus Domésticos, os quais precisam se adequar e aplicar as normativas legais vigentes no Brasil.

O artigo chama atenção para a necessidade de compreender a importância do local de salvaguarda e conservação de registro arqueológico de nossos antepassados, pois um dos desafios da conservação dessas materialidades diversas, é conseguir alcançar o futuro, com informação e conhecimento sobre o modo de vida dos nossos antecessores. Todavia, no presente, pode possibilitar a reflexão sobre sua importância na formação sociocultural (geracional), na projeção de quem de fato somos, nossas origens, identidades, reforçando a busca em nos apropriar e reconhecer nossas vivências, sendo capazes de elaborar conceitos sobre nós mesmos.

Dessa maneira, o PGPA/MEP/SIMM, é uma ferramenta que reforça a necessidade da documentação arqueológica (elaboração de projeto, pesquisa de campo, laboratório, salvaguarda e exposição), impulsiona a proteção de sítios arqueológicos, a conservação da cultura material, o gerenciamento de risco para acervos arqueológicos, o desenvolvimento de pesquisa, a interpretação, o aprofundamento das discussões a respeito do patrimônio arqueológico, a acessibilidade e difusão de conhecimento (MILHEIRA, et al., 2017).

Os objetivos do PGPA/SIMM/SECULT/PA foram: i) realizar diagnóstico

arqueológico junto a RTA/MEP, para avaliação do espaço físico e dos registros arqueológicos diversos; ii) atualizar o inventário dos acervos arqueológicos relacionados inicialmente a povos originários, junto a RTA/MEP e/ou dos expostos em Museus do SIMM; iii) seguir as normativas estabelecidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no PGPA/SIMM/SECULT/PA; iv) estimular a acessibilidade e divulgar as informações a respeito de acervos salvaguardados e expostos nos equipamentos gerenciados pelo SIMM, iniciando pelos acervos dos povos originários; v) desenvolver pesquisas arqueológicas e realizar extroversão (exposições itinerantes e ações de educação patrimonial), junto a comunidades diversas.

Parte dos registros arqueológicos acondicionados na RTA/MEP são provenientes de doações, porém há os que foram incorporados por meio de pesquisas arqueológicas acadêmicas ou de contrato. Mesmo atendendo às normas de conservação e exposição, observou-se que parte desses acervos, permanecem fora do alcance das comunidades de onde são provenientes, no Estado do Pará, sendo intenção da gestão do patrimônio arqueológico, torná-los acessíveis para toda a sociedade.

1. O Museu do Estado do Pará e a Reserva Técnica de Arqueologia

A reserva técnica de arqueologia está implantada no antigo Palácio dos Governadores, atual MEP, localizado no Centro Histórico de Belém, no bairro da Cidade Velha, é protegido pela Lei Municipal N. 7.709/94, sendo tombado, individualmente, na década de 1970 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Esse tombamento estimulou a reflexão sobre o Centro Histórico de Belém como indício de uma história de aproximadamente, quatrocentos anos, impressa em sua estrutura urbana, em sua arquitetura e em seus símbolos. Atento a essa importância, o Governo do Estado do Pará, por meio da SECULT, vem, ao longo de mais de 20 anos, reabilitando uma parte significativa do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade como equipamentos disponibilizados à população. A reforma, as intervenções restaurativas e a manutenção do Palácio Lauro Sodré, considerado parte do acervo histórico, arquitetônico e artes do Pará, foi escolhido como local para a estruturação da reserva técnica de arqueologia, mesmo com as limitações estruturais.

O Palácio dos Governadores, teve sua construção solicitada pelo Governador Manuel Bernardo de Melo ao arquiteto bolonhês Antônio José Landi, sendo autorizada em 1768, na administração de Fernando da Costa Athaide Teive e concluída em 1771, no mandato de João Pereira Caldas.

2. Importância da Gestão do Patrimônio Arqueológico e a Colaboração

No decorrer das pesquisas arqueológicas, é comum que pesquisadores da área, seja no âmbito da pesquisa acadêmica ou do licenciamento ambiental, assim como fiscais do IPHAN no exercício de sua atuação, identifiquem junto às comunidades, acervos formados por peças arqueológicas⁷⁴ retiradas de seu contexto de deposição e, muitas vezes, ressignificadas e transportadas para a realidade das populações atuais (BEZERRA, 2017). Não existindo, até então, diretrizes estabelecidas para o devido tratamento da questão.

Tal situação evidencia problemáticas que envolvem desde a retirada do contexto de achados fortuitos, o consequente impacto sobre sítios arqueológicos, o manuseio, transporte, até a guarda irregular de peças arqueológicas, além da comercialização ilegal, das mesmas. Problemáticas essas que dizem respeito à ausência de conhecimento da população sobre os bens arqueológicos, sobre os procedimentos adequados com relação aos achados, e a quem a população poderia recorrer, no caso de localização desses registros e, que trazem à luz o distanciamento ainda presente entre a atuação do IPHAN e a realidade das comunidades.

É imprescindível antecipar a perda ou extravio dos acervos arqueológicos que se encontram em constante risco de destruição devido, em geral, as ações que resultam em achados fortuitos. Trata-se da premente identificação, inventário e elaboração de repositório digital visando documentar (catalogar) os bens arqueológicos que estão sob os cuidados de comunitários em municípios paraenses, de forma a inibir a formação de novas coleções.

A gestão do patrimônio arqueológico se coloca como uma possibilidade para estruturar mecanismos para o desenvolvimento e aprimoramento dessa ação de maneira compartilhada, bem como garantir o diálogo e a participação das comunidades locais que, até o momento, se encontram apartadas das ações do Estado para o patrimônio cultural e, com isso, promover a integração e inovação para alcançar novas maneiras de interpretar, guardar, colaborar, envolver e extroverter, o objeto arqueológico (CABRAL, et al., 2018). Para isso, compreende-se que a capacitação direcionada para as pessoas que detenham acervos arqueológicos é de fundamental importância para que esses sejam colaboradores e co-responsáveis – aliados para o fortalecimento das políticas de proteção e conservação dos bens arqueológicos na Amazônia.

74 Entende-se como peças arqueológicas, os bens arqueológicos móveis, associados ou não a sítios arqueológicos, evidenciados por meio de pesquisas devidamente autorizadas ou por achado fortuito, protegidos pela Lei Federal 3924 de 1961 e, por isso, passíveis de inventário para viabilizar as medidas necessárias para a sua conservação, pesquisa e extroversão, conforme Portaria IPHAN Nº 196 de 2016.

Como exemplo, tem-se os Museus Domésticos⁷⁵, os quais, poderiam tornar-se Museus Locais, haja vista a existência de registros arqueológicos multicomponenciais (cerâmicas indígenas, lâminas de machados líticos, faianças, porcelanas, vidros, metais, grés, dentre outros), guardados por particulares e acondicionados por vezes, em prateleiras de vidro, estantes de aço, em sacos que serviam para armazenar farinha, caixas de papelão, em gavetas de madeira, dentre outros suportes, a exemplo de várias comunidades ou cidades visitadas entre 2022 e 2023, como, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Afuá, Chaves, Castanhal, São Caetano de Odivelas, Vigia, Colares, Magalhães Barata, Curuçá, Nova Timboteuá, Tucuruí, Santarém, Juruti, Oriximina e Óbidos, no Pará e na Agrovila Amazonino Mendes (Tarumã-Mirim, Manaus).

Esses espaços precisam ser considerado e discutido, haja vista, o Brasil possuir uma política nacional de proteção e preservação deste patrimônio desde 1937, com a criação do órgão de patrimônio e sucessivas leis, decretos, portarias, normativas, fortalecendo as pesquisas arqueológicas e a qualificação de profissionais, ainda assim, há fragilidade na proteção, preservação, conservação e reconhecimento da importância desse patrimônio pela sociedade, levando a contínua destruição, a comercialização e/ou apropriação indevida de acervos.

Dessa maneira existiria um desconhecimento proposital? Faltaria um diálogo mais eficiente entre órgãos de proteção e a sociedade? Entre os profissionais da área e as comunidades? Acesso às informações sobre a legislação, das pesquisas e dos acervos? Disponibilização dos dados e conhecimentos por meio dos equipamentos de guarda e exposições?

Esses problemas de gestão, pesquisa, educação, acessibilidade e difusão de conhecimento, demonstram a importância de integrar instituições (públicas e privadas) e a sociedade (comunidades) no processo de proteção e conservação do patrimônio arqueológico, com ações em níveis (institucional, tecnológico, ambiental, cultural).

75 Os Museus Domésticos, foram definidos no artigo, como Casas de Proteção e Conservação do Patrimônio Local, sendo uma tipologia pré-existente, os quais possuem importância junto às comunidades locais e precisam ser acolhidos no bojo da política de patrimônio arqueológico e das normativas legais vigentes no Brasil. Eles surgem principalmente da informalidade, nos municípios, cidades, vilas, povoados e/ou comunidades das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Sua definição relaciona-se a necessidade de reconhecimento, desenvolvimento, acessibilidade, sensibilização, ações educativas e empatia, em discutir as políticas de patrimônio arqueológico que contemplem essas ações de coletas, sem amparo legal, mas que já ocorreram, na busca por aprimorar e ampliar o entendimento acerca dessa realidade, demonstrando a necessidade de não formarem novos acervos, sem uma ampla discussão e participação de arqueólogos, do IPHAM e do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Como resultado dessa ação da gestão do patrimônio arqueológico, elaborou-se protocolo de gestão para os acervos arqueológicos pesquisados a partir do MEP, na intenção dos acervos fazerem parte de um “Plano Regional de Inovação de Gestão Museológica”.

Já as ações de educação patrimonial associadas a educação ambiental, poderiam ser realizadas observando a Política de Patrimônio Cultural Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), (Portaria IPHAN 375 de 2018) e a Portaria IPHAN 137, de 28 de abril de 2016, devendo priorizar a ampla participação da população, considerando metodologias de escuta ativa sobre as demandas locais que dizem respeito ao patrimônio arqueológico e a própria atuação do IPHAN e do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (DPHAC), da SECULT/PA, nessas ações.

3. Desenvolvimento do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico

Seguindo as características arquitetônicas do edifício e a área da RTA/MEP/SIMM nele implantada, o plano de gestão do patrimônio arqueológico foi planejado, atualizado, organizado, tendo sido elaborado protocolo (para a pesquisa, análise, guarda, exposição e educação patrimonial/ambiental), o qual sugere estratégias a serem utilizadas para maior fortalecimento da instituição visando à preservação de sítios arqueológicos e conservação dos registros arqueológicos, na Amazônia brasileira (MARTINS, 2017; AZEVEDO, et al., 2020).

Dessa maneira, esta instituição Amazônica MEP/SIMM/SECULT/PA, direcionou sua performance de atuação, baseando-se na interdisciplinaridade, ampliando e aprofundando conceitos de análises e salvaguarda arqueológicas, adaptando pesquisas em reservas técnicas e laboratórios bem-sucedidas no Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste brasileiro, à realidade Amazônica do Pará, estimulando as habilidades interpretativas e criativas, frente às materialidades, ao território usado⁷⁶, ao exercício integrador e inovador, buscando alcançar outras maneiras de interpretar, guardar, colaborar, envolver e extroverter, seu objeto de análise (MILHEIRA, et al., 2017; OLIVEIRA, et al., 2020).

A elaboração e execução do PGPA do SIMM/SECULT/PA, buscou envolver

76 Território para Milton Santos é “[...] A utilização do território pelo povo cria o espaço [...] O território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas, em um dado momento, ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo – inclusive a situação atual – como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas [...]” (SANTOS, 1978, p. 189).

comunidades das Amazônias⁷⁷ e estabelecer índices de antropização (destruição de sítios arqueológicos frente aos impactos ambientais rotineiros na Amazônia paraense), baseados em pesquisa de campo, bibliográfica, experiências de memória afetiva e ressignificações (BEZERRA, 2017). Os índices definidos contribuem e estimulam a proteção do patrimônio arqueológico e do ambiente onde estão inseridos os sítios arqueológicos (áreas urbanizadas e comunidades), para a guarda do patrimônio e a difusão do conhecimento arqueológico, mas também reforçam a necessidade de conservar as materialidades diversas, coletadas desses locais.

É importante considerar que os grupos sociais do passado com seu dinamismo cultural, se apropriaram e transformaram o território usado, produziram artefatos (elaboraram, utilizaram, reutilizaram, e descartaram – voluntária ou involuntariamente), as sociedades atuais que podem ter ressignificado, reutilizado, colecionado e/ou guardado, e os pesquisadores que coletaram, ressignificam, analisaram, guardaram e/ou musealizaram, com a intenção de preservar e/ou conservar (MARTINS, 2017). Dessa maneira, esses processos dinâmicos, são primordiais para compreender processos históricos, as relações culturais e ambientais.

Dessa maneira, a gestão de sítios e registros arqueológicos são essenciais para o fortalecimento da política de preservação desses patrimônios nas Amazônias, sendo fundamental o envolvimento de instituições governamentais no processo de reconhecimento e fortalecimento dos locais que se tornaram ambientes de guarda de acervos, que são remanescentes materiais de nossos antepassados (SILVEIRA et al., 2017; LIMA et al., 2020).

Na pesquisa se verificou na RTA/MEP, acervos doados que por vezes não traziam referências exatas sobre a procedência, dificultando as pesquisas. Outro problema averiguado em vários municípios paraenses são os patrimônios arqueológicos que estão sob a posse de particulares e/ou comunitários, necessitando de inventários, registros, salvaguarda, ações educativas, colaboração e elaboração de instrumentos legais que possibilitem a organização em locais adequados e retorno das informações catalogadas e conhecimento produzidos para as comunidades, inclusive sugerindo a permanência desses acervos nos locais de origem, devidamente autorizados e controlados pelo órgão fiscalizador do patrimônio, o IPHAN, para

77 "(...) Região Amazônica é um sistema enxameado de contradições, tanto do ponto de vista dos ambientes, que lhe dão corpo, quanto dos processos sociais que, gradativamente, criaram formas de apropriação e uso do território, moldados à base de disputas e conflitos, inclusive sangrentos (...). Na atualidade, existem vários autores que acreditam ser mais adequado considerar a Amazônia como 'amazônias' (...) Nessas circunstâncias, seria necessária uma verdadeira reinvenção da Amazônia dentro de uma perspectiva plural, como múltiplas amazônias, desprezando o velho paradigma da homogeneidade regional tão empregado enquanto objeto de estudo e planejamento regional." (DO CANTO, 2016, p. 45; 46).

que não ocorra a mercantilização. Porém, para além de uma postura repressora e estritamente burocrática do poder público, os acervos já coletados precisam ser pesquisados para a produção de conhecimento de maneira democrática e ampla.

Os processos para a consolidação do plano de gestão do patrimônio arqueológico, partiu da necessidade de desenvolver pesquisa arqueológica na Amazônia, em um Museu sem tradição em pesquisa arqueológica, desenvolvendo uma área de Arqueologia sem um direcionamento claro. Dessa maneira, foi necessário romper ideias fixas relacionadas aos equipamentos, acervos (bem público e acervos entendidos por vezes como bem privado) e de colecionismo persistente (AZEVEDO, et al., 2020).

4. Resultados Alcançados na Gestão do Patrimônio Arqueológico SIMM/SECULT/PA (2019-2024)

A gestão do patrimônio arqueológico foi essencial para a compreensão da política de preservação de sítios e registros arqueológicos nas Amazonas. Sendo de fundamental importância o envolvimento de instituições governamentais, de ensino, museus e as comunidades no processo de preservação, conservação, pesquisa, acessibilidade, exposição e difusão do conhecimento a respeito do patrimônio arqueológico da Amazônia.

A primeira etapa para a elaboração do Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico (PGPA) da RTA/MEP já foi concluída, estando relacionada ao diagnóstico arqueológico e a atualização do inventário dos registros arqueológicos referente a história antiga da Amazônia, povos originários, os quais estão expostos nos museus do SIMM e na RTA/MEP, sendo realizado entre 2019-2022, constituindo em uma análise dos ambientes interno e externo, obtendo-se uma definição das deficiências, das oportunidades e das ameaças futuras para a RTA/MEP (AZEVEDO, et al., 2020). Esta análise apresentou o estado presente da mesma e suas perspectivas.

O PGPA do SIMM/SECULT, permitiu a mobilização de servidores e estagiários, a maior aproximação entre as diversas coordenações e a elaboração de um minucioso diagnóstico da RTA, para o início da atualização de inventário, com propostas de protocolos para as pesquisas dos registros arqueológicos dos povos originários expostos no Museu do Forte do Presépio; Museu de Gemas do Pará e Museu de Arte Sacra, bem como da Reserva Técnica de Arqueologia do MEP.

Foram discutidas proposições de protocolo para a utilização dos acervos arqueológicos sem procedência, sem referências e/ou com a necessidade de descarte, para serem utilizados como materiais didáticos em exposições itinerantes e junto a Reserva

Técnica de Arqueologia do MEP, visitável.

O diagnóstico apontou para a necessidade de adequação em um novo espaço interno para o estabelecimento da RTA/MEP, considerando a segurança e a conservação dos acervos. Foi necessário a elaboração de projeto arquitetônico para o novo espaço da Reserva Técnica de Arqueologia do MEP, procurando seguir as diretrizes estabelecidas nas normativas do IPHAN, pois o prédio é tombado e suas características arquitetônicas possuíam outras finalidades na construção original. Dessa maneira, a mudança interna do acervo arqueológico para um local mais amplo, bem iluminado, climatizado, foi realizado, porém há necessidade de melhorias.

Esses avanços e protocolos contribuíram para a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa arqueológica realizada pelo SIMM/MEP, tais como – Cemitério da Soledade; Zona Costeira Paraense; Memorial da Consciência Negra e Ilha de Marajó. A RTA/MEP/SIMM tornou-se um Projeto de Reserva Técnica de Arqueologia acessível e visitável, visando futuramente tornar os laboratórios abertos e participativos, onde possa ocorrer a qualificação de servidores, discentes e colaboradores. Esse estímulo ao aprimoramento da equipe técnica e adequação dos equipamentos para os servidores e colaboradores, é imprescindível para o bom desempenho da gestão do patrimônio arqueológico.

Ainda foi definido a necessidade de incentivar exposição itinerante, referente a arqueologia e o planejamento futuro para investimentos e aprimoramento dos equipamentos expositivos e de guarda, referente ao patrimônio arqueológico.

Na etapa seguinte o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico consistiu na elaboração de uma publicação denominada **“Entre o Coleccionismo e a Educação Patrimonial: Desafios para a Gestão do Patrimônio Arqueológico”**, desenvolvida a partir dos resultados do diagnóstico arqueológico e das orientações do SIMM, sobretudo em relação às diretrizes de seu planejamento.

Na terceira etapa, projetou-se o aprimoramento da RTA/MEP, para os próximos dez anos, onde as ações presentes podem delinear sua política museal, futura e contribuir para a elaboração do Plano Museológico do MEP.

Dessa maneira, foi premente planejar a elaboração do Manual de Gestão do Patrimônio Arqueológico para a RTA/MEP/SIMM/SECULT, para reger os procedimentos relacionados a pesquisas e aos registros arqueológicos (MARTINS, 2017), orientando sobre uso, infraestrutura, gerenciamento de risco do patrimônio, dentre outros.

Os regramentos foram definidos, por exemplo, desde o momento de emissão de

Endosso Institucional pelo SIMM/SECULT, para a realização de pesquisas arqueológicas, obedecendo aos termos em que dispõe a Lei Nº 3.924, de 26 de julho de 1961, a Portaria IPHAN 07, de 01 de dezembro de 1988, a Instrução Normativa Nº 001, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental, a Portaria IPHAN Nº 196, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel, possibilitando maior transparência nas ações públicas da RTA/MEP/SIMM.

Dessa maneira, os regramentos internos contidos no Manual de Gestão do Patrimônio Arqueológico contribuem para o fortalecimento institucional (conservação dos registros arqueológicos e planejamento para recebimento de acervos arqueológicos endossados). O Manual de Gestão do Patrimônio Arqueológico e o Termo de Responsabilidade para Concessão de Endosso Institucional, serão anexados ao processo de solicitação de endosso, para o conhecimento do responsável do projeto e/ou do empreendedor solicitante, necessitando que ambos assinem o documento.

A gestão responsável e qualificada das pesquisas arqueológicas, deverão cumprir boas práticas arqueológicas desde as etapas de campo, o recebimento de acervos, as análises e a salvaguarda dos bens arqueológicos, junto a RTA/MEP, do Sistema Integrado de Museus e Memoriais (MEP/SIMM), de acordo com a legislação brasileira e a normatização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Quanto à curadoria do Patrimônio Arqueológico foi estabelecido que os registros arqueológicos coletados, deverão trazer informações do local onde foram retirados, com a descrição minuciosa da profundidade, do solo e condições ambientais, seu estado não conservado e os procedimentos de análises. Será necessário realizar uma triagem em campo, para evitar coleta de materiais modernos, carvões de queimadas recentes e descontextualizados, rochas sem marcas de uso (plintita, seixos de rio, entre outras).

Evitar a coleta de materiais muito fragmentados, em processo de deterioração acentuadas e sem informações (abaixo das dimensões de 5cm), salvo quando eles apresentarem relevância científica, para datações, técnica, de suporte, marca, decoração, simbólico, para análise de micros-vestígios, para análise química, dentre outras). Precisam, ser organizados de acordo com seus suportes e matérias-primas, devidamente acondicionados em conjuntos (mesmo nível estratigráfico), registrado por fotografias, vídeos, embalados em sacos plásticos, identificados com etiquetas e depositados em basquetas plásticas de

polipropileno, material considerado inerte e indicado para armazenar vestígios arqueológicos. Considera-se importante o registro fotográfico e o preenchimento de fichas, em todas as etapas de pesquisa arqueológica (coleta, triagem, acondicionamento, deslocamento e recebimento), para salvaguarda junto a RTA/MEP.

Quanto a higienização, ocorre gradativamente e os materiais são encaminhados para higienização em laboratório sujo, considerando a matéria-prima, seu estado de não conservação, recebendo nova triagem e verificação das etiquetas. Poderão ser higienizados (a seco, com água deionizada, corrente ou escova macia e úmida) e marcados/numerados (seguindo uma numeração sequenciada e estabelecida no laboratório de arqueologia a saber: Sigla do Sítio Arqueológico; Área, Quadrante e/ou Unidade; Nível e/ou Camada; Número da Peça - EX: MCN.C.0-10.150). Os registros arqueológicos que forem para análises físico-químicas receberão protocolos específicos e serão encaminhados para outros laboratórios.

Em seguida, serão analisados e acondicionadas em sacos plásticos de polietileno novos, devidamente identificados, separados individualmente e colocados em conjuntos (saco maior) obedecendo ao nível estratigráfico de sua proveniência e em basquetas plásticas de polipropileno, também marcadas/numeradas e identificadas (em cor branca de preferência), sem ultrapassar a altura mediana da basqueta.

Salienta-se que a diversidade dos materiais será considerada e cada especificidade será cuidadosamente higienizada de acordo com sua natureza, tais como: materiais orgânicos (ossos, sementes, conchas, tecidos, couro, madeira, papel etc.), e os inorgânicos (cerâmicas, faianças, porcelanas, vidros, grés, plástico, metais etc.).

5. O MEP na atualidade: Discussões

A implantação do PGPA representa um avanço importante na consolidação da RTA/MEP, na qualificação e no envolvimento ativo e constante dos servidores. Estimula ainda, a produção de conhecimento, a formação de grupos de pesquisa integrados e interdisciplinares, programas educacionais e exposições, possibilitando maior acesso da sociedade ao museu. Dessa maneira, as parcerias com outras instituições municipais, estaduais e federais, potencializam a conservação dos acervos, a política de aquisição, de descarte e da estruturação de um sistema de informações comuns entre os órgãos envolvidos.

A importância da atuação da RTA/MEP/SIMM aumenta na medida em que cresce a conscientização da necessidade de proteger e interpretar os sítios arqueológicos, analisar os registros arqueológicos, mas também pensar estratégias para a conservação deles por um longo período.

Esse fato impõe a manutenção de uma equipe com formação especializada e de políticas públicas voltadas para cultura, para que os desafios postos possam ser enfrentados e eficazmente resolvidos. Todavia, é preciso enfrentar algumas dificuldades, especialmente, aquelas relacionadas ao tamanho da equipe, à situação orçamentária da instituição e à infraestrutura disponível para a salvaguarda e o tratamento de acervos arqueológicos.

O diagnóstico da RTA/MEP, apontou para a necessidade de ampliá-la e reestruturá-la em um espaço mais amplo, para a análise e salvaguarda do acervo de Arqueologia, o qual constitui fonte de pesquisa essencial para a compreensão do desenvolvimento sociocultural na Amazônia paraense. Essa melhoria impactou também os projetos arqueológicos na busca do desenvolvimento metodológico para a conservação dos acervos e reflete de maneira crítica, sobre a ideia de os acervos permanecerem em seus locais de origem. É importante atentar, que as pesquisas arqueológicas colaborativas vêm sendo aprimorada mais efetivamente desde a década de 2000, envolvendo pesquisadores e comunidades ou entre grupos diversos e a arqueologia, interagindo diretamente com a educação patrimonial, porém necessitam de ampliação (BEZERRA, 2017).

Pesquisas como a de Green; Green e Neves (2003) contribuíram para entender outros modos de conhecimento das materialidades do passado, respeitando a percepção do outro. Já Gomes (2005) estimulou a interação e compartilhamento dos conhecimentos arqueológicos com os comunitários de Paruá (Santarém/PA), por meio da colaboração e mediação de conflitos, integrando-os ao projeto de arqueologia, demonstrando a possibilidade de alcance político e da atuação da arqueologia no processo de construção de identidades contemporâneas. Dessa maneira, as pesquisas colaborativas são primordiais para o processo permanente de ensino e aprendizagem, sistematizado, organizado e coerente nas várias ações educativas, promovendo a preservação e a valorização do patrimônio cultural, a exemplo do arqueológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas arqueológicas mais recorrentes no Brasil, atualmente estão relacionadas a interesses de empreendimentos diversos autorizados pelo IPHAN, que acessam e interferem na área dos sítios arqueológicos e consequentemente na salvaguarda dos registros arqueológicos.

Dessa maneira a gestão de sítios arqueológicos e de acervos diversos é imprescindível, devido a importância da história antiga da região amazônica, uma história dos nativos locais, de escravizados e dos invasores europeus, cujo acervos muticomponenciais

relacionados a esta história, ocupando museus (formais e informais) e por vezes colaborando com as comunidades e educação patrimonial, raras vezes vinculada à temática ambiental.

A gestão do patrimônio arqueológico relaciona-se a índices como, registro de sítios arqueológicos da região, quantidade, integridade, procedência das materialidades, estado de preservação dos sítios arqueológicos e conservação dos acervos, uso atual dos locais de sítios e de acervos, dentre outros. A complexidade do tema, exige interdisciplinaridade e o envolvimento do órgão fiscalizador do patrimônio (IPHAN), de arqueólogos (as), museólogos (as), pesquisadores de tecnologia de informação e dentre outros nas discussões de formação e salvaguarda de acervos, pois há a necessidade de treinamento, inventariação, averiguação da segurança, análise, seleção para exposição, acondicionamento adequado, dentre outros procedimentos. Porém, para além de uma postura repressora, excludente e estritamente burocrática do poder público, os acervos já coletados precisam ser pesquisados para a produção de conhecimento de maneira democrática e ampla.

Dessa maneira, o Plano de Gestão do Patrimônio Arqueológico está alinhado com as diretrizes do MEP/SIMM em reconhecer no patrimônio cultural uma ferramenta importante para a proteção de sítios arqueológicos e conservação das materialidades dos nossos antepassados.

Contudo, algumas pesquisas, mesmo com as normativas estabelecidas pelo IPHAN, relacionadas, por exemplo, a Educação Patrimonial, ainda são tênues e ambíguas em sua relação com as comunidades, dificultando que as mesmas conheçam e usem as informações nelas contidas (o chamado patrimônio cultural ambiental) como parte da construção de um trajeto civilizacional de apropriação e uso do meio que poderia contribuir para as modificações presentes de forma mais colaborativa e consciente – com sustentabilidade, inclusive de natureza econômica, ao usá-lo como fonte de recursos.

Nossas memórias são nossas heranças. Ao tratarmos de Patrimônio estamos lidando com nossas heranças. Dentro de uma prerrogativa daquilo que queremos deixar como nosso, e daquilo que queremos reafirmar como nosso.

Todavia, as situações dos museus comunitários, informais, particulares e domésticos, são incertos sem políticas públicas eficientes, mas as tomadas de decisões necessitam de urgência por conta da necessidade de resguardar, preservar e conservar artefatos encontrados em grande quantidade nas Amazônias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, R. L. de; RAMOS, A. C. P. T.; OLIVEIRA, A. P. de; PESTANA, A. de L. C.; SULLASI, H. L.; ARAÚJO, M. da Silva. Proposta de Diagnóstico de Conservação para Acervos Arqueológicos – Um Protocolo para a Reserva Técnica do LACOR/UFPE. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Volume 14; Número 2, Julho – Dezembro, 2020.
- BEZERRA, Márcia. Teto e Afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GK Noronha, 2017.
- CABRAL, Mariana Petry; PEREIRA, Daiane; BEZERRA, Márcia. Patrimônio arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio*, “O Patrimônio do Norte: outros olhares para a gestão”, Brasília, DF, Iphan, 2018.
- GOMES, D. M. C. Análise dos Padrões de Organização Comunitária no Baixo Tapajós: o desenvolvimento do formativo na área de Santarém, PA, 2005, 325f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DO CANTO, Otávio. Mineração na Amazônia: assimetria, território e conflito socioambiental. Prêmio ANPPAS (2015), NUMA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, 366p.
- GREEN, L. F.; GREEN, D. R.; NEVES, E. G. Indigenous Knowledge and Archaeological Science. The Challenges of Public Archaeology in the Reserva Uaçá. *Journal of Social Archaeology*, v. 3, n. 3, p.365-397, 2003.
- LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana. Uma Nova Política Para Um Antigo Acervo: A redescoberta das coleções arqueológicas do Museu Goeldi. *Revista de Arqueologia*. Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos. V. 33, Nº 3, setembro-dezembro, 2020: 43-62.
- MARTINS, Dilamar Candida (ORG). Museu Antropológico/UFG: Manual de Gerenciamento de Acervo e Uso de Espaços. Museu Antropológico, Universidade de Goiás, 2017.
- MILHEIRA, Rafael Guedes; PEIXOTO, Luciana da Silva; CALDAS, Karen Velleda; AZEVEDO, Paula de Aguiar Silva. Manual de Gestão da Reserva Técnica sob a Salvaguarda do LEPAARQ – UFPEL. *Revista de Arqueologia Pública*, V. 11, n. 2 [19], Campinas, São Paulo, 2017, p. 25-42.
- OLIVEIRA, A. P. de; RAMOS, A. C. P. T.; AZEVEDO, R. L. de; PESTANA, A. de L. C. Para Além das Quatro Paredes: Uma Reflexão sobre os Desafios das Instituições de Guarda de Material Arqueológico. *FUMDHAMentos*, vol. XVII, N. 1. Recife, Pernambuco, 2020, p.99-118.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. Hucitec, 1978.

PEREIRA, Edithe. O museu Goeldi e a pesquisa arqueológica: um panorama dos últimos dezessete anos (1991-2008). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 4, n. 1, jan./abr. 2009: 171-190.

SILVEIRA, Maura Imázio; DUTRA, Vanessa de Castro; SILVA, Camila Fernandes Alencar; FERREIRA, Regina Maria de Farias; JALLES, Cíntia. Coleções arqueológicas do Museu Paraense Emílio Goeldi. Panorama da reserva técnica e os desafios da conservação. In: CAMPOS, G.N. e GRANATO, M.(eds.). *Preservação do patrimônio arqueológico: desafios e estudos de caso*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017, p. 169-191.

HISTÓRIA, MEMÓRIA, GÊNERO, JUSTIÇA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA. “O CASO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MATA FOME TAPANÃ

Maria Antônia Soares Salgado⁷⁸

RESUMO

Um grupo de militantes ativistas, defensores de direitos humanos, moradores do Tapanã ligados às comunidades eclesiais de base, Conselho Comunitário do Tapanã-CCT, Movimento de Mulheres do Tapanã, Rádio Popular Tapanã, associações e centros comunitários, entre outras. Em 1992, iniciou-se um movimento popular com reuniões em 30 áreas de ocupação, objetivando conhecer e refletir coletivamente sobre a realidade do bairro, através da escuta desses sujeitos periféricos que apresentaram as reivindicações e demandas sociais do povo da Bacia Hidrográfica do Mata Fome e adjacências. O Mata Fome está localizado ao norte do município de Belém, na segunda légua patrimonial, Distrito Administrativo do Benguí-DABEN, incorporando os bairros Tapanã, Pratinha, São Clemente e Parque Verde, com área de aproximadamente 14km². Os movimentos populares consideram a importância do protagonismo através da participação popular e controle social na execução do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Mata Fome pela Prefeitura de Belém, e a realização de audiências públicas com o objetivo de garantir a consulta previa e conhecer efetivamente o projeto de macrodrenagem visando contribuir com propostas de emendas supressivas ou aditivas de acordo com a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho–OIT, em vista a construção de uma cidade sustentável, eliminando os impactos socioambientais sobre os seres vivos, no ambiente, buscando a justiça social e climática, criação da Comissão de Fiscalização de Obra-Cofis; contratação de mão de obra local; construção de moradias dignas, escolas e creches em tempo integral, entre outros.

Palavras-chave: Macrodrenagem; Moradias; Movimentos Populares;

⁷⁸ Mestra em Estado, Governo e Políticas Públicas-FLACSO e ativista de direitos humanos da Amazônia

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar o contexto histórico das lutas dos movimentos sociais dos bairros do Tapanã, Pratinha, São Clemente e Parque Verde por políticas públicas de habitação, regularização fundiária, moradia digna, saneamento ambiental, saúde, educação, segurança pública, transporte público de qualidade, combate às desigualdades sociais, a pobreza e a Fome, na perspectiva da garantia dos direitos humanos fundamentais e qualidade de vida aos moradores da Bacia Hidrográfica do Igarapé Mata Fome.

A perspectiva do projeto de macrodrenagem da bacia do Mata Fome é uma demanda pautada por organizações da sociedade civil há 35 anos, porém, sofreu descontinuidade sistemática e contínua ao longo dos anos nas gestões que antecederam a atual gestão municipal. O município de Belém possui 71 bairros distribuídos em 14 bacias hidrográficas.

O bairro do Tapanã começou a se formar na década de 1930, com a chegada dos soldados da borracha imigrantes nordestinos e outros trabalhadores atraídos pelo ciclo da borracha. Apesar da riqueza natural existente, o crescimento populacional desordenado e a falta de planejamento urbano levaram ao surgimento de favelas, ocupações precárias marcadas por uma infraestrutura deficitária.

Em 1992, foi criado o Conselho Comunitário do Tapanã-CCT, o Movimento de Mulheres do Tapanã-MMT, Associação Radiodifusão Comunitária Popular Tapanã-ARCP, por um grupo de militantes ativistas, defensores de direitos humanos, moradores das ocupações periféricas do Tapanã, ligados às associações, centros comunitários, comunidades eclesiais de base, organizações populares, mulheres, movimentos jovens, grupos de capoeira, clubes de futebol e outras entidades sociais que percebem os problemas sociais enfrentados pela população local e decidiram articular e unificar a luta por melhoria da qualidade de vida. Iniciaram um movimento popular com reuniões em 30 áreas de ocupação, objetivando conhecer e refletir coletivamente sobre realidade do bairro através da escuta desses sujeitos periféricos que apresentaram as reivindicações e demandas sociais do povo da Bacia Hidrográfica do Mata Fome e adjacências (Salgado, 2024).

2. METODOLOGIA

A metodologia participativa de interação realizada nas reuniões em rodas de conversa dialogada com os moradores das comunidades locais possibilitou a escuta, a identificação e a

definição dos principais problemas e dilemas que atingem a população de baixa renda e sem renda, que vivem em favelas nas grandes cidades. A pesquisa-ação foi utilizada, utilizando Tripp (2005), devido a existência de muitas demandas que precisaram ser elencadas na ordem de prioridades, mas, nem tudo “foram flores”.

Houve a disputa ideológica, diferentes visões de mundo, o individualismo e a disputa de espaço e de poder causando muitos conflitos, devido à diversidade de pensamento, conhecimentos, experiências de vida e sobrecarga para execução das ações sociais. A realização do planejamento aprovou coletivamente algumas prioridades e ações a curto, médio e longo prazo, entre as prioridades identificadas estavam:

- A construção do mapa do bairro do Tapanã com os limites geográficos;
- A construção da UMS Tapanã;
- Regularização Fundiária;
- Moradia digna;
- Saneamento básico;
- Transporte público de qualidade quebra do monopólio da empresa nova Marambaia.
- A implantação do Programa Família Saudável;
- Ato público “Grita Tapanã”;
- A produção do documentário Grita Tapanã;
- Seminário sobre Transporte Público;
- Seminário intitulado: Saúde, Saneamento e Meio Ambiente com participação popular, incluindo a discussão do projeto Macrodrenagem da Bacia do Mata Fome;
- Seminário intitulado: O Papel da Mulher na Sociedade;
- Audiências públicas sobre saúde, saneamento e meio ambiente.
- Audiências pública com Órgãos municipais e estaduais;

3. LOCUS DO ESTUDO

A Bacia Hidrográfica do Igarapé Mata Fome–BHINF localiza-se ao norte da cidade de Belém, na segunda légua patrimonial, Distrito Administrativo Bengui-DABEN, incorpora os

bairros Tapanã, Pratinha, São Clemente e Parque Verde, cujas coordenadas geográficas são 1° 19' 44", 1° 21' 43" S e 48° 28' 36", 48° 27' 36" W com área de aproximadamente 14Km². Sua nascente localiza-se próximo à rodovia Augusto Montenegro e sua desembocadura dá-se na Baía do Guajará. Limita-se ao norte com a bacia Hidrográfica do Igarapé Cajé, a Leste com a Bacia Hidrográfica do Igarapé Maguari, a Oeste com a Baía do Guajará e ao Sul com a Bacia Hidrográfica de Val-de-Cães.

O acesso à Bacia do Mata Fome ocorre através das rodovias Augusto Monte Negro, Fábrica da Coca Cola, no sentido Belém Icoaraci, na passagem São José. Há outros como a rua São Clemente, a rodovia do Tapanã e a rodovia Artur Bernardes, no sentido Belém-Icoaraci, ou vice e versa. Para definição dos limites de Bacias Hidrográficas localizadas em áreas urbanas, utilizam-se as ruas, ou vias próximas aos limites naturais, que correspondem aos interflúvios ou divisores d'água.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. HISTÓRICO, ORIGEM E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Historicamente, a falta de oportunidade e condições de vida digna no campo tem levado milhares de pessoas a migrarem do campo para as cidades (IBGE, 2022). Belém ocupa a 2ª posição no ranking de capitais brasileiras com maior porcentagem de favelização da região norte.

A segregação socioespacial da cidade causa aumento das desigualdades sociais, da pobreza e da vulnerabilidade social, atingindo a maioria da população pobre, negra e em situação de rua, indígenas, refugiados, imigrantes, mulheres e outros, em razão da negação dos direitos humanos fundamentais: moradia digna, alimentação, água potável, saúde, educação, saneamento, transporte, emprego, segurança e outros, decorrentes da ausência do estado, que não implementa políticas públicas necessárias para efetivação dos Direitos Humanos universais para alcançar a cidadania plena.

Neste sentido, os movimentos sociais foram protagonistas da luta por políticas públicas de saneamento, saúde, meio ambiente, habitação, regularização fundiária, transporte público, segurança pública, buscando melhoria da qualidade de vida e cidadania para todos(as).

Dessa forma, decidiram criar o mapa do bairro para definição dos limites geográficos, o Tapanã situa-se entre as bacias hidrográficas dos Igarapés Mata Fome e Paracuri,

estendendo-se a partir da rodovia Arthur Bernardes até a Rodovia Augusto Montenegro, na segunda légua patrimonial de Belém, Distrito Administrativo Bengui-Daben.

Figura 1. Paisagem da desembocadura do igarapé Mata Fome, Belém-PA.



Fonte: A autora (2024).

Os moradores antigos relatam que, no passado, na década de 1930, o bairro era rico em recursos naturais, destacando-se a fauna, flora com rica e abundante biodiversidade com paisagens naturais, que se perderam a partir do fenômeno da urbanização, decorrente do aumento da densidade populacional.

Essa população era formada por pessoas pobres e migrantes, sem renda, oriundas da seca do Nordeste, assim, fugiram para a Amazônia, trabalhando no ciclo da borracha, em busca de melhores condições de vida eram depositados nas hospedarias Tapanã, descrita no livro de pôr Walmik Mendonça como a Hospedaria do Diabo, devido às péssimas condições de vida. Essas hospedarias funcionavam no prédio onde opera o matadouro da Sociedade Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará-SOCIFE, na rodovia Arthur Bernardes, no bairro do Tapanã (Santos, 2022).

Ao longo desse período, percebe-se que a realidade socioeconômica da maioria da população não difere de outros bairros da periferia de Belém e de outras cidades da Amazônia. Segundo relato de moradores antigos, os migrantes nordestinos conhecidos “soldados da borracha” foram os primeiros habitantes, moravam na hospedaria Tapanã, hoje conhecido como o antigo matadouro da SOCIPE, localizado na Rodovia Arthur Bernardes. Esse lugar servia de abrigo aos nordestinos, descrito por Walmik Mendonça como a Hospedaria do Diabo, metáfora usada para identificar as péssimas condições de moradia desses trabalhadores que adoeceram de febre amarela ou impaludismo.

O final da década de 1970 e início da década de 1980, marcaram o início das ocupações informais no bairro, com um contingente populacional de pessoas oriundas do campo e outras regiões, decorrente do processo de desterritorialização, típico da migração campo-cidade. O deslocamento desse contingente populacional deu origem às ocupações ou favelas nos bairros periféricos, decorrente da ausência de planejamento urbano, política habitacional originada na formação de novos bairros em Belém, e devido à informalidade do processo de ocupação socioespacial do território, surgiram os 9 bairros que compõem o Distrito Administrativo Bengui-Daben.

A disputa por garantia do direito constitucional à moradia é conflitante, considerando os interesses políticos em jogo, pois se por um lado os ocupantes buscam um teto para morar, outros acumulam grande estoque de terra em áreas nobres, como os corredores da Augusto Montenegro, Rodovia Tapanã e Rodovia Arthur Bernardes para especulação imobiliária, implantação de empresas, condomínios, shoppings, rede de supermercados atacadistas e outros.

Em qualquer situação, esses fatos causam impactos socioambientais no meio ambiente, provocando o aumento do desmatamento da floresta nativa e na mata ciliar, a poluição do igarapé Mata Fome e seus afluentes, através do lançamento de esgoto sanitário doméstico e industrial, tendo em vista a construção de grandes empreendimentos, condomínios de luxo com a consequente formação de favelas.

Figura 2. Moradias e acesso irregular de água sobre o igarapé Mata Fome.



Fonte: A autora (2024).

A maioria dos problemas socioambientais dessa população não difere das demais cidades metrópoles brasileiras e sua superação representa um grande desafio a ser enfrentado pelos governantes na aplicação dos instrumentos jurídicos no contexto do Estatuto das Cidades, Planos Diretor e outros instrumentos urbanísticos, na perspectiva da garantia do direito à cidade para todos(as), em busca da redução das desigualdades sociais, a erradicação da fome e da pobreza, criação das zonas especiais de interesse social, política habitacional, moradia digna, regularização fundiária, transporte e mobilidade urbana com tarifa social, acesso ao saneamento ambiental e água potável, coleta e tratamento de resíduos sólidos, implantação das estações de tratamento de esgoto doméstico e industrial, uma vez que causam sérios problemas de saúde pública (BELÉM, 2025).

4.2. EXPECTATIVAS

Considerando a perspectiva de execução do projeto de Macrodrenagem da Bacia do Mata Fome pela Prefeitura de Belém, os movimentos sociais de mulheres e outras entidades comunitárias lutam para garantir a participação popular e o controle social na execução da

obra, respaldados na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho–OIT – solicitando à Prefeitura Municipal de Belém-PMB a realização de audiências públicas com o objetivo de garantir a consulta prévia e conhecer efetivamente o projeto de macrodrenagem visando contribuir com propostas de emendas supressivas ou aditivas na perspectiva de contribuir para a construção da cidade sustentável, eliminando os impactos socioambientais sobre os seres vivos, no ambiente, buscando a justiça social e climática.

4.3. PROPOSTAS

- Criação da Comissão de fiscalização da obra – Cofis;
- Garantia de contratação de 20% da mão de obra local;
- Construção de moradias dignas no bairro, considerando a realidade do clima amazônico local, com conforto ambiental;
- Arborização com plantas nativas como as andirobeiras, os ipês roxos e amarelos, castanheiras, samaumeiras e outras espécies a serem levantadas;
- Regularização fundiária, redução do impacto de vizinhança, criação das zonas especiais de interesse social, construção de escolas em tempo integral, construção de creches;
- Revitalização da feira livre do Parque União, criação do banco comunitário de desenvolvimento local;
- Preservação de nascentes de água, remanejamento de famílias assentadas na área de inundação, despoluição, promovendo a navegabilidade do canal principal na concepção de rios urbanos, acesso à água potável com tarifa social, construção de estação de tratamento de esgoto sanitário, doméstico e industrial, recomposição da mata ciliar, coleta e tratamento dos resíduos sólidos, educação ambiental popular e participativa;
- Ampliação da cobertura do programa família saudável, envolvendo profissionais da área da saúde, entre outros.

4.4. VISIBILIDADE DAS LUTAS POPULARES

A mobilização resultou em avanços importantes, como seminários sobre a saúde e meio ambiente, a quebra sobre de monopólios no transporte público e a formulação de

demandas estruturais, como o projeto de macrodrenagem da Bacia do Mata Fome. Contudo, a execução dessas iniciativas foi prejudicada por conflitos ideológicos, limitações estruturais e falta de continuidade nas gestões públicas.

4.5. DESAFIOS URBANOS E DIREITOS HUMANOS

A urbanização acelerada e a migração campo-cidade transformaram o Tapanã em um território marcado pela desigualdade socioespacial. Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Belém ocupa a quarta posição entre as cidades da região norte com o maior número de favelas. No Tapanã, a maioria da população vive em condições de vulnerabilidade, enfrentando problemas como a pobreza, fome, baixa escolaridade e falta de acesso a serviços básicos.

Figura 3. A ocupação espontânea sobre o igarapé Mata Fome, Belém-PA.



Fonte: A autora (2024).

A especulação imobiliária na região aumentou os impactos ambientais, incluindo o desmatamento da floresta nativa, a poluição do Igarapé Mata Fome e a destruição de áreas verdes. Esses problemas reforçam a necessidade de políticas públicas que integrem justiça social e sustentabilidade ambiental.

4.6. O PROJETO DA MACRODRENAGEM: UMA OPORTUNIDADE PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

O projeto de macrodrenagem da Bacia do Mata Fome, previsto para ser executado com recursos do Fundo para o desenvolvimento da Bacia do Prata-FUMPLATA e contrapartida federal, representa uma oportunidade de reverter décadas de abandono. No entanto, sua implementação precisa ser inclusiva e respeitar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, que garante consulta prévia às comunidades impactadas.

Os movimentos sociais reivindicam a realização de audiências públicas e propõem medidas para garantir benefícios sociais e ambientais. Entre as propostas destacam-se:

- Criação de uma Comissão de Fiscalização de Obra-Cofis com a participação comunitária;
- Arborização com espécies nativas como castanheiras e andirobas;
- Construção de moradias adaptadas ao clima amazônico e regularização fundiária;
- Estações de tratamento de esgoto e coleta de resíduos sólidos;
- Educação ambiental e ampliação de programas sociais, como a Família Saudável.

4.7. JUSTIÇA CLIMÁTICA E SUSTENTABILIDADE

A Bacia Hidrográfica do Mata Fome é um microcosmo dos desafios enfrentados pela Amazônia urbana. A luta pelo saneamento básico, habitação digna e preservação ambiental reflete a necessidade de integrar direitos humanos e justiça climática nas políticas públicas.

A mobilização comunitária no Tapanã demonstra que o protagonismo popular é essencial para enfrentar as desigualdades históricas e construir um futuro mais sustentável. Contudo, a responsabilidade pelo cumprimento desse objetivo recai também sobre os gestores públicos, que devem implementar soluções efetivas e garantir a participação cidadã em todas as etapas dos projetos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da Bacia do Mata Fome não difere da realidade de outras cidades brasileiras, marcadas por aumento da densidade demográfica decorrente do deslocamento populacional forçado do campo para a cidade por ausência de políticas públicas eficaz de incentivo a agricultura familiar na garantia, permanência dos camponeses (as) no campo, e ausência de

planejamento urbano evidencia a urgência de políticas que considerem a função social da propriedade tanto no campo como nas cidades, a complexidade socioeconômica e ambiental da Amazônia urbana.

Garantir direitos fundamentais, como acesso à moradia digna, saneamento e acesso à água potável, acesso a alimentação, geração de trabalho emprego e renda, são elementos fundamentais para elevação do Índice de Desenvolvimento Humano-IDH em busca do enfrentamento a todas as formas de violações de direitos humanos, na perspectiva da redução das desigualdades sociais, pobreza, a fome e todas as iniquidades, objetivando a construção de cidades sustentáveis para promover a justiça climática na região.

A luta e organização coletiva dos moradores do Tapanã é, portanto, um exemplo inspirador de resistência como a mobilização popular pode transformar desafios históricos em oportunidades para o desenvolvimento sustentável, que as vozes dessas comunidades ecoem como uma experiência de práxis social real, um chamado à ação para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, Prefeitura de. Plano Diretor de Belém. Prefeitura Municipal de Belém, Belém-PA, 2025. Disponível em: <https://planodiretor.belem.pa.gov.br/>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

OIT. **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho–OIT**. Organização Internacional do Trabalho-OIT. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/regions-and-countries/americas/brasil/conheca-oit>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

SALGADO, Maria Antônia Soares Salgado. **História, Memória e Justiça Climática na Amazônia: o caso da Bacia do Mata Fome**. Jornal Resistência, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – Ano 47, dezembro, 2024. Disponível em: <https://indd.adobe.com/view/ea77f79a-a144-4fa6-bbdd-1a141ffb59bd>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

SANTOS, Raimundo Victor Oliveira. O bairro do Tapanã: da metropolização ao modo de vida de uma periferia da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 2, 2022.

TAPANÃ, Rádio Popular. Grita Tapanã. **Rádio Popular Tapanã**, org. Conselho Comunitário do Tapanã e o Movimento de Mulheres do Tapanã, 1992.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, p. 443-466, 2005.

HISTÓRIAS DE VISAGENS E APROPRIAÇÕES POPULARES DO PATRIMÔNIO – O CASO DOS TEATROS BELENENSES

Gabriel Rodrigues Barbosa⁷⁹

RESUMO:

Este estudo de caso analisa formas históricas e contemporâneas de apropriação popular do Theatro da Paz e de outros teatros de Belém. No período colonial, os teatros foram usados como instrumentos de colonização, inclusive por missionários na conversão de indígenas. Apesar de planejados pela elite como espaços de controle social, surgiram manifestações populares contrárias: desde 1854, havia uma plateia ativa, que reagia intensamente aos espetáculos, além de festejos mascarados que possivelmente contavam com a participação de pessoas escravizadas, ainda que estas fossem excluídas do Teatro Providência, principal espaço privado da cidade. Esses movimentos expressavam uma forma de apropriação cultural dos teatros amazônicos. Em 1874, iniciou-se a construção do Theatro da Paz, marcada por escândalos de corrupção que embargaram a obra e retardaram sua inauguração até 1878, gerando frustração e impacto negativo na vida artística local. Nesse período, o teatro passou a ser apropriado de outras formas: por meio de relatórios governamentais irônicos, reuniões vexatórias contra o engenheiro, críticas jornalísticas e, sobretudo, pela crônica de José Veríssimo, que retratava a inauguração de maneira crítica. Tais registros demonstram a resistência popular diante da apropriação privada dos recursos públicos. Atualmente, o Theatro da Paz é um marco cultural de Belém, localizado na Praça da República, recebendo espetáculos semanais e festivais de ópera anuais. Além disso, as narrativas populares sobre fantasmas e “visagens”, contadas desde pelo menos 2004, representam uma nova forma de apropriação simbólica.

Palavras-chave: APROPRIAÇÃO, TEATROS, VISAGEM

⁷⁹ Mestre em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia (PPGA-UFGA). Graduado em Antropologia com Habilitação em Arqueologia (UFMG). E-mail: gabriel1rodrigues2@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4678802205599234>

INTRODUÇÃO

Contam-se muitas histórias de visagem sobre o Theatro da Paz, em minha dissertação, “Ecos de um Theatro Assombrado – Um estudo de caso sobre as relações entre materialidade, visagens e o Theatro da Paz, Belém (PA)”, trabalhei algumas das narrativas que me foram cedidas por funcionários do local. Tais casos de visagem, fazem parte do processo de apropriação do patrimônio por seus próprios trabalhadores. Uma atividade que enlaça monumentos e pessoas em redes de afeto, memória e sentido. Como nos mostra a reportagem do jornal O Liberal de 2004, “Funcionários declaram amor ao da Paz”:

Num prédio centenário, é comum surgirem as histórias de fantasmas [...]. Nestor e Antônio [funcionários do Theatro] foram protagonistas da mais famosa [...]: “Antigamente, os pianos de cauda ficavam atrás do palco. Eu e o Nestor saímos para pregar uns cartazes [...] durante a noite, e *decidimos dormir no teatro. Quando entramos, o piano estava tocando sozinho*. Acabamos amanhecendo no Bar do Parque, com medo”.

Ele já viu um vulto branco na escadaria de entrada, o suficiente para lhe [sic] deixar estático, todo arrepiado, e acredita na história da bailarina sem cabeça [sic] que se jogou do paraíso [...]. O próprio Nestor estava na coxia certa vez, quando avistou uma mulher passando do outro lado do palco. Todo o prédio estava fechado.

Assim como há a lenda da bailarina, há a da “camareira do 13” (referência ao camarim 13, que hoje, com a nova numeração é o camarim 16). Carmélia [funcionária do Theatro] garante que viu essa “visagem” uma das vezes em que precisou dormir no teatro [...]. “**Não tem como ser diferente, porque esse lugar está impregnado de memória. Em lugares assim é comum ter espíritos**”, comenta. (O LIBERAL, 2004, p. 7 apud COELHO & MORAES, 2013, p. 110, os grifos são meus)

Porém, o Theatro da Paz não é o único, nem foi o primeiro teatro da capital, de modo que para compreender o papel das histórias de visagem na apropriação desse patrimônio, era importante entender a relação histórica da população de Belém com seus teatros.

A ‘Docilização’ e o Teatro Missioneiro

No passado, os teatros foram utilizados como parte da estratégia de colonização da Amazônia, sendo empregados por missionários na conversão de populações indígenas. Como explicita Salles:

O teatro foi introduzido no Pará, no séc. XVII, pouco depois de instalado o domínio português. Manifestou-se inicialmente nas escolas dos missionários e nos lares das famílias abastadas. **Representações modestas, de um lado destinadas à conversão e educação do nativo**, do outro ao lazer da sociedade de modelo europeu que, entre nós, cultivava os hábitos da metrópole. (SALLES, 1994, pág. 3, os grifos são meus)

O termo docilização, que estampa este trecho, é uma referência ao termo empregado pela população branca no começo do século XIX, que dividia as populações originárias em

duas categorias os “índios” “bravios” ou “selvagens”, dos “mansos” ou “dóceis” (FLORENCE, 2007, p. 127, 179). Os primeiros eram aqueles que não prestavam serviço aos brancos, ou ao Império, pelo contrário, o combatiam com violência; os outros dois termos, eram reservados àqueles com os quais se podia fazer negócios (FLORENCE, 2007, p. 127, 264).

A ‘docilização’ pode ser definida, nesse sentido, como a estratégia empregada pelo Império Colonial Português e, mais tarde, continuada pelo Império do Brasil, que visava transformar as populações indígenas em uma classe trabalhadora de mão de obra barata, já que sua escravidão fora proibida em 1755 (SANTOS, 2014). O teatro missioneiro era, então, peça chave, porque a conversão da pessoa indígena em mão-de-obra explorada, requeria uma conversão para o catolicismo.

Porém, esse contato com a alteridade transformava o próprio teatro missioneiro, causando polêmicas com a elite governante no século XVIII. Como mulheres não eram recomendadas à performar, então os homens, “travestidos”, faziam seus papéis, o que chocou o presidente da província:

[...] em 1731, [...] compôs-se [a peça Concórdia] para celebrar a amizade que [o Padre Gabriel Malagrida] se fizera com o governador, pouco afeito a Companhia [de Jesus] [...]. Causaram escândalo porém os *envoaçantes* vestidos de mulheres, embora Concórdia fosse feminina. Censurava-se a Companhia pela introdução de papéis femininos nas peças. E, aliás, quando tal ocorria, esses papéis eram sempre desempenhados por moços bonitos, sacudidos, em *travesti*. Dentro da própria Companhia havia insistência em se evitar papéis femininos, atendendo aos princípios moralizadores, discrição, noção das conveniências e do *mais útil* [...] (SALLES, 1994, pág. 5, grifos em itálico do autor)

30 anos mais tarde, em 1761, Gabriel de Malagrida, o padre Jesuíta envolvido no incidente, foi executado, acusado pela Inquisição de heresia e traição. Sua sentença o condenou a “morte natural de garrote” (MEDEIROS, 2017, p. 102), um instrumento de tortura e que seu corpo fosse queimado, “e reduzido a pó, e cinza, para que delle, e de sua sepultura não haja memoria alguma.” (MEDEIROS, 2017, p. 102-103)

A Casa de Ópera (1780-1812) e Teatro Provincial (1821 - 1860)

Curta foi a história do primeiro teatro de Belém e longa e conturbada foi a história de seu esperado sucessor que nunca chegou a vingar. A Casa de Ópera foi o primeiro prédio dedicado a apresentações teatrais na capital e iniciou seu funcionamento em 1780, porém,

segundo as fontes (SOUZA, 2009) não recebia muitos eventos e teve seu funcionamento logo encerrado em 1812, sem nunca ter sido muito popular.

[...] raras vezes se abre o Theatro porque não tem cómicos pagos para este fim; e os que nelle representam algumas vezes, são curiosos que dedicam este objecto aos senhores generais. [...] (FERREIRA, 1874 *apud* ARAÚJO, 1998, pág. 244 *apud* SOUZA, 2009, pág. 83)

O prédio, apesar de público, não servia tanto ao público quanto servia a elite governante, ou aos “senhores generais”, como cita a crítica. Pouco após ser desativado, foi proposta a construção de um teatro público de maior escala que pudesse receber espetáculos de ópera, o Teatro Provincial começou a ser construído em 1821, mas suas obras foram interrompidas e as fundações se ‘arruinaram’.

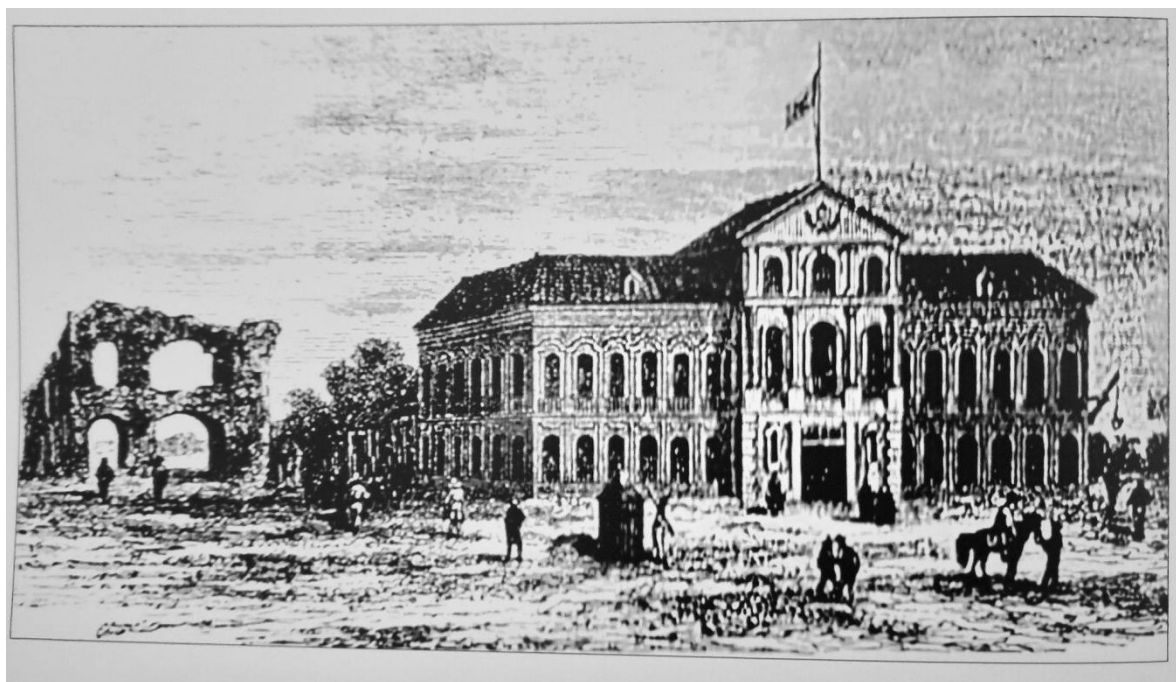


Imagem: Ruínas do Teatro Provincial e Palácio de Governo. Ilustração (MENDONÇA, 2003, *apud* COELHO & MORAES, 2013, p. 14)

Durante muitos anos ocorreram discussões sobre o destino da fundação, pois Belém crescia e precisava de um teatro cada vez maior. Em meados do século XIX as fundações já eram consideradas demasiado pequenas e mal localizadas para a instalação de um Teatro Público.

Em 1849 foi proposto que a base deveria ser reaproveitada para a construção da Assembleia Legislativa. O que só foi efetivado em 1860, com o início da construção do Palacete Azul, que teve sua inauguração em 1883, antes mesmo da conclusão das obras em 1885. Ou seja, demoraram 57 anos desde que as “ruínas” fossem novamente edificadas em

projeto completo, ou como escreve Vicente Salles: “Ia-se o teatro; salvaram-se as pedras.” (SALLES, 1994, p. 31)

Providência e Rebeldia

O primeiro teatro belenense em que se destaca a apropriação popular de seu espaço, espetáculos e entorno é o Teatro Providência. Ele era o principal teatro da cidade antes da construção do Theatro da Paz. Contudo, quando ‘o da Paz’ foi inaugurado, ofuscou o Providência de tal maneira, que mal se tem registros de quando o ‘teatrinho’⁸⁰ deixou de exercer suas atividades, apesar de Salles informar, sem datas, que “um incêndio acabou com a sua tradição.” (SALLES, 1994, p. 89)

Supõe-se que sua inauguração se dera em 1821, mas é apenas uma suposição, porque segundo Vicente Salles “[...] o primeiro sinal de vida [do Teatro Providência] na história do Grão-Pará” (SALLES, 1994, p. 15) é uma notícia sobre a noite do dia 06 de janeiro de 1835, que reportava sobre a presença do Presidente da Província, Bernardo Lobo de Souza, em um espetáculo de gala, em meio a revolta que antecede a Cabanagem.

Lobo de Souza teria comparecido ao espetáculo para “tranquilizar a população e, sobretudo, para coletar informações sobre eventuais revoltas” (DI PAOLO, 1985, p. 166). E havia planos, elaborados pelos cabanos, para assassiná-lo no local, mas foram alterados para evitar derramamento de sangue inocente. Porém, persistia a tensão, e Vossa Excelência se viu obrigada a despachar ordens contra os revolucionários diretamente do camarote. Porém, como se o plano do governador tivesse se voltado contra ele, teve as ordens interceptadas por integrantes do movimento cabano, que puderam se dispersar, antes mesmo da chegada da guarda municipal.

Ainda naquela mesma noite de espetáculo, já na madrugada do dia 7, o Presidente, visitava a amante, enquanto o Palácio do governo era tomado. Lobo da Souza até buscou, às pressas, voltar para o seu palácio, porém foi morto a bala, enquanto tentava subir as escadarias do prédio (DI PAOLO, 1985, p. 167-168).

Durante a revolução popular, que se seguiu após a gloriosa e trágica noite, o teatro sofreu alguns danos e se manteve fechado até 1838. Teve, então, um funcionamento esporádico até 1840, quando, finda revolução, foram instituídas políticas de incentivo à formação de grupos teatrais (SALLES, 1994, p. 17).

⁸⁰ Como era popularmente chamado em seus últimos anos de funcionamento.

Plateia Ativa e Repressões Legais

O Providência também ficou conhecido na história por ter uma plateia bastante ativa, costume que se manteve presente até os primeiros anos do século XX, tempos depois do fim do ‘teatrinho’ e já na era do Theatro da Paz. Um dos primeiros vestígios dessa forma de apropriação são os festejos populares de pessoas mascaradas, que ocorriam nos dias de espetáculo. É possível, inclusive, que tais festejos contassem com a presença de pessoas escravizadas, que não podiam entrar no Providência para assistir aos espetáculos. Ironicamente, o registro desses festejos e seus participantes se dá no ato de sua restrição, pois como se lê numa adição ao Código de Posturas Municipais de 1848:

“Art. 2º Fica proibido o abuso, que constantemente aparecia nesta Cidade vestirem-se indivíduos em forma de mascarados e percorrerem as ruas, tocando caixa para anunciar o dia em que tem de trabalhar o Teatro público, cometendo nesse ato indecências contra a moral pública. Os contraventores serão multados em 10\$000, ou em 8 dias de prisão, e se forem escravos em 50 açoites, e nas reincidências no duplo.” (Treze de Maio, nº 618, 8 de julho, *apud* SALLES, 1994, pág. 23)

Haviam também manifestações na sala de espetáculos. A plateia do Providência era famosa por suas “assuadas”, formas de protesto onde gritavam, inclusive obscenidades, davam assobios, batiam e arrastavam os pés e atiravam objetos em direção ao palco (e seus atores). Em uma ocasião especial, em 1844, um grupo conhecido como Jovens Curiosos organizou uma assuada em ofensa ao governador da província José Tomás Henriques que estava presente durante um espetáculo (SALLES, 1994, p. 20). Por conta do tumulto, a Secretaria de Polícia do Pará emitiu um novo “Regulamento para o theatro Providência na cidade de Belém”, que contava com o seguinte artigo:

Art. 21º É proibido a todos os espectadores no Teatro darem assovios, arrastarem os pés, atirarem com moedas, ou outros objetos, e dirigirem ditos aos atores e atrizes quando aparecerem ou estão no cenário, fazerem tumulto, motim, assuada ou qualquer outro ato reprovado pela Lei, moral e bons costumes. (Treze de Maio, nº 335, 12 de agosto de 1844, *apud* SALLES, 1994, p. 21)

Ao que parece o regulamento não foi suficiente para frear, por muito tempo, o comportamento energético da plateia, portanto em 1854 o Código de Posturas Municipais foi atualizado, passando a contar com um artigo que em muito se assemelha a esse último:

Artigo 15. Ninguém dentro do Teatro poderá dirigir, em voz alta, palavras ou gritos a quem quer que for, exceto aos atores, as de bravo, *caput* ou fora, e neste caso poderá o Juiz impor silêncio, quando for perturbada a tranquilidade do espetáculo. Os infratores serão multados em 10 mil réis e terão 8 dias de cadeia [...] contra os que fizeram motim, assuada, ou tumulto, quando a desordem chegue a tomar esse caráter. (C.L.P.G.P., 1854, p. 54-55, *apud* SALLES, 1994, p. 35)

Até este momento da história, parece que todo caso de manifestação popular, de tentativa de apropriação desses espaços, dos teatros, encontraram resistência em forma repressão pela elite provinciana. Uma frase de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, primeiro presidente da Província do Amazonas (1852 – 1852), nos ajuda a simbolizar essa dialética: “Os teatros marcham sempre a par da civilização” (TENTEIRO, 1855 *apud* COELHO & MORAES, 2013, p. 23). A civilização da qual ele fala exigia um comportamento comedido, vestes apropriadas e um corpo branco, ou ao menos, ‘embranquecido’. Os corpos e as maneiras permitidas a circular no Providência. “Teatros marcham sempre a par da civilização” porque teatros, com seu esplendor, eram um símbolo do domínio imperial.

Olhares Privados sobre o Teatro Público

48 anos se passaram desde a primeira tentativa de construção de um teatro público, em 1821, até o lançamento da pedra fundamental do Theatro da Paz, em 3 de março de 1869.

Belém colhia os frutos da exportação da borracha e do cacau, se urbanizando em um ritmo acelerado. Entre as tranquilas “rocinhas” de Nazaré, onde ficavam casarões da elite, e o agitado centro de Belém, se consolidava, no espaço em torno da Praça Dom Pedro II, a ocupação de um comércio dedicado à elite. “‘Cafés, bares, bilhares, prostíbulos, circos e teatros de rendez-vous’ já tomavam a praça, ‘o que dava ao lugar um certo ar de mistério e proibição’.” (CASTRO, 1998, p. 24 *apud* SOUZA, 2009, p. 50-51) Com o crescimento da cidade, o Providência, que nunca fora considerado adequado ao tamanho e aspirações de Belém, foi diminuindo no imaginário (SALLES, 1994, p. 64).

Portanto, era necessário que se construísse um teatro que abrigasse a grandeza que Belém almejava e em 1864, promulgaram uma lei (nº 461 de 25 de outubro de 1864) que definia um orçamento para a construção de um teatro público, no valor de 300 contos (300:000\$000) de réis, localizado na Praça Dom Pedro II (SALLES, 1980, p. 239), contando com as seguintes características:

[...] 3 ordens de camarote e 1 galeria, assim como a capacidade para conter de 1.200 a 1.500 pessoas comodamente, tendo atenção as condições higiênicas que o clima exige. Nas ordens mais distintas haverá uma tribuna imperial. (SALLES, 1980, p. 240)

O Theatro da Paz começava a ser desenhar em palavras num papel, anos antes que as primeiras linhas fossem riscadas. E o orçamento fazia jus à espera. No início de sua construção o orçamento Theatro seria, até então, de 464:963\$461 réis, mas ao reutilizar

materiais e adicionar alguns descontos o valor caiu para 414:668\$405 réis (FIGUEIREDO, 1869, Anexos, p. 9). Para comparação, o artigo 3º da Lei nº 40 - de 3 de outubro de 1834 (SENADO FEDERAL, 1834), estabelecia que o salário anual de um Presidente da Província deveria ser de 4 contos (4:000\$000) de réis. Ou seja, seriam necessários aproximadamente 116 anos economizando todo seu salário, para que um Presidente da Província pudesse financiar sozinho o custo total (não descontado) do Theatro da Paz. De repente, 48 anos não parece mais tanto tempo assim.

Como geralmente acontece, um orçamento público tão ‘generoso’ atraiu alguns olhares ‘privados’. A construção do Theatro foi marcada por escândalos de corrupção, mudanças não supervisionadas no projeto original e fraudes. Uma máxima da pesquisadora Roseane Souza, que escreve com detalhes sobre o período, nos ajuda a compreender o cenário caótico sobre o qual se deu a construção do Theatro da Paz: “Desafiando o raciocínio, as obras prosseguiram sem uma planta oficial” (SOUZA, 2009, p. 61).

Graças a essa quase proposital falta de organização, o orçamento destinado ao Theatro teve de ser alterado várias vezes:

- A primeira vez, em 14 de maio de 1870, para o valor de 582:512\$277 réis (SOUZA, 2009, p. 62), ~40% a mais que o valor original descontado.
- A segunda, em 31 de maio de 1871, para o valor de 634:595\$317 réis (SOUZA, 2009, p. 62), ~53% a mais que o valor original descontado.
- Outros gastos menores decorrentes de alterações posteriores elevaram os custos totais a 765:251\$281 réis (SOUZA, 2009, p. 76), ~84% a mais que o valor original descontado.

Ainda assim, apesar do custo elevado, o projeto não era considerado bom, especialmente, considerando os valores orçados. Havia críticas sobre a espessura das paredes, segurança em relação à estrutura feita para suportar o telhado e sobre as diversas infrações de “regras da arquitetura” (SOUZA, 2009, p. 57-60). Tanto que, após concluída sua construção em 1874, a Província não pôde recebê-lo. Instauraram antes um inquérito, que se alongou por 4 anos para investigar as muitas falhas do projeto. A espera, não ficou sem críticas populares. Era dito que o Theatro era “um fato consumado e irremediável” (O LIBERAL DO PARÁ, 1875, p. 2 *apud* SOUZA, 2009, p. 72) e deveria ser recebido “para evitar maior prejuízo à província” (*ibid.*).

Enquanto se investigava quais interesses privados haviam se apropriado do orçamento do Theatro, o local ficou fechado e houve o registro de poucos transeuntes, que, de certo modo, se apropriaram do lugar, antes mesmo que fosse inaugurado.

[...] relatório de fiscalização das obras, em 4 de janeiro de 1877, fez referência à circulação de uns “poucos curiosos” pelo teatro, ocasionando a inclinação das escadas de acesso aos camarotes. Também serviu, em dada situação, de moradia para um sem-teto, um homem com hanseníase, cuja permanência no alpendre durante alguns dias transformou-se num problema político e de polícia. (SOUZA, 2009, p. 81)

Feio, Desjeitoso, Nu e Sem Gosto

Havia grandes expectativas em torno da inauguração do Theatro da Paz, afinal, há anos ele já se projetava como um monumento em meio a Praça Dom Pedro II. É bem possível que graças ao “O Liberal” as notícias dos valores cada vez mais exorbitantes já fossem conhecidas da população, ou, ao menos, dos mais interessados no Theatro. Durante 4 anos, transeuntes que iam do Centro para Nazaré, ou além, viam ao longe sua grande fachada, mas a maioria só podia imaginar como seria por dentro. Porém, finalmente, ao abrir os portões, a primeira impressão não foi das mais positivas, como conta a crônica de José Veríssimo sobre a noite de abertura:

Erão oito horas da noite e os largos corredores, o grande salão, a vasta platéia, os camarotes de todas as ordens estavam cheios, e litteralmente cheios.

As senhoras, as mais bellas e mais distinctas representantes do sexo amavel e amado, as divas do *high life* paraense, arrastavam pelo salão, com negligente elegancia, as longas caudas dos vestidos de seda côr de rosa ou azul claro, ou de velludo côr de sangue enfeitado de setim *gris perle*, e rendas valenciennes da mesma côr; ou ligeiramente encostadas ao balcão dos camarotes pegavam de leve o binoculo de madreperola e passavam rigorosa revista *critics* ás *toillettes* das outras senhoras. (VERÍSSIMO, 1878 *apud* Souza, 2009, p. 204)

No meio d’aquelle luxo, d’aquelle esplendor, só uma cousa era feia, o theatro. Se exteriormente o theatro da Paz é desjeitoso e em contrario a todas as regras da architectura, interiormente é nú, sem arte, sem gosto, sem riquezas, sem luxo. (VERÍSSIMO, 1878 *apud* Souza, 2009, p. 205, grifos são do original)

Feio, “desjeitoso”, nu e sem gosto, a descrição do Theatro da Paz em sua inauguração não é compatível com a experiência que temos hoje, no presente, ao adentrá-lo. Isso se dá porque o Theatro passou por uma série de reformas. Porém, apesar de ter sido recém-inaugurado, quando José Veríssimo adentrou o Theatro, ele apresentava marcas dos 4 anos que passou fechado.



Imagem: Theatro da Paz e sua fachada original. Foto: Desconhecido. Fonte: Baleixe (2017)

Verdadeiramente Encantador

O Theatro da Paz era novo, mas já tinha ares de antigo. Tanto que, logo na primeira metade da década de 1880, o Theatro teve de passar por várias pequenas reformas e correções, que, dado o crescimento vertiginoso que Belém vivia a época, não foram tão onerosos aos cofres públicos (COELHO & MORAES, 2013, p. 37). Porém, apesar da cidade se orgulhar de seu novo Theatro, ainda lhe faltavam muitas coisas, por exemplo, em 1883, o artista José Augusto de Lemos desejava performar um concerto instrumental, entretanto, o Theatro carecia de uma mobília apropriada (COELHO & MORAES, 2013, p. 37-38).

Então, em 1884, foram encomendadas reformas de reparo e manutenção no valor 9:755\$327 réis (COELHO & MORAES, 2013, p. 38) e mais tarde, em 1886, foi elaborado um orçamento de outros 27:802\$552 réis. Esse, sim, bastante impactante aos cofres provinciais, que contavam naquela época com apenas 4 contos (4:000\$000) de réis líquidos (COELHO & MORAES, 2013, p. 40). Essas obras também faziam o Theatro se fechar por alguns períodos e, por consequência, diminuía o fluxo de espetáculos (*ibid.*).

No ano seguinte, 1887, foi firmado outro contrato de reforma⁸¹, dessa vez com a empresa Tavares & C. pelo valor inicialmente planejado de 28:873\$291 réis, que com

81 Não está claro se foi um acréscimo do orçamento anterior, ou se o anterior havia sido cumprido e mais um fora contratado. Minha interpretação do texto de Coelho e Moraes (2013, p. 40) se inclina mais para a segunda interpretação.

adendos e novas solicitações, sem previsão de conclusão, escalou para a singela quantia de 103:120\$539 réis (COELHO & MORAES, 2013, p. 40). Isso é, para efeitos de comparação, aproximadamente $\frac{1}{4}$ do primeiro orçamento (descontado) para a construção do Theatro. É essa a reforma que daria ao Theatro sua face atual, chamada por Souza (SOUZA, 2009, p. 136) de “Primeira Reforma”, ainda que houvesse tido outras de menor relevância. Se em 1878 o Theatro nascia, essa renovação era sua puberdade.

O pintor italiano Domenico de Angelis foi chamado para ilustrar o teto da sala de espetáculos, escolhendo para embelezar o espaço, uma temática de 4 cenas, com a presença de divindades greco-romanas, como Apolo e Ártemis, nas paisagens e matas amazônicas (SOUZA, 2009, p. 143). O Hall de Entrada passou a contar com ladrilhos, que misturavam uma estética portuguesa a motivos marajoara, muiraquitãs e formas que lembram as ‘tangas de cerâmica marajoaras’. Entretanto, talvez a história mais tocante seja a do pano de boca do Theatro.

Crispim do Amaral, nascido em 1858 (CORRÊA, 2017, p. 63), chegou no Pará em 1876, tendo por volta de 18 anos, apenas. Trabalhou como um dos principais cenógrafos da companhia do Snr. Vicente Pontes de Oliveira (COELHO & MORAES, 2013, p. 46), uma das companhias locais mais importantes da época. Era próximo de De Angelis desde 1881; e quando o italiano foi contratado para fazer a pintura de teto do Salão de Espetáculos, contou com Crispim na sua equipe (SOUZA, 2009, p. 149). Após a experiência foi recomendado por De Angelis para entrar na *Accademia di San Luca* e foi admitido! Para custear-se solicitou uma bolsa do governo da Província do Pará, que também foi concedida! (SOUZA, 2009, p. 149)

Em 1886, Crispim recebeu um contrato do Império do Brasil para pintar dois panos de boca e fazer a cenografia do Theatro da Paz, contudo o contrato só foi aprovado em 1889, já próximo do fechar de cortinas do Império (CORRÊA, 2017, p. 57 e 151), enquanto Crispim estava no exterior, com sua bolsa de acadêmico da *Accademia di San Luca*. Por estar distante e precisar de um local de trabalho, “contratou os serviços do ateliê do cenógrafo da Ópera de Paris, Eugène Carpezat.” (SOUZA, 2009, p. 142) Ou seja, Crispim do Amaral, saiu do Brasil com um encargo do Império, mas deveria retorná-lo à República.

Não se sabe o quanto do pano de boca já estava pintado no dia 15 de novembro de 1889, quando caiu o Império Brasileiro, mas Crispim parece ter sido ágil em adaptar o trabalho, pois retornou para o Pará com um pano de boca intitulado Alegoria à República. A

peça causou revolta à elite na época, não porque eram monarquistas, mas sim porque a figura central da peça não era uma pessoa branca.

Victor Maria da Silva relembrou, em relatório de 1939, do “estado de revolta” que a pintura causou, pois nela se via que “o portador do pavilhão nacional é um genuíno moreno. Esta composição – gaulesa – impõe tanta revolta ao civismo nacional que por tantas vezes tem sido vivamente vaiada” (SILVA, 2009, p. 169)

Crispim, um artista “mulato” (SOUZA, 2009, p. 168), escolheu que a noção de República que estamparia um dos maiores teatros do país não seria branca, mas sim composta de muitas cores.

Com suas reformas, o Theatro ganhou beleza, ganhou potência e conquistou uma capacidade de encanto que rivaliza apenas aquelas dos botos, das mães d’água e das karuãnas⁸², o que foi reconhecido na época, afinal, a crônica de sua re-estreia, é bastante diferente da anterior, porque “radicalmente reformado na sua estrutura estética, [...] **o Teatro da Paz está verdadeiramente encantador.**” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1905 apud COELHO & MORAES, 2013 p. 85)



Imagem: Theatro da Paz, em algum momento do séc. XX, após a reforma. Cartão Postal. Foto: Desconhecido.
Fonte: IBGE, 19??

⁸² Seres ditos encantados, que em muitas narrativas detém o poder de seduzir, ou encantar, os seres humanos e levá-los para seus encantos, outros mundos que existem no fundo dos rios.

O corpo do Theatro da Paz estava, agora, apropriado às populações amazônidas.

Histórias de Visagem

Não é um mistério que hoje em dia os Theatros não tenham mais a centralidade que tinham antigamente. Muitas de suas funções, especialmente a de expressões políticas, palco de comícios e protestos, foi substituída pelas telas que carregamos nos bolsos. Com isso, não digo que perderam importância, mas sim que passaram a ocupar outro lugar na vida e no imaginário das pessoas.

A reportagem sobre as visagens do Theatro que anexei no começo, indica o registro mais antigo de contação deste tipo de histórias que encontrei relacionada ao Theatro da Paz. É bastante provável, entretanto, que essas narrativas antecedam em muito tempo a sua documentação. Pelo que pude ouvir nos corredores, ainda são rememorados casos da época de Waldemar Henrique, que faleceu em 1995, mas infelizmente, não pude ouvir quais seriam essas histórias específicas. Bom, na impossibilidade de lhes contar sobre a primeira história de visagem do Theatro, eu posso ao menos contar a primeira que escutei, visto que ela demonstra um dos modos de apropriação contemporânea do espaço. Um modo de apropriação que não coloca os atores, atrizes, maestros ou cantores em cena, mas sim, os funcionários do Theatro, aquelas pessoas que fazem com que os espetáculos sejam possíveis.

O caso fala de um dos períodos mais visagentos do Theatro da Paz. Era 2021, e o Senhor Brand era inspetor de segurança do Theatro. Como tal, ele era responsável pelo turno dos vigilantes, especialmente nos horários noturnos. Para alertar os vigilantes de seus horários, o Sr. Brand saía caminhando pelos corredores do Theatro da Paz, batendo seu molho de chaves, em placas de metal, que ressoavam num estridente: “BAM! BAM! BAM!”. Ao ouvir o som, os vigilantes que estivessem em ronda sabiam que poderiam descansar; os que estavam descansando iriam para a portaria; e quem estivesse na portaria, subiria os longos degraus para começar sua ronda.

Durante uma reforma, uma ferramenta contra incêndio do Theatro foi, temporariamente, perdida. Dizem que o Sr. Brand era excessivamente zeloso com o patrimônio do ‘da Paz’ e ficou muito ansioso com o sumiço da chave. Combinou-se a ansiedade, os problemas do coração, que tinha o Sr. Brand, com o agravante que havia há pouco, parado, por conta própria, de tomar os remédios.

O Sr. Brand sofreu de um infarto, ainda no Theatro, e morreu a caminho do hospital.

Nos dias que se passaram, pessoas que ainda não sabiam da morte do Sr. Brand contam terem sido recepcionadas por ele, que as levou até as novas salas, onde funcionavam provisoriamente os setores do Theatro, por conta da reforma. E... durante a noite, os vigilantes voltaram a escutar: “BAM! BAM! BAM!”. O, agora, agourento barulho de metal contra metal, que alertava para a visagem do Sr. Brand.

Isso causou problemas no Theatro, pois os vigilantes não ficaram felizes de ser assombrados pelo ex-chefe. Muitos pediram para mudar de horário e alguns se recusavam a trabalhar a noite. A situação estava ficando tensa, até que um dia, durante a reforma, foram trocar o carpete da sala do elevador, um dos lugares mais afastados e discretos do Theatro. Sob o carpete encontraram, escondida, a carteira do Sr. Brand, com documentos, crachá, carteirinha de saúde e cartões de crédito.

Todos os interlocutores me contaram, que quando a carteira foi devolvida à viúva, diminuiu-se a frequência com a qual a visagem do Sr. Brand se manifestava. Diminuiu, porque ele nunca desapareceu de verdade e até hoje pessoas que nunca o conheceram relatam terem visto sua visagem nos corredores do Theatro. Eternamente zelando pelo monumento.

Outros Lugares

O Theatro da Paz não é o único teatro assombrado do Brasil, em 1950, Gilberto Freyre (2015 [1950]), já descrevia uma assombração de turba do Teatro Santa Isabel. Em dezembro de 2023, pude conversar com atores de uma companhia de teatro de Manaus (quando faziam um espetáculo em Belo Horizonte), que me garantiram que tinham muitas histórias de visagem no Teatro Amazônia e que, segundo uma das atrizes, “É tudo verdade, viu?”.

Todavia, um lugar que pude conhecer e colhi histórias pessoalmente, além do Theatro da Paz, foi o Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O encontrei de surpresa, quando saí de uma visita à Biblioteca Nacional. Primeiro encontrei a entrada lateral de funcionários, não muito diferente da que há no Theatro da Paz. Me apresentei para o funcionário, disse que era arqueólogo, pesquisador, fazia mestrado e perguntei o mais importante... se lá havia histórias de assombração⁸³. O recepcionista pareceu feliz em me contar que ele mesmo experienciou um caso e me disse que algumas noites por ano acontece um passeio noturno no Theatro Municipal para contar essas histórias.

83 Não há o registro de uso comum do termo *visagem* no Rio de Janeiro, a categoria nativa para fenômenos similares na capital fluminense é, aparentemente, fantasma ou assombração.

Era um caso simples, que ele me contou, de um fantasma que foi captado pelas câmeras de segurança. Porém, assim como acontece em Belém, esses casos assombrosos acabam por vezes indo parar nas páginas de jornais. Por exemplo, na matéria “*Os Fantasma do Theatro Municipal do Rio*”, da redação da Agenda Bafafá (2021), ou até mesmo do O Globo (DIAS, 2022), que até menciona o passeio assombrado, “*Um Rio de assustar: veja o roteiro das belezas ‘sobrenaturais’ que assombram os cariocas*”, e conta com um depoimento que, se relaciona com o período mais visagento do Theatro da Paz, quando se passa a narrativa do Sr. Brand.

— É mais comum do que as pessoas pensam. Depois que o prédio ficou um tempo fechado, por causa da pandemia, senti que houve um aumento significativo nas aparições — conta o servidor, que dá expediente no Municipal há quase três décadas. (DIAS, 2022)

Ou seja, não é só na Amazônia que o isolamento social dos teatros provoca visagens e assombrações. Mostrando que a contação de histórias assombrosas, sobre teatros, é uma alternativa de apropriação, de exercício de afetos e memórias, especialmente quando a ocupação do espaço é, por algum motivo, limitada.

Bibliografia

BALEIXE, Haroldo. **Belém antiga — fotos do acervo digital de Antônio Sales**: 2017. Disponível em: <https://haroldobaleixe.blogspot.com/2010/04/belem-antiga-fotos-do-acervo-digital-de.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

COELHO, Alan Watrin; MORAES, Fabiano Bastos. O Palco por Excelência: O Theatro da Paz. In: LIMA, Rosário; FERNANDES, Paulo Chaves (org.). **Theatro da Paz**. Belém: Secult, 2013

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 3 de maio de 1905 *apud* COELHO, Alan Watrin; MORAES, Fabiano Bastos. O Palco por Excelência: O Theatro da Paz. In: LIMA, Rosário; FERNANDES, Paulo Chaves (org.). **Theatro da Paz**. Belém: Secult, 2013, p. 85

Funcionários declaram amor ao da Paz. **O Liberal**, 15 fev. 2004. Cartaz, p. 7. *apud* COELHO, Alan Watrin; MORAES, Fabiano Bastos. O Palco por Excelência: O Theatro da Paz. In: LIMA, Rosário; FERNANDES, Paulo Chaves (org.). **Theatro da Paz**. Belém: Secult, 2013. p. 11–122.

MENDONÇA, Isabel. António José Landi (1713/1791): um artista entre dois continentes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 527 *apud* COELHO, Alan Watrin; MORAES, Fabiano Bastos. O Palco por Excelência: O Theatro da Paz. In: LIMA, Rosário; FERNANDES, Paulo Chaves (org.). **Theatro da Paz**. Belém: Secult, 2013. p. 11–122.

TENTEIRO, 1855, *apud* COELHO, Alan Watrin; MORAES, Fabiano Bastos. O Palco por Excelência: O Theatro da Paz. In: LIMA, Rosário; FERNANDES, Paulo Chaves (org.). **Theatro da Paz**. Belém: Secult, 2013. p. 23

CORREIA, Denise Avelino. **Alegoria da República : O pano de boca da sala de espetáculos do Theatro da Paz (1890) e a representação da nação paraense republicana**. 2017. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/jspui/handle/11600/49921>. Acesso em: 30 maio. 2023.

DIAS, Carmélio. Um Rio de assustar: veja o roteiro das belezas “sobrenaturais” que assombram os cariocas. **O Globo**, [S. l.], 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/09/um-rio-de-assustar-veja-o-roteiro-das-belezas-sobrenaturais-que-assombram-os-cariocas.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2024.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: A Revolução Popular da Amazônia**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1985.

FIGUEIREDO, Conselheiro José Bento da Cunha. **Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Presidente da Província Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo entregou a administração da Província do Gram – Pará ao Excellentíssimo Senhor 2º Vice – Presidente Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães em 16 de maio de 1869 – Obras Raras Acervo Digital**. Pará: Diário do Gram-Pará, 1869.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas : 1825 a 1829**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. [1828]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188906>. Acesso em: 6 ago. 2024.

FREYRE, Gilberto. **Assombrações do Recife Velho**. Rio de Janeiro: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

IBGE. IBGE - Detalhes - [Theatro] da Paz: Belém (PA). **Ibge.gov.br**, 19??. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=443415>. Acesso em: 26 ago. 2024. Foto: 1 cartão postal

MEDEIROS, Thiago Gomes. **Entre cartas e escritos: a trajetória do Padre Gabriel Malagrida e o Seminário Jesuíta da Parahyba (Séculos XVII e XVIII)**. 2017. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11881?locale=pt_BR. Acesso em: 27 jun. 2023.

REDAÇÃO AGENDA BAFAFÁ. Os fantasmas do Theatro Municipal do Rio. **Agenda Bafafá**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://bafafa.com.br/turismo/historias-do-rio/os-fantasmas-do-theatro-municipal-do-rio>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SALLES, Vicente. **A Música e o Tempo no Grão-Pará**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1980. p. 424

SALLES, Vicente. **Épocas do teatro no Grão-Pará, ou, apresentação do teatro de época**. Belém: UFPA, 1994. v. 1 e 2 p. 531 Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/45>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SANTOS, Fabricio Lyrio. A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto. **Revista de História (São Paulo)**, [S. l.], n. 170, p. 233–260, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i170p233-260>. Acesso em: 2 ago. 2023.

SENADO FEDERAL. Lei nº 40 - de 3 de outubro de 1834 **Senado.leg.br**, 1834. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/540900/publicacao/15772936>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOUZA, Roseane. **Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma - Belém do Grão-Pará (1869-1890)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13139>. Acesso em: 30 maio. 2023.

CASTRO, Fábio F. de. Cartografias da modernidade de Belém. In: Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões postais. 2. ed. ver. aum. Belém: Secult, 1998. p. 24 *apud* SOUZA, Roseane. **Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma - Belém do Grão-Pará (1869-1890)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 50-51

O LIBERAL DO PARÁ, 8 jul. 1875, p. 2 *apud* SOUZA, Roseane. **Histórias invisíveis do Teatro da Paz: da construção à primeira reforma - Belém do Grão-Pará (1869-1890)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009, p. 72

INCLUSÃO: UM OLHAR E UMA ACEITAÇÃO

Manuelle de Souza Costa Vieira⁸⁴

Jeane Cleide Bernardino Nascimento⁸⁵

Dilton Luiz Soares de Farias

Mariana Pinheiro do Nascimento

Suelene Gonçalves Silva

RESUMO

Este artigo aborda a inclusão como um direito fundamental, necessário para combater as desigualdades sociais e a exclusão de indivíduos, especialmente aqueles com deficiência, em diversos contextos. Analisa as políticas públicas brasileiras e o papel da educação inclusiva na formação de uma sociedade mais justa e igualitária. A partir de uma reflexão sobre os conceitos de inclusão e aceitação, o artigo destaca a importância da adaptação pedagógica e da parceria entre escola e família para garantir a participação efetiva de todos os estudantes. Em sua análise, são apresentados os avanços e desafios da educação inclusiva no Brasil, com base em estudos e marcos legais, como a Declaração de Salamanca (1994) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Portanto, a educação inclusiva deve ser encarada como um movimento contínuo de transformação, onde se busca não apenas integrar, mas, principalmente, promover uma convivência rica em diversidade e uma convivência mais justa e igualitária.

Palavras-Chave: Inclusão, educação inclusiva, deficiência, políticas públicas, aceitação, educação brasileira.

84 Manuelle Costa : Escritora de livro infantil, intérprete de Libras e proponente do Ponto Cultural Cia. Teatro da Manu. Email- manucuradoria@gmail.com.

85 Jeane Cleide: Docente em efetivo exercício, no Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Pará(IFPA), nas disciplinas Inglês e Português.

INTRODUÇÃO

A inclusão social e educacional é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Para que a inclusão aconteça de forma efetiva, é essencial refletir sobre os mecanismos que levam à exclusão, que frequentemente estão associados a fatores como raça, etnia, sexo, deficiência, entre outros. A Constituição Brasileira, em seu Art. 3º, estabelece objetivos que visam erradicar a pobreza, reduzir desigualdades sociais e promover o bem-estar de todos, sem discriminação. O processo de inclusão, no entanto, vai além da simples aceitação da presença de indivíduos em ambientes sociais e educacionais; ele envolve uma mudança na visão de mundo e nas práticas sociais e pedagógicas, a fim de garantir o direito à participação plena de todos os indivíduos.

Este artigo visa analisar a inclusão educacional, refletindo sobre os avanços e desafios da educação inclusiva no Brasil, com foco nas políticas públicas, práticas pedagógicas e o papel crucial da parceria entre escola e família.

INCLUSÃO E EXCLUSÃO JUNTAS LADO A LADO.

Para compreender a inclusão deve-se olhar preliminarmente a desigualdade e a exclusão, que pode decorrer de vários fatores, tais como: raça, cor, etnia, nacionalidade, religião, sexo, dentre outros. Cada um desses fatores pode levar as pessoas a sofrerem algum tipo de discriminação. E isso fere a constituição em seu Art. 3º que traz os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.

Em dias atuais, podemos perceber a exclusão na sociedade de várias formas e em vários momentos, envolvendo crianças, jovens, adultos e mesmo pessoas mais maduras, suas raízes podem estar relacionadas a falta de políticas públicas, ausência de uma educação inclusiva, pobreza, moradia imprópria, doenças crônicas, desemprego e outros.

Por isso, temos que trabalhar antes do contexto exterior, o nosso interior, nossos valores e nossa visão de mundo. Nessa perspectiva, do olhar e da aceitação, podemos dizer que a inclusão está presente nas atitudes de aceitação, diálogo, respeito, empatia e valorização das diferenças do outro. Ela torna-se mais atraente quando as pessoas que sofrem preconceitos

são conduzidas em direção à inclusão e tornam-se parte integrada no contexto social. Por isso, ela está acima do espaço físico, classes sociais, financeiras e educacionais.

De acordo com Sassaki (1997, p. 164):

Uma sociedade inclusiva vai além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Através dos jornais e internet, vários exemplos trágicos que reforçam a exclusão e até levam à eliminação daqueles que são diferentes. É necessário afirmar que a diversidade humana também é um direito constitucional que deve ser visto como fator de crescimento, enriquecimento do grupo, pluralidade, abertura de horizonte e contribuição na formação de pessoas com visão de mundo mais holística.

Podemos destacar o Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, implementado em 2003, com o objetivo de atender com qualidade e incluir nas classes comuns de ensino regular estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superlotação, além de apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos.

E isso nos faz refletir sobre a evolução da inclusão ao longo do tempo. Antigamente, as pessoas ocultavam os deficientes em casa porque os achavam diferentes e isso não lhes possibilitava desenvolvimento tanto social como educacional, além de ser visto socialmente, como elemento de vergonha por terem gerado uma pessoa com deficiência.

O professor Paulo Ross da Universidade Federal do Paraná (UFPR), doutor em Educação Especial, traz um conceito muito pertinente a respeito das adaptações que as escolas precisam fazer para receber as pessoas com deficiência, segundo ele “antes de rampas físicas, as escolas precisam construir rampas pedagógicas”. A acessibilidade nos espaços físicos escolares é importante, porém, preliminarmente deve-se elaborar propostas pedagógicas que possibilitem a participação com qualidade de Pessoas com Deficiências – PcD’s no processo de ensino-aprendizagem e socialização.

Ainda se tratando de educação inclusiva, Budel & Meier (2012), é necessário ter em mente que incluir vai além de matricular o aluno na escola. É repensar sobre as práticas pedagógicas, metodologias e planejamento do conteúdo escolar para adaptar os alunos que não conseguem atingir a meta de aprendizagem da turma ou não conseguem desenvolver, da mesma forma. Os autores complementam que incluir é repensar no currículo, avaliar como os alunos vêm se desenvolvendo, modificar se necessário, ou seja, é um processo que deve estar em constante modificação e adaptação.

1.2 Negligência do Olhar para a inclusão.

Por outro lado, a negligência e o nosso olhar e nossa aceitação ao conhecimento a pessoas com deficiência é como se apresentasse a elas um rio bem de longe e maravilhoso com suas águas bem claras e tranquilas, cristalinas, e as fosse apresentada como “EDUCAÇÃO” e não as permitisse entrar por causa de sua deficiência. Essa limitação que colocamos a pessoas com deficiência, reflete uma perda muito grande para a sociedade como um todo, uma vez que ela perde a chance de crescer com a diversidade, e por conseguinte, não busca formas e metodologia para desenvolvimento de pessoas NEE (necessidades Especiais Educacionais) e assim ela não constroi grandes e diversificados representantes da arte, música, esporte e outras áreas. Por esse fato a educação também deve ser inclusiva e buscar o desenvolvimento global.

A metáfora apresentada no trecho faz uma analogia importante ao refletir sobre a forma como a sociedade exclui as pessoas com deficiência do acesso pleno ao conhecimento e à educação. Quando comparado a um rio maravilhoso e cristalino, o conhecimento é mostrado como algo atraente, acessível e desejado, mas, ao mesmo tempo, ele é negado às pessoas com deficiência, que ficam à margem, impedidas de entrar devido a barreiras sociais, físicas e pedagógicas. Essa exclusão, ainda que muitas vezes não seja explícita, resulta em uma grande perda para a sociedade, que deixa de se beneficiar das potencialidades dessas pessoas.

O conceito central desse trecho é que ao não permitir que pessoas com deficiência participem ativamente da educação e do desenvolvimento cultural, a sociedade limita seu próprio crescimento. Isso porque a diversidade, longe de ser um obstáculo, é um fator de enriquecimento, capaz de impulsionar o avanço em diversas áreas, como arte, música, esporte e ciência. A falta de inclusão educacional priva não apenas os indivíduos com deficiência de

suas oportunidades de desenvolvimento, mas também a coletividade, que perde a chance de se beneficiar do talento e da criatividade dessas pessoas.

A educação inclusiva, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia para o progresso global. Quando a educação acolhe a diversidade, ela cria um ambiente mais enriquecedor, no qual todas as pessoas têm a chance de contribuir com suas habilidades e perspectivas únicas. O sistema educacional deve, portanto, ser projetado para incluir todas as pessoas, sem exceção, a fim de oportunizar e garantir um desenvolvimento verdadeiramente completo e sustentável.

1. PAPEL DA FAMÍLIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PEDAGÓGICO.

Em um breve conceito jurídico, família é uma forma de entidade que se pode considerar desde uma concepção tradicional a partir de um casamento, até a moderna concepção de família unipessoal, união estável, família monoparental, anaparental (BAPTISTA, 2014).

Porém, é necessário entender que independentemente das configurações de família, todas assumem um papel importante no processo de construção da autonomia e empoderamento da pessoa com deficiência, para que cada vez mais conquistem espaços para debates e na direção de se assegurar a garantia de direitos.

Como consta nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, “a educação é o alicerce de maior importância no desenvolvimento da vida social. Ela possibilita a transmissão e amplia a cultura, estimula o exercício da cidadania, edifica saberes para o mundo do trabalho”. E para além disso, ela é capaz de expandir as margens da liberdade humana e o respeito pelos direitos humanos, à medida que a relação pedagógica adote, como compromisso e horizonte ético-político, a dependência recíproca e a emancipação”.

De acordo com a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente, as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias, e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico.

Precisamos estabelecer os papéis pertencentes a cada entidade, cabe a família estimular o comportamento do estudante nos filhos, mostrando interesse no que eles aprendem. Já a escola complementa isso, oferecendo conteúdos e formação educacional.

As pesquisas e estudos de Vasconcelos (1989) nos mostram que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família e muitos pais chegam até mesmo a passar toda responsabilidade para a escola. Em determinadas situações, as escolas cobram dessas famílias, cuidados e orientações que vão além das possibilidades que elas possuem, devido a vários fatores como escolarização, formação entre outros.

As famílias necessitam de atenção e orientação, quanto aos desafios que terão de superar, no cuidado e estímulo à escolarização de seus entes queridos que são PcD's, na busca por uma vida com qualidade e autonomia, construindo um futuro como profissionais que mostram para a sociedade que deficiência não é sinônimo de incapacidade de produtividade.

Quando abordamos sobre família, destacamos a importância de compartilhar as responsabilidades e a necessidade da interação família e escola, ao que tange o processo formativo, ético e cidadão dos seus filhos, buscando não apenas possibilidades, como também oportunizando o crescimento e autonomia, gerando assim, educação compartilhada dos responsáveis pelo processo educacional, respeitando as especificidades que lhe cabem.

A família, assim como a escola, deve garantir que a aprendizagem aconteça de uma maneira inclusiva. Esse entendimento possibilita que profissionais da educação e família deem o primeiro passo para que essa ação conjunta aconteça de maneira efetiva. Esse processo de aproximação da família e escola, garante qualidade na interação dos processos necessários para o desenvolvimento educacional.

Importante lembrar que o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, assinada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994) na conferência mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

Não podemos esquecer que além de Salamanca, o Brasil também participou de muitos outros momentos internacionais, reafirmando seu compromisso com educação, como por exemplo A convenção da Guatemala em 1999, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2009, além de ter participado do Fórum Mundial de Educação, em

Incheon, na Coreia do Sul, e assinou a sua declaração final, se comprometendo com uma agenda conjunta por uma educação de qualidade e inclusiva. E assim fazer valer o compromisso da família com o Estado Brasileiro na promoção da educação inclusiva.

A família, independentemente de sua formação, é indispensável no processo educacional, é quem melhor percebe a criança, pois acompanhou todo seu desenvolvimento desde o seu nascimento. Para Petean e Borges (2002), a participação da família promove o desenvolvimento da criança e atua como agente mediador entre a escola e o meio social.

2. INCLUSÃO: ESCOLA DE TODOS E PARA TODOS?

Ao examinar a educação da forma que se apresenta em dias atuais no Brasil, pode-se observar que infelizmente a grande maioria das escolas não atendem às necessidades pedagógicas de todos os alunos. Sabe-se que cada ser humano tem uma especificidade, e pessoas com deficiência necessitam de vivenciar diversas metodologias para proporcionar condições adequadas de aprendizagem.

Com tudo isso que foi abordado, vale ressaltar que a educação inclusiva é tema constante de políticas educacionais e pode evidenciar tal situação nas propostas e ações governamentais, nos discursos políticos e nos projetos pedagógicos, conforme afirma Buenos (2008). Entretanto, para que a inclusão escolar de alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) ocorra de forma efetiva, não basta inseri-los num ambiente escolar, é preciso oportunizar com diversidades de metodologias o processo de ensino-aprendizagem.

Conviver com essas diversidades e buscar variadas metodologias para o fortalecimento do processo de ensino- aprendizagem, algumas escolas por sua vez, apresenta-se despreparada não somente de forma técnica, pedagógica, emocional, afetiva e de aceitação, mas também falta de apoio do governo em todas as modalidades de ensino, desde séries iniciais até as universidades.

Vale ressaltar o grande avanço e apoio que a Declaração de Salamanca (1994) que ocorreu na Conferência Mundial sobre Educação Especial pois, foi um marco fundamental para inclusão escolar, que é derivada da preocupação com a oferta da “escola para todos” e sua finalidade era “estabelecer princípios, diretrizes e marco de ação para que todas as crianças do mundo pudessem ter satisfeitas as necessidades básicas de aprendizagem” (BUENO, 2008, p. 46-47). Assim, o público alvo das políticas de inclusão, apontado pela Declaração de Salamanca, é abrangente e engloba não apenas pessoas com deficiência mas

crianças nas ruas, marginalizadas ou excluídas. Segundo Corde (1994, p.17-18), as políticas de inclusão contemplam as seguintes pessoas:

[...] crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Dessa forma, a educação inclusiva impõe a necessidade das escolas, de todos os níveis de ensino, rever sua organização, seus critérios de aprovação e reprovação, programas e especialmente, a formação dos profissionais que a conduzem. Para que esses busquem diminuir práticas rotineiras de segregação e discriminação e oportunizar possibilidades adequadas de aprendizagem e participação para aqueles indivíduos que durante o processo histórico da humanidade foram excluídos. Porém, essa declaração de Salamanca, proclama que os alunos com necessidades educacionais devem ter acesso ao ensino regular, que todas as atitudes discriminatórias devem ser combatidas no espaço escolar e, ainda, que as escolas devem incluir ou “acomodar todas as crianças independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Unesco, 1998).

Atualmente, no sistema educacional brasileiro está vigorando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, fixada no documento entregue ao Ministério da Educação (MEC) em 7 de janeiro de 2008 e que defende o “movimento mundial pela inclusão, constituído numa ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Brasil 2008).

Com tudo isso que foi abordado, a educação não pode ser vista como mero instrumento de promoção social ou como apenas uma ideologia de igualdade, mas sim como um instrumento de preparação de ações e adaptações pedagógicas que serão desenvolvidas de forma global.

3.1.1.1 Compartilhamento de algumas experiências inclusivas no olhar e nas experiências.

A ilustração apresenta atividade relacionada com meio ambiente e inclusão num contexto de acessibilidade e sustentabilidade.

Na Figura 1, apresenta-se na equoterapia Castanhal- atuava como pedagoga da equoterapia.

Figura 1 — Distribuição da equoterapia Castanhal em uma entrevista a rede televisão local, link: <https://youtu.be/zupNNIHVHZM>



Fonte: Televisão Local SBT, Castanhal (2016).

3. CONCLUSÃO

A inclusão, quando analisada sob a perspectiva da educação e da sociedade, revela-se não apenas como um direito, mas também como uma necessidade para o desenvolvimento coletivo e individual. O processo de inclusão vai além da simples inserção de indivíduos com deficiência no ambiente escolar; ele envolve uma transformação profunda na forma como a sociedade encara as diferenças, promovendo atitudes de aceitação, respeito e valorização da diversidade. Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que se articule uma educação que contemple as necessidades específicas de cada aluno, adaptando-se às suas condições e garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e participação social.

A negligência em proporcionar essa inclusão representa uma perda não apenas para os indivíduos excluídos, mas para a sociedade como um todo, que deixa de aproveitar os potenciais e contribuições dessas pessoas. As políticas públicas, as práticas pedagógicas e o comprometimento de todos os envolvidos — escola, família e sociedade — são essenciais para a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos possam desenvolver seu potencial máximo.

Portanto, a educação inclusiva deve ser encarada como um movimento contínuo de transformação, onde se busca não apenas integrar, mas, principalmente, promover uma convivência rica em diversidade e uma convivência mais justa e igualitária. Para que isso

aconteça, é preciso repensar as estruturas educacionais, os valores sociais e as práticas pedagógicas, assegurando que a inclusão seja uma realidade acessível a todos. A inclusão é, sem dúvida, um caminho para uma sociedade mais justa, diversa e verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

ASSENCIO- FERREIRA, VJ. **O que todo professor precisa saber sobre neurologia**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2005.

AJURIAGUERRA, J. Las Psicosis Infantiles **In: Manual de Psiquiatria Infantil**. 4ª Ed. Barcelona: Toray-Masson, 1991. p. 673-731.

BAPTISTA, Silvio Neves. **Manual de direito de família**. 3. ed. Recife: Bagaço, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação Cultura e Desportos. **Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional**, nº. 9396/1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 4/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009. Disponível no site: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em dezembro de 2016.

BEYER, H. O. **A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. *Cadernos de Educação Especial*. Santa Maria, nº22, 2003. Disponível em <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2003>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

BERLUCCHI, G. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto alegre: Cedi, 2008. Disponível em: <[http://www.assistiva.com.br/Introdução%20 Rita%20Bersch.pdf](http://www.assistiva.com.br/Introdução%20Rita%20Bersch.pdf)>. Acesso em: 28mar.2019.

BERCH, R. The origin. **Of the term plasticity in the neurosciences**: Ernesto Lugaro and chemical synaptic transmission. *Hist Neurosci*, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICS. **Estimativas de população**. Rio de Janeiro, c2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 6 abr. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Calendário 2018**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://ifce.edu.br/comunicacao-social/calendarios/calendario-2018.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2018.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WITTER, G. P. O ambiente acadêmico como fonte de produção científica. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 22-26, jan./jun. 1996.

INCLUSÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA SURDA: PARA O MUNICÍPIO DO ACARÁ

Manuelle de Souza Costa Vieira⁸⁶

Antônio Francisco de Almeida Maciel⁸⁷

Admilton Ribeiro Lima⁸⁸

RESUMO

Existe uma carência de prática da Língua de Sinais no município do Acará, nordeste paraense; os surdos quase não interagem, ficando segregados em seus próprios lares. Essa comunidade necessita de ofertas de cursos para a aprendizagem da referida língua, e assim, amenizar o problema da exclusão dos surdos. Este projeto visa suprir tais lacunas, favorecendo uma formação inicial na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – para a população em geral, tanto na cidade do Acará atendendo também alguns alunos da zona rural. Tais práticas inclusivas serão realizadas numa parceria com o CENI - Centro de Idiomas – do IFPA-Castanhal, os proponentes são os professores Manuelle Costa e Antônio Francisco de Almeida Maciel, do IFPA/Castanhal.

Palavras-Chave: Inclusão, educação inclusiva, libras, surdos, aceitação, Acará.

86 Manuelle Costa: Escritora de livro infantil, intérprete de Libras e proponente do Ponto Cultural Cia. Teatro da Manu. Email: manucuradoria@gmail.com.

87 Dr. Antônio Francisco de Almeida Maciel em efetivo do Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Pará (IFPA). Email: chiquinhotaruma@gmail.com.

88 Admilton Ribeiro de Lima – Produtor Cultural e responsável pelo Ponto Cultural Miriã – Tecnólogo em Engenharia de Alimentos.. Email: opencursoseventos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o direito à formação inclusiva em Língua Brasileira de Sinais é garantido pela lei 10.436, em 24 de abril de 2002, a qual a reconheceu como um meio legal de comunicação e expressão dos surdos é considerada segunda língua, regulamentada pelo decreto 5.626 de 22/02/2005. A partir desse decreto, as instituições privadas e públicas dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal e do Distrito Federal buscam implementar as medidas cabíveis para assegurar aos alunos surdos a comunicação, a informação e a educação. No contexto atual, tem-se alcançado algumas conquistas, mas ainda há muito o que avançar em relação a tais assegurações para as pessoas surdas, como por exemplo: o acesso à aprendizagem de LIBRAS em algumas comunidades, aqui trataremos sobre a cidade do Acará e algumas cidades zonas rurais, pois o município é pequeno mas é extensivo.

Diante disso surge a inquietação: Como promover o conhecimento inicial da Língua brasileira de sinais – LIBRAS – e a cultura da inclusão para o Acará? É necessário criar oportunidades para que os membros dessas comunidades estejam inseridos na comunicação, uma das formas é ofertar cursos a população não surda para que possa dominar a língua, e assim buscar a inclusão. Para isso, pensou-se em ofertar formação inicial em Libras e inclusão, para estudantes universitários, profissionais e pessoas interessadas, em comunidades rurais e urbana do município do Acará, no intuito de fortalecer o grupo de integração e inclusão social. A troca de conhecimentos entre surdos e ouvintes favorece a comunidade como um todo, tendo em vista que pessoas surdas possuem uma visão espacial e o ouvinte uma percepção oral auditiva. Essa troca de saberes permite o contato com dialetos da língua de sinais de diferentes regiões, compartilhamentos de experiências do meio social e descoberta de sinais específicos da cultura local.

O mais agravante do contingente surdo do município do Acará, tanto da zona urbana quanto rural, é que além de segregados em seus domicílios, praticamente inexistem ambientes de atendimento para o ensino de LIBRAS. Acredita-se que a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais possibilitará uma melhor comunicação entre as pessoas pertencentes às comunidades. Outrossim, trará benefícios acadêmicos como relato de experiência e descobertas de variação linguística e glossário, cadernos técnicos e valorização da identidade e cultura local.

CITAÇÃO

“Desde a Antiguidade até próximo do século XV, é conhecido como um período de extermínio. As pessoas que nasciam com deficiência eram condenadas à morte. No mundo greco-romano, a valorização da força armada e exércitos militares garantiam a riqueza e, consequentemente a sua manutenção, o domínio de territórios, além da escravização dos povos derrotados” (ENGELS, 2002).

Segundo o autor, o indivíduo que não correspondesse a esse padrão, era considerado socialmente inútil. Aqueles que nasciam com alguma deformidade, incapacidade de falar, de enxergar ou de ouvir, significavam custos sociais, por essa razão, eram exterminados. A ação pode ser confirmada por Stobaus e Mosquera (2003, p. 16).

“Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.”

Deduzimos da citação que pessoas que nascessem com deficiência representavam uma ameaça para a sociedade; por serem consideradas incapazes, se não apresentassem a força de trabalho esperada socialmente, eram abatidos como os animais inúteis. A surdez, a exemplo de outras deficiências, era encarada como castigo dos deuses. Os surdos sofreram toda sorte de preconceitos. Vistos como incompetentes, sequer tinham o direito a uma vida digna; eram impedidos de casar-se, adquirir bens, de ter um emprego, inclusive de receber heranças.

Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), citado por Guarinello (2007, p. 19), “as pessoas surdas não sabiam falar, nem expressar palavras; isso as impedia de ter consciência como as pessoas ouvintes”. Portanto, para o filósofo, a ausência da audição era um impedimento para o aprendizado, ou seja, os surdos não eram pessoas possíveis de serem treinadas. Esse preconceito permaneceu inquestionável por muitos anos.

A partir do século XVI, a questão relativa à surdez passa por algumas modificações; surgem os primeiros interesses pela educação. As pessoas surdas começam a sair do anonimato, a ocupar lugares na sociedade e a serem reconhecidos socialmente. Nesse contexto, Sacks (1998, p. 34-35) destaca: “Esse período que agora se afigura como uma espécie de era duradoura na história dos surdos, marcou o rápido estabelecimento de escolas

para surdos, geralmente mantidas por professores surdos, em todo mundo civilizado, a emergência dos surdos na obscuridade e da negligência, sua emancipação e aquisição de cidadania e seu rápido surgimento”.

Aos poucos, os surdos passaram a ter a oportunidade de se tornarem professores, filósofos, a ocupar o mercado de trabalho, demonstrando capacidade e habilidades, retirando o foco da deficiência, evidenciando potencial para ensinar e para aprender.

O processo foi interrompido com o Congresso de Milão, ocorrido no período de 06 a 11 de setembro de 1880, na Itália. Participaram Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Suécia e Rússia, com aproximadamente cento e oitenta e duas pessoas, na sua maioria, ouvintes. O objetivo desse evento foi discutir acerca da educação surda, uma vez que a língua falada era superior à língua gestual, que era considerada um retrocesso na evolução da linguagem. Por sua vez, os organizadores tentavam garantir a supremacia e hegemonia do Oralismo (SILVA, 2006), o que aconteceu.

Houve a ascensão da oralidade e a decadência da Língua de Sinais. O oralismo se declara suficiente para os surdos, em 1911. Como já dito anteriormente, muitos surdos haviam saído do anonimato e já ocupavam cargos de destaque na sociedade, principalmente como professores nas escolas para surdos. A partir de então, retornam, para a invisibilidade (LACERDA, 1998).

O fortalecimento do oralismo apresenta bases na visão clínico-terapêutica, já dita desde o início da história dos Surdos. Um dos grandes estudiosos da área, Skliar (1997), assevera que o modelo clínico-terapêutico está associado ao modelo da medicalização, que objetivava a cura ou a reabilitação da surdez, em outras palavras, a normalização da deficiência, que prevalece até hoje, no contexto educacional.

Cem anos após o Congresso de Milão, iniciou-se a reestruturação da educação das pessoas surdas. Em julho de 2010, no 21º Congresso da educação das pessoas surdas, sediado no Canadá, ocorreu a votação que negava e rejeitava as oito resoluções do Congresso de Milão (LACERDA, 1998). Foi graças a Willian Stokoe, que a Língua de Sinais retoma seu lugar na sociedade, e com o passar do tempo é novamente reconhecida no contexto escolar.

Vale ressaltar que existem diferentes tipos de surdez: leve, moderado e severo. Nos dias atuais, a tecnologia tem evoluído bastante, possibilitando ao surdo maiores chances de

escutar, dependendo do seu grau de surdez. É importante enfatizar que chamamos identidades surdas o conjunto de realidades, as histórias e o contexto social em que o Surdo está inserido.

A surdez pode ocorrer em seu contexto:

- a. **Congênita:** quando o sujeito nasce surdo;
 - b. **Pós-linguística:** na fase de aquisição oral, a criança perde a audição;
 - c. **Alguns Surdos conhecem a Língua de Sinais**, outros não tiveram acesso em nenhum momento de suas vidas;
 - d. **Uns são filhos de pais surdos**, outros de pais ouvintes;
 - e. Em alguns casos a família rejeita a Língua de Sinais;
 - f. **Outros casos: o Surdo faz uso de gestos “caseiros”.** Ao longo de nossa trajetória profissional, encontraremos todas essas situações e até mesmo, outras que desconhecemos, são os mais variados contextos da surdez. Enfim, diante disso é importante que todos reconheçamos em que contexto o Surdo está inserido. Isso se chama reconhecer a história, a cultura e a identidade surda.
- a. **Identidade Surda Política:** representa o grupo de surdos que utilizam a comunicação visual, reconhecem suas diferenças e das implicações visuais;
 - b. **Identidades Surdas Híbridas:** representam o grupo de Surdos que nasceram ouvintes, mas, por algum motivo, com o passar do tempo, se tornaram surdos. Esse grupo conhece a estrutura do Português falado e utiliza a Língua de Sinais em várias situações.
 - c. **Identidades de transição:** esse grupo é representado pelos surdos que não tiveram acesso nem a comunidade surda, nem a Cultura Surda, representando sua identidade como ouvinte, porém, que passaram a fazer parte da comunidade surda. Chamamos de transição a passagem do mundo ouvinte com representação da identidade ouvinte para a identidade surda.
 - d. **Identidade surda incompleta:** alguns surdos vivem tentando socializar de forma compatível com a cultura dominante – ouvinte;
 - e. **Identidades flutuantes:** o surdo se espelha na hegemonia do ouvinte, procurando se manifestar de acordo com o mundo ouvinte. Em alguns casos, existem Surdos que desprezam a própria cultura, sem manter nenhum tipo de compromisso com ela. Outros, vivem obrigatoriamente conformados com ela.

Ainda segundo as pesquisadoras,

“A constituição da identidade dependerá, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive. Um surdo que vive junto a ouvintes que consideram a surdez uma deficiência que deve ser tratada pode constituir uma identidade referendada nesta ótica. Mas um surdo que vive dentro de sua comunidade possui outras narrativas para contar a sua diferença e constituir sua identidade. A concepção do conceito de identidades surdas muda de sujeito para sujeito. Ela muda da mesma forma que não temos uma

identidade única de surdos. No meu conceber, não existe um modelo de identidade surda. Se percebe a fragmentação das identidades surdas no momento que se olha a diferença existente entre os surdos. Nessas identidades, no que as constitui diferentes, entram os diferentes aspectos históricos e sociais, a transitoriedade dos discursos representados e representantes de sujeitos. Existem diferentes possibilidades de identificação das identidades” (PERLIN; STOEBEL, 2008, p. 48).

Percebemos, por meio do texto, a importância dessa troca de saberes entre ouvintes e surdos, bem como da identificação das Identidades surdas e diversidade enquanto sujeitos. Os Surdos possuem singularidades e particularidades, além de sofrerem as influências do mundo ouvinte.

Após conversarmos sobre a Cultura e a Identidade Surda, precisamos conhecer, refletir e discutir sobre alguns marcos legais, que tratam dos direitos dos surdos como:

- a. **Constituição Federal.** Em seu Art. 28, trata do direito à Educação de forma igualitária, respeitando especificidades e singularidades de pessoas com deficiência (Brasil, 1988).
- b. **Declaração de Salamanca.** Representa um marco para a Educação Especial em relação à linguística: as políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da língua dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da língua de sinais de seu país.
- c. **Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96.** Trata da Educação Especial – modalidade de educação e do direito à inclusão e do reconhecimento da diferença linguística (BRASIL, 1996).
- d. **Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002.** Reconhece a LIBRAS como a Língua oficial, no Brasil (Brasil, 2002)
- e. **Decreto 5626/05.** Trata da garantia de Educação Bilíngue, acesso à Língua de Sinais; Presença de Intérpretes de LIBRAS; Presença do Professor Surdo nos ambientes Educacionais; Inserção da LIBRAS como disciplina curricular; Reconhecimento da Cultura Surda (Brasil, 2005).
- f. **Lei n. 12.319/2010.** Reconhece a profissão do intérprete de LIBRAS. Em seu Art. 5 resolve que o profissional deverá ser avaliado anualmente em tradução e interpretação de LIBRAS – Língua Portuguesa, aplicado pelo MEC.

Entre todas as legislações, a mais relevante para a educação de Surdos foi a Lei de reconhecimento da LIBRAS que reconhece o estatuto linguístico da Língua de Sinais no Brasil. A lei 10.436/2002 foi um ganho muito significativo para os Surdos terem sua língua própria reconhecida nas escolas e em todo o país.

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa, intitulado “Inclusão e Valorização da identidade da pessoa surda para o município do Acará-PA”, caracteriza-se como pesquisa de campo, em que se pretende obter informações através da observação dos fatos e fenômenos em determinado local. Para Martins (2015 s/p) quando o projeto envolver trabalhos com humanos, será pesquisa de campo. A metodologia empregada nesta investigação é de cunho qualitativo, onde o pesquisador observa os fatos sob acontecimentos do contexto de uma instituição, buscando uma profunda compreensão da situação do contexto inserido.

A pesquisa será desenvolvida com pessoas interessadas em aprender LIBRAS. Serão ofertados três cursos introdutórios da referida língua. Os participantes da pesquisa somam 70 aprendizes. O primeiro curso, acontecerá de maio a julho, com um encontro semanal de 4 h, acontecerá na cidade e ofertará 30 vagas, principalmente para os estudantes universitários pertencentes aos cursos de graduação em Letras e Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Os alunos que se destacarem, farão parte do núcleo de estudantes e serão multiplicadores do conhecimento, auxiliando nos dois cursos que acontecerão nas comunidades rurais de Colatina e de Guamurã. Após o término do primeiro curso e com a escolha dos multiplicadores (10) serão ofertados mais dois cursos, desta vez, ocorrerão nas duas localidades da zona rural, já mencionadas anteriormente. Estes acontecerão de agosto a outubro, um encontro semanal (4 h). Com 25 vagas para cada turma. Esses cursos propiciaram a aprendizagem de Libras para estudantes não surdos, com aulas dinâmicas, focadas em assuntos diversos e atuais, com o intuito de alcançar a interação social, bem como o conhecimento da diversidade linguística e cultural, com a quebra de barreiras da comunicação.

As aulas serão planejadas e executadas com base nos seguintes procedimentos:

- Vocabulário inicial para o letramento e elaboração de frases;
- Ilustração visual (cores, números, alfabeto e imagens)
- Música e produção de vídeo;
- Treino de expressões faciais e corporais;

RESULTADOS

Com essa pesquisa, pretende-se introduzir a língua brasileira de sinais aos estudantes não surdos da comunidade do Acará; Criação de núcleo de multiplicadores da Língua Brasileira de Sinais; produzir artigos a serem apresentados e publicados em eventos acadêmicos; Elaboração, cadernos técnicos ou e-book, espetáculo teatral bilíngue.

3.1.1.1 Compartilhamento de algumas experiências inclusivas no município do Acará.

A ilustração apresenta atividade relacionada com o projeto e sua formação e amplitude.

Figura 1 — apresenta-se na festa da cidade - Interação do projeto com alunos, comunidade escolar no município do Acará - Pa e gestão.



Fonte: Admilton ribeiro (2021)



Figura 2 – apresenta-se na festa da cidade – Interação do projeto com alunos, comunidade escolar no município do Acará – Pa.
Fonte: Admilton Ribeiro (2021)

Figura 3 — Realização de uma apresentação musical Bilíngue LIBRAS. Interação do projeto com alunos, palco com libras-



Fonte: Fotografia Admilton Ribeiro-Palco (2021)

CONCLUSÃO

O município de Acará enfrenta uma grave deficiência em relação ao acesso ao ensino da Língua Brasileira de Sinais e à inclusão social dos surdos. A implementação de cursos de LIBRAS nas comunidades urbana e rurais do município, representa uma importante oportunidade para combater a exclusão social, promovendo a comunicação e a troca de saberes entre surdos e ouvintes. A oferta de formação em LIBRAS não apenas melhora a interação social, mas também contribui para a valorização da cultura e identidade surda, fortalecendo os vínculos entre as diversas comunidades. Este projeto, ao proporcionar o conhecimento da língua de sinais e sensibilizar a população para as questões de inclusão, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa e acessível para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Senado Federal , [2005]. Disponível em: <https://bit.ly/3hN15KW>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CALLEGARI, M. O. V. Reflexões sobre o modelo de aquisição de segundas línguas de Stephen Krashen: uma ponte entre a teoria e a prática em sala de aula. **Trab. linguist. apl.**, Campinas, v. 45, n. 1, p. 87-1010, jun. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2ESNDUp>. Acesso em: 26 jul. 2020.

COSTA, M. P. R. Orientações para ensinar o deficiente auditivo a se comunicar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 1, n. 2, p. 53-62, 1994. CRUZ, S. R.; ARAUJO, D. A. C. A história da educação de alunos com surdez: ampliação de possibilidades?. *Revista Educação Especial* , Santa Maria, v. 29 , n. 55, p. 373-384, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2EQ3Slr>. Acesso em: 15 jul. 2020.

DAMÁSIO, M. F. M. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. Brasília, DF: MEC, 2007. 52 p.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FERNANDES, S. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educ. rev.** , Curitiba, p. 51-69, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3jvUsKN>. Acesso em: 15 jul. 2020. GOLDFELD, M. A criança surda – Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 3. ed. São Paulo : Plexus, 2002.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

O LEVANTAMENTO NOS PRÉDIOS HISTÓRICOS COMO ELEMENTO DE PRESERVAÇÃO

Helen Sanches Martins⁸⁹

Thais Zumero Toscano⁹⁰

RESUMO

A pesquisa propõe um estudo com embasamento bibliográfico e documental acerca da importância do levantamento cadastral para a preservação de prédios históricos, especialmente em Belém do Pará, o qual evidenciará também a relevância desse levantamento para dar continuidade, permitir uma manutenção adequada e garantir a preservação de um elemento edificável de interesse patrimonial. Sobretudo, a pesquisa analisa o comportamento e potencialidades que uma edificação, com a existência desse documento, possuirá e as consequências da negligência do mesmo, de modo que ele pode ser usado como uma ferramenta de conservação e preservação da sua integridade física e histórica. A pesquisa busca, além disso, apresentar um exemplo prático por meio de um estudo de caso sobre uma edificação de grande valor histórico em Belém, o Paris N'América, que carece da coleta de dados essenciais para um projeto de restauro, de modo que seja possível oferecer uma nova abordagem para a documentação desses patrimônios, utilizando uma linguagem contemporânea de registros por meio do modelo BIM.

PALAVRAS-CHAVE: Levantamento cadastral; Preservação; Patrimônio.

89 Autora da pesquisa, desenvolvida dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBICT CESUPA). Aluna do curso de graduação de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), vinculada ao grupo de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Email: helensanchesmt@gmail.com. ID LATTES: 9984101849839373.

90 Orientadora da pesquisa e Doutora em História Social da Amazônia pelo PPHIST/UFPA, mestre em Patrimônio Histórico PPGAU/UFPA, Especialista em Contextos Urbanos Históricos URBAL/European Aid. Arquiteta, restauradora, de interiores e civil. Professora efetiva do Cesupa do curso de Arquitetura e Urbanismo. Email: thais.toscano@prof.cesupa.br, LATTES: http://lattes.cnpq.br/9147549279020027

INTRODUÇÃO

A elaboração de diretrizes e ferramentas para o restauro têm como principal função a conservação e preservação dos bens históricos e culturais e, para isso, são necessários diversos estudos como a importância do bem para uma cultura e sociedade, a sua interação no contexto inserido, as influências do constante avanço do tempo na sua constituição, suas características e o marco histórico.

Diante disso, a atual pesquisa coloca em questionamento como esses fatores e etapas, que fazem parte do patrimônio a ser preservado, são de grande importância e indispensáveis para a sua preservação, com enfoque nos elementos edificados, como os casarões e prédios da Cidade Velha, no bairro da Campina em Belém. Sobre isso, é nesse contexto que a pesquisa entra com a problemática inferida, de como a ausência do levantamento de dados pode afetar negativamente uma edificação de interesse patrimonial, e como ela acaba virando um elemento de preservação.

Para compreendermos o valor atribuído a um edifício ou a um lugar, precisamos, primeiramente, entendê-lo. Compreender os atributos físicos que caracterizam a obra é o primeiro passo para definir uma estratégia de conservação, e a documentação desses atributos passíveis de serem medidos é uma etapa seminal do processo, garantindo que o conhecimento dos bens culturais seja passado para futuras gerações. (CAMPIOTTO, 2016)

Nesse cenário, a citação destaca e intensifica a importância de compreender os atributos físicos de um edifício ou lugar, para definir estratégias de preservação, de modo que a documentação desses atributos é crucial para transmitir conhecimentos sobre o patrimônio para as futuras gerações, os quais assegurarão sua conservação e eventual valorização. Além disso, é válido identificar, por meio das referências analisadas e das investigações que serão abordadas no decorrer do texto, os variados fatores que colaboram para reforçar a ideia de já ter em acervo disponível para acesso, que seriam documentos de caráter cadastral para facilitar e garantir a preservação desses bens.

O Levantamento Cadastral para a preservação

O Patrimônio é o que diz respeito a uma herança ou um conjunto de bens, porém, para o restauro o que seria considerado patrimônio seriam os elementos que possuem grande relevância cultural e histórica, podem ser bens móveis ou imóveis, e segundo o estudo feito por Robson, em um artigo publicado na Fundação de Cultura Elias Mansour chamado “O

patrimônio histórico-cultural e sua importância para a sociedade”, ele afirma que o Patrimônio engloba de maneira geral os bens que são transmitidos como herança, e já o Patrimônio cultural remete as simbologias e tecnologias que foram passadas por um grupo que nos antecederam, ou seja, é um conjunto de conhecimentos acumulados de uma sociedade.

Essas analogias são essenciais para compreender a importância da preservação, e para isso, principalmente para as edificações, entra o levantamento cadastral. O levantamento cadastral é a terminologia que agrega toda a documentação do bem, isto significa que para uma edificação são necessárias as peças gráficas que compõem o acervo documentativo, como as plantas, maquetes, os bens integrados, fotografias, materiais, as patologias identificadas, as intervenções ocorridas com o tempo, tipo de estrutura, os responsáveis pela execução e planejamento, ou seja, tudo sobre a edificação que referem-se ao seu caráter físico e histórico.

Sobre isso, para um projeto de restauro, por exemplo, é fundamental que exista esse levantamento cadastral, para que haja o prosseguimento da obra ou manutenção da edificação sem afetar ou macular desfavoravelmente sua integridade.

A necessidade do conhecimento prévio sobre a edificação alvo do restauro é algo que há muito vem sendo defendida e que, de fato, mostra-se como etapa essencial e primeira do trabalho do restaurador. Trata-se então do levantamento dos dados necessários para construção do conhecimento histórico de como surgiu a edificação, quais suas características primitivas, seus elementos construtivos, suas alterações ao longo do tempo, etc. Dessa forma, o arquiteto terá os subsídios necessários para iniciar um projeto de intervenção realmente comprometido com a preservação e restauro do bem histórico. (MARQUES CHAVES, 2006)

Com isso, é possível ressaltar que o levantamento cadastral tem a sua aplicação, principalmente no restauro, o qual é compreendido como uma operação para restabelecer a unidade da edificação, considerando suas características originais e com mínimas intervenções, para que haja a preservação do bem imóvel. Com o propósito dos projetos que serão elaborados estejam de acordo e respeitando os valores estéticos e culturais do Bem, e para garantir sua autenticidade, é necessário que o restauro esteja baseado na análise dos levantamentos de dados para que na execução seja possível a distinção entre o original e os elementos adicionados.

Esse mesmo raciocínio é defendido pelo teórico do restauro Camillo Boito, o qual enfatiza o valor documental dos monumentos históricos. Boito considerava importante que em seus projetos de restauro fossem baseados em fotografias, desenhos e outros documentos,

com a intenção de fazer uma intervenção analisando todos os aspectos técnicos, de composição e construção da edificação, até para compreender a arquitetura do passado e diferenciar os elementos acrescentados do estilo original.

Seguindo essa lógica, de acordo com o teórico do restauro Gustavo Giovannoni, que apesar de ter contribuído em grande parte na valorização e reconhecimento do meio urbano como sendo passível de restauro e preservação, ele também contribuiu para repensar as formas de conservação do patrimônio. Diante disso, para Giovannoni, a obra de consolidação e preservação ao ser realizado por meio de técnicas modernas, não deveria perder de vista o respeito por todas as partes, ou seja, ele não se preocupava somente com a unidade arquitetônica, mas também com a salvaguarda do monumento, por meio do inventário.

É por isso que o levantamento cadastral tem um papel de destaque para a preservação das edificações históricas, pois é com ele que serão reconhecidos as necessidades que a edificação apresenta, como as patologias, para que seja mais rápido e de forma completa o diagnóstico, de modo a facilitar a manutenção e diminuir os danos causados no imóvel. Sobretudo, ter em mãos todas as etapas de um levantamento cadastral na hora da elaboração e execução de um projeto de restauro em um prédio histórico, aumenta as chances de minimizar as intervenções desfavoráveis, as quais podem afetar a vida útil da edificação.

Nesse contexto, o levantamento contribui para a gestão dos riscos no prédio, pois avalia os riscos e distingue as intervenções humanas no decorrer do tempo, o que afeta na tomada de decisões no projeto para evitar ou reduzir os danos. Além disso, ele garante a salvaguarda do patrimônio, ou seja, ele assegura a permanência da memória e cultura de um povo por meio da documentação, preservação, valorização e proteção desse patrimônio. Isso foi possível em consequência da Carta de Veneza, elaborada em maio de 1964, no segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos.

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destaca-se da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (CARTA DE VENEZA, artigo 9º, 1964).

As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a

finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto. (CARTA DE VENEZA, artigo 11º, 1964).

Diante dessas análises, as documentações que tangenciam o levantamento de dados de uma edificação histórica auxiliam para distinguir as partes originais das acrescentadas ou restaurar elementos ausentes da edificação sem falsificar a história da edificação.

Impactos da falta da documentação cadastral nas edificações

O inventário, que corresponde a um sistema de arquivamento de dados acerca de algum bem patrimonial, gera segurança para o resguardo e conservação do bem, o qual mantém a memória e os registros vivos para que gerações futuras possam usufruir dele. Porém, ao utilizar como exemplo a reconstrução da cidade de Paris, elaborado pelo Haussmann, iniciado em meados do século XIX, é possível perceber a abrupta transformação de uma grande cidade em pouco tempo. Contudo, para que isso fosse possível, regiões inteiras foram demolidas e com isso aproximadamente 19.730 prédios históricos deixaram de existir, de modo que é preocupante o fato de que nem todos esses prédios possuíam documentos comprovando a sua existência.

Ao trazer essa problemática no contexto nacional, Belém também sofre de apagamento da história em parte ao não considerar o levantamento cadastral como uma ferramenta de preservação e a sua integração no inventário nacional, para manter conservado e preservar o bem patrimonial, primordialmente as edificações históricas. Então, aos poucos os imóveis vão se deteriorando, tanto por conta dos impactos naturais como também pela negligência acumulada ao passar dos anos.

Como exemplo dessas implicações são os grandes índices de prédios antigos serem destruídos por conta da ocorrência de incêndios com mais frequência na capital paraense e, ainda assim, os prédios são impossibilitados de terem um restauro adequado devido à ausência de algum documento que identifique as características da edificação anteriores ao incidente. Diante disso, no final de 2023, dois casarões localizados na Rua Gaspar Viana, no bairro da Campina, foram prejudicados por conta desses incêndios, os quais sofreram danos irreparáveis, tanto pela perda quase total do seu interior como pelo nível de abandono que eles já se encontravam.

Nesse contexto, se faz presente uma reflexão em como a catalogação de levantamentos cadastrais dos prédios mais antigos da cidade e registros atualizados do seu estado físico é de imensa notabilidade como forma de prevenção e preservação. Sobretudo, especialmente ao considerar que, em 2025, o Pará irá sediar um dos maiores eventos de mudanças climáticas, a COP 30 - Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, sendo Belém a cidade escolhida. Diante disso, é perceptível que para um evento dessa magnitude é necessária uma estrutura a altura, porém é um fato que Belém é uma cidade no qual apresenta carência nas categorias fundamentais, como uma grande rede hoteleira, pontos turísticos conservados e entre outros.

Sobre isso, é relevante ressaltar que o ponto de maior concentração de áreas turísticas e fluxo intenso de pessoas são localizados no centro de Belém e essa estatística vem aumentando durante os últimos anos segundo estudos da FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – em 2024, o qual é constituído em grande parte por prédios históricos e que, infelizmente, estão em um estado de abandono. É por esse motivo que o Governo do Estado começou em 2023 vários programas e projetos de obra, além de medidas de uso para os espaços sem proveito e com o objetivo de garantir que, até a COP 30, esses espaços estejam ocupados.

No entanto, para isso, são necessárias análises desses prédios para que ocorra a restauração, o qual será implicado a ele um novo uso e, conseqüentemente, assegura a sua preservação, pois, onde há pessoas, movimento e um uso contínuo, há a conservação. Diante disso, estudos preliminares como o contexto da edificação, mapeamento de patologias, estruturas, revestimentos, tipologia e estilo, são indispensáveis para trabalhar nos projetos que estão em planejamento de execução para a COP 30, de modo que a demanda mais recorrente são prédios adaptados para hospedagem e atividades gastronômicas.

Por essa razão, com o objetivo de preservar não somente o estado físico, mas também sua integridade, sem perder suas características e exigir do projeto mínimas intervenções ou outros implementos que devem respeitar a autenticidade da edificação original, reforça a ideia de que é fundamental a existência do levantamento cadastral para a preservação da sua tipologia.

Os projetos deverão ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do Bem, com o mínimo de interferência na autenticidade do mesmo, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, do espaço envolvente ou outras. (GOMIDE, pág.15, 2005).

Para que se possa elaborar o Projeto propriamente dito são necessárias atividades preliminares, referentes à perfeita Identificação e Conhecimento

do Bem. A definição de novo uso ou a avaliação do existente são condições preponderantes para a elaboração do Projeto, assegurando sua eficácia. (GOMIDE, pág.19, 2005).

Os desafios enfrentados para a realização de Levantamento Cadastral eficaz

Para levantar os dados de edifícios antigos, como é o caso dos casarões encontrados por Belém do Pará, é notório que há uma dificuldade em desenvolver uma boa coleta desses dados com respeito às etapas do levantamento, ao levar em conta o fato de muitos deles estarem abandonados e a necessidade de prévia autorização do proprietário para qualquer catalogação, é mais limitado as formas de proteção para essas edificações. Embora a maioria das casas antigas na capital não são tombadas individualmente como Patrimônio, o perímetro da cidade velha, correspondendo ao bairro do Reduto, Campina e Umarizal e outras proximidades, são áreas tombadas pelo Ministério da Cultura e oficialmente reconhecidas pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Levantamento Cadastral do Paris N'América

Como a pesquisa partiu dessa problemática no que diz respeito ao questionamento do que seria preciso para preservar o patrimônio, foi observado que há uma falta de documentações, principalmente em muitos dos prédios antigos da cidade de Belém do Pará, o que dificulta a sua conservação. E para isso, o levantamento cadastral se torna uma ferramenta essencial, pois é necessário que o restauro, em específico, esteja baseado na análise dos levantamentos de dados para que na execução de algum projeto seja possível a distinção entre o original e os elementos adicionados, justamente para fazer uma intervenção da edificação. Ele também terá uma grande relevância no arquivamento de dados do patrimônio, que proporciona a salvaguarda de um elemento importante da cultura de uma sociedade.

Seguindo isso, a pesquisa usou o Paris N'América como um exemplo de uma edificação com grande impacto cultural na nossa cidade que não possui um levantamento cadastral devido e, portanto, a pesquisa propõe o desenvolvimento do seu levantamento cadastral por meio do trabalho de campo, sobretudo, é importante frisar que esse é um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual remete aos tempos áureos de Belém como um exemplar de modernidade no Brasil, principalmente por conta de seus detalhes construtivos e revestimentos, com características de uma arquitetura eclética, de uma estrutura exuberante e de uma história que perpassa até os dias de hoje.

Sobre isso, o Paris N'América foi uma edificação de grande valorização nos períodos da “Belle Époque”⁹¹ em Belém, em que era inteiramente voltado ao comércio de tecidos e estamparias, tendo uma forte inspiração na arquitetura europeia, com adornos e revestimentos de outras partes do mundo. Porém, ele é uma edificação, que embora esteja no acervo digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ainda não possui um levantamento cadastral completo e digital.

Sobretudo, por meio dessa pesquisa, busca-se investigar e compreender a importância e os impactos que o levantamento cadastral possui na preservação do bem patrimonial em prédios históricos de Belém, com a análise das principais ligações que um edifício possui com a sua documentação e ocorrências já comprovadas e apresentadas nas citações que foram abordadas no texto, os quais indicam para a elaboração do projeto de restauro e intervenção do Patrimônio o conhecimento das etapas, como a identificação, diagnóstico e proposta, e de que forma é necessária que o levantamento se apresente para proteger o patrimônio. Tudo isso irá compor o levantamento cadastral da edificação e com a ajuda das ferramentas atuais de trabalho nesse campo, como o modelo BIM, vai facilitar e otimizar os processos dos projetos de conservação e preservação do patrimônio.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi estruturada com o objetivo de realizar uma análise abrangente em torno do levantamento cadastral nos prédios históricos como elemento de preservação, em específico na região metropolitana de Belém. Sobretudo, o estudo adotou uma abordagem qualitativa, no qual foram elaboradas pesquisas relacionadas com o tema em que exploram o comportamento e os impactos dos fatores estudados na população e grupos majoritários das áreas que compreendem ao perímetro que são de interesse à preservação patrimonial.

Além disso, foram coletados dados bibliográficos por meio de artigos e publicações, de modo que sejam dados recentes e atualizados para que os levantamentos possam ser analisados no contexto atual e utilizados como contraponto às relevâncias inferidas dentro da problemática da pesquisa. Dentro disso, foram utilizadas referências teóricas de figuras

91 Denominação às intervenções urbanas ocorridas em Belém do Pará, em que promoveu uma restauração urbana inspirada no modelo de cidade de Paris Hausmaniana com ruas largas e boulevards, iluminação pública e espaços verdes. Período compreendido no final do século XIX, com grandes movimentos do comércio de borracha, estamparias e outros insumos.

relevantes para o restauro e para o patrimônio, cujo repertório enriqueceu a análise sobre o conteúdo da investigação.

Nesse cenário, ao levar em conta as necessidades da conservação e preservação para que prevaleça as memórias de uma cultura, foram desenvolvidas indagações em relação aos dados arquitetônicos, sobre o estado de conservação dos prédios históricos da cidade de Belém e como há a carências desses materiais, os quais são de suma relevância para sua conservação.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

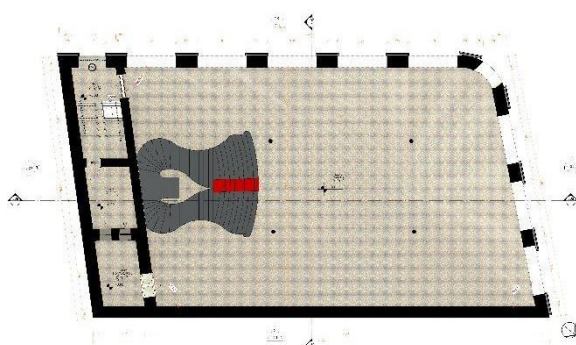
A pesquisa analisou a importância que o levantamento cadastral exerce sobre os prédios antigos e de interesse a preservação, o qual foi percebido que o carecimento desses documentos afetam a integridade física e a legitimidade dessas edificações como bens que devem ser preservados e conservados, e estima-se que por sua ausência, muitas edificações que estão se deteriorando na cidade de Belém, seja por incêndios, negligência e pelo crescimento exacerbado da cidade e a necessidade de mais imóveis, estão sendo apagados e a identidade da cultura da população paraense fica em risco.

Para levantar os dados de edifícios antigos, como é o caso dos casarões encontrados por Belém do Pará, ficou claro como há uma dificuldade em desenvolver uma boa coleta desses dados com respeito às etapas do levantamento, ao levar em conta o fato de muitos deles estarem abandonados e a necessidade de prévia autorização do proprietário para qualquer catalogação.

Seguindo isso, a pesquisa usou o Paris N'América como um exemplo prático de uma edificação sem levantamento completo arquivado no inventário nacional, por isso, a pesquisa desenvolveu todas as documentações necessárias de um levantamento para incentivar a proteção e preservação desse patrimônio, com um valor inestimado para a cultura de Belém, de modo que foram produzidos as peças gráficas que compõem o acervo documentativo, como plantas e maquetes, fotografias, materiais e os bens integrados. Além disso, foi utilizado como ferramenta de documentação o programa Revit, o qual trabalha com a metodologia BIM, sendo possível desenvolver as pranchas técnicas, simultaneamente com o desenvolvimento de sua volumetria, de forma que concedeu a possibilidade de detalhar toda essa edificação, desde os materiais até sua estrutura.

Imagem 1 - Planta Baixa térreo do Paris N'América.

Imagem 2 - Volumetria do Paris N'América.



Fonte: SANCHES, 2024.



Fonte: SANCHES, 2024.

Imagem 3 - Corte volumétrico do Paris N'América.

Imagem 4 - Revestimento do Paris N'América.



Fonte: SANCHES, 2024.



Fonte: SANCHES, 2024.

Também foi analisada a relação desses dados com a chegada e com a preparação em relação a estrutura urbana da capital paraense para um grande evento mundial sobre mudanças climáticas, a trigésima Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, prevista para ocorrer na cidade de Belém em 2025, de modo que foi percebido como a cidade de Belém concentra áreas tombadas como os de maior fluxos turísticos e que necessitam que haja uma adaptação das suas edificações para receber o evento, mas para isso é indispensável o levantamento cadastral.

CONCLUSÃO

Este estudo buscou investigar a magnitude da influência do levantamento cadastral dos prédios históricos como elemento de preservação patrimonial, com o objetivo de identificar e apontar as consequências prejudiciais que ele poderá acarretar aos edifícios antigos, os quais também afetam a cultura de uma sociedade. Além disso, foi enfatizada, ao longo da pesquisa, como a falta de documentações adequadas em uma edificação antiga compromete não somente a sua integridade física, mas também a valorização histórica e cultural do patrimônio da região. Como exemplo disso, o estudo revelou que a ausência de

registros e dados precisos sobre as características e o estado de conservação, principalmente dos casarões seculares da Cidade Velha, em Belém, pode levar à deterioração irreversível e à perda da identidade cultural local.

Ademais, os resultados indicaram que, em um cenário crescente de urbanização e a recente chegada de um evento de grande porte e de caráter global, em Belém, a necessidade de um inventário detalhado e atualizado se torna mais indispensável para garantir que intervenções não desrespeitem a autenticidade da edificação, o qual contribui para evitar mudanças que comprometem sua essência histórica. Por fim, a análise das particularidades do contexto da capital paraense, marcada pela falta de um levantamento eficaz, sugere que medidas urgentes devem ser tomadas para evitar o apagamento da memória cultural, por isso, investir na documentação e preservação não é unicamente de responsabilidade técnica, mas também para assegurar a manutenção da rica herança histórica e cultural de Belém, como na proposta do levantamento cadastral do Paris n'América.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CAMPIOTTO, Renata Cima. **O levantamento métrico-arquitetônico na conservação do patrimônio**. Conserva FAU, São Paulo, 2016.

CNPQ. **A relevância do Patrimônio Cultural e da memória**. Gov.br, Rio de Janeiro, 2023.

CRUZ, Fabyo. **Belém apresenta requalificação do Centro Histórico ao Governo Federal; 41 imóveis serão revigorados**. Oliberal. Belém, 2023. Disponível em <<https://www.oliberal.com/belem/belem-apresenta-requalificacao-do-centro-historico-ao-governo-federal-41-imoveis-serao-revigorados-1.636679>>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

GLANCEY, Jonathan. **O homem que construiu a Paris que conhecemos hoje**. BBC culture, 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160203_vert_cul_criador_paris_lab>. Acesso em: 15 de set. de 2024.

GOMIDE, José Halilon; SILVA, Patrícia Reis da; BRAGA, Sylvia Maria Nelo. **Manual de Elaboração de Projetos**. Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, Brasília, 2005.

MARQUES CHAVES, Carolina. **Metodologias de inventário para restauro de edificações de valor patrimonial**. X Encontro de Iniciação à Docência, Paraíba, 2006.

MERCÊS, Adams. **Incêndio atinge casarões históricos no comércio de Belém**. *Dol*. Belém, 2023. Disponível <<https://dol.com.br/noticias/para/860192/incendio-atinge-casarao-antigo-em-belem?d=1>>. Acesso em: 19 de set. de 2024.

MOTTA, Lia; BEATRIZ REZENDE, Maria. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

OLIVEIRA, Manuela. **Boletim do turismo 2024 atesta evolução da atividade no território paraense**. *Site Fapespa*. Pará, 2024. Disponível <<https://www.fapespa.pa.gov.br/2024/05/13/boletim-do-turismo-2024-atesta-evolucao-da-atividade-no-territorio-paraense/>>. Acesso em: 25 de set. de 2024.

RODRIGUES, Robson Antônio. **O patrimônio histórico-cultural e sua importância para a sociedade.** Fundação de Cultura Elias Mansour, Acre.

O MODO DE VIDA DOS SAMBAQUIANOS: RELAÇÕES AMBIENTAIS E OS ASPECTOS COLABORATIVOS

Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes⁹²

Profa. Dra. Ádrea Simone Canto Lopes⁹³

Profa. Dra. Maria Celeste Farias⁹⁴

RESUMO

Este artigo trata da pesquisa arqueológica no sambaqui Porto da Mina, situado em Quatipuru, zona costeira paraense e datado de 5.280 $\pm$ 30 BP. Destaca-se a formação e os conteúdos (carvões, gastrópodes, conchas, cerâmicas, líticos, dentre outros); as relações socioculturais entre os sambaquianos e o território por eles usado. O conhecimento produzido foi repassado de maneira colaborativa às comunidades. O contexto das devolutivas aconteceu em escola e comunidade, envolvendo educadores, alunos e atores sociais diversos. A pesquisa baseou-se em três indícios principais, um textual relacionado a fontes documentais e bibliográficas e dois relacionados a artefato e território usado, onde a prospecção arqueológica sistemática, análise de perfil estratigráfico, diatomáceas e de artefatos foram fundamentais para a interpretação. Cabe destacar que os sambaquianos foram bem-sucedidos na permanência, movimentos e expansão territorial nessa área geográfica, devido ao favorecimento por certa estabilidade climática no Holoceno, a organização social voltada para o cuidado com os mortos, economia multivariada baseada na pesca, utilizados pelo grupo para o aprimoramento construtivo e dos rituais de sepultamento.

Palavras-Chave: Colaboração. Comunidades. Sambaquis. Amazônia.

92Arqueólogo da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM), Museu do Estado do Pará (MEP); Professor Colaborador da Universidade Federal do Pará (UFPA-Brasil), Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA/UFPA). <https://orcid.org/0000-0001-8561-5175>. paulocanto6@gmail.com

93 Secretaria Municipal de Educação de Belém. E-mail: adreacanto@yahoo.com.br

94 Secretaria de Estado de Educação. E-mail: celechar@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa arqueológica de grupos sambaquianos que ocuparam a zona costeira paraense, mais especificamente no atual município de Quatipuru, Estado do Pará (vide Figura 1), foi retomada com base em pesquisas: documental, bibliográfica, campo, laboratório, nas ações educativas e colaborativas por parte das comunidades tradicionais (pescadores, caranguejeiros, agricultores, entre outros), que habitam próximas aos sambaquis (Green; Geen; Neves, 2003; Gomes, 2005; Lopes, 2016). O compartilhamento de conhecimento e a participação da comunidade foi decisiva para gestão e execução do projeto de arqueologia (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

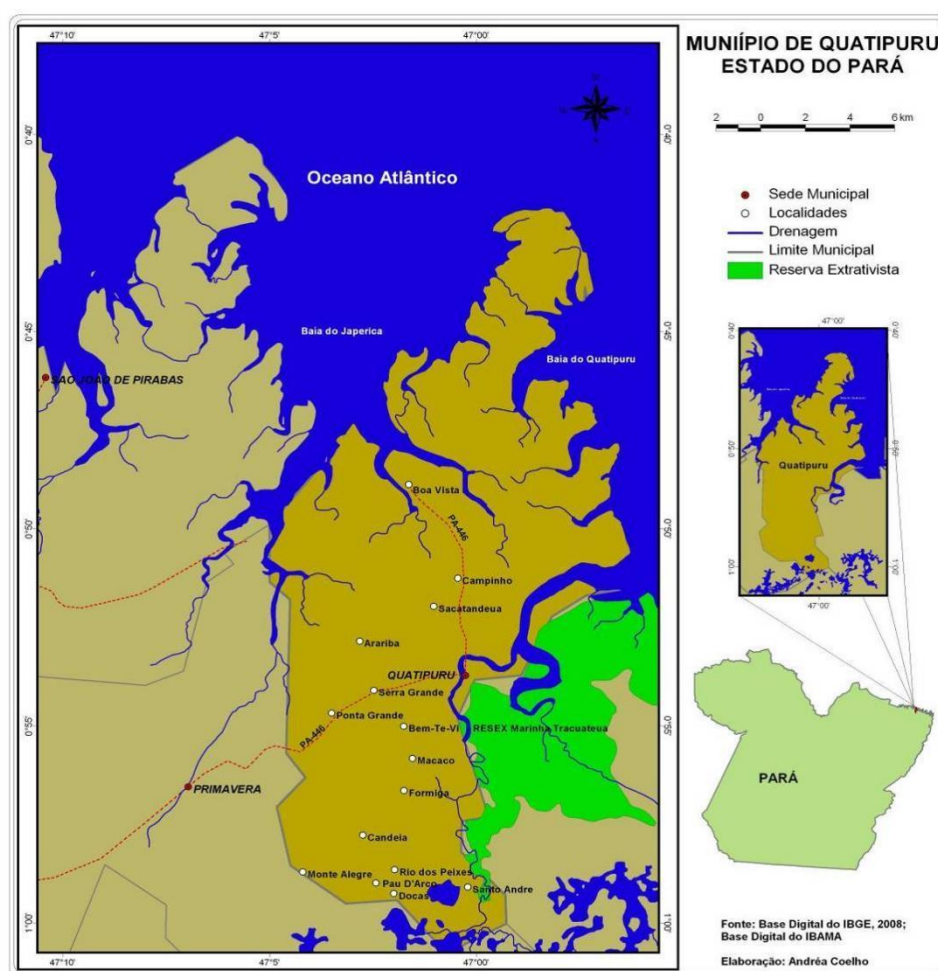


Figura 1: Mapa do Município de Quatipuru Estado do Pará
Fonte: Base digital do IBGE, 2008: dados digitais do IBAMA

A educação patrimonial favoreceu a devolução de conhecimento e o entendimento dos colaboradores, a respeito das transformações do território usado ao longo da história,

dialogando acerca da proteção dos sítios arqueológicos. Dessa maneira, as normativas legais, por exemplo, foram importantes instrumentos esclarecedores da necessidade de preservação e pesquisa, como é o caso da Portaria 230, do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), que regulava a elaboração de projetos de educação patrimonial e da portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 do (IPHAN)⁹⁵ que estabelece as diretrizes de educação patrimonial.

Assim, o entendimento da educação patrimonial perpassa pelo processo permanente de ensino e aprendizagem, com sistematização, organização e coerência das várias ações educativas, promovendo a preservação e a valorização do patrimônio cultural, a exemplo do arqueológico.

Nesse contexto houve a elaboração do Programa de Educação Patrimonial em colaboração com as comunidades, para o desenvolvimento das atividades práticas, para a valorização cultural das mesmas, contribuindo para a autoestima, estimulando seus membros, a visualização do mundo que os rodeia, incluindo aspectos do passado (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

A noção de proteção dos sambaquis passou pela disponibilização de informações para as comunidades rurais e de pescadores que vivem no entorno destes. Assim, as atividades de educação patrimonial baseadas nos resultados da pesquisa arqueológica, visaram promover a preservação dos sambaquis da zona costeira paraense, valorizando a história dos grupos sociais e o entendimento das transformações ambientais ocorridas ao longo da história, a partir da construção de sambaquis por volta de 5.570 ± 125 anos A.P. (Lopes, 2016; Roosevelt, 1995; Simões, 1981), no litoral paraense.

Com o desenvolvimento da pesquisa constatou-se a pouca aplicação de ações de educação patrimonial (em sambaqui), na costa norte da Amazônia, assim este artigo apresenta a atuação pioneira da mesma, na valorização do patrimônio cultural dos sambaquianos (Lopes, 2016; Lopes; Senna, 2016).

A relação entre educação patrimonial e arqueologia ocorreu a partir de métodos de investigação que estimularam agentes sociais ao processo educacional, com o objetivo de estimular a contar e manter a história da cultura deixada por comunidades do passado (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009). Contudo, entende-se que as comunidades só protegerão, por

95 Art. 2º Entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

exemplo, os sítios arqueológicos a partir da valorização e da apropriação do conhecimento por meio do envolvimento, integração, tomada de decisão e nas atividades de pesquisa, fortalecendo dessa maneira, suas identidades (Lopes; Senna, 2016).

As informações referentes à transformação acentuada do patrimônio arqueológico por meio de ações antrópicas e naturais, foram o ponto de partida para o compartilhamento do problema com a comunidade, onde as ações educativas foram desenvolvidas ao longo da aplicação do projeto arqueológico em reuniões com gestores municipais, comunidades, estudantes e educadores que opinaram e concordaram com a execução do mesmo, a partir de proposta já testada nos projetos de educação patrimonial desenvolvidas na foz do rio Amazonas (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

Após os encontros e integração das comunidades foram desenhadas formas de despertar o interesse pelas questões referentes à proteção do patrimônio cultural, em especial o arqueológico.

1. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa arqueológica foi direcionada utilizando abordagens qualitativas e quantitativas, com a intenção de produzir o máximo de informações possíveis que beneficiassem a comunidade em geral, assim, foram realizados levantamentos em arquivo público e privado, bibliotecas, museus, instituições científicas, além da pesquisa junto a comunidades tradicionais nas proximidades de onde o sambaqui Porto da Mina estava localizado, observando-se que as mesmas estão relacionadas atualmente, a uma economia voltada para a pesca, coleta de caranguejo, agricultura de subsistência, pecuária, entre outras (Lopes, 2016).

A estratégia pedagógica do Programa de Educação Patrimonial, na área de pesquisa, foi discutir conceitos que fazem parte do cotidiano do cidadão, mas que muitos não compreendem a importância com nitidez, como os de patrimônio histórico, patrimônio cultural, meio ambiente, arqueologia, sítios arqueológicos, legislação patrimonial, entre outros, compreendendo as particularidades e as complementações que há entre eles (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

Nas reuniões com educadores e alunos, foi verificada a inexistência de informações a respeito do patrimônio arqueológico do município de Quatipuru, apesar da existência de pesquisas arqueológicas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, no mesmo (Lopes, 2016; Simões, 1981). Dessa maneira, teve-se que reavivar memórias a partir de palestras com temáticas de

pesquisa desenvolvidas no município, tais como: arqueologia, patrimônio cultural, história, geografia, antropologia, palinologia, geologia, entre outras, além de reuniões, oficinas de elaboração de projeto, de educação patrimonial e de gestão do patrimônio arqueológico.

Para os gestores municipais, as ações foram planejadas e realizadas procurando sensibilizá-los sobre a importância do patrimônio cultural e ambiental, com ênfase para o patrimônio arqueológico e sua relação com a comunidade e atualidade, junto aos secretários, vereadores e prefeito, no gabinete e nas salas das instituições. Na comunidade, as ações foram planejadas procurando abranger às escolas públicas, em reuniões com as lideranças locais nos centros comunitários e em auditórios de escolas, visando aproximar as partes e inserir futuramente a educação patrimonial no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

2. RESULTADOS

2.1. As ações educativas no repasse dos dados arqueológicos.

As ações educativas desenvolvidas no “Projeto Caracterização do Modo de Vida dos Sambaqueiros que Ocuparam o Litoral Paraense de Quatipuru/Pa” visaram a formação de sujeitos capazes de conhecer sua história cultural, a valorização do patrimônio e a preservação dos bens culturais (material, imaterial e natural), nos ambientes das comunidades (Boa Vista e Quatipuru), especialmente, no escolar, com o intuito de proporcionar aos sujeitos envolvidos o (re)conhecimento da memória afetiva e da identidade cultural (Lopes, 2016).

As formações ocorridas em Quatipuru demonstram que a educação patrimonial possibilitou a atividade prática e/ou intelectual dos multiplicadores para a preservação do patrimônio cultural. As questões trabalhadas foram percebidas na fala e na elaboração de materiais utilizados nas formações de novos sujeitos interessados em conhecer, valorizar e preservar o patrimônio (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

A valorização dos bens patrimoniais pode proporcionar um entendimento mais refinado sobre a relação do passado com o presente, uma vez que “a história e o conhecimento do que fizeram outras sociedades em outras épocas devem fornecer elementos que possam se relacionar com a nossa realidade e com o nosso presente” (Canclini, 1999, p. 29). Conhecer a história dos povos amazônicos é, dessa forma, valorizar as diferentes culturas (modo de vida, dialeto, forma de vestir, entre outras) existentes na região.

Sendo assim, as atividades desenvolvidas nas comunidades foram programadas em conjunto com a equipe de profissionais envolvida no projeto, pois tais atividades funcionam como instrumento facilitador da construção de propostas educativas, que estimulam o debate

acerca das identidades, da educação e do patrimônio. A colaboração e participação de moradores, de professores e de estudantes foram fundamentais para que eles compreendam a importância histórica e cultural dos bens patrimoniais existentes na comunidade e que tais bens (artesanato, dança, uso de plantas como medicamentos, modo de pescar, de construir moradia e casa de farinha, entre outros) precisam ser preservados na memória e registrados para as gerações futuras (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

Nesse processo educativo, as caminhadas e visitas monitoradas possibilitaram o desenvolvimento da sensibilidade e da reflexão sobre a importância da preservação dos bens patrimoniais. Dessa maneira, caminhar pela cidade e vila, observar seus prédios, visitar igrejas, entrevistar moradores, degustar as peculiaridades culinárias, observar práticas culturais, visualizar os sítios arqueológicos, as materialidades, além de documentos produzidos em outras épocas, constitui uma possibilidade ímpar para operar com o tempo, compreender suas discontinuidades e permanências, confrontar temporalidades diversas, situar períodos históricos em relação ao presente (Bergamaschi; Stephanou, 2000, p. 97).

2.2. Implementação do Programa de Educação Patrimonial

Horta; Grunberg; Monteiro (1999) entende por educação patrimonial o trabalho realizado de forma educacional, viabilizando a preservação dos patrimônios em seus diversos significados, desde o material ao imaterial. Ela é um processo permanente e sistemático de trabalho centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Tal procedimento deve sempre partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus aspectos, sentidos e significados.

Dessa maneira, a Educação Patrimonial buscou por meio da colaboração com as comunidades, levar crianças e adultos do estímulo ao conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural. Ela possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Esse processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e das comunidades e à valorização de sua cultura. Freire (1996), ao postular o empoderamento, parte da ideia de dar às pessoas o poder, a liberdade e a informação, permitindo-lhes tomar decisões e participar ativamente da organização, um reforço e capacitação para o exercício da autoafirmação.

O entendimento sobre Educação também é bastante amplo, pois ele está em todos os lugares e no ensino de todos os saberes. Assim, não existe modelo de educação, a Escola não é o único lugar onde ela ocorre e muito menos, o professor é seu único agente. Existem inúmeras educações e cada uma atende à sociedade em que ocorre, pois é a forma de reprodução dos saberes que compõem uma cultura, portanto, a educação de uma sociedade tem identidade própria (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação expressa que: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Educação é todo e qualquer processo formativo (BRASIL, 1996, art.1).

No diálogo entre Educação e Cultura, nos diversos espaços formativos, é possível perceber dois pontos essenciais. O primeiro diz respeito à relação da escola com a cultura do lugar onde ela está situada. Partindo da premissa de que o lugar é um espaço vivo, carregado de memórias e significações, a abertura da escola à comunidade é fundamental, pois permite que alunos e suas famílias se enxerguem em seu território, nutram o sentimento de pertencimento e se sintam reconhecidos no conhecimento que a escola produz e transmite (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009).

Tal entendimento consiste em uma ampliação do sentido cultural, sem reduzi-lo à “folclorização” de manifestações presentes no cotidiano das comunidades. É fundamental que a escola construa uma relação entre o conhecimento estabelecido, o patrimônio cultural da humanidade e aquele conhecimento cultural que está ali presente, circulando na localidade. À medida que também propicia a relação entre os saberes do passado e do presente a escola permite que os alunos e suas famílias não só mantenham o pertencimento temporal a este momento histórico, mas também reconheçam o seu papel como sujeitos históricos naquele lugar (Canto, 2012).

O segundo diz respeito ao currículo escolar, isto é, à seleção dos saberes que deverão ser trabalhados pelo educador, pois este tem o poder e a legitimidade para selecionar os saberes que serão compartilhados com os sujeitos que frequentam as escolas. Assim, se a escola for capaz de valorizar no currículo o patrimônio cultural presente na comunidade, nos diferentes grupos sociais, etnias e representações e não apenas na história oficial, ela desempenhará um papel diferenciado (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009). Sua contribuição será ainda maior se renunciar ao uso de abordagens “folclorizadas” ou “pitorescas” da cultura popular, que a tratam como “sub-cultura” e, muitas vezes, reforçam estigmas e deixam determinadas manifestações populares à margem de uma proposta de ampliação de repertório.

2.2.1. Atividades Práticas

As atividades desenvolvidas nas oficinas basearam-se em Grunberg (2007), para o qual a observação consiste em exercícios de percepção sensorial com a exploração dos sentidos (visão, tato, olfato, paladar e audição), de bens culturais ou tema observado de forma exhaustiva. Tudo deve ser registrado por meio de desenhos, descrições (orais e/ou escritas), fotografias, mapas e maquetes que busquem aprofundar o conhecimento observado; para o referido autor a exploração deve ser feita por meio de discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas) e entrevistas com familiares e pessoas da comunidade, desenvolvendo a capacidade analítica e interpretando as evidências e os significados e finalmente a apropriação pela recriação do bem cultural com o uso da releitura, dramatização e interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, teatro, dança, música, fotografias, vídeos e filmes), provocando nos participantes uma atuação crítica e de valorização do patrimônio cultural.

2.2.1.1. Álbum de Memória

Utilizado para estimular os sujeitos a registrarem suas memórias e do lugar no qual vivem, consiste na construção de um álbum que conta a história de vida, as referências culturais e a história do lugar onde mora e trabalha, sem se preocupar com a linearidade temporal, registrando os principais fatos de sua vivência e refletindo sobre as questões que envolvem a percepção da memória e das identidades culturais coletivas (vide Figura 2).



Figura 2: Apresentação do Álbum de MemóriaX

Rosemara Lisboa, 2015

A atividade Álbum de Memória possibilitou os educadores e comunitários perceberem como é importante o envolvimento com os atores históricos que produzem conhecimento a partir de suas comunidades e como a escola pode atuar de forma significativa no sentido de valorizar a cultura construída pelos sujeitos coletivos.

2.2.1.2. Projeto de Interação

A produção de Projeto de Interação nas escolas, junto aos alunos, enfatiza a valorização e preservação dos bens culturais (material, imaterial e natural) de cada comunidade e de Quatipuru. Uma das propostas apresentadas pelos educadores, voltada aos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, consiste em: solicitar que os alunos tragam, para a sala de aula, objetos antigos de seus familiares; e socializem os objetos com a turma, comentando o que sabem sobre o processo de construção e uso dos mesmos; observa-se o entendimento que os alunos têm sobre Patrimônio Cultural no diálogo estabelecido entre eles e com o educador, outro passo foi solicitar a elaboração de uma lista com o Patrimônio Cultural de Quatipuru e Boa Vista; escolher nessa lista um patrimônio do município para visitar (decidiu-se pela Igreja de Nazaré e São Benedito); Planejamento da visita.

2.2.1.3. Mosaico de Ideias

O Mosaico de Ideias consiste na produção pelos participantes de palavras, frases e/ou desenhos, em papéis coloridos tendo como suporte um mural branco, formando um mosaico. Cada um deles escolheu uma palavra (frase ou desenho), formulada de acordo com o seu conceito de herança cultural, tradição e identidade, e a apresenta, explicando o porquê da sua escolha (Canto, 2012; Lopes; Lopes, 2009). Os participantes foram convidados a falar de sua experiência com relação às tradições culturais de sua cidade ou comunidades e no final foi construído coletivamente o conceito de Patrimônio Cultural (vide Figura, 3).

Figura 3: Atividade de Educação Patrimonial – Mosaico de Ideias

Fonte: Rosemara Lisboa, 2014



2.2.1.4. Visitando, Caminhando, Observando e Fotografando

Esta atividade foi baseada em Grunberg (2007), onde os participantes foram divididos em duas equipes para visitar a cidade, com a tarefa de registrar, por meio de fotografias, os locais, edifícios, situações e/ou fatos, relacionados ao patrimônio cultural.

Algumas questões deveriam ser observadas pelos participantes, tais como:

Existem edificações antigas em Quatipuru?

Como são as relações com a comunidade?

Como é a participação de crianças e idosos?

Existe consciência da preservação da memória?

Como é a paisagem? Existem construções?

As ruas e praças estão bem cuidadas?

Há muitas residências, lojas, escritórios, restaurantes, clubes, comércio?

Que atividades se realizam no local?

Os materiais de construção das casas são antigos ou novos?

Identifique as casas novas ou as que tiveram modificações?

Os edifícios estão cuidados ou abandonados?

No retorno da visita, as equipes apresentaram os tipos de patrimônio cultural, observados e registrados. As impressões e opiniões, sobre os lugares fotografados, foram debatidas; e os participantes trocaram ideias e opiniões a respeito das situações, pessoas e atividades observadas. A atividade proporcionou a reflexão sobre o patrimônio que faz parte da vida da comunidade, onde o momento do relato de cada educador foi muito significativo.

3. DISCUSSÃO

No passado o termo patrimônio foi entendido como os bens materiais de uma família, ligado diretamente a herança do patriarca. Somente a partir do século XVIII é que o termo patrimônio passou a ser o bem cultural de uma nação, visando criar uma referência comum, uma identidade nacional.

No Brasil, o patrimônio histórico recebeu mais atenção no século XX com a implantação a Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁹⁶, objetivando

96 Em 1936, Mário de Andrade, a convite do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, elaborou o anteprojeto de criação de um órgão voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional que primou pela originalidade em relação ao que se pensava sobre patrimônio em escala mundial, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (MACHADO, 2004, p.

preservar, identificar, fiscalizar, revitalizar, restaurar e divulgar os bens culturais do Brasil. Em 1970, o órgão passou a ser Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), existindo quatro tipos de instrumentos que podem ser utilizados para a preservação: tombamento, regulamentações, registros e inventários⁹⁷.

A proteção do patrimônio cultural de um povo contribui para que o conhecimento da sua História seja compartilhado por gerações diferentes. Caso esse conhecimento não seja transmitido ou preservado, ele corre o risco de ser esquecido e junto com ele as memórias de nossos ancestrais (Canto, 2012).

Dessa maneira, na pesquisa arqueológica envolvendo os pescadores-coletores do passado, percebeu-se a existência de elementos ambientais e culturais que persistiram ao longo da história, mesmo com as transformações ao longo do tempo. Silveira (1979), por exemplo, notou na pesca, uma atividade complementar da economia em Quatipuru, conseguindo distinguir três tipos de atividade pesqueira, relacionadas à pesca costeira, fluvial e nos campos alagados, percebendo então, que as atividades pesqueiras na atualidade são realizadas em diferentes ecossistemas, tais como no passado.

Em contrapartida, notou-se que os grupos sambaquianos tinham conhecimento sobre a diversidade fisiográfica do litoral paraense, utilizada no processo de construção dos sambaquis entre as baías costeiras e as penínsulas, característicos do litoral de rias e de ilhas próximas ao continente, um forte indício da apropriação de conhecimento dos diversos ecossistemas do litoral amazônico, bem utilizada em seu estabelecimento (Lopes, 2016; Lopes; Gaspar; Gomes, 2018).

O modo de vida dos grupos sambaquianos, portanto, é reflexo do domínio sobre as águas interiores e o mar costeiro, tendo outros ecossistemas para a subsistência relacionada, por exemplo, à terra firme. Os recursos vivos dos diversos ecossistemas são renováveis e obedecem aos padrões biológicos de cada espécie, como é o caso dos peixes (Furtado, 1987; Maldonado, 1986; 1995; Silveira, 1979; Wagner; Silva, 2013).

Nas profícuas e duráveis relações entre os humanos e o meio costeiro, percebe-se nas evidências arqueológicas, o domínio crescente de conhecimento e percepção e habilidades nas diferentes modalidades de exploração do território usado, mesmo com a complexidade e imprevisibilidade das águas, estimulando a ideia de conhecimento acerca da navegação, de

11). O SPHAN foi criado sob o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época (www.portal.iphan.gov.br).

97 O Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25/1937, afirma que, constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

técnicas de pesca, do movimento das marés, das massas de ar, do clima e da flora e fauna, entre os pescadores-coletores, também observado nos pescadores atuais (Furtado, 1987; Lopes, 2016; Santos, 1978; 2004; 2005; 2007).

Todo esse conhecimento milenar foi exitoso na apropriação e na manutenção dos grupos sociais no litoral de Quatipuru, possibilitando a constituição de um patrimônio material, recuperados pelas intervenções arqueológicas, e imaterial, inerente ao conhecimento, percepção e habilidades desses grupos humanos, necessitando, portanto, ser preservado, pois auxiliam as interpretações entre o passado e presente das atividades pesqueiras, fundamentais no fortalecimento da identidade cultural, histórica e social das comunidades de Quatipuru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de educação patrimonial demonstraram a importância de o conhecimento chegar à comunidade para reconhecer sua história, a relação de suas práticas culturais com aquelas realizadas pelos sambaquianos há milênios, em defesa de seu patrimônio cultural material e imaterial.

O compartilhamento dos dados arqueológicos com a comunidade tradicional do município de Quatipuru/PA demandou a necessidade de melhor conhecer o modo de vida dos comunitários, em contraponto aos construtores de sambaqui, identificando as formas de utilização de recursos naturais costeiros e marinho, como aves, répteis, anfíbios, mamíferos aquáticos, incluindo também a ocorrência e o manejo de espécies vegetais, já que as pesquisas anteriores praticamente não registram a presença de restos vegetais em sambaquis.

Os resultados foram satisfatórios quanto ao esclarecimento e interesse das comunidades da área (Boa Vista e Quatipuru), contribuindo na identificação e localização de vestígios arqueológicos, como foi o caso de professores, alunos e comunitários que relataram presença de material arqueológico (fragmentos cerâmicos e louças) nos quintais de residências e nos roçados (fragmentos de cerâmicas e lâminas de machados).

As palestras e oficinas sobre patrimônio cultural, mas especificamente o arqueológico e o estímulo na participação de outras comunidades do município, tenderá a aumentar, notando-se o início da atuação como multiplicadores sobre a temática do patrimônio cultural entre as comunidades.

As ações de Educação Patrimonial deverão ser ampliadas e voltadas cada vez mais efetivamente para a relação do patrimônio cultural com os estudos de tradição oral, identidade cultural, patrimônio arqueológico, ecoturismo, entre outras, as quais continuaram sendo

trabalhadas por meio de seminários, palestras, oficinas e reuniões junto a gestores municipais, lideranças comunitárias, educadores, comunidades e alunos visando à formação cada vez mais eficiente dos multiplicadores e agentes do patrimônio entre os próprios comunitários.

Houve também a ampliação das discussões para a comunidade acadêmica que está sendo formada no município, organizando debate sobre museologia, patrimônio cultural, educação patrimonial, meio ambiente e arqueologia. O objetivo do programa foi alcançado demonstrando o papel dos gestores municipais, órgãos públicos no fomento da pesquisa arqueológica na região, a importância da arqueologia na interpretação de dados arqueológicos e dos resultados a respeito do modo de vida dos grupos pescadores-coletores que viveram em Quatipuru.

Dessa maneira, o Programa de Educação Patrimonial desenvolvido com as pesquisas arqueológicas, demonstrou a importância das relações entre educação, cultura, comunidade e patrimônio cultural, estruturando-se o repasse do conhecimento e familiarizando a comunidade com os conceitos e sua relação com o patrimônio cultural, mais especificamente o arqueológico, assim, a metodologia e teorias desenvolvidas em salas de aula e nas reuniões com gestores, puderam contribuir para as reconstruções iniciais da identidade cultural dos alunos e dos membros da comunidade, para a valorização do patrimônio, vinculada a importância de preservá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; STEPHANOU, Maria. Ensino de História e Educação Patrimonial: memória açoriana. In: JORNADA DE ENSINO E HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. Porto Alegre: EST, 2000.
- BRASIL, Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional- LDB. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 4ª Edição, 1999.
- CANTO, Paulo do (Coord.). **Patrimônio do nosso meio**: Programa de Arqueologia Preventiva da Companhia de Alumina do Pará: municípios de Barcarena e Abaetetuba. Belém: Ed. Açai, 2012.
- FREIRE; Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática docente**. São Paulo: Paz e Terra; 10ª Ed, 1996.
- FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros de Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- GOMES, D. M. C. Análise dos Padrões de Organização Comunitária no Baixo Tapajós: o desenvolvimento do formativo na área de Santarém, PA, 2005, 325f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- GREEN, L. F.; GREEN, D. R.; NEVES, E. G. Indigenous Knowledge and Archaeological Science. The Challenges of Public Archaeology in the Reserva Uaçá. **Journal of Social Archaeology**, v. 3, n. 3, p.365-397, 2003.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- LOPES, Paulo Roberto do Canto; GASPAR, MaDu; GOMES, Denise Maria Cavalcante. O Sambaqui Porto da Mina e a Cerâmica Utilizada como Material Construtivo: Um Estudo de Caso. In. **Revista de Arqueologia**, v. 31, n. 1, p. 52-72, 2018.
- LOPES, Paulo Roberto do Canto. **Caracterização do modo de vida dos sambaqueiros que ocuparam o litoral paraense: Quatipuru, Pará, Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; SENNA, Cristina do Socorro Fernandes de. A educação patrimonial como instrumento de valorização do patrimônio cultural de populações tradicionais do litoral paraense. **Anais do II Congresso Ibero Americano**, Gestão Integrada de Áreas Litorais (GIAL), Florianópolis, Santa Catarina, 2016. p.189-190.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; LOPES, Luís Otávio do Canto (Org.). **Novas abordagens em arqueologia preventiva: sítios arqueológicos Bittencourt, Alunorte e Jambuaçu**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Vale, 2009.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio**, Caxias do Sul, Maneco, 2004.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ática, 1986.

_____. Dizer marítimo: A antropologia e os pescadores em algumas notas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Cienc. Hum.**, Belém, n.11, v. 1. dezembro, 1995: 137-144.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity. In: BANRETT, W. K.; HOOPES, J. (Ed.). **The emergence of pattery: technology and innovation in ancient societies**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995. p. 115-131.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. cap. 1, p. 1-15. (Coleção espaço, território e paisagem).

_____. O retorno do território. **OSAL: Observat. Soc. Am. Lat.**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p. 251-261, jun. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

SILVEIRA, Isôlda Maciel da. **Quatipuru: agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979.

SIMÕES, Mário Ferreira. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Antropol.**, Belém, n. 78, p. 1-32, 1981.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. Maritimidade, Haliêutica e a Arqueologia dos Sambaquis, In: **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, Criciúma, Santa Catarina, 2013. p. 54-67.

**O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE CASTANHAL COMO MECANICISMO
PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL À LUZ DA LEI ESTADUAL Nº
9.981/23**

Lucas Pinheiro de Araújo⁹⁸

Paulo Roberto Canto Lopes⁹⁹

RESUMO

O Parque Natural Municipal de Castanhal criado pela Lei municipal nº 020/2018 se destaca como um importante equipamento público capaz de promover a educação ambiental e patrimonial, sendo um instrumento capaz para o desenvolvimento dos valores da solidariedade e sustentabilidade necessários para a preservação dos recursos naturais e culturais. À luz da Lei Estadual nº 9.981/23, que trata da Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, potencializando proteção e valorização do patrimônio ambiental no Pará, o parque adquire relevância ao alinhar suas atividades às diretrizes legais, fortalecendo seu papel pedagógico. No contexto do parque, programas de educação ambiental e patrimonial podem integrar trilhas interpretativas, oficinas e projetos escolares, proporcionando experiências práticas e reflexivas. Essas iniciativas visam fomentar o senso de responsabilidade coletiva, dialogando com a população sobre a importância da biodiversidade e da herança cultural.

Palavras-Chave: Parque Ambiental; Instrumento; Educação Ambiental e Patrimonial.

98 Graduado em Direito (Faculdade Estácio Castanhal). Especialista em Direito Tributário no Instituto Brasileiro de Estudo Tributário (IBET). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, na Universidade Federal do Pará, campus Castanhal (UFPA/PPGEAA). Professor da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: Pinheirolucas0801@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1038-1167>.

99 Graduado em História (UFPA). Mestre em História (PUCRS). Phd em Arqueologia (UFRJ). Pós-doutor em Educação Patrimonial (UFAM). Professor e Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (UFPA/PPGEAA). E-mail: paulocanto6@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8561-5175>

1. INTRODUÇÃO:

No ano de 2025, no Estado do Pará, será sediado o maior evento de debate climático do planeta, a Conference of the Parties (COP), que certamente trará a lume debates atuais sobre instrumentos necessários para a preservação e proteção do meio ambiente em todas as suas dimensões.

O Estado do Pará atento a agenda ambiental e patrimonial publicou a Lei nº 9.981/23 que trata Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, tendo como uma das finalidades fomentar e fortalecer a integração entre a educação, cultura, ciência e tecnologia (PARÁ, 2023), revogando a Lei estadual nº 5.600/90.

No Município de Castanhal, percebemos que há um potencial para materialização da política estadual, isso porque, no ano de 2018, a Lei Municipal nº 020/18 criou o Parque Natural Municipal de Castanhal que se propõe a ser um equipamento público que propicie o desenvolvimento de estudos, pesquisa científica e educação ambiental (CASTANHAL, 2018).

Nesse contexto, temos como objetivo no presente trabalho compreender se o Parque Natural de Castanhal, pode ser um instrumento de efetivação da política ambiental na educação básica.

Para obtenção dos resultados, utilizamos a revisão bibliográfica de textos normativos, por meio do método exploratório, a fim de verificar se as alterações estabelecidas Lei nº 9.981/23 representam uma nova compreensão sobre estudo meio ambiente.

Assim, confrontando os dispositivos das referidas leis a) Lei nº 9.981/23, b) Lei nº 5.600/90, percebemos que tão somente com a nova disposição normativa é que podemos ter de maneira clara e organizada uma política que forma cidadãos críticos no que concerne a sustentabilidade ambiental, garantindo concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade, com a implementação de projetos e programas para tais finalidades (PARÁ, 2023), posto que anteriormente nenhum desses objetivos sequer se faziam constar no texto legal.

Sendo assim, o Parque natural de Castanhal, pode ser um instrumento para introduzir as pessoas ao ambiente natural para proporcionar experiências imersivas e compreender a relevância do patrimônio ambiental e cultural, garantindo uma formação multidisciplinar

permitindo o diálogo com a comunidade, sobretudo aquela que vive ao entorno do referido parque, indo encontro ao que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) orienta para educação ambiental e patrimonial (IPHAN, 2014).

2. DA REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FORMAL PARA O MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE.

A Lei Estadual nº 5.600/90 regulamentava no Estado do Pará os critérios para a promoção da Educação Ambiental, assim, a normativa salienta que: *“Dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o artigo 255, inciso IV da Constituição Estadual, e dá outras providências”* (PARÁ, 1990).

Vale dizer que o Estado do Pará em atenção ao mandamento Constitucional pertinente ao meio ambiente, tratou de criar com certa brevidade um instrumento normativo referente a educação ambiental, o que por si só, é medida louvável, considerando a importância da temática, sobretudo para um Estado que se encontra no coração da Amazônia.

No entanto, quando se analisa o supradito texto normativo é possível constatar que este é muito frágil, na medida em que não estabelecia quais seriam os objetivos, metas e políticas que poderiam ser voltadas para educação ambiental se limitando tão somente a dispor que matéria atinente ao meio ambiente deveria constar em todos os graus do ensino público e privado, bem como deveria ser realizado a promoção de cursos de capacitação para reciclagem e programas comunitários de educação.

O cenário, contudo, foi modificado consideravelmente com o advento da Lei nº 9.981/23 que trata da Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação, isso porque houve profundas alterações, de modo que hoje se tem metas, objetivos a serem alcançados e implementados.

Art. 1º Fica instituída a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), que tem por objetivo implementar ações e práticas educativas na educação básica, voltadas para a defesa da preservação do meio ambiente. (PARÁ, 2023).

Nessa senda, o artigo 2º estabelece as finalidades da política educacional para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, pormenorizando diversos eixos de atuação, tais como,

fomento cultural, participação individual, coletiva, justiça social, igualdade, liberdade, sustentabilidade e equilíbrio ecológico (PARÁ, 2023).

De outro giro, fica a cabo do art. 4º dispor dos instrumentos a serem utilizados para a materialização das finalidades contidas na nova política educacional voltado ao meio ambiente, especificando as estratégias que poderão ser aplicadas para implementação efetiva da nova matriz curricular ambiental na educação básica.

3. O PARQUE NATURAL DE CASTANHAL COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL

O Município de Castanhal, por meio da Lei Municipal nº 020/18 criou o Parque Natural Municipal de Castanhal, sendo uma Unidade de conservação voltada para a proteção do meio ambiente:

Art. 1º. Fica criado o Parque Natural Municipal de Castanhal, no território sob jurisdição do Município de Castanhal, no Estado do Pará, constituindo-se uma Unidade de Conservação da Natureza (UC) do Grupo de Proteção Integral (PI). (CASTANHAL, 2018).

Os parques naturais encontram arrimo, na Lei Federal nº 9.985/2000, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, de modo que precisamente o art. 11, §4º, trata da referida modalidade de unidade:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

(...)

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. (BRASIL, 2000).

Como se vê, o Município de Castanhal criou dentro da sua esfera de competência uma unidade de conservação, com o intuito de ser utilizada para a finalidade de pesquisa e ensino, como se extrai do artigo 4º:

Art. 4º. No Parque Natural Municipal de Castanhal poderão ser desenvolvidas atividades de estudos e pesquisas científicas, educação ambiental, ecoturismo, visitação pública e recreação, desde que estabelecidas

no Plano de Manejo e com prévia autorização do Órgão Gestor. (CASTANHAL, 2018).

Diante disso, surge à lume a possibilidade do referido Parque Natural ser um instrumento de materialização da nova política pertinente a educação ambiental e patrimonial estatuída pelo Governo do Estado do Pará, na medida em que pode se tornar um ambiente propício que permita imersão dos alunos da educação básica e sociedade civil para compreensão sobre a relevância do patrimônio ambiental e cultural, garantindo uma formação multidisciplinar.

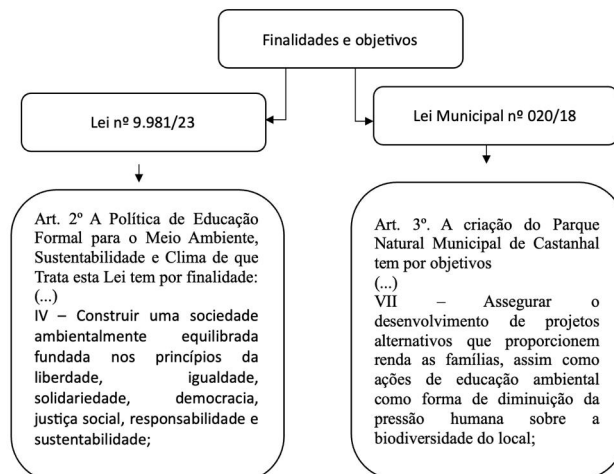
4. O PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE CASTANHAL COMO MECANICISMO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL À LUZ DA LEI ESTADUAL Nº 9.981/23

Nas seções anteriores foi possível vislumbrar a estrutura normativa que permeia o processo de consolidação para a criação do Parque Natural de Castanhal à luz da legislação ambiental, do mesmo modo que, foi possível construir de forma introdutória as reformulações advindas do processo de modernização da matriz curricular voltada ao meio ambiente, patrimônio e clima, do Estado do Pará.

Nessa seção, por sua vez, nas linhas abaixo que se sucedem, buscaremos demonstrar os pontos que se intercalam e que, portanto, permitem construir uma interação educacional que materialize os objetivos e metas da Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima em um equipamento público que detém todos os mecanismos legais e institucionais de efetivação da referida matriz educacional.

Para tanto, na (Figura 1) abaixo, é possível notarmos os pontos de convergência que permitirá a utilização do Parque Natural de Castanhal, isto é, a unidade de conservação municipal para educação ambiental e patrimonial.

Figura 1: Organograma de análise das finalidades e objetivos.



Fonte: autor, 2024.

Ora, compulsando os textos normativos no que concerne aos objetivos e metas, vislumbramos um potencial interessante entre o exercício da educação ambiental e patrimonial no espaço físico do Parque ambiental, na medida em que valores como sustentabilidade, solidariedade se cultivam sim, no espaço escolar, mas se materializam na vivência prática.

Em outras palavras, a interação com o meio ambiente seguramente permitirá uma formação mais profícua com os respectivos princípios e valores fundamentais, pois a sustentabilidade é um ato contínuo de respeito com o meio, como outrora os povos tradicionais cultivavam.

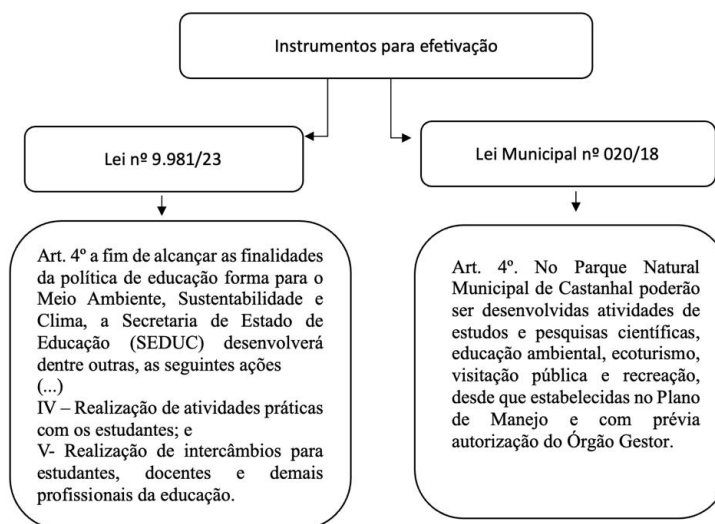
O conhecimento tradicional acumulado ao longo de gerações, que inclui práticas de manejo da terra, técnicas agrícolas sustentáveis e formas de adaptação ao ambiente:

A natureza, antes vista como sagrada, como nossa generosa mãe deusa, se tornou, nossa inimiga. As religiões ancestrais que veneravam o mundo natural foram consideradas pagãs e pecadoras. Para piorar, com a expansão do colonialismo europeu, rotulou-se as religiões nativas como "primitivas" e os seus seguidores de "selvagens". Na visão colonialista, ser civilizado era ser europeu, e "civilizar" alguém significava escolher entre a conversão ao cristianismo ou a morte. O "grande diálogo", usando a expressão inspiradora do padre católico e ecoteólogo Thomas Bery, não era mais entre os homens e a natureza, mas entre os homens e um Deus ausente. (Gleiser, 2024, p. 96):

Nessa perspectiva, a conjugação dos princípios, metas e valores da Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima com a unidade de conservação

municipal assegurará o a maximização dos referidos valores. Para tanto, temos os instrumentos para a sua efetivação (Figura 2).

Figura 2: Organograma de análise dos instrumentos para efetivação.



Fonte: autor, 2024.

Como se vê, há um alinhamento de objetivos e metas, na medida em que a legislação estadual compreende como sendo essencial para política pública ambiental a realização de atividades práticas com estudantes, além da interlocução com os demais profissionais da educação, do mesmo modo que o Parque natural é um local ideal para recepcionar as referidas atividades, alunos e profissionais.

Nesse sentido, o IPHAN sobre o processo de educação patrimonial, vem compreendendo e reconhecendo a necessidade da construção coletiva:

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014).

A Educação Patrimonial, como defendida pela CEDUC, abrange todos os processos educativos, formais e não formais, que têm o Patrimônio Cultural como foco central. Trata-se

de uma abordagem que reconhece o patrimônio não apenas como um acervo de bens materiais ou imateriais, mas como um recurso valioso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em suas múltiplas manifestações e nos mais diversos espaços.

Ademais, a educação ambiental e a educação patrimonial estão profundamente interligadas, pois ambas compartilham o objetivo de promover a conscientização e o respeito pelos bens naturais, culturais e históricos que constituem o patrimônio coletivo de uma sociedade.

A educação ambiental foca na sensibilização e no desenvolvimento de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente, destacando a importância da sustentabilidade e do uso consciente dos recursos naturais. De outro giro, a educação patrimonial busca valorizar e preservar o patrimônio cultural, incluindo edificações, tradições, artes, saberes e objetos históricos, como forma de reforçar a identidade e a memória coletiva de uma comunidade.

Nesse sentido, integrar a educação ambiental e patrimonial é essencial para promover uma cidadania crítica e participativa. Ao estimular o conhecimento sobre o valor dos recursos naturais e culturais, é possível criar um diálogo coletivo voltado à preservação e ao uso sustentável desses bens.

Nessa perspectiva, o Parque natural de Castanhal pode desempenhar o papel fundamental no processo de maturação e desenvolvimento da educação patrimonial e ambiental no Município de Castanhal, pois justamente como visto ao longo do presente trabalho é um equipamento público idealizado para o ensino, pesquisa e extensão.

Nesse diapasão, uma vez que a Educação Patrimonial e com a recente alteração trazida na legislação estadual vem com o intuito de privilegiar a construção coletiva e democrática do conhecimento, a interação e o diálogo permanente entre agentes culturais, sociais e as comunidades detentoras do patrimônio tornam-se indispensáveis para a construção de uma rede colaborativa para a preservação e conservação do patrimônio cultural e ambiental.

Esse novo olhar, se aproxima daquilo que o Professor Edgar Morin chama de educação complexa:

A esse problema universal confronta-se a educação do futuro, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. (MORIN, 1999, p. 36).

A educação complexa propõe uma forma de pensar que supera a fragmentação do conhecimento e busca integrar saberes em uma abordagem interdisciplinar.

Em sua obra intitulada “os sete saberes necessários à educação do futuro” (1999), Morin destaca a necessidade de compreender os fenômenos de forma integrada, reconhecendo as interconexões entre ciência, cultura, meio ambiente e sociedade. Essa visão é particularmente relevante na articulação entre educação patrimonial e educação ambiental, pois ambas exigem a valorização da interdependência entre os aspectos culturais e naturais que constituem o patrimônio e o meio ambiente.

No contexto da educação patrimonial, a perspectiva complexa de Morin permite enxergar o patrimônio não apenas como um objeto estático, mas como um processo dinâmico que envolve práticas culturais, memórias coletivas e valores sociais. Da mesma forma, a educação ambiental, fundamentada no pensamento complexo, busca promover uma consciência ecológica que integre dimensões científicas, éticas e culturais, enfatizando a interdependência entre os seres humanos e os ecossistemas. Ambas as áreas podem ser unificadas pela educação complexa ao incentivar práticas pedagógicas que transcendam a compartimentalização do saber.

Assim, a perspectiva de Morin contribui para uma educação que forma sujeitos aptos a lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos, incluindo a preservação ambiental e cultural, fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a valorização de identidades locais.

Portanto, como ressaltado alhures, o Parque Natural do Município de Castanhal permite a conjugação de todos os elementos que o referido autor defende, voltados ao patrimônio ambiental, cultural e arqueológico, cumprindo os valores esculpidos na legislação estadual que trata da Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Ambiental de Castanhal, situado em uma região estratégica do Pará, emerge como um espaço privilegiado para a promoção da educação ambiental. À luz da Lei Estadual nº 9.981/23, que estabelece a Política Estadual de Educação Ambiental, observa-se que tal espaço reúne os elementos necessários para consolidar-se como um instrumento de transformação socioambiental.

Como visto no decorrer do trabalho a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima a incentiva práticas educativas que integrem conservação ambiental, sustentabilidade e participação comunitária, todos princípios facilmente viabilizados pela estrutura e diversidade ecológica do parque.

Ao possibilitar a realização de atividades práticas, como trilhas ecológicas, oficinas e projetos escolares, o parque pode servir de palco para vivências que estimulam a consciência crítica sobre questões ambientais materializando os princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade. Reforça a importância da valorização da biodiversidade local, conectando os participantes com a realidade do bioma amazônico.

A interseção entre a legislação estadual e as potencialidades do parque evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam a manutenção, ampliação e promoção de programas de educação ambiental neste espaço.

Assim, a valorização e utilização pedagógica desse espaço não apenas beneficia o município de Castanhal, mas também fortalece o papel do Pará como protagonista na agenda ambiental brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: [20/10/2024].

BRASIL, LEI Nº 9.985, de 18 de julho 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: [20/10/2024].

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis. **(org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** 1ª edição, São Paulo: Cortez, 2009

CASTANHAL, Lei Municipal nº 020/2018 de 30 de maio de 2018. Dispõe sobre a criação do Parque Natural Municipal de Castanhal, no Município de Castanhal, Estado do Pará, e dá outras providências. Câmara Municipal de Castanhal. Diário Oficial do Município de Castanhal, 2018. Disponível em <http://www.castanhal.pa.gov.br/cidadao/#LeisMunicipais> . Acessado em: 26/09/2024.

Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2014.

ENRIQUEZ, G. E. V. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia: biodiversidade, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas.** 460 páginas, Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

GLEISER, M. **O Despertar do Universo Consciente: Um manifesto para o futuro da humanidade.** 1º edição. Rio de Janeiro, 2024.

PARÁ, Lei Estadual nº 9.981/23 de 06 de julho de 2023. Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e revoga a Lei Estadual nº 5.600, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o art. 225, inciso IV da Constituição Estadual do Pará. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, PA. Diário Oficial do Estado do Pará, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/probncc/LO9981-dee4e.pdf>.

Acessado em: 26/09/2024.

PARÁ, Lei nº 5.600/90 de 15 de julho de 1990. Dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o artigo 255, inciso IV da Constituição Estadual, e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Pará, PA. Diário Oficial do Estado do Pará, 1990. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pa/lei-ordinaria-n-5600-1990-para-dispoe-sobre-a-promocao-da-educacao-ambiental-em-todos-os-niveis-de-acordo-com-o-artigo-255-inciso-iv-da-constituicao-estadual-e-da-outras-providencias> .Acessado em: 26/09/2024.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E EXPRESSÃO ARTÍSTICA NO TÚMULO DE MARIA LUIZA DE ALBUQUERQUE BARROS NO CEMITÉRIO DE SANTA ISABEL EM BELÉM

CHAGAS, Frida ¹⁰⁰

CAVALCANTE, Patrícia ¹⁰¹

HOFFMAN, Ruan ¹⁰²

RESUMO

O presente estudo investiga o patrimônio, a memória e a expressão artística cemiterial, com foco no túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros, localizado no Cemitério de Santa Izabel, em Belém, construído durante a *Belle Époque*. O túmulo, exemplar da arte funerária da época, reflete as características estéticas, sociais e religiosas da elite belenense do século XIX. A análise desse patrimônio funerário permite compreender como a memória individual e coletiva se expressa por meio das artes, ressaltando a importância dos cemitérios como espaços de preservação patrimonial, histórica e cultural como recursos didáticos para o ensino de história. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, combinando visitas ao espaço cemiterial com a análise de fontes primárias (inventários, registros de sepulturas) e secundárias (bibliografia especializada). As visitas permitiram a observação direta das características artísticas do túmulo e o registro fotográfico detalhado. As fontes consultadas no Centro de Memória da Amazônia (CMA) e no Instituto Histórico Geográfico do Pará (IHGP) proporcionaram um rico contexto histórico-social para a análise. A análise iconográfica detalhada do túmulo, incluindo esculturas, símbolos e inscrições, revela informações valiosas sobre a fé, as crenças e os valores desse tempo. A pesquisa também explora a dimensão social das práticas funerárias, analisando o papel dos cemitérios na construção da identidade coletiva e na organização social da cidade. Além disso, investiga o ideário de morte presente na sociedade da época, evidenciando a importância atribuída à vida após a morte e às práticas funerárias como forma de expressar a fé e a esperança.

Palavras-chave: Patrimônio, Memória, Arte Tumular

100 Graduanda de Licenciatura em História (FIBRA) e Licenciatura em Pedagogia (IFPA)

101 Doutora em História Social da Amazônia (UFPA)

102 Graduando de Licenciatura em História (UFPA) e Bacharelado em Direito (FIBRA)

1. INTRODUÇÃO

Estudar o patrimônio histórico e cultural é uma ferramenta poderosa para compreender aspectos importantes da memória coletiva e individual. Nesse contexto, os cemitérios desempenham um papel único: além de abrigarem os mortos, são espaços ricos em expressão artística, símbolos de identidade e reflexos de valores sociais. O túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros, localizado no Cemitério de Santa Izabel, em Belém, é um exemplo notável da arte funerária da *Belle Époque*. Ele oferece uma janela para as práticas culturais, sociais e religiosas da elite belenense do século XIX até a virada do século XX.

Este estudo foi motivado pela relevância do túmulo como uma manifestação artística e patrimonial. Mais do que uma obra estética, reflete a história e os valores de uma sociedade em transformação. Apesar de muitas vezes esquecidos, os cemitérios são espaços essenciais para promover a educação patrimonial — um processo incentivado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde meados do século XIX. Eles oferecem oportunidades valiosas para que as memórias coletivas sejam transmitidas às novas gerações, transcendendo a simples apreciação do patrimônio edificado.

O objetivo principal deste artigo é entender como os cemitérios contribuem para preservar a memória e promover a expressão artística, focando no túmulo de Maria Luiza. Mais especificamente, busca-se: (1) analisar os elementos artísticos e simbólicos do túmulo, (2) contextualizar as práticas funerárias do período e (3) explorar como esses espaços ajudam a construir a memória coletiva e a educação patrimonial.

A metodologia utilizada combina visitas ao Cemitério de Santa Izabel, onde esculturas, inscrições e símbolos do túmulo foram analisados detalhadamente, com consultas a fontes primárias e secundárias. Inventários e registros de sepulturas do Centro de Memória da Amazônia (CMA) e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) ofereceram uma base rica para a contextualização histórica e sociocultural.

O túmulo de Maria Luiza está profundamente conectado às transformações vividas por Belém no fim do século XIX até a virada para o XX. A mudança de sepultamentos em igrejas para cemitérios públicos, impulsionada por iniciativas sanitárias e modernizadoras, refletiu as desigualdades sociais da época, evidentes na ostentação dos túmulos das elites em contraste com a simplicidade das sepulturas das camadas populares.

Dessa forma, o artigo contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais do século XIX em Belém, reforçando a importância dos cemitérios como patrimônio cultural e recurso educativo. Por meio da análise do túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros, busca-se valorizar a dimensão artística e simbólica dos rituais funerários e sua relevância na construção de identidades coletivas e individuais para a sociedade paraense.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

● 2.1. A *Belle Époque* em Belém:

Em Belém, essa influência se materializou por meio de grandes obras arquitetônicas, como o Theatro da Paz e o Mercado Ver-o-Peso, além de intervenções urbanísticas que buscavam modernizar o espaço público, alinhando-se aos padrões europeus de higiene e organização. Essas transformações não eram, no entanto, isentas de contradições. Enquanto a cidade se embelezava com símbolos de modernidade, Nazaré Sarges (2002) aponta que esse cenário também mascarava um processo de exclusão, onde as camadas populares eram progressivamente marginalizadas no tecido urbano e social, refletindo a desigualdade que marcaria não só a capital, mas toda a Amazônia.

O Cemitério Santa Izabel, um exemplo emblemático da *Belle Époque* em Belém, ilustra bem esse fenômeno. Ali, os monumentos funerários, verdadeiros marcos de *status* social e cultural, materializam uma hierarquia de classes, que Hegel (1995), em sua "Estética", entende como uma linguagem visual que perpetua as desigualdades e o poder. Os espaços funerários, além de testemunharem a transição do sepultamento religioso para o cemitério público, carregam as marcas de um sistema que, embora pretendesse modernizar, intensificou a estratificação social. A elite econômica de Belém, nesse contexto, investiu amplamente na pompa de sua posição social, tanto nos espaços públicos quanto privados, com uma demonstração de poder visível, não apenas em suas residências, mas também na monumentalidade dos mausoléus e jazigos.

A historiadora Paula Caluff (2014), ao discutir a estratificação social no Cemitério Nossa Senhora da Soledade, observa que os espaços funerários não apenas refletem, mas também reforçam a segregação social da cidade. A segmentação visível nos cemitérios, como o Santa Izabel, espelhava as divisões presentes na "cidade dos vivos", configurando um espaço que perpetuava a hierarquia social e a exclusão. Essa ideia ressoa com a análise de Carlos Rocque, que sugere que a morte, e os rituais associados a ela, funcionam como uma

transgressão do espaço da vida, mas também como um mecanismo de controle e separação, reforçando o poder das classes dominantes.

Michel Foucault, ao discutir o conceito de “biopoder”, revela de que forma o ambiente urbano e os rituais sociais, incluindo os funerários, servem para controlar e categorizar a população, influenciando profundamente as relações de poder e aparta. Assim, a divisão espacial no Cemitério Santa Izabel não se resume a uma simples questão de localização, mas sim se apresenta como uma manifestação concreta de um sistema de controle social e disciplinar, onde os cemitérios se tornam espaços que reafirmam a hierarquia social, com as classes populares confinadas a áreas marginalizadas e menos valorizadas. Essa lógica de exclusão, conforme enfatiza Nazaré Sarges, é fundamental para entender as dualidades sociais da época e a construção da memória coletiva da Amazônia, sempre marcada por essas desigualdades estruturais.

Os monumentos funerários do período, frequentemente decorados com símbolos religiosos e artísticos, revelam uma tensão entre as tradições cristãs e os ideais de modernidade que se consolidaram na sociedade belenense. Eles não apenas homenageavam os mortos, mas também carregavam mensagens de poder e diferenciação, refletindo a construção de uma memória coletiva que favorece os mais abastados. Essa memória, como Sarges afirma, não deve ser lida de forma linear ou monolítica, pois ela é o resultado de uma construção histórica marcada por diferentes interesses e perspectivas, incluindo as das camadas populares, cujas memórias muitas vezes permanecem invisíveis.

Além disso, a transição dos sepultamentos religiosos para os cemitérios públicos, como o Santa Izabel, reflete as mudanças nas relações entre o Estado e a Igreja, mas também revela as inquietações geradas por uma modernização que nem sempre foi inclusiva. As medidas sanitárias e higienistas, que promoveram avanços no espaço público, continuam a privilegiar as classes mais abastadas, repelindo as camadas populares a sepulturas simples e áreas menos estimadas.

Assim, a *Belle Époque* em Belém não foi apenas uma época de prosperidade e progresso material, mas também de fortalecimento das desigualdades sociais. Os cemitérios, nesse contexto, tornam-se espaços simbólicos que não apenas perduram as hierarquias sociais da época, mas também revelam os processos de silenciamento e marginalização das camadas menos abastadas, cujas histórias muitas vezes não se encontram nas narrativas oficiais.

● 2.2. História do Cemitério de Santa Izabel

Figura 1 - Entrada do Cemitério Santa Izabel.



Fonte: Jornal Beira do Rio (UFPA), 2023.

A epidemia de varíola que ocorreu em 1870 saturou as condições sanitárias da cidade, resultando na superlotação do Cemitério da Soledade e na criação do Cemitério Santa Izabel em 1874, localizado no bairro do Guamá. Este cemitério foi inicialmente concebido como uma solução para as crises sanitárias enfrentadas pela cidade, que incluíam surtos de febre amarela e cólera. Ele representa as iniciativas higienistas da época, que tinham por objetivo deslocar os sepultamentos para fora dos centros urbanos e das igrejas, conforme analisado por Erika Amorim (2005) em sua dissertação. A mudança para os cemitérios públicos foi composta por um intenso debate entre as noções de modernidade e tradição, envolvendo conflitos entre o Estado e a Igreja.

Influenciados por cemitérios europeus como o *Père-Lachaise*, em Paris, os cemitérios da Soledade e Santa Izabel tornaram-se importantes locais de memória e arte funerária. Os túmulos e mausoléus presentes nesses espaços exibem uma forte influência dos estilos arquitetônicos neogótico e *art nouveau*, conferindo um caráter eclético que remete ao refinamento estético europeu da época. Essas características, além de embelezar o cemitério, serviram para perpetuar a memória dos que partiram e a admiração de suas famílias. Como menciona Philippe Ariès em "História da Morte no Ocidente", esses monumentos funerários transformaram o ritual de recordar os mortos em uma verdadeira celebração dos túmulos, assegurando que as memórias se tornassem fontes de legado perene.

A organização espacial de cemitérios como o da Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel espelha as hierarquias sociais de sua época, com áreas nobres para as elites e espaços

mais simples para as camadas populares, perpetuando as desigualdades da sociedade nos domínios da vida e da morte, como aponta Paula Caluff (2014). Apud Rocque, o cemitério é um palco de poder simbólico onde a morte reforça as hierarquias sociais, sendo o monumento funerário uma representação da posição social do falecido. A análise foucaultiana do biopoder nos permite compreender que a segmentação espacial do cemitério não é apenas uma questão de localização, mas um mecanismo de controle e discriminação que regula as vidas e as mortes, estendendo à "cidade dos mortos" a organização hierárquica da "cidade dos vivos".

Além de sua função de enterramento, o Cemitério de Santa Izabel desempenhou um papel central na formação da memória coletiva de Belém. Mais do que um local de descanso final, ele tornou-se um espaço onde histórias individuais se conectam a narrativas coletivas, refletindo as transformações políticas, econômicas e culturais da cidade. Como Claudia Rodrigues aponta em “Lugares dos mortos na cidade dos vivos”, os cemitérios são espaços de construção de identidades sociais, oferecendo uma visão abrangente das dinâmicas que moldaram Belém ao longo do tempo.

Por outro lado, sob a perspectiva do Materialismo Histórico, o cemitério pode ser visto como um espaço de dominação simbólica. Os monumentos grandiosos erguidos pelas elites não só reafirmavam seu poder, mas também marcavam suas narrativas de memória. Ao mesmo tempo, os túmulos mais modestos revelam as histórias silenciadas das classes populares, proporcionando um contraponto às narrativas consideradas.

Assim, os cemitérios ultrapassam sua função prática de abrigar os mortos e se tornam um espelho das dinâmicas sociais e culturais de Belém no século XIX e início do XX. Preservar sua história e simbolismo é essencial para entender a evolução da cidade e a complexa relação entre vida, morte e identidade coletiva.

2. A FIGURA DE MARIA LUIZA DE ALBUQUERQUE BARROS

Maria Luiza de Albuquerque Barros foi uma figura marcante da sociedade paraense no início do século XX. Nascida em uma família abastada, ela manteve uma vida reservada, marcada pela fé católica e pela filiação aos valores tradicionais da elite local. Apesar de não ter sido casada nem ter deixado descendentes, sua trajetória reflete os costumes e crenças de sua época, especialmente no que se refere à forma como a memória e a morte eram tratadas.

Um episódio particularmente significativo de sua vida foi a perda precoce de sua única filha, Carlóta, que influenciou profundamente suas decisões finais. Em seu testamento, registrado em 1909, Maria Luiza expressou o desejo de ser sepultada no ‘jazigo perpétuo do Cemitério Santa Izabel, ao lado dos restos mortais de sua mãe e de Carlóta’. Esse desejo reflete tanto a conexão emocional com sua família quanto a valorização do cemitério como um local de memória duradoura e de reafirmação de *status* social.

A importância de Maria Luiza vai além de sua biografia pessoal. Ela representa uma elite que usava o espaço funerário como meio de reafirmar seus valores culturais e econômicos. O túmulo de Maria Luiza, projetado pela renomada marmoraria Oliveira & Almeida, é um exemplo dessa ostentação póstuma. Construído com grande refinamento e custando seis contos de réis, o jazigo reflete o estilo artístico e os padrões culturais da *Belle Époque*. Cada detalhe arquitetônico e simbólico reafirma não só as crenças pessoais da falecida, mas também a hierarquia social que marcou sua vida.

O ritual fúnebre organizado pelo Major Jayme Augusto Oliveira da Gama, seu ‘herdeiro universal’, reforça essa perspectiva. Com gastos que incluíram ‘coro musical, esmolas distribuídas nas principais igrejas da cidade’ e despesas significativas para a preparação do velório, Maria Luiza foi celebrada de forma grandiosa. Esses elementos demonstram como a elite paraense sistematizava práticas funerárias e religiosas para reafirmar seu lugar, mesmo após a morte. A conexão entre a salvação espiritual e a pompa material evidencia a internalização do ideário da morte típico do século XIX, que continuou influente no início do século XX em Belém.

Além disso, as disposições testamentárias de Maria Luiza reforçam a importância dos laços familiares e comunitários. Ao deixar legados para sua afilhada Mimi e instituir Jayme Gama como herdeiro, ela preservou valores patrimoniais e garantiu que sua memória fosse honrada. Essas escolhas também mostram como a elite controlava simbolicamente os espaços sociais, tanto entre os vivos quanto entre os mortos.

O jazigo de Maria Luiza, localizado na sepultura perpétua nº 10.908, sintetiza elementos que unem modernidade e tradição religiosa. Sua monumentalidade não apenas expressa a posição social da falecida, mas também se destaca como um marco visual e cultural no Cemitério Santa Izabel. Como sugere Hegel (1995) em sua "Estética",

monumentos funerários transformam memórias individuais em narrativas coletivas, preservando os valores e a estética de uma época.

A construção do túmulo, realizada pela prestigiada Oliveira & Almeida, também revela o papel da elite econômica na produção cultural. A arte funerária, nesse contexto, servia como uma extensão das dinâmicas sociais e políticas, transformando o cemitério em um espaço de memória, poder e identidade.

Ao refletir sobre a história de Maria Luiza de Albuquerque Barros, fica claro como os cemitérios funcionam como microcosmos das relações sociais. Seu túmulo no Cemitério Santa Izabel é, ao mesmo tempo, um tributo à devoção pessoal e um símbolo duradouro dos valores e práticas da elite paraense na virada do século XX.

4. EXPRESSÃO ARTÍSTICA NO TÚMULO DE MARIA LUIZA

● 4.1. Análise Arquitetônica e Escultórica

Figuras 2, 3 e 4 - Túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros



Fonte: Autoral, 2022

O túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros é um exemplo significativo do estilo eclético que marcou o início do século XX na capital. Construído em pedra lioz, ele se destaca pela combinação de elementos arquitetônicos e simbólicos que conectam tradições cristãs às influências culturais da *Belle Époque*. Sua base, em forma piramidal, remete à elevação espiritual, inspirada nas antigas civilizações egípcias, que viam essa geometria como um elo simbólico com o céu.

Na base do túmulo, encontram-se inscrições que exaltam a memória de Maria Luiza. Na parte frontal, há uma dedicatória feita por seu inventariante, Jayme Augusto Oliveira da Gama, como forma de expressar gratidão pela relação pessoal com a falecida. Logo abaixo, está gravada a data de falecimento: '7 de fevereiro de 1909'. Essas inscrições destacam a intenção de preservar a memória da falecida, ao mesmo tempo que reforçam o papel de Jayme como guardião de seu legado.

No topo da base, uma curta coluna ornamentada exibe o monograma cristão "XP" (*Chi Rho*), utilizado desde os primeiros séculos do cristianismo como símbolo de Cristo. Esse detalhe conecta o túmulo aos valores religiosos da época, reafirmando a fé cristã e a esperança na vida eterna.

A escultura que coroa o túmulo é uma obra de grande impacto visual. A figura central representa um anjo alado, em postura de voo, que segura em seus braços a própria sepultada falecida. A mulher, vestida com tecidos delicados, parece adormecida, transmitindo uma sensação de paz e leveza. A postura do anjo, em pleno voo, sugere a ideia de ascensão e proteção, simbolizando a transição da alma para a vida eterna. A riqueza de detalhes da escultura, como as asas esvoaçantes e os drapeados dos vestidos, aliada à expressão serena do anjo e à postura delicada da figura feminina, transmitem uma sensação de paz e esperança. A composição, marcada pela leveza e pelo movimento, é uma obra-prima que demonstra a maestria do artista e a profundidade de sua fé.

Esse conjunto arquitetônico e escultórico não apenas homenageia Maria Luiza, mas também abriga os valores e práticas culturais da *Belle Époque*. Cada elemento, desde a base piramidal até a escultura do anjo, foi cuidadosamente planejado para transmitir uma mensagem de fé, status e memória, perpetuando o legado da falecida de forma visualmente impactante e simbolicamente profunda.

● 4.2. Significados e Representações:

O túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros é muito mais do que um local de sepultamento; ele cristaliza os valores e práticas culturais da *Belle Époque*. Durante esse período, os rituais funerários eram marcados pela ostentação, com monumentos que não apenas preservavam a memória dos falecidos, mas também reafirmavam o status social de suas famílias.

A base piramidal do túmulo, por exemplo, não simboliza apenas a elevação espiritual, mas também remete ao prestígio social. Inspirada nas antigas pirâmides egípcias, essa forma arquitetônica foi reinterpretada no contexto cristão para representar a proximidade com o céu e a ideia de eternidade. Já o símbolo cristão "XP" (*Chi Rho*), gravado na coluna central, reforça a crença na ressurreição e na redenção, valores centrais para a elite paraense da época.

A escultura do anjo alado carrega múltiplos significados. Como mensageiro divino, o anjo simboliza a proteção e a orientação espiritual, enquanto a mulher desfalecida em seus braços representa a alma de Maria Luiza em transição para a vida eterna. Essa composição visual reflete uma visão romantizada da morte, comum na arte funerária da *Belle Époque*, onde o falecimento era visto como um momento de acolhimento e salvação.

A dedicatória feita por Jayme Augusto Oliveira da Gama, o inventariante de Maria Luiza, vai além de um simples ato de gratidão. Ao financiar um túmulo com tamanha riqueza artística, ele não apenas preserva a memória de Maria Luiza, mas também reforça seu próprio lugar na história como um guardião de seu legado. O investimento em uma obra tão elaborada e os rituais fúnebres associados demonstram a preocupação em consolidar a imagem de Maria Luiza como uma figura digna de admiração e respeito.

Dessa forma, o túmulo de Maria Luiza de Albuquerque Barros extrapola sua função prática de sepultamento. Ele é uma expressão tangível da memória individual e coletiva, refletindo o *status* social, a devoção religiosa e as práticas culturais da elite paraense da época. Sua monumentalidade e os símbolos que o compõem continuam a transmitir as narrativas de poder, fé e tradição que marcaram a *Belle Époque*.

5. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA FUNERÁRIA

Os túmulos e monumentos funerários nos cemitérios de Belém, como o Cemitério Nossa Senhora da Soledade e o Cemitério Santa Izabel, vão muito além de serem locais de descanso final. Eles são registros visíveis das crenças, valores e estruturas sociais de uma época. Esses espaços funcionam como testemunhos históricos, refletindo a maneira como a sociedade lidava com a morte e como projetava sua identidade cultural e religiosa.

No século XIX, os túmulos das famílias abastadas eram construídos com o objetivo de eternizar a memória de seus membros e reforçar sua posição social. A escolha dos materiais, os detalhes artísticos e a simbologia mortuária revelavam o desejo de perpetuar o nome e o prestígio dessas famílias. Monumentos grandiosos indicavam tanto a devoção religiosa quanto a prosperidade material, unindo o espiritual ao material em uma representação visual do *status* social.

A preservação desses espaços é fundamental para garantir que futuras gerações tenham acesso a essas narrativas históricas e culturais. Cemitérios, muitas vezes negligenciados, são verdadeiros arquivos a céu aberto. Lápides, inscrições e ornamentos funerários não apenas documentam quem ali está sepultado, mas também oferecem informações sobre práticas religiosas, influências culturais e mudanças sociais ao longo do tempo. Eles são, portanto, fontes inestimáveis para a compreensão da história local.

Entretanto, a memória funerária enfrenta grandes desafios. A reutilização funcional de túmulos, especialmente no Cemitério Santa Izabel, e a falta de documentação adequada comprometem a pesquisa e o entendimento completo dessas histórias. Esses problemas destacam a urgência de preservar não apenas a estrutura física desses espaços, mas também os registros históricos que eles contêm.

Proteger os cemitérios como patrimônio cultural deve ser uma prioridade, não apenas para manter viva a memória dos indivíduos sepultados, mas também para enriquecer o conhecimento sobre as dinâmicas sociais e culturais de Belém. Políticas públicas voltadas para a conservação desses espaços e o incentivo à pesquisa são passos essenciais para garantir que esses lugares continuem a contribuir para a formação da identidade local e para a valorização da história da cidade.

6. CONCLUSÃO

A análise dos cemitérios de Belém, especialmente do Cemitério Nossa Senhora da Soledade e do Cemitério Santa Izabel, revela como as práticas funerárias do século XIX refletiam os valores e a organização social da época. Túmulos e jazigos, além de representarem uma intensa relação com o espiritual, eram símbolos de status, evidenciando a posição das famílias na sociedade.

Esses espaços destacam a religiosidade católica predominante e a influência de imigrantes de diversas origens, como portugueses, franceses e ingleses, o que contribuiu para a pluralidade cultural de Belém. No entanto, ao longo do tempo, a relação das pessoas com a morte mudou significativamente. A secularização da sociedade e a diminuição da importância simbólica dos túmulos mostram uma transformação nos valores e crenças da população, marcando o declínio da influência da Igreja Católica sobre os rituais funerários.

Apesar dessas mudanças, a preservação da memória funerária enfrenta desafios sérios. A reutilização de túmulos, a falta de documentação nos arquivos e o descaso com esses espaços dificultam a pesquisa e o entendimento das histórias que eles guardam. Esses obstáculos reforçam a necessidade urgente de conservar tanto a estrutura física quanto os registros históricos associados aos cemitérios.

Para que o patrimônio funerário de Belém seja valorizado e preservado, é essencial implementar políticas públicas que reconheçam mais cemitérios como parte do patrimônio cultural. O incentivo à pesquisa e à conservação desses espaços vai além da proteção física: é uma maneira de honrar as memórias daqueles que contribuíram para a construção da cidade e de enriquecer o entendimento da história local. Dessa forma, preservar os cemitérios não é apenas proteger um legado do passado, mas também garantir que as futuras gerações possam compreender e valorizar a evolução cultural e social de Belém.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Ediouro Publicações, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As heterotopias e outros ensaios**. N-1 Edições, 2008.

GRAHAM, Richard. **A morte é uma festa: ritos funerários e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Estética: lições sobre a filosofia da arte**. São Paulo, Editora UNESP, 1995.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Prefeitura Da Cidade Do Rio de Janeiro Secretaria, 1997.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade**. Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Iphan, Rio de Janeiro, 2014.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, v. 2, 2002.

SILVA, Erika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém da segunda metade do século XIX (1850/1891)**. Belém, UFPA, 2005.

PORTOS DA ORLA SUL DE BELÉM: VIDA URBANA E ACESSIBILIDADE

Érica Corrêa Monteiro¹⁰³

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior¹⁰⁴

RESUMO

Na metrópole belenense, a falta de acessibilidade em muitos espaços públicos é um problema recorrente de exclusão, que afeta consideravelmente o cotidiano de muitos cidadãos, sobretudo das pessoas com deficiência e/ou com a sua mobilidade reduzida. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a forma que os sujeitos ribeirinhos vivenciam a acessibilidade espacial nos portos e trapiches localizados na orla sul da cidade de Belém, no Pará: no Porto da Palha, no Porto do Açaí e no Terminal Hidroviário Ruy Barata. Busca-se analisar a [re]produção das formas de intervenção urbana impostas em realidades com fortes vínculos ribeirinhos, assim como a importância assumida pelos valores da floresta, dos rios e de outras formas de viver que se fazem presentes nas práticas sociais e nas sociabilidades que são compartilhadas pelos sujeitos que vivenciam o cotidiano desses portos e trapiches. Para essa discussão, a análise se utiliza de uma investigação de natureza qualitativa. Mobiliza, para isso, técnicas de levantamento bibliográfico, observação participante e entrevistas semiestruturadas a fim de conhecer melhor esses espaços ribeirinhos. Espera-se, assim, contribuir e ampliar conhecimentos sobre acessibilidade na Amazônia urbana ribeirinha, de forma a ajudar na compreensão de um olhar mais sensível para se pensar em soluções com foco nas diversidades que envolvem cultura e corpos amazônidas em contextos urbanos diferenciados.

Palavras-Chave: Amazônia Ribeirinha; Portos; Acessibilidade Espacial.

1. INTRODUÇÃO

103 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), erica.monteiro@naea.ufpa.br

104 Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior Orientador – Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), stclair@ufpa.br

Ao longo da orla sul de Belém, capital paraense, estão situados importantes portos e trapiches que conectam a vida na metrópole a diversas ilhas e comunidades ribeirinhas mais próximas. Dada a importância dessa conexão, é nesta porção urbana, às margens do Rio Guamá, onde é possível identificar, mesmo de forma fragmentada ou residual, uma identidade territorial ribeirinha, isto é, a permanência da cidade ribeirinha como resistência às imposições de padrões hegemônicos ao planejamento urbano da cidade, uma vez que resguardam temporalidades, ritmos, objetos, dinâmicas, relações e usos que mais se aproximam dos valores dos povos tradicionais, mesmo coexistindo com o modo de vida metropolitano (Trindade Júnior, Silva e Amaral, 2008).

Ao observar essas resistências presentes nesta margem da cidade, a partir da identidade territorial ribeirinha presente nos seus sistemas de objetos (paisagem), que são indissociáveis dos seus sistemas de ações (relações) (SANTOS, 2013), significa adentrar-se na dimensão do cotidiano que revela as práticas socioespaciais desenvolvidas nesses lugares. Neste ponto, o cotidiano sobre as estivas e os trapiches (objetos) não se limita apenas às funções pragmáticas de circular, embarcar/desembarcar, mas de formas e conteúdo que transcendem as dimensões que englobam saberes, identidade, afetividade e atividades lúdicas, sendo, portanto, definidos por Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008), como marcas materiais e simbólicas criadas pelas vivências e trocas de experiências desses grupos sociais.

Entretanto, embora esses portos, trapiches e feiras tenham um grande valor material e simbólico, que fazem parte da história e cultura de Belém, são também espaços físicos com grande precariedade urbana, resultado de um processo de modernização seletivo, onde projetos de revitalizações urbanísticas, dos quais se estendem às orlas belenense, são realizados em determinados fragmentos urbanos considerados mais privilegiados e estratégicos em prol de uma cidade mercadológica (Trindade Júnior, Silva e Amaral, 2008), enquanto outros são colocados às margens desse processo, de tal maneira que, “margens” não significa a sua mera localização geográfica, mas enfatiza a ideia de exclusão socioespacial (Silva, Malheiro e Ribeiro, 2005), caracterizada pelas disparidades de acesso, recursos e oportunidades que são direcionadas às periferias de Belém.

Dessa forma, a desigualdade nos investimentos urbanos se manifesta não apenas na infraestrutura e serviços básicos precários à população, mas também nas negligências do poder público em relação aos trapiches e portos públicos existentes na orla sul da cidade. A falta de manutenção e de recursos para esses objetos, resulta no seu sucateamento e no comprometimento de sua funcionalidade, agravados pela precariedade da acessibilidade

espacial. Dada essa situação, as pessoas costumam improvisar soluções construtivas rápidas, muitas vezes inadequadas, para garantir sobretudo a continuidade das atividades e assim, tentar diminuir os impactos negativos na economia local.

Esses improvisos imediatos, no entanto, tornam-se permanentes, e seu agravamento viola direitos humanos, uma vez que a falta de melhores condições de acessibilidade, ameaça não apenas a segurança das pessoas e as expõe aos riscos - em especial das com deficiência e/ou com a sua mobilidade reduzida -, mas vai de encontro a uma vida digna baseada na diversidade urbana e no modo de viver das populações amazônicas, uma das premissas do direito à cidade de Lefebvre (2016), que se desdobra no direito à cidade amazônica, no qual inclui o direito à acessibilidade nos contextos urbanos ribeirinhos.

Assim, com o intuito de se pensar em possibilidades de uma acessibilidade espacial para a Amazônia ribeirinha, é importante a compreensão de que forma os sujeitos ribeirinhos vivenciam a acessibilidade em seu cotidiano, considerando seus costumes, a cultura e os valores dos povos da floresta, mesmo coexistindo com os valores e conteúdo da vida urbana modernos. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise dessas vivências de acessibilidade espacial em três portos que estão localizados na orla sul da cidade de Belém, no Pará: no Porto da Palha, no Porto do Açaí e no Terminal Hidroviário Ruy Barata.

2. METODOLOGIA

Para essa discussão, esta pesquisa se utiliza de uma investigação de natureza qualitativa, uma vez que, como bem cita Minayo (1994, p.21), “responde a questões muito particulares [...], ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]”, e isso, faz com que essa abordagem se apresente como uma importante ferramenta que possibilita maior aprofundamento sobre a realidade concreta que se faz presente no cotidiano dos ribeirinhos, em especial nos três portos da orla sul de Belém.

Para isso, mobilizou-se a técnica de levantamento bibliográfico tendo como referência temas relacionados à Amazônia ribeirinha, à acessibilidade espacial e à cidadania. Além disso, a *pesquisa de campo*, iniciada com as visitas *in loco* desde o ano de 2022, combinou duas técnicas relevantes para aprofundar as análises desta pesquisa: *observação participante* e a *entrevista semiestruturada*. A *observação participante* proporcionou um contato mais direto com a realidade dos três objetos empíricos, o que permitiu entender as dinâmicas espaciais, assim como as dificuldades e potencialidades das condições de acessibilidade. Já as *entrevistas* individuais gravadas tiveram uma base de perguntas semiestruturadas (com foco

nas condições de acessibilidade), mas conduzidas informalmente para deixar as pessoas mais à vontade. Nessa abordagem, as entrevistas foram realizadas com diversos sujeitos – moradores das ilhas, comerciantes, trabalhadores e turistas - que vivenciam as dinâmicas desses objetos, compartilhando suas percepções, experiências e expectativas de futuros. Assim, essas técnicas foram relevantes na compreensão das especificidades e particularidades de cada um dos portos analisados.

3. O [DES]ENCONTRO DA ACESSIBILIDADE NACIONAL COM O TERRITÓRIO DE USO NAS MARGENS DE BELÉM

O direito à acessibilidade resguarda o ir e vir de todos os indivíduos; constituindo-se como um caminho livre, concebido para que todos os cidadãos consigam chegar aos demais direitos (trabalho, educação, habitação e lazer) compartilhando das mesmas oportunidades de maneira equitativa. Em se tratando de formas e conteúdos representativos de um modo de viver particular da região amazônica, pressupõe-se entender as lutas e resistências existentes, enquanto o direito à cidade ribeirinha, que se estende ao direito à uma acessibilidade coerente ao seu contexto social, cultural e espacial.

Sob uma visão tecnicista nacional para atender a lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a acessibilidade trata-se de um conjunto de medidas técnicas que considera a diversidade humana para garantir o acesso, o uso, a informação e a participação do maior número possível de pessoas em espaços urbanos e em edificações públicas e coletivas, dotando-os de condições materiais que assegurem igualdade de oportunidades e sem discriminações (BRASIL, 2015; 2020).

No entanto, ao considerar os diversos contextos urbanos dos estados brasileiros, nem todos conseguem acompanhar toda a racionalidade técnica de acessibilidade que se expressa, muitas vezes, desvinculada dessa diversidade. Enquanto algumas regiões, a exemplo do Centro-Sul, ostentam avanços consideráveis nesse tema, outras, como as cidades amazônicas, ainda permanecem às margens dos processos decisivos sobre os planos de planejamento urbano das cidades, sendo apenas obrigadas a acatarem as normativas produzidas de cima para baixo, muitas vezes estranhas às realidades locais.

Em se tratando de soluções de acessibilidade no Brasil, cabe mencionar que a desde a década de 1980, normas oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR

9050/2020¹⁰⁵(BRASIL, 2020), vêm sendo aplicadas, discutidas, revisadas e questionadas a nível de metrópoles e de grandes cidades, mas em uma discussão limitada, isto é, a partir do viés da cidade formal e legal¹⁰⁶ (Maricato, 2000). Nesse limite imposto, invisibiliza-se as cidades outras, com contextos urbanos distintos, coexistentes e conflitantes – as cidades ilegais, as informais – melhor dizendo, as cidades reais da maioria da população brasileira, como bem nos lembra Maricato (2000).

Nessa bolha da invisibilidade, estão inclusas as cidades amazônicas, uma vez que o modelo único de políticas territoriais e de planejamento urbano que domina o Brasil, muitas vezes hegemônico e padronizado, historicamente se dissemina indiferente ao potencial ecológico e cultural dos povos amazônidas, negando-se formas outras de urbanidades para além das cidades do capital, como denuncia Trindade Júnior (2015).

Isto posto, expõe-se que a acessibilidade espacial se inclui em mais um direito que não chega às estivas, aos portos, aos trapiches, aos barcos etc., e isso, compromete sensivelmente, dentre outros problemas, a apropriação do espaço por todos os sujeitos, e o seu direito à cidade, estendida ao direito ao modo de vida ribeirinha.

Isso é tão relevante que, na ausência de políticas e normas técnicas mais específicas que contemplem as urbanidades diferenciadas dos contextos ribeirinhos, aprofunda-se o processo de apagamento da identidade territorial da cultura tradicional ribeirinha em prol de outros conteúdos e formas urbanas mais modernos que, além de negar todo potencial da arquitetura tradicional e distanciar-se principalmente do vivido das comunidades locais, em razão de torna-se mais atraentes para o mercado turístico, como bem destacam Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008), ainda não conseguem alcançar uma qualidade de acessibilidade espacial que contemplem os diferentes corpos amazônidas com ou sem deficiência.

Diante disso, se faz necessário um afastamento das normas técnicas de acessibilidade da racionalidade do capital em favor do território usado, que nos termos de Santos (2005), significa sinônimo de espaço humano, de espaço habitado, que é equivalente às dimensões do espaço percebido e do espaço vivido de Lefebvre (2006), dos quais nos permite tratar a acessibilidade espacial para além de uma visão tecnicista e mais alinhada às experiências de diferentes corpos amazônidas que se movimentam nos espaços públicos de seu cotidiano,

105 A ABNT NBR 9050/2020 (BRASIL, 2020) é uma norma que institui critérios técnicos para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano.

106 Maricato (2000) pontua como sendo a cidade da lógica mercadológica, com ocupações dentro da legalidade fundiária, e dotadas de infraestruturas urbanas específicas dos padrões da racionalidade modernista.

dinamizados pela relações mais orgânicas, pela cultura e pelas identidades socioespaciais de cada lugar.

É dentro dessa lógica que, ao considerar que a acessibilidade é um campo em constante evolução, os portos e trapiches da orla sul de Belém nos faz pensar em situações mais particulares que estão relacionadas ao rio, à floresta e aos seus modais diferenciados – barcos, rabetas, popopôs, navios etc. - junto às normas tácitas e outros hábitos também importantes a serem abordados nesse processo evolutivo sobre o que seria essa acessibilidade na Amazônia, abordados no próximo tópico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A interação dos ribeirinhos com os portos da metrópole atrela-se à busca de uma economia de subsistência e de obtenção de renda mais ligada ao conceito de circuito inferior da economia urbana¹⁰⁷ de Santos (2014). Outras interações vêm da necessidade também de acesso aos fixos (Santos, 2013) (Unidade básica de Saúde, hospitais, escolas, universidades etc.) e de outros benefícios que a cidade oferece, dada a ausência desses equipamentos e serviços em muitas das vilas, comunidades e cidades próximas.

Assim, os três portos, objetos empíricos desta pesquisa, localizados em dois bairros periféricos (Jurunas e Condor), e conectados a extensa Avenida Bernardo Sayão, tratam-se de importantes Portos Públicos que se configuram enquanto espaços de lutas e resistências, além de serem lugares dotados de significados, por serem feiras, pontos de encontros, passagem para estudantes das ilhas, moradias, lugar de trabalho, de festas e de portas abertas, portanto, de lugares que expressam uma cidade ribeirinha que precisa ser mais bem compreendida em sua importância econômica, social e cultural (Nova Cartografia Social da Amazônia, 2008).

O Porto do Açaí, situado no bairro do Jurunas, é considerado o segundo maior entreposto de compra e venda de açaí de Belém, perdendo apenas para Feira do Açaí, no Ver-o-Peso. Neste porto, a comercialização de compra e de venda de açaí, que vem das ilhas próximas, funciona quase que 24 horas. Por ali transitam, em média, 800 pessoas por dia, número que duplica em época de safra do fruto (Borges e Rodrigues, 2016).

107 É formado pelas atividades de pequena escala, como dos pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, voltados para o mercado de consumo local e para a população com menor mobilidade e acessibilidade. Nele, a tarefa primordial é a de sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumos peculiares ao moderno modo de vida (SANTOS, 2014, p.102).

Apesar de ser um porto com grande movimentação e potência para a economia local, sua operacionalidade sempre foi marcada por constantes lutas da comunidade por melhorias em sua estrutura física. Antes da grande intervenção neste porto, após muitas reivindicações e articulações de lutas de trabalhadores e de moradores locais, que aconteceu no início em 2015 e término em 2020, Silveira e Bassalo (2012, p.1059) descreveram as condições insalubres que os ribeirinhos enfrentavam neste porto:

Os trapiches recebem relevante fluxo de pessoas no ir e vir pelo Guamá. Sabe-se que o porto não oferece condições de uso, uma vez que atualmente se encontra interditado devido ao fato de a armação de madeira não suportar o peso do material transportado no local, mas funciona assim mesmo, exigindo dos moradores o mesmo equilíbrio e agilidade para frequentá-lo (SILVEIRA; BASSALO, 2012, p.1059).

No entanto, apesar da substituição da precária estrutura de madeira pelo novo complexo de concreto, material símbolo da modernização das cidades, que visa a uma maior durabilidade e a uma menor manutenção do objeto, sua nova forma espacial, aos moldes mais modernos, ainda não conseguem alcançar grandes melhorias de qualidade que atravessem o conforto térmico a todos os ambiente que se conectam (grande salão – passarelas – flutuante), enquanto quesitos mais sensíveis à dimensão humana e à identidade cultural ribeirinha.

Enquanto nova obra, apresenta lacunas materiais significativas, em razão da ausência de um planejamento que considere as demandas e práticas específicas dos diversos sujeitos que dinamizam esses ambientes, o que compromete a qualidade da funcionalidade e da acessibilidade espacial deste objeto.

O flutuante que recepciona a chegada dos ribeirinhos pelo rio, apesar de ser uma solução, inclusive recomendada na norma de acessibilidade para portos - NBR 15450/2007¹⁰⁸ (BRASIL, 2007), possui proporções inadequadas para os fluxos de embarques e desembarques e de embarcações que costumam atracar neste porto. Nos horários de pico, observa-se que os barcos que estão atracados muitas vezes dificultam o acesso de outros ao flutuante, e com a grande movimentação, várias rabetas, lanchas e popopôs se amontoam em torno deste elemento, estrategicamente, próximos uns dos outros, de modo que formam uma passagem improvisada que leva ao flutuante.

Neste caminho improvisado, as pessoas precisam realizar vários outros improvisos ou, como defendem Silveira e Bassalo (2012, p.1064), elas costumam desenvolver várias técnicas corporais diferenciadas para conseguirem desembarcar/embarcar, tais como passar de um barco a outro; saltar; segurar-se e/ou apoiar-se nas embarcações, em pessoas e equilibrar-se,

108 A ABNT NBR 15450/2007 (BRASIL, 2007) é uma norma que institui critérios técnicos para a acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário.

para assim, conseguir ascender ou descer ao flutuante - dependendo do nível da maré-, e deslocar-se sobre ele.

Entretanto, embora sejam práticas culturais vividas na intensa relação com o espaço e o tempo amazônicos (Silveira e Bassalo, 2012), não deixam de ser perigosas, mesmo para aqueles mais acostumados, principalmente ao considerar que toda essa movimentação, frequentemente, é realizada por pais com criança de colo, por idosos, por trabalhadores que carregam pesadas rasas de açaí ou fardos variados, por estudantes com suas mochilas e por pessoas vulneráveis fisicamente e que precisam ser carregadas por familiares ou estranhos.

Além disso, o flutuante e a longa rampa metálica que dão acesso ao grande salão, concebidos sem levar em consideração a realidade geográfica e sociocultural de uma cidade do trópico úmido, expõe as pessoas, de forma deliberada, a grandes desconfortos e mal-estares, uma vez que embarcar, desembarcar e esperar sob o calor e sol permanentes no verão e chuvas intensas no inverno amazônico, torna o ambiente insalubre e pouco acolhedor.

O grande salão, concebido inspirado nas práticas tradicionais dos ribeirinhos, a exemplo das feiras livres, oferece um ambiente com espaço físico generoso, onde os produtos (in natura), principalmente o açaí, são expostos no chão para facilitar a interação e negociação entre produtores e consumidores, seja por vendas, trocas etc. No entanto, cabe ressaltar que esta inspiração deveria estar acompanhada de outras necessidades básicas também importantes para os diversos trabalhadores e passageiros que utilizam este porto, uma vez que a ausência de áreas para descansos, obrigam estas pessoas a improvisarem lugares para se sentar e descansar ao longo do dia, seja no chão, no guarda-corpo, nos carrinhos de madeira ou encostados nas bicicletas.

Assim, pode-se dizer que, as intervenções recentes, ainda que incompletas, trouxeram possibilidades relacionadas à qualidade de vida às pessoas que vivenciam o Porto do Açaí, mas ainda falta um olhar mais cuidadoso de maior nível de suporte às pessoas, sobretudo que potencializem as relações e práticas sociais e culturais que se realizam neste porto tão particular de Belém.

No caso do novo Terminal Hidroviário Ruy Barata, implantado em 2020, no antigo porto público da Praça Princesa Isabel, no bairro do Condor, foi concebido para atender às demandas do mercado de turismo a partir da prestação de serviços de transporte fluvial que levam os visitantes até restaurantes, bares e hotéis nas ilhas mais próximas.

A forma espacial do terminal hidroviário (Figura 1) centra-se em uma fachada cega e monótona, com janelas que, ironicamente, carregam a imagem do rio e da floresta que estão atrás dos seus muros, características de influência da arquitetura modernista, que inviabiliza a

permeabilidade visual e o contato mais direto com a paisagem ribeirinha. Embora se tenha um artifício estrutural que remeta à cultura marajoara, é notável a concepção de projetos arquitetônicos que ainda negam todo potencial dos valores da floresta e do rio à cidade.



Figura 1. Belém, Pará: Terminal Hidroviário Ruy Barata, porção sul da orla fluvial (fonte: autora, 2024).

A padronização deste porto resultou em segregações ao limitar o acesso ao rio com o seu entorno, distanciando-se das diversas formas de apropriações que foram criadas ao longo dos anos pelos vários sujeitos que animavam esse espaço físico. De acordo com um dos moradores do bairro,

“aqui era ponto de encontro, havia grandes festas nesse lugar, além dos ribeirinhos conseguirem atracar os seus barcos” (Morador do bairro Condor, entrevista realizada em 2023).

Antes da implantação deste prédio, o espaço construído era como uma grande janela para o rio, considerado mais democrático por ser aberto a todos, inclusive onde muitos ribeirinhos se sentiam seguros para atracar suas embarcações. Em conversa com uma moradora da ilha do Combu, próxima à Belém, pondera que “esse terminal deveria ter como prioridade a população das ilhas e não apenas turistas, não temos um porto público digno pra gente utilizar com maior liberdade de ir e vir” (Moradora da Ilha do Combu, entrevistada realizada em 2024).

Esses relatos vêm da logística do prédio com horário para abrir e fechar, diferentes do ritmo de vida dos que precisam chegar à cidade ou ir às ilhas mais cedo, além das regras para acessá-lo, que cerceia a sensação de liberdade de muitos ribeirinhos. De acordo com uma pessoa prestadora de serviço do terminal,

“Por ser um terminal turístico, nem todos podem ficar ancorados, alguns barcos podem encostar para deixar ou pegar alguém, porque é um terminal público. Mas só podem ficar atracados os barcos- escolares que deixam os alunos e os barcos associados que fazem as travessias dos visitantes às ilhas” (Prestadora de serviço do terminal, entrevista realizada em 2024).

O novo terminal tem como pontos positivos uma estrutura coberta que acompanha os usuários em todo o seu trajeto até chegar à plataforma flutuante que dá acesso às lanchas, além da presença de policiamento para a segurança. No entanto, mesmo sendo um objeto padronizado, ele falha em cumprir os requisitos impostos pelas normas tecnicistas de acessibilidade- NBR 15450/2007 (BRASIL, 2007) e NBR 9050/2020 (BRASIL, 2020).

A passarela rampada que dá acesso ao flutuante, por ser estreita e com inclinação acentuada limita o acesso mais confortável de pessoas com obesidade e em cadeira de rodas, sobretudo na subida por exigir força e agilidade que nem todos conseguem realizar com facilidade, além de possuir desníveis propícios para acidentes [in]esperados, como tropeços, quedas e colisões.

O acesso às lanchas é um dos pontos mais críticos para as pessoas, visto que as grandes variações do nível das águas do rio, deixam as embarcações ora em posição elevada, ora em posição baixa em relação ao piso do flutuante, de tal maneira que impacta no embarque e desembarque seguro das pessoas, sendo necessária a ajuda dos barqueiros para tal tarefa (Figura 2).



Figura 2. Belém, Pará: Terminal Hidroviário Ruy Barata. Desnível acentuado entre o barco e o flutuante impacta no embarque e desembarque seguro das pessoas (fonte: autora, 2024).

Para um turista usuário de cadeira de rodas (entrevista realizada em 2024), que foi até ao porto na intenção de conhecer a Ilha do Combu, a experiência foi frustrante. As falhas de acessibilidade espacial, que se inicia na vaga irregular de estacionamento para as pessoas com deficiência, na compra do ingresso, na complexidade para conseguir embarcar e seguir nas lanchas, e a ausência de um serviço personalizado para atender às suas necessidades específicas transformaram o que deveria ser um momento de lazer em uma experiência negativa por não conseguir embarcar.

Esses exemplos de falhas de acessibilidade, incluindo a de comunicação e de sinalizações táteis para a orientação de pessoas com deficiência visual e com baixa visão, configuram o porto como não acessível, e a considerar a inflexibilidade das normas vigentes, logo, os responsáveis gestores e técnicos são passíveis de multas e outras sanções por seu descumprimento. Diante disso, é possível dizer que a concepção deste objeto realizada de forma limitada e incompleta, reforça a ideia de uma acessibilidade e uma cidadania incompleta, portanto enganosa, como bem diria Santos (2020).

Já no caso do Porto da Palha, localizado no bairro da Condor, tem-se um lugar muito movimentado e relevante para a grande maioria dos ribeirinhos que vêm das ilhas vizinhas próximas à Belém, por estar associado à facilidade de acesso aos serviços e aos equipamentos da cidade (Figura 3). Este porto movimenta ao seu redor uma grande feira ao ar livre

conhecida como Feira do Porto da Palha, onde os ribeirinhos compram, vendem, negociam e encomendam produtos que variam desde alimentos como camarão, peixes, farinha de mandioca, açaí e cupuaçu a materiais de construção como madeiras, telhas e tijolos, como relata um morador e comerciante do porto (entrevista realizada em 2023).



Figura 3. Porto da Palha, Belém: vista a partir do rio Guamá (fonte: autora, 2024).

Para além dessas dinâmicas de troca de mercadorias, desenvolvem-se, nesse objeto, a construção de elos por meio das práticas sociais que, segundo Silva, Malheiro e Ribeiro (2005, p. 14633),

[...] nos momentos de intervalo entre os períodos de venda, a dinâmica desse movimento inclui trocas de narrativas, informações, experiências, vivências, isto é, de práticas sociais que atuam fortemente para o desenvolvimento de interações, de sociabilidades responsáveis pelo reconhecimento mútuo entre esses agentes a partir e por meio da organização espacial desses lugares. Não sem razão, é possível observar o desenvolvimento dessas sociabilidades e desse reconhecimento por entre os vários painéis enfileirados que, nesta disposição, indicam o início do intervalo entre os períodos de vendas e passam a ser utilizados como assento aos mais cansados trabalhadores e aos que ansiosamente esperam o momento de partida para seu lugar de origem (Silva, Malheiro e Ribeiro, 2005, 2005, p. 14633).

Muitas dessas práticas sociais são afetadas, ao mesmo tempo em que são reforçadas, por conta do mal coletivo que os atingem: a infraestrutura física precária. Ao longo dos anos, a comunidade local arcou com intervenções mínimas para atender as demandas mais urgentes

daqueles que trabalham ali. Em 2011, a Prefeitura de Belém interveio depois de muitas reivindicações do líder comunitário.

A reforma do trapiche consistiu nas trocas do madeiramento e das tábuas apodrecidas, além da expansão da estrutura em uma área de dez metros sobre o rio, como relata o comerciante (entrevista realizada em 2023). A ampliação veio na intenção de amenizar problemas relacionado ao processo de assoreamento do rio e a necessidade de melhorar as condições de acesso aos barcos que não conseguiam se aproximar do trapiche, obrigando o contato direto das pessoas não apenas com a água e a lama, mas com lixo acumulado nas margens.

Este morador e comerciante (entrevista realizada em 2023) explica que, a inclusão da rampa lateral de madeira foi um pedido para facilitar o acesso de pessoas com deficiência e/ou com sua mobilidade reduzida, uma vez que era cobrado, um preço de trinta reais, pela “ajuda” para se fazer a transferência do barco para o trapiche e vice-versa. Contudo, ele alerta que, desde a aquisição, mesmo na necessidade de qualquer tipo de auxílio para sair e entrar dos barcos, as pessoas ajudam sem cobrar nada.

Em conversa com uma moradora da Ilha de Murutucu, que trabalha em Belém e utiliza diariamente o porto, ela explica que,

“Não é um porto que tenha acessibilidade boa para quem tem alguma deficiência, porque não tem nenhuma estrutura para receber essas pessoas, principalmente de pessoas que vêm lá do outro lado por causa de acidente né, por causa de mordida de cobra, às vezes cai do açazeiro, então é um terror subir ali com uma pessoa doente mesmo, que esteja precisando de atendimento com urgência é horrível” (Moradora da Ilha de Murutucu, entrevista realizada em 2024).

Essa mesma moradora contou que já teve problemas de mobilidade reduzida temporária, mas sua experiência no porto não foi tão negativa por haver uma sensação de solidariedade entre os seus. Nos termos de Santos (2008), tais hábitos e costumes ribeirinhos, podem ser chamados de solidariedade local, horizontal, isto é, relações de vínculos e de respeito mútuo entre os indivíduos. Assim, ela declara,

“[...] já passei por várias situações de urgência, mas não me senti constrangida em receber ajuda de outras pessoas, porque como a gente mora do outro lado, e todo mundo se conhece, as pessoas são bem receptivas para ajudar. É só pedir ajuda, que os trabalhadores do porto vêm, todos se conhecem né, e nunca se negaram a ajudar, pelo menos nunca vi na realidade” (Moradora da Ilha de Murutucu, entrevista realizada em 2024).

Desde essa intervenção realizada há doze anos, o trapiche não passou por nenhum processo de modernização ou de manutenção apropriada, o que contribuiu, assim, no seu sucateamento. Apesar de ser um lugar de grande fluxo, a concepção de banheiros públicos (masculino e feminino) só aconteceu em janeiro de 2023, por meio da insistência da administração do porto com a prefeitura. No entanto, com a pouca assistência técnica, a construção não se configura acessível a todos, fato que reforça a continuidade da invisibilidade de direitos e do reconhecimento desses ambientes urbanos.

Além disso, como o espaço físico não atende a demanda de barcos que atracam neste porto, os vários barqueiros utilizam de forma improvisada o terreno vizinho (sob autorização do dono), para a ancorarem barcos menores conhecidos como rabetas. Nessa área, observa-se as condições de insalubridades que comprometem a segurança daqueles que vivenciam esse ambiente. Os entulhos, lixos e desníveis consideráveis vencidos por meio de escadas instáveis e inseguras, exigem dos trabalhadores, que carregam seus produtos nos ombros ou na cabeça, um grande esforço físico com desafios que inclui equilíbrio, agilidade e força para o seu uso e que os expõem a sérios riscos de acidentes e problemas de saúde.

Os improvisos utilizados para amenizar as negligências e precariedades físicas desses trapiches violam os direitos dos cidadãos ribeirinhos em ter uma vida mais digna em conformidade com o seu modo de viver. Diante do exposto, nota-se a necessidade de se discutir sobre intervenções que contemplem, de fato, melhores condições de acessibilidade espacial e de forma mais específica para a realidade desses sujeitos. A falta e/ou falhas de acessibilidade nos espaços ribeirinhos, transforma esses objetos com valores culturais, simbólicos e materiais em lugares onde nem todos são bem-vindos, e isso está relacionado também ao direito de ir e vir, à ampliação da participação e o convívio social, e ao pleno exercício da cidadania no contexto ribeirinho.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções, com formas espaciais mais padronizadas com um viés de uma arquitetura homogênea, que ocorreram no Porto do Açaí e com a implantação do Terminal Hidroviário Ruy Barata, no antigo trapiche da Praça Princesa Isabel, de certo, trouxeram um avanço para a qualidade de vida daqueles que vivenciam esses objetos, mas ainda há a necessidade de um olhar mais sensível que priorize as pessoas na concepção desses projetos, levando em consideração também, o grande potencial da arquitetura ribeirinha enquanto formas/objetos que apresentam soluções bastante adequadas relacionadas ao valor cultural, estético e das condições climáticas da região.

Nesse ponto, essas considerações não devem estar descoladas das relações que dinamizam as práticas sociais e as sociabilidades que são desenvolvidas nesses ambientes construídos, tendo a cultura como um elemento relevante e diferencial das cidades amazônicas que os projetos urbanos devem abarcar.

Nesse sentido, é importante deixar claro que, o problema não está nas formas espaciais e conteúdos mais modernos que são implantados na cidade, incluindo a concepção de portos/trapiches, e sim, na sua sobreposição, isto é, quando se impõem valores alheios, sob a lógica do mercado, que as pessoas precisam assimilar de modo perverso, ignorando a existência de outros valores, como os da floresta e do rio, e de outros modos de vida, como a de tradição ribeirinha.

Dessa forma, entende-se que ignorar esses valores da floresta, hábitos, costumes e relações, significa também invisibilizar todas as possibilidades e potencialidades que estão presentes nos seus símbolos materiais, e com ela a oportunidade de aprendermos lições para se pensar na concepção de projetos mais heterogêneos e que contemplem critérios de acessibilidade espacial mais coerentes às realidades das zonas urbanas ribeirinhas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Marcos Trindade; RODRIGUES, Carmem Izabel. Relações e Práticas Comerciais no Porto do Açaí, Jurunas, Belém-Pa. *In: V REA Reunião Equatorial de Antropologia/XIV ABANNE Reunião de Antropologia Norte e Nordeste*, 2015, Maceió. Anais do V REA / XIV ABANNE, 2015. v. 1. p. 1-20.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16450/2007**: Acessibilidade de passageiro no sistema de transporte aquaviário. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2020**: Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaço e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013. 456 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Itapevi, SP: Nebli, 2016. 155 p.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. *In: ARANTES, O. et. al. (org.). In: A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 80 p.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Movimentos sociais e conflitos nas cidades da Amazônia. **Fascículo 7: Feirantes e ribeirinhos dos portos públicos de Belém**. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/07-feirantes-e-ribeirinhos-dos-portos-publicos-de-belem/>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2024.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de arquitetura e urbanismo**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 34-39, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>. Acesso em: 13 de março de 2022.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, v. 6, n. 16, p. 255- 261, 2005.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BASSALO, Terezinha de Fátima Ribeiro. Corpos em equilíbrio: imagens e cotidiano ribeirinho no Porto do Açaí e na Ilha do Maracujá, Belém (PA). *In: História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. v. 19, n. 3, 2012. p. 1049-1074. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000300014>> Acesso: 06/08/2022.

SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; MALHEIRO, Bruno Cesar Pereira; RIBEIRO, Rovaine. Territórios do uso nas margens da cidade: a identidade territorial ribeirinha na orla fluvial de Belém-PA (Brasil). *In: ANAIS do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Pensando a Modernização do Território e a Urbanização Difusa na Amazônia. **Mercator: Fortaleza**, v. 14, n. SPE, pp. 93-106, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; AMARAL, Márcio Douglas Brito. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. *In: TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da.; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). Cidades ribeirinhas da Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-48.

PROBLEMATIZANDO A HISTÓRIA DOS SOLDADOS DA BORRACHA: O ENSINO DA AMAZÔNIA A PARTIR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO COMPONENTE DE ESTUDOS AMAZÔNICOS

Zayra Cilene Sousa da Fonseca¹⁰⁹

Mateus Monteiro Lobato¹¹⁰

RESUMO

Este trabalho tem como foco problematizar a história dos Soldados da Borracha diante das práticas pedagógicas relacionadas ao ensino da Amazônia, em especial, a importância dos sujeitos históricos, inseridos em um evento com objetivos de esforço de guerra. A Batalha da Borracha, nome dado ao evento que ocorreu em grande parte na Amazônia, impulsionado pela conjuntura política externa, ou seja, a Segunda Guerra Mundial, acarretou para a região a migração de aproximadamente 35 mil pessoas, em sua maioria, nordestinos. Um processo migratório induzido e “organizado” pelo Governo Federal com o apoio de uma junta de órgãos públicos e privados, criados com um único objetivo: levar mão de obra para a Amazônia. O objetivo desse trabalho é propor novos métodos de ensino da Amazônia em âmbito escolar, utilizando-os com alunos da Educação Básica, em especial, os inseridos na etapa que corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental, através da disciplina de Estudos Amazônicos. Portanto, parte deste propósito o interesse de apresentar de uma forma mais didática a história da Amazônia, dos seringueiros e os Soldados da Borracha. A prática que norteia esse trabalho foi executada em uma turma do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint Clair Passarinho, no município de Altamira.

Palavras-chave: Batalha da Borracha; Educação Básica; Ensino Fundamental; Práticas de Ensino.

INTRODUÇÃO

109 Prefeitura Municipal de Altamira, Secretaria Municipal de Educação, Altamira -PA, Brasil. E-mail. – zayra.fonseka@hotmail.com.

110 Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, Altamira -PA, Brasil. E-mail. – monteirolobato@ufpa.br.

Na historiografia, no que se refere ao extrativismo da borracha, ainda há muitas perspectivas de pesquisa que carecem ser trabalhadas e voltadas para o ensino da Amazônia na Educação Básica, ressaltando a produção e mão-de-obra da borracha do fim do período áureo e as contínuas consequências da exploração da matéria-prima nas décadas posteriores a decadência de sua exportação.

Diante disso, é importante salientar que no processo extrativista, as “drogas do sertão” foram a primeira atividade de exploração dos recursos naturais da Amazônia. No decorrer dos séculos outros produtos passaram a ser extraídos para fins comerciais. É o caso da borracha que teve seu apogeu a partir da década de 1880, estendendo-se até a primeira década do século XX. Assim tornou-se uma atividade bastante lucrativa e que influenciou o processo de povoamento da região amazônica, e seu desenvolvimento econômico e social, além de acarretar o crescimento de cidades como Belém (Pará) e Manaus (Amazonas).

A economia da borracha, em sua fase de maior esplendor, havia provocado na Amazônia uma grande transformação. Foram grandes mudanças de vasto significado geopolítico imarcescível para configuração humana da Região, em suas dimensões econômicas e sociais. Pela sua amplitude, essas mudanças tiveram grande impacto quanto à soberania do Brasil sobre a Região, bipolarizada entre o povoamento e o extrativismo da borracha. A forte migração para a Amazônia que a economia da borracha provocou mudou o perfil ocupacional da Região. Foram milhares de nordestinos tangidos pela miséria e pela seca que vieram para a Amazônia em busca de melhores condições de vida (RIBEIRO, 2005, p.168).

A realidade inverte-se a partir de 1913, quando a produção extrativista da Amazônia não conseguira competir com a rápida produtividade da matéria-prima nos países asiáticos, que se tornaram os grandes exportadores do produto, tirando do Brasil, e dos outros produtores americanos, o papel de primeiros produtores (MACHADO, 1989; SECRETO, 2007). Nas décadas seguintes, houve tentativas de reaver a produtividade amazônica, porém outros fatores interferiram na frenética busca norte-americana pelo monopólio da borracha, que vai muito além do mal-das-folhas. Segundo Machado (1999), os investimentos federais estabelecidos para a Amazônia nos governos posteriores à decadência da exportação da borracha, foram responsáveis pela alteração da disposição espacial do povoamento da região.

O atrator primordial deixou de ser a rede fluvial e passou a ser as estradas pioneiras, tanto para os fluxos migratórios dirigidos como para as correntes migratórias espontâneas. À medida que os grandes eixos de estradas pioneiras eram construídos na terra firme, ou seja, nas áreas não inundadas, as frentes de povoamento invadiam a selva e novas aglomerações apareciam, muitas delas já sob a forma de cidade. (MACHADO, 1999, pg. 117)

Pelo exposto, houve modificações geográficas significativas na Amazônia, e as antigas aglomerações fluviais que persistiram durante a intensa extração da matéria-prima do látex foram marginalizadas pelas ondas migratórias, exceto as cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, ocasionadas pelos projetos de colonização governamental, um exemplo foi implantado no eixo da Transamazônica (Pará).

E por décadas a borracha da Amazônia caiu no quase esquecimento e, junto dela, a excessiva mão de obra que restara dos tempos áureos. Somente nos anos de 1940 a borracha amazônica volta a ter devida atenção durante a Segunda Guerra Mundial, e à emergente necessidade do Estados Unidos da América pelo produto, fez-se com que os olhos do mundo se voltassem novamente para a região e sua produção extrativista de borracha: a Batalha da Borracha.

Com a invasão japonesa dos seringais do Oriente [...] os estoques de borracha dos Aliados começaram a diminuir muito, e a produção brasileira no momento não era o suficiente para a demanda. Para aumentar a produção em pouco tempo era necessário muito mais que o aumento do preço, e a Batalha da Borracha foi um esforço verdadeiramente grande nesse sentido (Wolff, 1999 p. 137)

Diante disso, a temática abordada neste trabalho remete a extração e exportação de recursos naturais, algo que em sua forma primária constitui traço marcante da região Amazônica e desempenha o papel em diferentes momentos no padrão de reprodução do capital na formação econômica e social brasileira (NOVAIS, 2007; SANTOS, 1980). Deste modo, abordar tal assunto oportunizaria a cada aluno a capacidade de raciocínio, contribuindo para que estes possam compreender o quão estão inseridos dentro desse processo.

A construção do ambiente amazônico está voltada para as reflexões direcionadas à região. Dessa forma os professores (as) que conduzem essas reflexões devem criar metodologias que não desviem o ensino da realidade amazônica. Os assuntos problematizados devem levar os alunos (as) a perceberem os diferentes espaços amazônicos existentes, bem como as mudanças ocasionadas nesses espaços pela intervenção do homem (ALMEIDA, 2016, pg. 4)

Almeida (2016, p.3) ressalta a importância da criação de metodologias que aproxime o aluno da realidade, pensando na inovação das práticas pedagógicas em sala de aula que despertem o sentimento de pertencimento e a construção da identidade amazônica. Entretanto,

os pouquíssimos estudos já realizados e algumas vezes já desatualizados acerca do extrativismo da borracha, em especial, a Batalha da Borracha, estão voltados para o ambiente acadêmico, o que os distancia da sala de aula e dos alunos da Educação Básica inseridos na etapa que corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental.

Portanto, partiu-se deste propósito o interesse de apresentar didaticamente a história da Batalha da Borracha, com a perspectiva de mostrar aos alunos a importância de aprender sobre a Amazônia, conhecendo a atividade extrativista da borracha que se iniciou no final do século XIX, mas que ainda perdura como atividade econômica em diversos lugares na região amazônica, até os dias atuais.

A prática que é norteadada por esse trabalho foi executada em uma turma do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint Clair Passarinho, no município de Altamira. E foi realizada em sala de aula com um intermédio de um jogo de tabuleiro: “Percorrendo a estrada da seringa”, no qual os alunos exploraram o conhecimento acerca da Amazônia, da atividade extrativista do látex, o ofício do seringueiro, e a história da Batalha da Borracha.

Na primeira parte do artigo é feita uma contextualização do assunto, mas que serve também de prelúdio à aula prática. Na seguinte, um cotejamento entre o do componente Estudos Amazônicos e as dificuldades de trabalhá-lo. E na última parte a explicação geral da atividade prática desenvolvida na sala de aula em torno do jogo de tabuleiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Do evento aos sujeitos históricos: conhecendo a Batalha da Borracha

Inicialmente, é necessário historiar brevemente acerca da conjuntura político- mundial do momento, e do programa de políticas públicas “A Marcha Para o Oeste”, abordagens indissociáveis a este assunto, uma vez que os sujeitos históricos, discutidos neste trabalho, foram protagonistas do sucesso de ocupação do espaço territorial dos sertões brasileiros proposto por Vargas, sendo “recrutados” por justificativa da guerra.

Na década de 1940, o cenário político internacional era instável diante da Segunda Guerra Mundial, protagonizada por dois grandes grupos, polarizando o mundo entre Aliados (Estados Unidos, França e Inglaterra) e Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Com isso, o conflito criou uma conjuntura que, em 1941, gerou “o ingresso dos Estados Unidos na guerra exigiu uma posição clara das nações americanas” (SECRETO, 2007, p. 123).

O Brasil, por sua vez, vivia sob um regime ditatorial, imposto após o golpe de 1937, que manteve Getúlio Vargas no poder, instaurando-se o Estado Novo. Vargas, que desde o golpe de 1930, época em que assumiu o governo, teve um papel fundamental para reestruturar o Estado, conduzindo o país à modernização e integração (D'ARAÚJO, 1999).

Segundo Gomes (2013), um dos principais objetivos do Estado Novo (1937-1945) era a integração nacional que, para Vargas, havia uma necessidade enorme de ampliar a comunicação e ocupar territórios até então “despovoados” que se encontravam no interior do país. Com isso formulou-se uma série de políticas públicas que deveriam ser implementadas por meio da Marcha para o Oeste, que seriam pautados na conquista dos sertões brasileiros, visto por ele como isolados.

Mas não se restringia somente a isso. O objetivo era tornar esses lugares ocupados, deixando de ser “periféricos” para que assim fossem integrados ao corpo da Nação e contribuintes de riquezas para assegurar a grandeza e modernidade do país (SOARES, 1948). Segundo Secreto (2007, p. 7):

[...] a ideia de marchar para o interior logo se estendeu à região amazônica, que também ingressou no “imaginário oficial” entre os territórios internos a ser ocupados pelos homens do sertão, preferencialmente os nordestinos, cuja missão – além da abnegação – era alargar o território, como antes tinham feito os bandeirantes.

Assim, o discurso que justificava as políticas públicas voltadas para a Amazônia estava pautado em dois objetivos:

Redimir a Amazônia do descaso governamental que a região vinha sofrendo desde a decadência da borracha, e em segundo trazer a solução para a questão dos camponeses nordestinos que iriam ganhar dinheiro e conseguir terras. Essas justificativas plausíveis legitimavam a Marcha para Oeste e a Batalha da Borracha, tornando-as campanhas bandeirantes que tinham o objetivo de integrar os sertões ao restante da Nação (GUILLEN, 1997, p.96)

Para Secreto (2007), a “Marcha” e o seu complemento de ocupação da região amazônica tinham como objetivo a colonização e a fixação da família sertaneja nos territórios interiores. E a autora tem a perspectiva de que um dos objetivos por trás da política de migração para a Amazônia, era aliviar as tensões sociais que assolavam os camponeses, pois as migrações já eram incentivadas pelo governo bem antes dos acordos entre Brasil e EUA, distribuindo passagens gratuitas aos que estivessem dispostos a migrar para outra região.

“Desde 1940, o governo vinha se encarregando de ‘facilitar’ a imigração de nordestinos para os seringais por meio da concessão de 4 mil passagens no Lloyd Brasileiro e na Amazon River” (SECRETO, 2007, p. 83).

Diante disso, o governo se apropriou de um discurso voltado para a conjuntura política internacional. Lembrando que, em dezembro de 1941, o bombardeio japonês ao ancoradouro ¹ naval norte americano denominado *Pearl Harbor*, oficializa a entrada dos EUA na guerra e, conseqüentemente, põe fim à ambigüidade da política externa do governo de Getúlio Vargas em janeiro de 1942.

Vale ressaltar que o Brasil só declarou guerra ao Eixo em agosto de 1942. Portanto, apoiando os EUA e os Aliados na Segunda Guerra, em março do mesmo ano, uma série de acordos foram firmados entre os governos brasileiro e norte-americano, chamados de Acordos de Washington, que iam de auxílios, técnico e financeiro, ao fornecimento de matérias-primas.

Em troca de uma série de matérias primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico e financiamentos para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar (GUILLEN, 1997, p. 95).

Costa (2007, p. 39), em citação ao que foi proferido por Valentim Bouças¹¹¹, assevera,

[...] que os acordos celebrados com os Estados Unidos foram de grande interesse para o Brasil. Entre os compromissos assumidos pelos americanos, estavam o de fornecerem armas, munições, ferramentas, medicamentos, materiais ferroviários e fluviais e tudo o mais que fosse necessário para a indústria brasileira.

Entretanto, desde 1940, os EUA buscavam medidas para assegurar o fornecimento de borracha diante do cenário de guerra. Segundo Dean (1989), em 1941, estudos realizados em território amazônico estimavam, em termos práticos, a extração sem exceder de 100.000 toneladas de borracha. Isso conseqüentemente implicaria no aumento de mão de obra, investimentos em transportes fluviais, alimentos e serviços médicos.

Seria preciso levar mais seringueiros para a região e injetar mais suprimentos nos canais de fornecimento. De acordo com os cálculos otimistas do estudo, uma produção de 100.000 toneladas implicava 100.000 seringueiros, a serem

111 Diretor da CAETA – Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia.

trazidos, muito provavelmente, do árido e empobrecido Nordeste, como nos dias do boom (DEAN, 1989, p 138)

Durante a guerra, a demanda estadunidense por borracha era altíssima, devido ao domínio do Japão sobre os seringais asiáticos, que forneciam a matéria prima desde a decadência da exportação da borracha brasileira. Com a real necessidade pela matéria prima, voltaram-se os olhos para a Amazônia e sua produção extrativista, promovendo a Batalha da Borracha.

Com a invasão japonesa dos seringais do Oriente, e a posição do Japão favorável à Alemanha e Itália, os estoques de borracha dos Aliados começaram a diminuir muito, e a produção brasileira no momento não era suficiente para a demanda. Para aumentar a produção em pouco tempo era necessário muito mais que o aumento do preço, e a Batalha da Borracha foi um esforço verdadeiramente grande nesse sentido, que envolveu não só a injeção de recursos na região, mas a criação de instituições [...] (WOLFF, 1999, p. 137)

Diante da necessidade estadunidense, o recrutamento por trabalhadores se fez ainda mais evidente, forçando o país a construir um plano, que foi executado pela Coordenação da Mobilização Econômica, garantindo a seleção e encaminhamento de trabalhadores para Amazônia.

Em 1942, o Presidente da República confiará ao Conselho de Imigração e Colonização a elaboração de um plano de exploração e colonização do vale amazônico que considerasse a forma mais adequada de colocação de trabalhadores nordestinos nos seringais (SECRETO, 2007, p. 83).

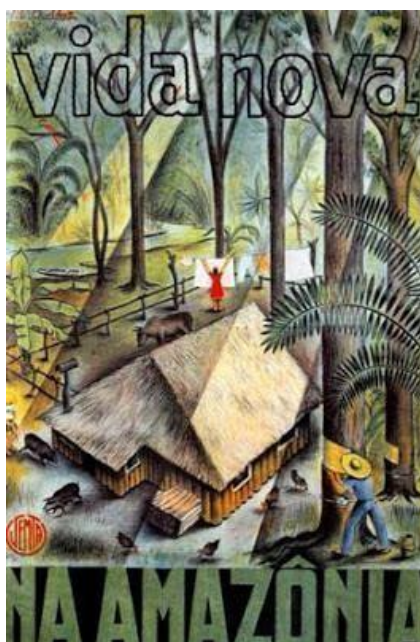
Por meio deste plano serão criadas duas instituições responsáveis por recrutar e adentrar o trabalhador nos seringais: Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). Ambas foram instituídas legalmente, a primeira pelo Decreto-lei nº 4.750, “encarregava-se de recrutar e levar o trabalhador até Belém”; a segunda criada em dezembro de 1942, pelo Decreto-lei nº 5.044, “colocava o trabalhador nos seringais e se encarregava, com a *Rubber Development Corporation* (RDC), de fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringalistas”(SECRETO, 2007, p. 86).

Mas, para que o recrutamento de trabalhadores fosse possível, e a Campanha para Batalha da Borracha tivesse êxito, um outro órgão governamental teve papel fundamental em

sua propaganda: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Era o órgão responsável pelo controle dos meios de comunicação (censura), difusão e divulgação das mensagens propagandistas do Estado Novo (1937-1945).

Foram o DIP e Jean Pierre Chabloz¹¹² os responsáveis pela eficácia da campanha usando propaganda e arte, e tendo como aliados os elementos de ordem emocional e os imaginários sociais. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo (SECRETO, p. 73).

A representação da Amazônia nos cartazes do SEMTA, estava distante da realidade com a qual muitos nordestinos se depararam. A floresta amazônica e sua imagem idílica, apresentavam “a exploração de borracha como uma atividade de fundo de quintal”, como bem pontua Secreto (2007, p. 76) ao analisar o cartaz “Vida Nova na Amazônia” (figura 1). O cartaz “Rumo à Amazônia Terra da Fartura” (figura 2), representa o percurso da migração em dois pontos: um seco e o outro verde. Para analisar esse cartaz, Secreto (2007), utiliza os termos sequidade e uberdade, como elementos de expulsão e atração, ou seja, a representação da Amazônia como terra da fartura, era acompanhada pela imagem do sertão pobre e árido.



112 Pintor suíço, que emigrou para o Rio de Janeiro em 1940, foi o encarregado de realizar parte da arte da propaganda oficial do SEMTA. (SECRETO, 2007, p. 126)

Figura 1: Vida Nova na Amazônia. **Fonte:** Acervo Jean Pierre Chabloz – Museu de Arte da Universidade do Ceará (1984)

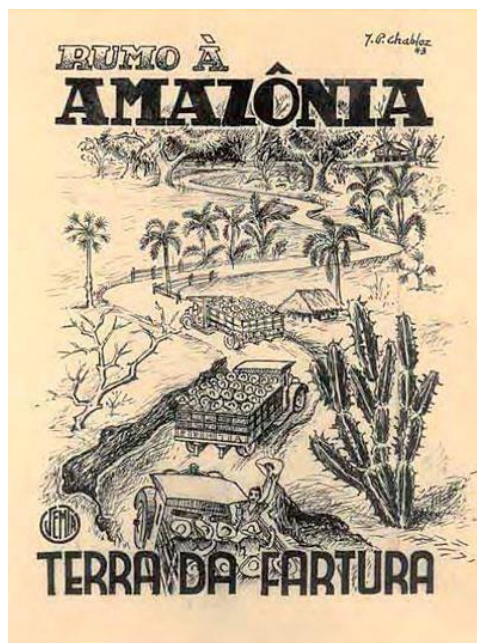


Figura 2: Rumor à Amazônia Terra da Fartura. **Fonte:** Acervo Jean Pierre Chabloz – Museu de Arte da Universidade do Ceará (1984)

Diante disso, Wolff (1999) aponta que o número de pessoas vindas para a Amazônia e Mato Grosso na Batalha da Borracha foi de 55.339, dos quais 36.289 eram homens destinados ao trabalho no seringal e 19.059 eram os seus dependentes (crianças, mulheres e anciãos). Entre esses, poucos voltaram para sua terra em fins de 1945, outros foram vitimados por doenças ou acidentes com animais, e os que ficaram na Amazônia se dividiram entre os que optaram por ficar, e aqueles pressionados por meio do endividamento, que não os deixará saldar lucro algum.

Contudo, não se sabe ao certo quantos nordestinos adentraram na Amazônia entre os anos de 1943 a 1945. Na literatura referente ao assunto ainda há muitas contradições quando se trata de uma estatística exata do número de imigrantes. O que se tem por base são as demandas dos que saíram de Fortaleza, e que entraram em Belém ou Manaus. Segundo Samuel Benchimol (1994, p. 113):

Quanto eram, ninguém saberá jamais. Nem o número de nomes, nem o nome dos números, pois nunca existiram estatísticas de emigração no Nordeste, e nem de imigração na Amazônia. As que se encontram foram baseadas nos quadros de pessoas saídas do porto de Fortaleza e de outras cidades do nordeste, e de pessoas entradas em Belém e Manaus. Mesmo assim, as fontes são extremamente contraditórias e, deste modo, o labor censitário dos números perde grandeza e precisão.

Sendo assim, não cabe aqui esclarecer quantas pessoas morreram durante a Batalha da Borracha. Secreto (2007), pontua que “as estatísticas de morte nunca são muito precisas, mas podem nos dar uma ideia da magnitude da tragédia humana” (SECRETO, 2007, p. 37). Contudo, os prováveis números evidenciam as falhas dos órgãos governamentais responsáveis por incentivar a migração, dar assistência aos seringueiros e seus dependentes, fixá-los em uma realidade desconhecida, e torná-los dependentes de um sistema quase escravista, que se reatualiza no decorrer dos séculos.

Não obstante a essa inexatidão quanto ao número de imigrantes nordestinos, a realidade de vida nos seringais nada tinha quando comparada ao que foi propagado nos cartazes de divulgação governamental nos anos de recrutamento para Amazônia, além de outros pontos prometidos pelo governo brasileiro e que não foram cumpridos. Segundo Gomes (2013), a Batalha da Borracha foi o exemplo de propaganda governamental e migração bem-sucedida, porém a mais trágica, com consequência para a vida dos migrantes e seus familiares.

Mesmo que a criação de órgãos governamentais brasileiros (SEMTA, SAVA, CAETA, SESP, e o Banco de Crédito da Borracha)¹¹³ e norte-americano (RDC) tenham recrutado, equipado, transportado e buscando enfraquecer o velho sistema de aviamento¹¹⁴, nem um deles foram capazes de auxiliar verdadeiramente os seringueiros, quando estes adentravam a mata, e muito menos derrubaram o trabalho compulsório imposto pelo sistema.

113 O SEMTA e o SAVA serão extintos em setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.813. E substituídos pela CAETA; SESP – Serviço Especial de Saúde Pública; o Banco de Crédito da Borracha que, anos à frente, seria convertido pela Lei 1.184/50, no Banco de Crédito da Amazônia, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra.

114 Para Mikel Aramburu, o sistema de aviamento é um adiamento de mercadorias a crédito, que começou a ser usado na região na época colonial, mas foi ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica.(ARAMBURU, 1994, p. 191).

De acordo Dean (1989), a embaixada – norte-americana – decidiu colaborar com aqueles que controlavam o comércio na região, ou seja, os donos dos seringais, como a única esperança de aumentar as exportações, que para eles “fora um erro ignorar a sociedade estabelecida com seus tentáculos seculares que se estendem sobre todos os milhares de seringueiros” (DEAN, 1989, p. 141). Portanto, os órgãos se curvaram diante dele, e deixaram muitos nordestinos à mercê por longas décadas lutando suas batalhas “diárias” da borracha.

O ensino da Amazônia e a prática pedagógica

Na região Norte, em especial no estado do Pará, temos a disciplina de Estudos Amazônicos que é obrigatória na grade curricular do Ensino Fundamental II. O componente curricular tem como objetivo construir um cidadão crítico, capaz de estabelecer uma relação social melhor com o espaço em que está inserido, permitindo os educadores das áreas de Ciências Humanas apresentarem aos seus discentes um estudo mais específico sobre a organização espacial da Amazônia, e a sua ocupação pelos diferentes agentes sociais que organizam o território.

O componente curricular de Estudos Amazônicos foi incorporado ao ensino paraense no final da década de 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 a partir dos estudos desenvolvidos acerca da História Regional e Local. Mas isso só foi possível diante de uma nova concepção historiográfica que surgiu na França em 1929, denominada de Nova História¹¹⁵. Essa nova concepção possibilitou a diversificação no conceito de fonte histórica, consequentemente provocando, uma dinamização no objeto de estudo do pesquisador.

Para Cristiano Lima (2011, p. 10):

A importância do estudo da história local nas escolas está na tentativa de fazer com que o aluno reaprenda e valorize a história de sua sociedade e de sua própria história, mostrando que o mesmo é partícipe da história, tornando também este ensino importante para sua vida, desconstruindo assim a ideia de que o ensino da história não lhe diz respeito, pois não está ligado a ele, rompendo, portanto, a forma de ensino tradicional de memorização sistemática de datas e fatos para a construção de um estudo participativo e investigativo por parte do professor e do aluno, reafirmando a importância e a necessidade

115 A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o “paradigma” tradicional, e passou se interessar por virtualmente toda a atividade humana. “Tudo tem uma história”, como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. (BURKE, 1992)

da interação escola e comunidade, pois desta forma incentivará a reconstrução histórica da mesma.

Portanto, essa obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar de instituições públicas de ensino do estado do Pará, é importante diante de uma discussão voltada em específico para conhecimento histórico da Amazônia, possibilitando ao aluno conhecer melhor o espaço em qual está inserido, provocando nele o sentimento de pertencimento e formação de identidade.

Segundo Bittencourt (2008, pg. 168), “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência”.

Porém, trabalhar a história da Amazônia na Educação Básica gera desafios para os educadores, que em sua maioria buscam novos métodos de ensino com o objetivo de tornar suas aulas mais compreensíveis, possibilitando o processo de ensino – aprendizagem dos nossos alunos.

Partindo disso, a reformulação da prática pedagógica se daria, por intermédio da utilização de elementos acessíveis a comunidade escolar e que apresentem um leque de possibilidades metodológicas diferenciadas de ensino, que podem fazer o aprendizado em sala de aula torna-se cada vez mais acessível e prazeroso para grande parte dos alunos. No que tange a isso, a busca de metodologias que provoquem motivação, como a utilização dos jogos adaptados aos objetos do conhecimento ministrados, tem se mostrado uma boa estratégia.

Os jogos têm auxiliado o professor em sala de aula justamente porque eles tornam os conteúdos mais atrativos e a aula mais didática, atingindo um número maior de alunos, pois “[...] jogar possibilita ao ser humano vivenciar, experimentar novas situações [...] o jogo permite interpretar, simular a vida e, por ser ficcional, permite explorar possibilidades, ousar, além de evocar a imaginação e a criatividade” (BROUGÈRE, 1998, p. 178).

Em sala de aula, ao trabalharmos com os conteúdos relacionados à Amazônia, é possível perceber em sua maioria que grande parte dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a região, partem de representações por eles adquiridas através dos livros didáticos e da mídia.

Rocha e Amoras (2006), publicaram uma pesquisa intitulada “O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia”, onde o objetivo era analisar as representações sociais criada pelos alunos de uma escola pública no município de Belém, por

meio de uma atividade com o título “Como eu vejo a Amazônia”. As representações sociais foram as mais diversas possíveis, em sua maioria, destaca-se: a Amazônia como um lugar distante; como apenas um conjunto de elementos e recursos naturais; como um ambiente romantizado e destituído de vida humana; e quando o homem estava inserido no ambiente, destacou-se a relação homem-natureza de forma harmônica.

Há nas representações dos alunos e alunas, a existência de uma natureza harmônica e perfeita. Neste “espaço” não há lugar para o homem. Ele não existe. Seria então a Amazônia o “vazio demográfico” tão difundido no discurso utilizado para justificar as políticas desenvolvimentistas elaboradas para a região nas décadas de 1970/80? [...] Tais representações, acreditamos, resultam de discursos que são difusores da idéia de uma natureza intocada, infinita [...] A grandeza dos recursos naturais amazônicos é sempre massificada através dos documentários e reportagens produzidos pelos diversos canais de televisão. Nestas representações elaboradas e difundidas pela televisão, os habitantes do espaço Amazônico, são na maioria das vezes, excluídos desse “cenário”. A Amazônia é um outro lugar visto a partir [...] de cidades que são sede de grandes emissoras de televisão. Ela não é urbana, é só floresta, rios, animais (ROCHA; AMORAS, 2006, p. 155-162).

Importante ressaltar, que os alunos que realizaram a atividade descrita acima são residentes de uma área urbana, e em sua maioria, descreveram a Amazônia com total ausência de identidade e sentimento de pertencimento. Esse desafio de ensinar sobre a região amazônica não se limita apenas aos grandes centros urbanos, os educadores que atuam em municípios no interior do estado do Pará também enfrentam esse obstáculo em sala de aula.

Tal situação foi vivenciada em 2022 no componente de Estudos Amazônicos, com uma turma do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Saint Clair Passarinho, localizada no município de Altamira, estado do Pará. Nessa ocasião percebemos, a partir da verbalização dos alunos, a Amazônia como um lugar distante da sua realidade, como se eles não estivessem inseridos dentro do espaço amazônico. Isso nos remete ao desafio de trabalhar os eventos históricos na Amazônia, os sujeitos neles envolvidos, pensar na reformulação da prática pedagógica e nos métodos de ensino que possibilitem a aproximação do aluno com sua história local.

Diante disso, a temática discutida no tópico anterior foi trabalhada em sala de aula com o auxílio do fascículo “O valor dos seringueiros como madrugadores da floresta: da *Hevea brasiliensis* à borracha”, que é um produto educacional gerado a partir da pesquisa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal do Acre, realizado pela Profª. Ma. Danielly de Nóbrega.

O objetivo do material era ensinar química considerando os saberes tradicionais relacionados ao extrativismo do látex junto à Comunidade Rio Branco no Seringal Floresta da Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri – AC. Portanto, o material foi pensado para os anos finais da Educação Básica, buscando atender a interdisciplinaridade de temas dos componentes: Química, Biologia, Geografia, História e Matemática.

Entretanto, Nóbrega (2016, p. 1) afirma que “apesar do enfoque, esse fascículo pode ser utilizado junto a outros segmentos do ensino, servindo como guia para professores, ou como apoio no desenvolvimento de atividades educativas”. A partir disso, elaboramos um baralho de questões, seguindo as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos do 6º ano. As atividades foram divididas em três aulas:

A primeira aula foi expositiva acerca do conteúdo, na qual trabalhamos o evento histórico no geral, destacando o período em que ocorreu, os motivos que o desencadearam, as consequências e os sujeitos históricos nele inseridos (resumido na primeira parte desse artigo).

A segunda aula foi reservada para a confecção do tabuleiro do extrativismo da borracha, na qual os alunos, montaram e coloriram o material, cortaram as peças, as fichas e as recompensas (dinheiro de brinquedo). Nessa aula, aproveitei o contato que eles tiveram com as peças (que era usada por cada jogador) que remetia aos utensílios usados pelos seringueiros para extrair o látex, e fiz a apresentação de cada um deles com a contribuição da turma.

Na terceira aula o jogo foi executado, a turma de 28 alunos foi dividida em 7 grupos com 4 integrantes. Cada grupo organizou seu tabuleiro, as fichas e peças, e as regras do jogo foram explicadas. São as mesmas regras sugeridas por Nóbrega (2016), constante no quadro 01:

Quadro 01. regras do jogo proposto por Nobrega (2016).

Fonte: NÓBREGA (2016)/adaptado.

Vamos jogar?	O jogo chama-se “Percorrendo as Estradas de Seringa”. E foi criado de modo a permitir que estudantes de várias idades possam compreender a vida no seringal.
Descrição do jogo	Você vai precisar de: tabuleiro, fichas de cumbuca, fichas de animais, peças que representam os jogadores, um dado, baralho de questões e dinheiro de brinquedo. Objetivo: Receber o maior valor em dinheiro de brinquedo após 5 rodadas.
Como jogar	Cada jogador escolhe uma peça para representá-lo na estrada de seringa e a coloca na escola rural. Cada jogador deve lançar o dado, quem tirar o maior número começa o jogo. Na sua vez de jogar, lance o dado e anote o número de casas indicadas. Casa contendo um animal da floresta: quando sua peça cair em uma casa contendo um animal da floresta, significa que você o caçou para se alimentar. Receba uma ficha correspondente ao animal caçado. Entretanto, cada seringueiro só pode caçar apenas um animal por rodada. Caso sua peça caia novamente na casa contendo um animal, você deve voltar para o início do jogo. Você não deve caçar por prazer, isso é crime! Casa contendo a onça: quando sua peça cair em uma casa contendo a onça, você deve voltar para o início do jogo. As onças são animais protegidos! Casa contendo o mapinguari: quando sua peça cair na casa contendo o mapinguari, você deve voltar para o início do jogo. Não irrite o protetor da floresta! Casa contendo as palavras par/ímpar: quando você passar por uma casa contendo as palavras par/ímpar, você deve seguir a seta conforme o número tirado. Ou seja, se você tirou um número par, ao passar por esta casa, siga a seta par; se você tirou um número ímpar, siga a seta ímpar. Casa contendo a Mãe da Mata: Quando a sua peça cair na casa da Mãe da Mata, você ganha uma cumbuca de látex por ajudá-la denunciando o desmatamento ilegal. Casa contendo a seringueira: Quando a sua peça cair na casa contendo a seringueira você deve retirar uma carta do baralho de questões. Caso você responda a questão corretamente, você ganha uma cumbuca de látex. Caso não responda corretamente ou não saiba responder, o próximo jogador tem o direito de respondê-la. Caso ele responda corretamente, ele ganha uma cumbuca de látex. Caso ele não responda corretamente ou não saiba responder, dá-se a chance ao próximo jogador. Caso nenhum dos jogadores saiba a resposta da pergunta, ninguém ganha a cumbuca, mas o grupo deve pesquisar a questão sob a orientação do mediador. O jogo só prossegue quando a pergunta for respondida. Madeira de manga: Quando a sua peça cair na “madeira de manga” você tem direito a responder 3 questões conforme as instruções para a casa contendo a seringueira. O jogo prossegue até que o primeiro jogador dê a volta no tabuleiro. Quando isso acontecer, todos vão ao posto de recolhimento. No posto de recolhimento cada participante deve jogar o dado. O número tirado corresponde ao teor de borracha no látex coletado: o número 1 corresponde a 25%, o número 2 a 30%, o número 3 a 35%, o número 4 a 40%, o número 5 a 45% e o número 6 a 50%. Multiplique o número de cumbugas pelo teor para saber a quantidade em litros de látex coletado. Para cada litro de látex receba R\$8,00 em dinheiro de brinquedo. Terminada a primeira rodada, inicia-se a segunda; assim até completar 5 rodadas.
Fim do jogo	Após cinco rodadas, cada jogador deve contar quanto dinheiro ganhou na coleta de látex. O vencedor é aquele que conseguiu somar a maior quantidade em dinheiro de brinquedo.

E além das regras do jogo, na figura 03 está a digitalização do tabuleiro completo contendo os percursos para os jogadores, as casas e as imagens dos animais e dos outros objetos. Nas figuras 04, 05, 06, 07 e 08 estão as fichas de cumbuca e de animais, as peças que representam os jogadores, o dinheiro utilizado no jogo (sem valor) e o baralho de questões, respectivamente.

Figura 3. Percorrendo as Estradas de Seringa. Fonte: NÓBREGA (2016)/adaptado.



Figura 4. Ficha e Ficha 2. Fonte: NÓBREGA (2016)/adaptado.

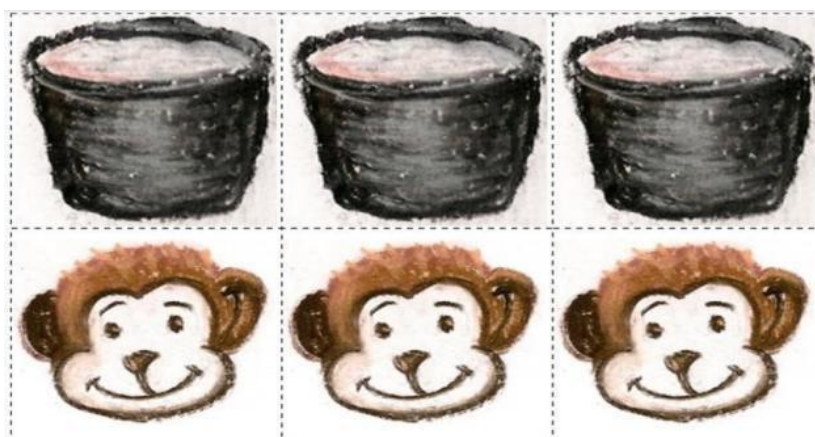


Figura 5: Peças que representam os jogadores. Fonte: NÓBREGA (2016)/adaptado.

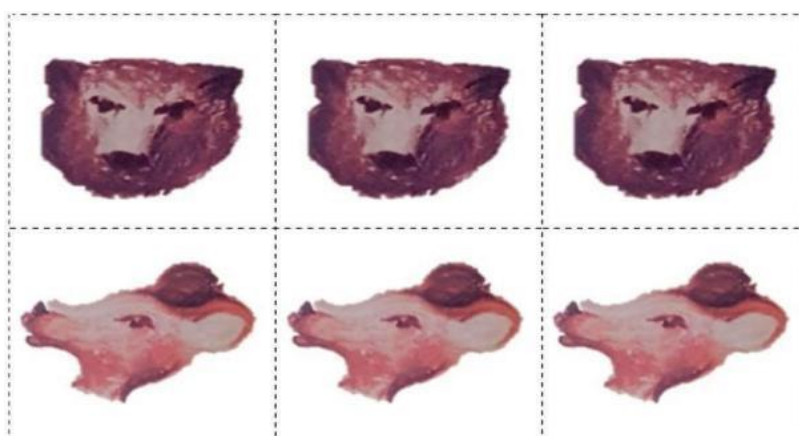


Figura 6. Dinheiro sem valor (recompensa). Fonte: NÓBREGA (2016)/adaptado.



Figura 7: O baralho de questões. Fonte: NÓBREGA (2016)/adaptado.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ação prática na escola

A atividade foi desenvolvida em sala de aula, no turno vespertino, nos dias 22, 29/11 e 06/12/22. A primeira aula no dia 22/11, foi expositiva acerca do conteúdo, na qual trabalhamos o evento histórico no geral, sintetizado anteriormente aqui no artigo. Essa aula consistiu na apresentação da temática com o intermédio de um varal de imagens, no qual os alunos visualizaram a prática da atividade extrativista da borracha, desde os recrutamentos até a vida nos seringais. Também utilizamos produtos que fazem parte do cotidiano/conhecimento dos alunos: bola de basquete, borracha escolar, luvas descartáveis, luvas de limpeza, cola de papel e balões de aniversário. O objetivo da utilização desses produtos consistia em mostrar aos discentes o quanto estão inseridos no processo da atividade extrativista da borracha mesmo como consumidores, já que os produtos citados acima possuem em sua composição o látex, aproximando-os dessa realidade.

Além disso, desenvolvemos aspectos do evento histórico, como ele ocorreu, os motivos que o desencadearam, as consequências e os sujeitos históricos nele inseridos.

Na aula do dia 29/11, foi realizada a confecção do tabuleiro do extrativismo da borracha, na qual os alunos montaram e coloriram o material, cortaram as peças, as fichas e as recompensas (dinheiro de brinquedo). Nessa aula, aproveitei o contato que eles tiveram com as peças (que era usada por cada jogador) que remetia aos utensílios usados pelos seringueiros para extrair o látex, e fiz a apresentação de cada um deles com a contribuição da turma.

Na terceira aula, no dia 06/12, o jogo foi executado, a turma com 28 alunos foi dividida em 7 grupos com 4 integrantes. Cada grupo organizou seu tabuleiro, as fichas e peças, e as regras do jogo foram explicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos essas considerações com um questionamento que partiu de um discente da escola sobre estudar a Amazônia no início do ano letivo de 2022: “Prof. Por que precisamos estudar sobre a Amazônia?”. No ato da pergunta, esclarecemos o objetivo da disciplina de Estudos Amazônicos e a importância do estudo sobre a nossa região. E ele se posicionou respondendo assim: “mas estamos no Xingu e não na Amazônia”. Nesse momento, usamos um mapa como recurso e mostramos não somente para ele, mas para toda a turma a nossa localização geográfica.

Pontuamos que nossa localização é no estado do Pará, na Bacia do rio Xingu, que é um afluente do rio Amazonas. Ressaltando que estamos inseridos em uma demarcação política/geográfica que conhecemos como Amazônia Legal, ou seja, pertencemos sim a região amazônica. Diante dessa informação, algumas “carinhas” expressaram surpresa ao saber que vivem na Amazônia, e que estão inseridos dentro desse espaço geográfico.

Partindo desse pressuposto, observou-se o distanciamento dos alunos com a História Regional e Local que conseqüentemente gera a não identificação como amazônidas, não estabelecendo com esta região uma relação de pertencimento, o que torna a disciplina de Estudos Amazônicos bem mais desafiadora.

No discurso de uma porcentagem de alunos, ainda percebemos as representações sociais estereotipadas criadas por eles a partir de informações externas sobre a Amazônia, e uma das mais preocupantes é o fato de visualizarem a Amazônia como um lugar distante da sua realidade. Diante disso, o ambiente escolar tem o desafio de desvelar estas representações, e os educadores das Ciências Humanas reformular suas práticas pedagógicas com a finalidade de contribuir para desmistificar o papel que estas exercem na leitura de mundo de nossos discentes sobre a Amazônia.

Esclarecer essas representações sociais por parte docentes contribui para que nossos discentes possam reelaborar o seu conhecimento sobre a região na qual eles e elas vivem e são protagonistas. A utilização das novas tecnologias, seja de informação ou comunicação, e as inúmeras inovações metodológicas, buscam auxiliar a prática pedagógica em sala de aula com

o objetivo de nortear e estimular o aprendizado dos alunos, proporcionando ações que seriam facilitadoras e úteis para seu aprendizado.

Inserindo novos métodos de ensino que enriqueçam a prática pedagógica, o jogo do tabuleiro que norteia esse trabalho contribuiu para que os discentes pudessem visualizar e aprender sobre a temática “Batalha e Soldados da Borracha” e a Amazônia, pois cada etapa do jogo incluía conhecer o ofício do seringueiro, a importância da extração do látex para sua sobrevivência, pois para muitos era o único meio de sustento, a relevância das crenças amazônicas para os povos tradicionais e a manutenção da cultura, além da preservação da fauna e flora amazônica.

Desconstruindo a Amazônia como um paraíso perdido, sem a interferência humana, sem crimes ambientais. Onde extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e outros grupos sociais não são vistos como homens e mulheres históricos, produtores e reprodutores de espaços socialmente construídos. Em sua maioria, nunca aparecem como sujeitos que lutam para preservar sua cultura, identidade, e vivendo em constante ameaça da expansão capitalista sobre a região.

Compreender a experiência dos sujeitos históricos envolvidos nesse processo, sejam eles migrantes ou nativos da região amazônica, seja de forma individual ou coletiva irão impulsionar a construção do conhecimento acerca dos aspectos específicos vivenciados por homens e mulheres que realizaram ou realizam a atividade extrativista da borracha.

Outro ponto que gostaríamos de salientar é que a utilização desse jogo na sala permitiu-nos refletir e problematizar sobre a questão da interdisciplinaridade presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Isso é relevante porque Portela (2018) adverte que no próprio documento não está claro a forma como esse processo deve ser construído, nem muito menos uma noção concreta de interdisciplinaridade. O que acaba deixando o problema ainda aberto, não cumprindo o papel crasso de documento norteador: que é o de geratriz da formação continuada dos profissionais da educação.

Então, pelo que foi exposto, acreditamos que a experiência desenvolvida no âmbito da escola Saint Clair Passarinho, na cidade de Altamira, pode fornecer esses elementos para subsidiar as discussões sobre a interdisciplinaridade, tão cara, mas relegada a base. Logo, nonosso entendimento o trabalho aqui desenvolvido pode ser importante, já que foi construído a partir de um jogo que foi pensado no horizonte da interdisciplinaridade, permitindo a

integração entre as diferentes áreas do conhecimento: Geografia, História, Sociologia, Filosofia e Estudos Amazônicos, por exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniel Vater de. **A Disciplina Intitulada Estudos Amazônicos Constituindo-se como mais um Espaço Para o Conhecimento Geográfico em Sala De Aula.** Universidade Federal do Pará – UFPA/Campus Marabá, Brasil. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Ensenanzadelageografia/Metodologiaparaaensenanza/40.pdf>> Acesso: 04 de fev. 2023.

ARAMBURU, Mikel. **Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 25, ano 9, 1994.

BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da batalha da borracha.** Manaus, Imprensa Oficial do Estado Amazonas, 1992.

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In:

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2008.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas/** Peter Burke (org.); trad. de Magda Lopes -São Paulo: Editora UNESP. 1992.

COSTA, Mariete Pinheiro. **O Parlamento e o Soldado da Borracha no Limiar da II Guerra Mundial.** Monografia –Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo – Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). **As instituições brasileiras na era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ e Fundação Getúlio Vargas, 1999, 212.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica.** São Paulo, Nobel, 1989, p. 131-154. GOMES, Ângela de Castro. **População e Sociedade. Olhando para dentro 1930-1964/** coordenação Ângela de Castro Gomes. -Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (História do Brasil Nação: 1808-2010; Vol.4).

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo.** Revista de Sociologia e Política nº 9, 1997.

LIMA, Cristiano Bento de. **A Importância do Ensino de História Local nas Escolas.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-ensino-da-historialocal-nas-escolas/65870/#ixzz4tt76FVos>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2023.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira: no contexto geopolítico internacional (1540-1912).** 1989. 510 f. Tese (Doutorado) -Curso de Doutorado em Geografia

Humana, Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989. MACHADO, L. O. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira**. Cadernos IPPUR, 1, 1999.

NÓBREGA, Danielly de Sousa. **O valor dos seringueiros como madrugadores da floresta: da Hevea brasiliensis à borracha**. / Danielly de Sousa Nóbrega, Anelise Maria Regiani. – 2016. Disponível em: <http://www2.ufac.br/mpecim/menu/produtoseducacionais/2014/produtoeducacional-danielly-de-sousa-nobrega.pdf>. Acesso em: maio de 2022.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

OLIVEIRA, Leonardo da Costa. **História regional em questão: uma análise sobre o material didático da disciplina Estudos Amazônicos na EMEF João Paulo II (Ananindeua – PA)**. ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro RJ, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628432967_ARQUIV_O_c4960d35861d646bd6624b476c38769d.pdf. Acesso em 07 fev. 2023.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. **BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das ciências humanas e da interdisciplinaridade**. OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 1, p. 48-68, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/38216>.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

ROCHA, Genylton; AMORAS, Izabel. **O ensino de geografia e a construção de representações sociais sobre a Amazônia**. Terra Livre. Ano 22, v. 1, n. 26 p. 143-164 Jan/Jun/2006. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/download/212/196>. Acesso: 11 de fev. 2023.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, 358 p.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

SECRETO, María Verónica. **A ocupação dos “espaços vazios” no Governo Vargas: do “Discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha**. Estudos históricos, nº 40, julho-dezembro de 2007, p. 115-135. Disponível em: [A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha | Revista Estudos Históricos \(fgv.br\)](https://revistaestudoshistoricos.fgv.br/estudos-historicos/article/view/115). Acesso em: 15 de novembro de 2022.

SOARES, Lúcio de Castro. Delimitação da Amazônia para fins de planejamento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 2, pp. 2-52, abr./jun. 1948.

WOLFF, Cristina Scheibe. **E não desapareceram... a sobrevivência na floresta (1913-1945)**. In: Mulheres da floresta: uma história, Alto Juruá, Acre (1890-1945), São Paulo: HUCITEC, 1999.

‘SABER-FAZER QUE FLUTUA’: ATÉ QUANDO O IMAGINÁRIO RIBEIRINHO NAVEGARÁ PELOS RIOS DA AMAZÔNIA?

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues¹¹⁶

NARDI, Bárbara Carolina Santos de¹¹⁷

MOREIRA, Paloma Geovanna Souza¹¹⁸

COSTA, Sarah Elizabeth Moraes¹¹⁹

RESUMO

A arquitetura vernacular naval é uma expressão da identidade ribeirinha, refletindo o contexto de comunhão dos habitantes da região com o ambiente amazônico e seus recursos naturais. Porém, com o avanço de tecnologias modernas e o surgimento de empecilhos ao longo da cadeia produtiva, essas práticas estão se perdendo sem o devido reconhecimento de sua importância cognitiva, cultural, econômica e social. Especificamente, o estudo almeja investigar como o cognitivo dos locais está conectado ao saber-fazer tradicional das embarcações na Amazônia, o que preconiza uma revisão narrativa da literatura sobre o tema, a visita a estaleiros navais em Belém e Abaetetuba para observação participante e a consulta a profissionais sobre o assunto nessas localidades para coletar percepções, experiências e conhecimento. Os métodos compreendem consultas bibliográficas, incursões, entrevistas com pessoas ligadas ao tema, produção de registros fotográficos e análise de discurso. Os resultados indicam que esse saber-fazer está profundamente enraizado no cognitivo dos carpinteiros navais e na cultura local, transformando o estudo em um chamariz para as questões de valorização e preservação desse ofício, o que contribui não apenas para a manutenção e o reconhecimento dessa identidade cultural, mas também fomenta o surgimento de alternativas sustentáveis para a sua conservação.

Palavras-chave: Arquitetura Naval; Saber-Fazer; Amazônia; Neuroarquitetura.

116 Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA, bem como coordenadora do Laboratório de Neuroarquitetura - Labneurau. Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da UFPA e integrante da *Academy of Neuroscience for Architecture – ANFA* | E-mail: cibellyfigueiredo@ufpa.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-270X>

117 Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA e atualmente integrando o Laboratório de Neuroarquitetura – Labneurau | E-mail: barbara.nardi@itec.ufpa.br | ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8517-6253>

118 Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA, tendo atuado durante um ano junto ao Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural – LAMEMO como bolsista de iniciação científica, e atualmente integrando o Laboratório de Neuroarquitetura – Labneurau | E-mail: pgeovanna.sm@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5390-5924>

119 Discente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU da Universidade Federal do Pará – UFPA e atualmente integrando o Laboratório de Neuroarquitetura – Labneurau | E-mail: sarahmoraes701@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7289-3699>

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da construção naval na Amazônia é uma história que remonta aos primórdios da ocupação humana na região. Os povos indígenas, com seu profundo conhecimento dos recursos naturais, foram os primeiros a moldar essa tradição, como destacam Luciane Salorte (2010) e Antônio Gualberto (2012). A observação de quais árvores flutuavam nas correntezas dos rios inspirou a criação de pequenas canoas, conhecidas como ubás ou igarités, feitas com troncos inteiros ou com suas cascas. Desde então, essas embarcações não apenas facilitam o transporte e a pesca, mas também atuam como pontes que conectam comunidades isoladas, enriquecendo a cultura e a identidade da vasta Bacia Amazônica.

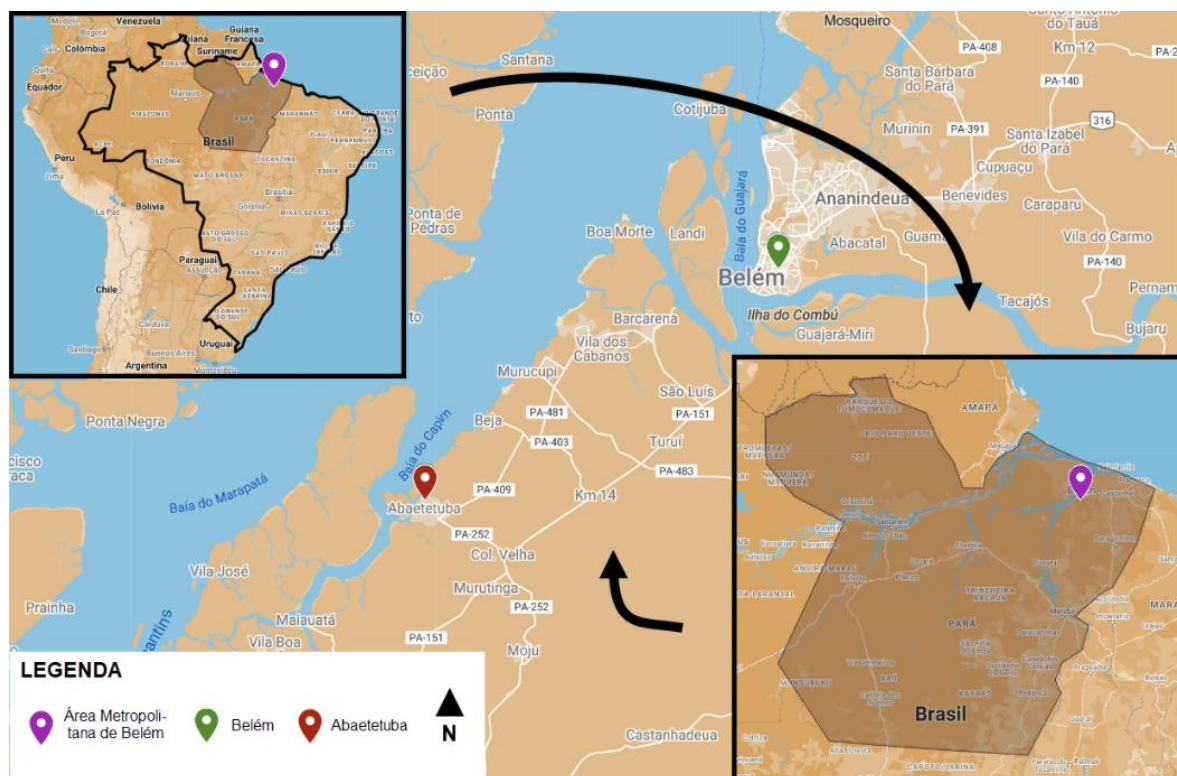
A monumental geomorfologia da Amazônia exerce uma influência holística sobre as populações que nela habitam, moldando suas perspectivas, práticas e saberes ao longo do tempo. Os habitantes da região estabelecem laços profundos com os recursos naturais, os quais permeiam diversos aspectos de seu cotidiano. Nesse contexto, a construção naval emerge como uma protagonista essencial, impactando o bem-estar e o cognitivo das comunidades ribeirinhas.

A carpintaria voltada para a construção de embarcações é um ofício secular que precede a colonização do Brasil (Salorte, 2010; Gualberto, 2012). Ao longo dos anos, esse saber tradicional passou por transformações significativas em sua prática e valorização, algo que Roberta Delson (1995) exemplifica ao mencionar a adaptação do modal aquaviário indígena durante a exploração bandeirante das riquezas amazônicas. E embora muitos estudos tenham se concentrado nos aspectos tangíveis das embarcações (*e.g.* Mário Moreira, 2012; Yasser Audeh e Rogério Royer, 2022), é crucial também considerar os aspectos imateriais que influenciam o ecossistema local e a identidade cultural dos povos ribeirinhos, tal como indicam a Constituição Brasileira (1988) e José Gonçalves (2005).

Diante desse cenário, este estudo busca investigar se a introdução de tecnologias modernas contribui para a perda da memória e da identidade das embarcações fluviais na Amazônia. Para analisar essa questão, a pesquisa se propõe a três diferentes perspectivas — a arquitetônica, a etnográfica e a neurocientífica —, a serem aplicadas especialmente nas localidades de Abaetetuba e Belém (Figura 1). O objetivo é entender como as práticas tecnológicas contemporâneas impactam as tradições associadas à construção naval ribeirinha,

o que por seu turno tem repercussões sobre o cognitivo dos indivíduos atrelados a esse saber-fazer e pode vir a afetar manifestações anexas àquela em pauta.

Figura 1 – Localização das cidades visitadas durante a pesquisa a nível nacional e estadual.



Fonte: GoogleMyMaps, alterado por Paloma Moreira, 2024.

Este trabalho representa uma contribuição inovadora para o campo da engenharia náutica ao conectar a prática arquitetônica naval ribeirinha aos princípios das neurociências. Ao contrário de outros estudos que focam apenas em aspectos culturais, econômicos ou mesmo sociais (*e.g.* Charlotte Pham, Lucy Blue e Colin Palmer, 2010; Suzele Fonseca, 2018; e Rosenildo Pereira, 2019), essa pesquisa examina as implicações cognitivas e emocionais relacionadas à construção naval na expectativa de comprovar que o uso mecânico das novas tecnologias pode levar à perda da memória e identidade das embarcações tradicionais.

Dessa forma, esse empreendimento está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), contidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, fomentada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). A pesquisa corrobora com vários objetivos, incluindo: ODS 1, referente à erradicação da pobreza, dado que preservar saberes tradicionais pode funcionar como vias de combate à marginalização das culturas envolvidas; ODS 8, alusivo ao crescimento econômico sustentável, visto que a

valorização de técnicas tradicionais pode garantir o emprego pleno e produtivo aos detentores desse conhecimento; ODS 10, respectiva à redução das desigualdades, posto que intervenções no sentido de viabilizar a continuidade desse saber-fazer promovem uma cultura frequentemente desmerecida; e ODS 17, pertinente às parcerias e aos meios de implementação, visto que a pesquisa evidencia a riqueza cultural local e oferece subsídios para o posterior desenvolvimento de estratégias de preservação dessa manifestação de raízes autóctones.

METODOLOGIA

Consciente das perguntas que norteiam a investigação em pauta, bem como de seu objetivo e escopo, conduz-se então o leitor a adentrar no universo dos métodos empregues para esse fim. Trata-se de uma pesquisa de natureza pura, com uma abordagem qualitativa e um objetivo descritivo, que se vale de métodos bibliográficos, de campo e documentais.

A essência deste empreendimento é pura, pois busca desenvolver conhecimento científico que contribua de maneira original e incremental para a compreensão das práticas tradicionais de construção de embarcações na Amazônia. A abordagem qualitativa é fundamentada na etnometodologia e nas percepções sensoriais, permitindo a coleta de evidências que dialogam sobre um fenômeno social intrigante: a influência das tecnologias modernas na memória e na identidade das embarcações fluviais tradicionais.

O objetivo descritivo da pesquisa, por sua vez, dedica-se a expor essa ocorrência, caracterizando-a e associando-a a fatores correlatos, explorados sob a ótica dos princípios da neuroarquitetura. Para isso, são empregados métodos bibliográficos, de campo e documentais, que incluem uma revisão narrativa da literatura relevante, visitas a estaleiros navais, consultas a especialistas da área e a produção de registros fotográficos. Os participantes da pesquisa foram selecionados com base em seu reconhecimento local na atividade desenvolvida, algo conduzido de acordo com uma técnica de amostragem não probabilística conhecida como método de “bola de neve” ou de referência em cadeia (Leo Goodman, 1961). Definidos os correspondentes, os seus relatos foram analisados à luz da análise de discurso, um método que investiga as relações entre as informações fornecidas e o contexto do qual despontam.

Para mais, as percepções sensoriais, relacionadas à representatividade das embarcações amazônicas, foram examinadas por intermédio da psicologia ambiental, conforme abordado por Gleice Elali e José Pinheiro (2018) ao discutirem o conceito de *wayfinding*. Além disso, incorporou-se o conhecimento das neurociências, conforme discutido

por Vilma Villarouco *et al.* (2021) e outros autores, que reconhecem que o ambiente físico evoca emoções e, portanto, influencia os comportamentos humanos. À vista disso, essa pesquisa busca explorar a profunda conexão entre a materialidade das tradicionais embarcações ribeirinhas, repletas de significados simbólicos e ocultos ao observador principiante, e o cognitivo dos indivíduos imersos nesse contexto de comunhão com esse saber-fazer.

Em consonância ao método proposto por Elali e Pinheiro (2018), o levantamento de dados é um processo que incorpora componentes afetivos e temporais essenciais para a coleta em campo. Esses elementos são responsáveis por registrar uma variedade de informações — desde autoavaliações até avaliações de tarefas — além de destacar a conexão entre diferentes elementos. A expectativa é que essa riqueza informativa poderá contribuir para a elaboração de mapas mentais que serão desenvolvidos em etapas futuras na esperança de que ajudem a iluminar as complexas interações entre cultura, tecnologia e identidade na rica tapeçaria social da região.

Por fim, mas não menos importante, o roteiro para as entrevistas semiestruturadas foi cuidadosamente elaborado e aplicado após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que delinea os objetivos da pesquisa e o uso dos dados coletados. Ao todo, corresponderam à pesquisa carpinteiros navais em Abaetetuba e Belém, um proprietário de estaleiro em Abaetetuba, um pintor de letras em barcos de Belém, alunos de um curso para aproveitamento de peças de madeira em desuso e o arquiteto mentor do curso. Todos os participantes da pesquisa são identificados pelas iniciais de seus nomes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas para o estudo tiveram início em junho de 2024, quando a orientadora do projeto contatou uma moradora da comunidade Maldivas. Um simples pedido por informações, feito dias antes das conversas, resultou na indicação de um construtor naval e de um pintor especializado nas letras que adornam tradicionalmente os barcos, conhecido como “Abridor de Letras”.

Assim, o encontro foi agendado no histórico bairro da Cidade Velha, o primeiro núcleo urbano de Belém, capital do Pará. Era um sábado festivo, com as celebrações juninas

animando o entorno do Mercado do Porto do Sal, na comunidade Maldivas. Enquanto os moradores se dedicavam à preparação da festa sob o sol radiante, os pesquisadores notaram como a comunidade se organizava de maneira coesa, cultivando características identitárias que a diferenciavam do restante do centro histórico.

O primeiro entrevistado foi J. S. (Figura 2), um experiente construtor naval. Natural da Vila de Jenipapo, em Santa Cruz do Arari, na Ilha do Marajó, ele começou sua jornada na marcenaria aos quatro anos, influenciado por seus tios e seu pai, que tinham uma oficina local. Aos dezoito anos, tornou-se gerente do negócio familiar, mas a eventual falência da oficina o levou a se especializar na construção e reforma de embarcações de madeira. Esse novo caminho não apenas aprimorou suas habilidades como também consolidou sua reputação como referência no Mercado do Porto do Sal e arredores.

Apesar de não possuir diplomas ou formação acadêmica formal, J. S. demonstra uma habilidade excepcional em construir embarcações sem recorrer a cálculos ou desenhos. Suas decisões sobre dimensões e design são baseadas inteiramente em sua vasta experiência acumulada ao longo dos anos. Ao ser questionado sobre o processo de dimensionamento das peças para a construção dos barcos, ele explica:

A gente vai precisar do comprimento que ele (o cliente) quer e da peça que ele tem pra começar o barco [...]. Pela quilha você vai saber quanto vai dar por cima (de comprimento); [por exemplo], se ele tem quinze de quilha, vai pra dezenove, dezoito [metros de comprimento]. Aí através desse comprimento a gente vai dar a largura nele, considera-se assim quatro metros por quinze – é uma estabilidade boa e você pode pisar nele que ele não tomba, não faz nada (J. S., 2024).

Outro construtor naval entrevistado, R. S., natural de Abaetetuba, Pará, também atribui seu conhecimento à tradição familiar e ao aprendizado empírico ao lado de seus avôs e tios. Ele compartilha: “Trouxe de berço, né? Começando lá de trás, meu tataravô, bisavô, meu avô, meu pai... aí chegou em nós, né? Que tamo hoje ainda por aqui. É isso. Ninguém teve uma faculdade, nada sobre isso. É só no olho” (R. S., 2024).

Um terceiro construtor naval de Abaetetuba participou da pesquisa mas optou por não divulgar seus dados pessoais. Ele mencionou que as autoridades exercem um grande controle

sobre o comércio madeireiro, elevando os custos da matéria-prima e tornando a produção inviável diante da concorrência industrial.

Uma característica marcante nas histórias dos três carpinteiros navais é a conexão entre o design das embarcações e a região onde foram construídas. Essa relação, exposta nos excertos abaixo, reflete a identidade local moldada pelas interações com a biodiversidade ao longo do tempo.

Ah, quando o nosso barco tá na água, ele chegava em tal região e já sabiam que era de Belém, ou então passa o barco e a gente sabia que era de Abaeté, ou então a gente sabia que era de Igarapé-Miri. Já sabia por conta do corte da madeira, do modelo da madeira, do design, do desenho do barco e, muitas das vezes, já sabia inclusive não só a região, mas também quem tinha feito aquele barco (J. S., 2024).

Cada local tem um sistema de trabalho, cada local a gente vê, conhece pela obra. Por exemplo, nós fizemos uns barcos com um camarada de Bragança (município paraense), aí um certo dia fui trabalhar com ele e vinha passando um barco lá fora e aí ele disse assim – ‘Olha R., esse barco é lá de Igarapé-Miri’ e eu – ‘Como é que tu sabe?’ e ele disse – ‘Pela estrutura dele, pelo jeito de como o barco é’. Cada um tem um jeito de trabalho (R. S., 2024).

A disponibilidade das madeiras em cada região também influencia o design das embarcações. Em Abaetetuba, as madeiras preferidas incluem sapucaia para a quilha e pequiá para as estruturas internas devido à sua resistência, dentre outros exemplos. O conhecimento empírico do construtor naval e sua interação com a natureza o fazem discernir entre as madeiras que proporcionam estabilidade fisiológica mediante as oscilações de clima e temperatura, aspectos tão presentes na região amazônica.

Quando questionados sobre, ambos os mestres carpinteiros reconhecem que a tradição da construção naval em madeira está gradualmente se perdendo; no entanto, eles divergem sobre as razões desse fenômeno. J. S. atribui essa mudança ao aumento do uso de tecnologias metálicas, enquanto R. S. acredita que o encarecimento da madeira devido às leis ambientais restritivas é o principal fator. Quando questionados sobre o interesse dos jovens em aprender o ofício tradicional, R. S. expressa preocupação com a falta de motivação das novas gerações para se dedicarem à construção naval artesanal, afirmando que já não adianta tentar ensinar sobre a profissão para as gerações mais recentes, partidárias da opinião de que se trata de trabalho árduo, demorado e desvalorizado.

Por outro lado, J. S. busca revitalizar essa tradição através de oficinas semanais de carpintaria que ensinam desde móveis simples até embarcações completas (Figura 3). Parte do projeto “Depois da Maré”, idealizado pelo Estúdio Bohho em 2023 com apoio da Lei Paulo Gustavo, do Ministério da Cultura, essas oficinas ocorrem às sextas-feiras pela manhã perto do Mercado do Porto do Sal e envolvem jovens interessados no ofício tradicional. Dois deles participaram das entrevistas após as aulas para compartilhar suas perspectivas sobre o futuro da construção náutica na Amazônia.

Figura 2 – Resíduos de madeira e oficina de carpintaria naval.



Fonte: Bárbara de Nardi, 2024.

Os jovens participantes concordam que embora os barcos de madeira ainda sejam utilizados por algum tempo nas comunidades ribeirinhas, é provável que essas tradições sejam gradualmente substituídas por novas tecnologias.

O arquiteto L. R., responsável pelo projeto das oficinas, explica ainda que a ideia surgiu ao observar a forte conexão cultural das comunidades locais com a construção naval e os resíduos gerados nos estaleiros. Ele confirma também que muitos jovens, mesmo aqueles oriundos de famílias de construtores navais, não estão interessados em seguir essa tradição devido à percepção do trabalho como extenuante e ingrato. Apesar dessa constatação, ele confirma que a iniciativa da qual o seu escritório é autor busca reverter essa tendência, apresentando as dinâmicas construtivas aos jovens da comunidade em um gesto similar àqueles divulgados por Daniel e Samodra Rosyid (2024), bem como por Nicolas Girerd-Barclay (2021).

No mesmo sábado ensolarado em que se conversou com J.S., as pesquisadoras tiveram a oportunidade de entrevistar um abridor de letras, L. V. (Figura 4), que trouxe uma visão mais otimista sobre seu ofício. Ele destacou que a técnica de abrir letras está se consolidando na cultura amazônica e observou um aumento na demanda por essa habilidade artística, ancorada às divulgações culturais sobre a especificidade da caligrafia colorida e para qual será fundado um Instituto, o primeiro no Brasil para difundir e resguardar o vocabulário imagético ribeirinho

A *Academy of Neuroscience for Architecture (ANFA)*, (2005) definiu a neuroarquitetura como um campo interdisciplinar que explora a intersecção entre neurociência e arquitetura, analisando como os ambientes construídos afetam o cérebro humano e, consequentemente, o comportamento dos indivíduos. Essa abordagem considera as repercussões emocionais e cognitivas que os espaços exercem sobre nós, destacando a importância dos estímulos visuais e da memória na formação da identidade de um lugar, conforme discutido por Vilma Villarouco *et al.* (2021).

A pesquisa se fundamenta ainda em autores como Craig Smith e Phoebe Ellsworth (1985), que enfatizam a influência do ambiente nas reações comportamentais. Eles sustentam que o processamento sensorial é crucial para a adaptação ao espaço, permitindo que as pessoas captem, interpretem e respondam adequadamente às suas condições. Andrea de Paiva (2018) complementa essa perspectiva ao dividir o funcionamento cerebral em dois sistemas: o rápido, que rege emoções e hábitos, e o lento, que requer mais esforço cognitivo. Essa dinâmica revela que a maioria das decisões diárias é guiada por instintos e percepções inconscientes. A capacidade de processar informações conscientemente representa menos de 1% da vasta capacidade do cérebro. Assim, muitos estímulos ambientais influenciam nosso comportamento em níveis subconscientes, muitas vezes sem que tenhamos plena consciência disso.

Aldo Rossi (2001) reforça essa conexão ao afirmar que a estética e funcionalidade dos espaços são essenciais para o desenvolvimento humano. Expandindo sobre essa dialética, Bruno Zevi (2009) também destaca a importância de uma experiência arquitetônica integral e orgânica, onde as respostas emocionais e comportamentais são inevitáveis.

À luz dessas considerações, Douglas de Aguiar (2009), em seu ensaio “Planta e corpo: elementos de topologia na arquitetura”, destaca a importância de compreender como o ser humano se apropria do espaço arquitetônico, seja ele um edifício, uma cidade, ou um barco,

reconhecendo a postura não neutra da espacialidade, capaz de orientar ou obstruir o desempenho do corpo. Em outras palavras, a topologia, conforme definida pelo estudioso, refere-se ao estudo das propriedades espaciais que determinam o comportamento espacial das pessoas, sendo um campo de interesse no entrelaçamento e na justaposição entre forma e deslocamento do corpo inserido nesse contexto.

Esse entendimento encontra eco na esfera da psicologia ambiental, refletindo, de acordo com Elali e Pinheiro (2018), a compreensão do comportamento humano como influenciado pelos elementos físicos do espaço, que, por sua vez, direcionam o indivíduo a agir sobre o ambiente para concretizar seus objetivos, sejam eles relacionados à vivência ou à mera sobrevivência. Essa associação, por sua vez, encontra paralelos no trabalho de Daniel Miller (2013), que, ao explorar o estudo do comportamento e dos sistemas nos quais ele se insere, argumenta que as pessoas são moldadas pelo contexto espacial na mesma medida em que o são pelo contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos que emergem da Amazônia são um rico diálogo entre cenários diversos e indivíduos complexos. Este estudo busca valorizar as dinâmicas de resistência dos povos ribeirinhos frente às modernidades que frequentemente ignoram a equidade dos saberes tradicionais. Nelly Dollis (2018, p. 1) distintamente lembra que “fazer é saber”, uma habilidade que se manifesta nas mãos e se interioriza em cada pessoa. Esse saber-fazer é um legado, transmitido de geração em geração, onde o conhecimento se transforma em ação através do toque das mãos.

Complementando essa visão, Nivia Costa, Lana Melo e Norma Vieira (2017) definem a etnofísica como uma chave para entender a diversidade cultural e histórica. Para as autoras, o saber tradicional é moldado pela biodiversidade que cerca os ribeirinhos, sendo constantemente reconfigurado a cada transmissão. Posto de outro modo, significa dizer que cada artesão interioriza seu ofício de maneira única, expressando-o em suas criações, que são reflexos de um raciocínio particular.

Quando um barco navega pelos rios, igarapés e furos da Amazônia, ele carrega consigo uma carga invisível de experiências, histórias e identidades. Suas cores e traços, assim como os materiais e técnicas utilizadas, tornam visíveis as vivências de gerações passadas. Cada embarcação se torna um estandarte da identidade ribeirinha, reconhecida por aqueles que habitam as margens e docas.

Em suma, esse trabalho investigou como a arquitetura naval dos barcos de madeira impacta o bem-estar e o comportamento das comunidades na Amazônia, especialmente em Abaetetuba e Belém. A pesquisa considera os efeitos da interação humana com as embarcações em níveis cognitivo e emocional, utilizando conceitos da psicologia ambiental e neurociência. Essa abordagem revela que o uso mecânico das novas tecnologias na produção de barcos pode levar à perda da memória histórica e da identidade dos artesãos, afetando negativamente as comunidades que dependem desse ofício secular.

Em paralelo a isso, os autores reconhecem que o uso de dados existentes sobre neuroarquitetura representa tanto uma limitação quanto uma oportunidade para novas investigações. Futuros estudos podem explorar as respostas neurais em relação aos barcos tradicionais de madeira versus embarcações modernas. Além disso, pesquisas qualitativas e quantitativas podem catalogar os diferentes tipos de embarcações e suas técnicas construtivas, facilitando a identificação das influências regionais.

As implicações deste estudo alcançam além da esfera acadêmica; elas tocam na preservação da identidade cultural dos povos ribeirinhos. O reconhecimento do saber-fazer dos carpinteiros navais pode fundamentar políticas públicas voltadas à preservação desse patrimônio cultural imaterial. Complementarmente, iniciativas como o acesso facilitado a matérias-primas certificadas podem ser fundamentais para sustentar essa tradição, para além do que sugerem Charles Brassieur (2009) e Muhammad Aliffranda *et al.* (2021) em seus trabalhos. Ademais, o fomento ao turismo na região e os investimentos para a Conferência das Partes sobre Mudança Climática (COP 30) podem contribuir para um desenvolvimento sustentável que respeite as tradições fluviais ribeirinhas. Assim, a Amazônia pode continuar a ser um espaço onde tradição e inovação coexistem harmoniosamente, celebrando sua rica herança cultural enquanto abraça novas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMY OF NEUROSCIENCE FOR ARCHITECTURE (ANFA). **Mapping memory of space & place**: report on the 2005 Workshop on Neuroscience & Health Care Architecture. 2005. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/710293410/Mapping-Memory-of-Space-Place>. Acesso em: 29 nov. 2024.

AGUIAR, Douglas Vieira de. Planta e corpo: elementos de topologia na arquitetura. **Arquitextos**, v. 9, n. 106.07, mar. 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/70>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ALIFFRANANDA, M. H. N.; SAFARUDDIN, A. R., SUPOMO; REGITASYALI, S. Design of laminated bamboo fishing boat with local cultural heritage using electric mo-tor to support fishing tourism in Pasuruan, East Java. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MARINE TECHNOLOGY 5., 2021. **Proceedings** [...]. IOP Conf. Ser. – Mater. Sci. Eng., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1088/1757-899X/1052/1/012032>. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1757-899X/1052/1/012032/meta>. Acesso em: 29 nov. 2024.

AUDEH, Yasser Jaber Suliman; ROYER, Rogério. Indústria naval brasileira: uma breve revisão teórica sobre o seu desenvolvimento e o seu estado atual. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS 9., Niterói, RJ. **Anais** [...]. Niterói, RJ: Editora LUZES – Comunicação, Arte e Cultura. Disponível em: <https://www.encontroinest.com/anaisEberiIX.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 215 e 216. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASSIEUR, C. Ray. Bateau Fait À La Main: Public Boat Building and Waterborne Tourism in Louisiana. **Practicing Anthropology**, v. 27, n. 4, p. 22-26, nov. 2009. DOI: <https://doi.org/10.17730/praa.27.4.rq76q50m6nn827p0>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.17730/praa.27.4.rq76q50m6nn827p0>. Acesso em: 29 nov. 2024.

COSTA, Nivia Maria Vieira Costa; MELO, Lana Gabriela Guimarães; VIEIRA, Norma Cristina. A Etnofísica da Carpintaria Naval em Bragança – Pará – Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 9, n. 1, p. 414-436, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i1.5497>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5497>. Acesso em: 29 nov. 2024.

DELSON, Roberta Marx. Inland Navigation in Colonial Brazil: Using Canoes on the Amazon. **International Journal of Maritime History**, v. 7, n. 1, p. 1-28, jun. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1177/084387149500700102>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/084387149500700102>. Acesso em: 29 nov. 2024.

DOLLIS, Nelly Barbosa Duarte. Nokê mevi revôsho shovima awe: "o que é transformado pelas pontas das nossas mãos". **Campos - Revista de Antropologia**, v. 19, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/cra.v19i1.61162>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/61162>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ELALI, Gleice Azambuja; PINHEIRO, José de Queiroz. Wayfinding (Navegando o Ambiente). In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (orgs.) **Psicologia Ambiental: Conceitos para a Leitura da Relação Pessoa-Ambiente**. p. 250-260. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

FONSECA, Suzele Costa. Barco regional: meio de transporte socioeconômico no techo Caburi-Parintins-Caburi. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA, 5., Manaus, AM. **Anais [...]**. Manaus, AM: Even3. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/5sicasa/93416-barco-regional--meio-de-transporte-socioeconomico-no-trecho-caburi-parintins-caburi/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GIRERD-BARCLAY, Nicolas Michel. **Swedish Wooden Boats, and Where They Are Going: How would a boat builder build furniture?** Dissertação (Mestrado) – Academy of Art and Design, University of Gothenburg, Gothenburg, 2021. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/69588?show=full>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horiz. antropol.**, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832005000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/#:~:text=Esse%20procedimento%20permite%20iluminar%20alguns%20dos%20seus%20aspectos,sobre%20os%20usos%20do%20conceito%20antropol%C3%B3gico%20de%20cultura>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GOODMAN, Leo A. Snowball Sampling. **Ann. Math. Statist.**, v. 32, n. 1, p. 148-170, mar. 1961. DOI: <https://doi.org/10.1214/aoms/1177705148>. Disponível em: <https://projecteuclid.org/journals/annals-of-mathematical-statistics/volume-32/issue-1/Snowball-Sampling/10.1214/aoms/1177705148.full>. Acesso em: 29 nov. 2024.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. História e Memória da Carpintaria Naval Ribeirinha da Amazônia: Embarcações, Educação e Saberes Culturais como Patrimônio Cultural. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL – ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER – SENTIR – NARRAR, 6., 2012, Teresina, PI. **Anais [...]**. Uberlândia, SP: GT Nacional de História Cultural, 2012. Disponível em: <http://www.gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anaistc.php>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MOREIRA, Márcio Ricardo Teixeira. **A construção naval no Brasil: sua gênese, desenvolvimento e o atual panorama da retomada do setor - 1990-2010**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100450>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: Estudos Antropológicos sobre a Cultura Material. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Disponível em: https://www.sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/05/Trecos-e-Coisas-Daniel-Miller-z-lib.org_.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our World**: The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PAIVA, Andrea de. Neuroscience for architecture: how building design can influence behaviors and performance. **Journal of Civil Engineering and Architecture**, v. 12, n. 2, p. 132-138, fev. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17265/1934-7359/2018.02.007>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325016082_Neuroscience_for_Architecture_How_Building_Design_Can_Influence_Behaviors_and_Performance. Acesso em: 29 nov. 2024.

PEREIRA, Rosenildo da Costa. Carpintaria naval em contextos de territórios de assentamentos rurais ribeirinhos em Abaetetuba, Pará, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 355-370, mai. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v11i1.7251>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/7251>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PHAM, Charlotte; BLUE, Lucy; PALMER, Colin. The Traditional Boats of Vietnam, an Overview. **International Journal of Nautical Archaeology**, v. 39, n. 2, p. 258-277, ago. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1095-9270.2010.00266.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1095-9270.2010.00266.x>. Acesso em: 29 nov. 2024.

ROSSI, Aldo. **A Arquitectura da Cidade**. Lisboa: Edições Cosmos, 2001.

ROSYID, Daniel M.; ROSYID, Samodra. Empowering Adolescents through Hands-on Wooden boatbuilding Training: Adapting Javanese Wooden Boat Design and Construction for a Teenage-Friendly Training Experience. In: INTERNATIONAL MARINE DESIGN CONFERENCE, 15., Amsterdam, NL, 2021. **Proceedings** [...]. Amsterdam, NL: [s. n.], 2021. DOI: <https://doi.org/10.59490/imdc.2024.855>. Disponível em: <https://proceedings.open.tudelft.nl/imdc24/article/view/855>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SALORTE, Luciane Maria Legeman. **Carpinteiros dos rios**: o saber da construção naval no município de Novo Airão/AM. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2338>. Acesso em: 29 nov. 2024.

SMITH, Craig A.; ELLSWORTH, Phoebe C. Patterns of cognitive appraisal in emotion. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 48, n. 4, p. 813-838, abr. 1985. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.48.4.813>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/1985-19287-001.html>. Acesso em: 29 nov. 2024.

VILLAROUCO, Vilma; FERRER, Nicole; PAIVA, Marie Monique; FONSECA, Julia; GUEDES, Ana Paula. **Neuroarquitetura**: A Neurociência no Ambiente Construído. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. Tradução de Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

TESSITURA DA MEMÓRIA NEOGÓTICA: UMA ANÁLISE SOBRE O EMPREGO DO NEOGÓTICO NA ARQUITETURA SACRA PARAENSE

Bianca Ribeiro Da Silva¹²⁰

Cybelle Salvador Miranda¹²¹

RESUMO

A linguagem arquitetônica refere-se à comunicação visual e simbólica que ocorre na arquitetura, onde elementos arquitetônicos desempenham um papel semelhante ao dos signos linguísticos na linguagem verbal. Sendo possível investigar, assim como na linguagem, a relação entre a forma (os elementos arquitetônicos) e o significado (a mensagem ou intenção). Este artigo propõe uma investigação sobre o emprego do Neogótico, como linguagem recorrente em edificações sacras na cidade de Belém do Pará, com ênfase na abordagem do Patrimônio como documento histórico, realizando uma revisão bibliográfica de autores cujas teorias contribuíram para a compreensão da retomada do gótico no século XIX, e início do XX, bem como sua conceituação. Apesar da ausência de estudos sistemáticos sobre a adoção de estilos medievais na arquitetura sacra em Belém, durante a análise, o artigo pretende ilustrar como a evolução desses conceitos refletiram na difusão do estilo na cidade de Belém do Pará. Ao ampliar a compreensão do emprego do estilo para além da sua compreensão linguística, analisando também o papel da tipologia arquitetônica. Serão sublinhados exemplos significativos, como a Capela do Hospital D. Luiz I, a Igreja da Santíssima Trindade e a Capela Pão de Santo Antônio.

Palavras-chave: Historiografia; Neogótico; Linguagem arquitetônica; Amazônia.

INTRODUÇÃO

120 1Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, Brasil. Bolsista Capes. (arqui.biancaribeiro@gmail.com)

121 Doutora em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Federal do Pará; Professora da Universidade Federal do Pará, atuando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará, Brasil (cybelle@ufpa.br)

A arquitetura neogótica, ao estabelecer-se como uma das principais linguagens na construção de igrejas, resgata a sensação de tradicionalismo, imponência e eloquência das antigas catedrais europeias (Cassiani, 2018). A linguagem arquitetônica, conforme conceituada por Waisman (2013), não apenas comunica visualmente, transmitindo significados culturais, estilísticos e simbólicos. A análise da relação entre a forma e o significado na arquitetura neogótica revela como seus elementos assumem funções análogas à linguagem, contribuindo para a construção de significados complexos.

No contexto da arquitetura gótica, o simbolismo intrínseco à fé desempenha um papel fundamental. As catedrais góticas, especialmente no neogótico, transcendem sua função utilitária, tornando-se veículos visuais que comunicam e celebram a espiritualidade. A escolha estilística e a incorporação de elementos específicos no neogótico não são apenas estéticas; carregam uma carga simbólica profunda que comunica valores espirituais e proporciona uma experiência sacramental aos fiéis.

O presente artigo propõe uma análise abrangente da arquitetura neogótica, focalizando sua expressividade como linguagem e tipologia arquitetônica. O artigo busca compreender como essa forma de expressão arquitetônica perpetua-se e adapta-se ao longo do tempo, particularmente no contexto regional. O estudo se concentra, de maneira especial, no período eclético em Belém, destacando o papel da arquitetura neogótica na região Paraense. Dessa forma, pretende-se contribuir para uma compreensão mais abrangente da arquitetura neogótica, evidenciando seu impacto e difusão na arquitetura sacra brasileira.

1- A arquitetura Sacra como Monumento e Testemunho histórico

A arquitetura sacra, quando enquadrada como monumento, incorpora a essência de testemunho tangível do passado humano, conforme enfatizado por Riegl (2014). Transcendendo seu papel funcional como edifício religioso, tornando-se um monumento que carrega consigo tanto um profundo significado artístico, quanto uma relevância histórica substancial. Os monumentos desempenham um papel essencial na trama da história da arte, refletindo momentos específicos na evolução das expressões humanas. Ao analisar a influência das igrejas medievais, especialmente no contexto do revivalismo gótico, torna-se evidente como essa forma de expressão artística e arquitetônica perpetua-se ao longo do tempo, transcendentemente à sua origem na França medieval (Dias, 2008).

A preservação e interpretação desses monumentos arquitetônicos desempenham um papel crucial na compreensão da riqueza cultural e na progressão da história, fornecendo um elo tangível com as práticas, crenças e identidade de comunidades passadas (Riegl, 2014). Um exemplo notável dessa perpetuação é destacado por Keneth Clark (1928) na Inglaterra, onde a arquitetura neogótica, ao longo do século XVIII, emergiu como um grande expoente do nacionalismo britânico. Nesse contexto, a arquitetura sacra erige-se não apenas como um espaço de celebração, transformando-se em um monumento que incorpora a herança cultural e arquitetônica de uma nação, desempenhando um papel significativo na construção e preservação da identidade histórica e artística ao longo do tempo (Dias, 2008).

Na primeira metade do século XIX, a arquitetura nacional brasileira experimentou uma notável transição, distanciando-se das influências do Barroco e do Rococó, associadas ao estilo Colonial português, para abraçar os preceitos do Neoclassicismo. Este movimento, originado nos grandes centros europeus, manifestou-se no Brasil através da influência marcante da Missão Artística Francesa, consolidando-se posteriormente com a atuação significativa da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro. O reconhecimento dessas transições arquitetônicas reflete as mudanças estilísticas e sua adaptação às tendências estéticas e ideias de modernidade provenientes do cenário internacional (Benévolo, 2016).

Apesar da cultura arquitetônica eclética ter evoluído nos mais variados elementos lexicais, extraídos de diversas épocas e regiões, a incorporação desses elementos pode ser distinguida de acordo com três princípios ideológicos definidos por Luciano Patetta (1935) como Composição Estilística, Historicismo Tipológico e Pastiches Compositivos. A composição estilística a qual envolve a adoção precisa das formas arquitetônicas de um estilo passado (nesta corrente aparecem o neogrego, o neo-egípcio e o neogótico), o historicismo tipológico que envolvia um processo de analogia entre estilos e a utilidade do edifício, encontrando na idade média os traços míticos e a religiosidade para a arquitetura sacra, por último, os Pastiches Compositivos que apresentavam grande diversidade e liberdade compositiva, sendo reconhecido por não se limitar na escolha das soluções em que se mesclavam distintos períodos e elementos arquitetônicos. Sendo assim, o emprego recorrente do neogótico em edifícios religiosos se deu por meio de um processo analógico, definido como um historicismo tipológico (Fabris, 1987).

2- O neogótico como linguagem e tipologia arquitetônica

A linguagem arquitetônica, como conceituada por Marina Waisman (2013), engloba a comunicação visual e simbólica que transcorre no âmbito da arquitetura, onde os elementos arquitetônicos desempenham um papel análogo ao dos signos linguísticos na linguagem verbal. Analogamente à linguagem verbal, esta análise possibilita a investigação da correlação entre a forma (representada pelos elementos arquitetônicos) e o significado (constituído pela mensagem ou intenção). A pesquisadora ressalta que, em sua origem, determinados elementos arquitetônicos podem ser motivados por uma conexão mais direta entre forma e função. No entanto, à medida que a linguagem arquitetônica evolui, tais elementos podem progredir para incorporar facetas arbitrárias, onde a forma não se encontra intrinsecamente vinculada à utilidade, assumindo significados diversos.

Ao analisar a relação entre a forma e o significado na arquitetura neogótica, é possível compreender como os elementos arquitetônicos assumem funções análogas à linguagem, contribuindo para a construção de significados culturais, estilísticos e simbólicos. Segundo Cassiani (2018), após a sua chegada com a missão francesa, o neogótico estabeleceu-se rapidamente como uma das principais linguagens arquitetônicas na construção de igrejas, resgatando a sensação de tradicionalismo, a imponência e a eloquência das antigas catedrais europeias (Waisman, 2013).

No contexto da arquitetura gótica, é imprescindível salientar o simbolismo intrínseco à fé que permeia essa expressão arquitetônica. A arquitetura gótica, notadamente presente no neogótico, transcende sua função utilitária, tornando-se um meio tangível de representação simbólica da fé religiosa. As grandiosas catedrais, com sua arquitetura imponente, são concebidas não apenas como estruturas físicas, mas como manifestações arquitetônicas que comunicam e celebram a espiritualidade. Ao destacar o simbolismo da fé nesta arquitetura, torna-se evidente como a escolha estilística e a incorporação de elementos específicos no neogótico não são meramente estéticas, carregando consigo uma carga simbólica profunda. Os elementos arquitetônicos tornam-se veículos visuais que transcendem o material, comunicando valores espirituais e proporcionando uma experiência sacramental aos fiéis (Pereira, 2011).

O termo "revival" gótico, cunhado por Pugin e outros estudiosos, destaca a reinvenção consciente do estilo medieval que, ao aportar no cenário arquitetônico brasileiro no século XIX, incorporou características distintivas da tipologia gótica europeia, adaptando-se às peculiaridades locais e às demandas socioculturais específicas do contexto brasileiro. Argan (2000 apud Menezes, 2015), define a tipologia como um meio de articulação entre esquemas

espaciais moldados por relações estabelecidas a partir de motivos religiosos, práticas e ideologias; surgindo a partir da vivência histórica, mediante a estruturação do edifício e não meramente da sua forma.

O conceito de tipologia arquitetônica sofreu diversas transformações ao longo da história da arquitetura, e foi interpretado de acordo com as mudanças paradigmáticas que ocorriam no cenário da arquitetura. Desde a Grécia Antiga, o estudo dos tipos arquitetônicos e a busca pela definição do que seria uma arquitetura ideal era uma preocupação trazida pelos construtores. Segundo Montaner (2007), a nossa natureza psicofísica reivindica o conceito de ordem, em particular de uma ordem matemática. Com a evolução do pensamento crítico científico moderno houve o esforço de se sistematizar, ordenar e classificar a natureza, categorizando desde objetos a seres vivos e inanimados. Feferman (2009), desvela que a arquitetura se apropriou dessa “racionalização”, aparente nas geometrias euclidianas, e organização da natureza em sua sistematização e análise de edifícios a partir da concepção de uma classificação arquitetônica. Tal qual a taxonomia de um ser vivo, a arquitetura estava agora sobre diretrizes parametrizadas que revelariam traços importantes sobre sua organização. Uma observação mais “aguçada” das formas arquitetônicas seria capaz de revelar diversos componentes inerentes ao edifício, o que acabaria revelando um tipo arquitetônico.

Pereira (2011), ao analisar o revivalismo medieval, discorre sobre a relação entre a liturgia cristã e o gótico analisando a interpretação de teóricos como Viollet Le Duc e Pugin os quais demonstravam grande apreço pela permanência do estilo e, de maneira análoga, pela arquitetura sacra. Viollet-le-Duc sustenta a assertiva de que a igreja gótica, incluindo o “gótico moderno” (neogótico), representa o espaço mais apropriado para a prática da fé cristã. No entanto, ao proferir tal afirmação, o teórico está principalmente se referindo à tradição, abordando a questão em termos de práticas devocionais em detrimento das considerações eclesiais. Nesse contexto, sua posição difere significativamente da postura de Pugin, o qual adota uma abordagem militante, buscando reavivar a fé cristã. O embate de Pugin contra o neoclassicismo, que ele considera “pagão” e contra o materialismo de sua época, marcada pela crescente industrialização, o leva a enaltecer as catedrais góticas e neogóticas como detentoras de uma utilidade ímpar (Pugin, 1895).

3- O período eclético em Belém

O Ecletismo, no século XIX e XX, materializa-se como a reprodução em larga escala de edificações que traziam em sua materialidade a imitação de um passado idealizado para ser revisitado pela clientela burguesa. Segundo Matos (2017), o período eclético ficou conhecido pelo uso de formas miméticas, coerentes e concisas advindas de um estilo arquitetônico, que poderia ser identificado através dos três princípios ideológicos definidos por Luciano Patetta (1935), nesta categoria o neogótico é mencionado tanto como *historicismo tipológico* tanto como *composição estilística*. No entanto, no que concerne à inserção de uma retomada do gótico na arquitetura sacra paraense fica nítida a sua impressão historicista tipológica, uma vez que sua finalidade estava na produção de igrejas que construíssem uma áurea sacramental e impactante nos usuários do espaço.

Ao fazer um recorte cronológico do período Eclético, Patetta (1935) estende sua delimitação indo da metade do século XVIII até o início do século XX; períodos de grandes transições tanto no contexto da arquitetura, quanto no desenvolvimento das ciências e filosofia. Riegl (2014), ao analisar valores de memória associados aos monumentos, contextualiza sobre as mudanças paradigmáticas em relação à memória durante as transições entre séculos. Identificando três categorias distintas e analisando as implicações de cada uma para o culto dessas estruturas; distinguindo-as entre valor histórico, artístico e o volível. O século XIX vai ser caracterizado como "o século da história", onde a história da civilização ganha destaque, e o valor histórico começa a ser investigado nas menores e mais simples manifestações humanas. A transição para o século XX envolve uma mudança fundamental na abordagem do valor da memória. A emancipação do indivíduo, que teve avanço desde o final do século XVIII, substituiu gradualmente os fundamentos clássicos da cultura. A tendência crescente residia na experiência física e psíquica não mais em sua essência objetiva.

Essa mudança é refletida na transformação do valor dos monumentos, nos quais o valor histórico, que se posiciona objetivamente em relação ao observador, aumenta em interesse, enquanto o valor de antiguidade é abstraído do fenômeno específico e considerado apenas em termos de seu efeito subjetivo. No século XIX, além da apreciação do valor histórico, foram introduzidas proteções legais para os monumentos. A crença em um cânone objetivo de arte, anteriormente centrada na Antiguidade, foi transferida para todos os períodos, impulsionando o desenvolvimento sem precedentes da pesquisa da história da arte. Na Idade Média, a ênfase nos monumentos estava nos monumentos volíveis, muitos dos quais eram destinados a desaparecer com o tempo (Riegl, 2014).

Sua alteração paradigmática refletiu nos trabalhos de teóricos da restauração como Violett-le-Duc e Ruskin que encontravam na arquitetura gótica, seja ela um revivalismo ou original, a subsistência para seus trabalhos. Inicialmente o termo neogótico ainda não era incorporado aos dicionários de arquitetura, sendo encontrado muitas vezes sobre a denominação de “gótico moderno”; como nos trabalhos de Viollet-le-Duc. O termo "revival" gótico, cunhado por Pugin e outros estudiosos, destaca a reinvenção consciente do estilo medieval que, ao aportar no cenário arquitetônico brasileiro no século XIX, incorporou características distintivas do gótico europeu, adaptando-se às peculiaridades locais e às demandas socioculturais específicas do contexto brasileiro. Segundo Cassiani (2018), em pouco tempo, o neogótico estabeleceu-se como uma das principais linguagens arquitetônicas na construção de igrejas, resgatando a sensação de tradicionalismo, a imponência e a eloquência das antigas catedrais europeias cuja disseminação, muitas vezes, é vinculada ao mando de alguma ordem religiosa (Pereira, 2011).

A adoção do neogótico, especialmente quando aplicado a espaços religiosos, evidencia sua habilidade em evocar uma aura de prestígio e reverência, como analisa Pereira (2011). Sendo possível definir essas edificações como monumentos histórico-artísticos, uma vez que sua relevância transcende a mera estética, servindo também como preciosos registros do contexto histórico em que foram concebidos. Sob essa perspectiva Riegl (2014) destaca que cada monumento, independentemente de sua forma ou função original, possui uma interconexão entre a expressão artística e a narrativa histórica encapsulada em seu testemunho material.

Fernand Braudel (apud Waisman, 2011) para analisar a arquitetura sob o prisma das diferentes durações históricas sugere uma divisão entre curta, média e longa duração. A longa duração, ou história estrutural, está associada a fenômenos quase invisíveis, como a permanência secular de certas formas arquitetônicas na conformação de uma nação ou área histórica. Waisman (2011) relata que dentre as formas de longa duração, destaca-se as formas clássicas e o gótico que, ao reaparecer, assume a forma de revival imitativo, enquanto as formas clássicas foram retomadas e reelaboradas criativamente ao longo da história, tornando-se "formas abertas."

4.1- Igreja da Santíssima Trindade

O surgimento do neogótico na capital paraense ocorreu durante a expansão do estilo eclético no cenário amazônico. O período, também conhecido como belle époque, constituiu-se como um processo de reurbanização da cidade de Belém, durante o final do século XIX e início do XX, fruto das melhorias econômicas advindas da extração de recursos naturais da floresta amazônica, caracterizado pela exploração da borracha em larga escala. Durante esse período, a arquitetura sacra paraense vai apresentar grande influência de estilos medievais, tendo exemplos notáveis como o gótico lombardo na Igreja da Santíssima Trindade, bem como os elementos neogóticos na Igreja de São Raimundo Nonato, na Capela Pão de Santo Antônio e na Capela do Hospital da Benemérita Sociedade Portuguesa.

Dentre estas, cabe destacar a Igreja da Santíssima Trindade, uma das mais antigas edificações neogóticas da cidade que em 2024 completará 210 anos de existência. A história da Igreja da Trindade acompanha os fluxos migratórios do século XVIII. Entre 1755 e 1759, há a chegada de quatro irmãos que fariam a migração da ilha da Angra do Heroísmo para a Vila de Souza do Caeté em Bragança, Pará. Os jovens eram religiosos dedicados, devotos da Santíssima Trindade e estavam condicionados à responsabilidade do irmão mais velho, José Antonio Abranches. (Cruz, 1953 apud Matos, 2017)

Figura 01-Litografia de J. L. Righini - Igreja da Trindade e seus arredores.



Fonte: álbum Panorama do Pará em Doze Vistas. (1897)

A chegada da família foi concomitante a partida do governador que vendo a situação dos irmãos, decide conceder um terreno para a lavoura, de modo que eles permanecessem na cidade de Belém. Em 1802, José Abranches em seus últimos dias de vida decide construir uma igreja dedicada à Santíssima Trindade, para tal objetivo o fiel pediu permissão ao Bispo que o concedeu. Evento que originou a irmandade. Em 1867, a igreja foi desenhada por J. L.

Righini (1820 –1884), ilustrando o álbum Panorama do Pará em doze visitas. No entanto, os arquivos levantados no bicentenário da edificação demonstram que a construção atual resulta das intervenções realizadas em 1942. (Cruz, 1953 apud Matos, 2017)

Figura 02- Altar da Igreja da Santíssima Trindade feita por Matos (2017); Figura 03- Altar encontrado no catálogo *Creations In Ecclesiastical Art – Special Altar Edition*.



Fonte: Ana Léa Nassar Matos (2017).

Os elementos do altar-mor revelam detalhes característicos do neogótico, com os seus relevos e pináculos, cuja construção é atribuída ao arquiteto José Sidrim (1881-1969). Devido à grande vocação comercial do gótico no início do século XX, catálogos como o *Creations In Ecclesiastical Art – Special Altar Edition* retratam diversos modelos de altares que serviram como inspiração para a produção projetual de seus leitores. Segundo Matos (2017), a publicação visava esclarecer dúvidas ao oferecer exemplos de modelos executados e reconhecidos por seu valor artístico.

4.2- Capela Pão de Santo Antônio

A história da Capela está alinhada com a criação da “Associação da Pia União do Pão de Santo Antônio” a qual teve origem, por volta de 1928, com a figura elemental do Frei Ângelo Maria de Vignola, superior do convento de São Francisco de Assis o qual, em voto a Santo Antônio, iniciou um trabalho caritativo em favor dos paroquianos necessitados em retribuição ao restabelecimento do estado de saúde de um querido amigo. Em 1930, a fundação da associação é efetivamente realizada com o auxílio da Sra. Ernestina Magalhães,

que durante a ausência de Frei Ângelo tratou de continuar os trabalhos sociais e, conseqüentemente, o cumprimento do compromisso religioso. Com o crescimento cada vez maior de uma população carente na área, optou-se pela construção de um edifício que seria nomeado como “Casa de Santo Antônio”. Suas obras foram finalizadas apenas em 1944, após cerca de 8 anos de construção árdua desde o lançamento da Pedra Fundamental em 1936. Como a maioria das edificações para fins auxiliares construídas durante o período, a Associação possuía poucos recursos financeiros e contava apenas com a benevolência de pessoas sensíveis a causa (Castro, 2017).

Figura 06-Vista frontal do altar mor



Fonte: Bianca Barbosa, 2016

A inauguração da Capela ocorreu com muita celebração em 1940, com o auxílio da Sra. Inah Almeida Faciola. O término de suas obras marcou uma das fases mais importantes da conclusão do projeto da Casa, por se tratar de um elemento idealizado pelos colaboradores da construção na fase projetual. Para contornar os obstáculos inerentes à escassez de recursos econômicos, a diretoria iniciou diversas campanhas que contaram com a participação de ilustres autoridades governamentais e membros da alta sociedade paraense. Apesar dos esforços, o projeto ainda contou com pequenos entraves que atrasaram sua finalização e fizeram com que a construção fosse entregue em etapas (Castro, 2017).

Figura 07- Janela vitral da Capela do Asilo Pão de Sto. Antônio



Fonte: Bianca Barbosa, 2016

Por se tratar de um espaço de pequenas dimensões, a Capela possui uma distribuição exígua, sem a presença de altar lateral, apenas contando com a presença da nave central e do presbitério. Em seu interior, encontram-se doze janelas vitrais remontando ao estilo neogótico que demonstram passagens bíblicas como Santo Antônio acalmando os mares e Sto. Antônio distribuindo o Pão Bento. O altar que aloja o retábulo exibe uma configuração distinta, caracterizada por um arco ogival de volta elevada. Destaca-se, ainda, o friso do amplo arco ogival que antecede o altar, decorado com gravuras dos discípulos de Jesus Cristo, culminando com uma representação ornamentada de Jesus crucificado no topo do arco (Castro, 2017).

4.4- A Capela do Hospital D. Luiz I da Benemerita Sociedade Portuguesa

O hospital da Sociedade Beneficente Portuguesa foi inaugurado em 29 de abril de 1877, sua construção foi marcada pela utilização de elementos e símbolos que contribuem para uma imagem positiva e inclusiva da instituição perante a sociedade que a acolheu. A composição neoclássica do hospital alinha-se com os princípios ideológicos do Ecletismo arquitetônico, os padrões arquitetônicos empregados na edificação do hospital destacavam sua grandiosidade em relação às construções da época, evidenciando o desejo da elite portuguesa de exibir sua prosperidade por meio de sua ornamentação (Figueiredo, 2015).

O Hospital erige-se como uma herança cultural, preservando tradições, ao mesmo tempo, que se ergue como um marco simbólico que transcende seu propósito inicial de assistência médica. Segundo Figueiredo (2015) e Chaves (2008), as Misericórdias de origem portuguesa exerceram uma influência significativa no solo brasileiro, não apenas no âmbito da caridade, mas também na consolidação da cultura e da identidade lusa. Tal influência foi consolidada por meio da construção de instalações como estabelecimentos de leitura, associações recreativas e hospitais, como o Hospital D. Luiz I, que remetiam à herança cultural portuguesa. Consequentemente, ao abraçarem uma missão que combinava assistência, preservação cultural e engajamento social, esses grupos de origem portuguesa assumiram a responsabilidade de um desenvolvimento progressivo, com o objetivo de definir claramente os propósitos de suas associações e os recursos financeiros necessários para alcançá-los. Dentro desse contexto de amparo e assistência, surgiram as Sociedades Benéficas Portuguesas.

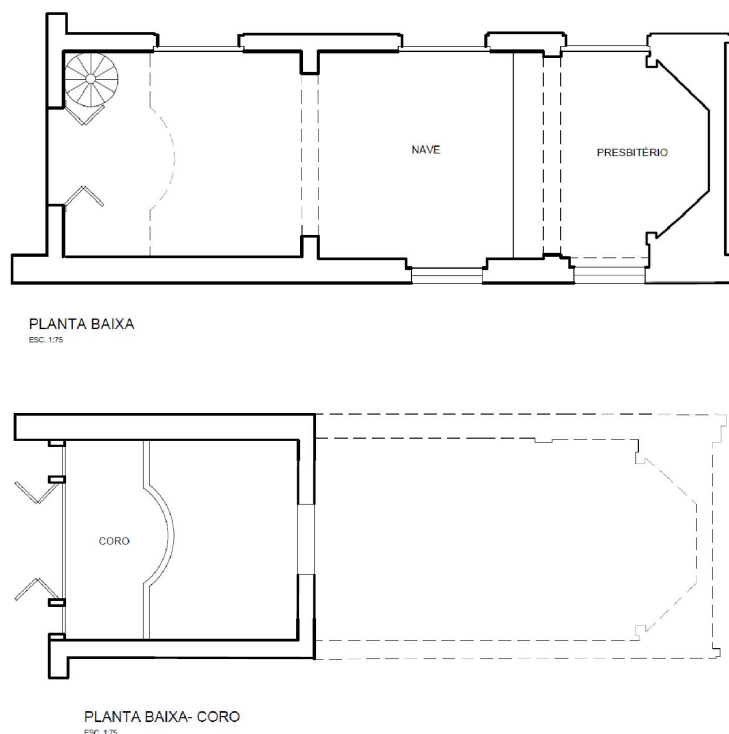
Durante a fundação das Sociedades Benéficas Portuguesas, era comum estabelecer um membro da monarquia lusa como seu patrono. Em Belém, D. Luiz I foi o designado, e conferiu o nome ao hospital, edificado em 1877, pela Sociedade Benéfica Portuguesa na capital paraense. A eleição do monarca fortalecia os valores culturais, sociais e religiosos do poder régio, mantendo as relações com as elites em Portugal. Além do representante monárquico, Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, foi consagrada como a santa protetora para a mencionada instituição, sendo figura emblemática na construção da Capela inserida dentro do Hospital, atualmente denominada de Capela Imaculada Conceição (Figueiredo, 2015).

Quanto à eleição do neogótico, como linguagem arquitetônica, na composição estilística da Capela Imaculada Conceição relaciona-se a sua escolha, à uma livre relação do gótico com a arquitetura sacra tal como era observado em toda a Europa. A descrição da Capela do Hospital Benéfica Portuguesa revela características arquitetônicas e ornamentais que refletem a influência da cultura e da tradição portuguesa na construção e ornamentação desse espaço religioso, bem como do neogótico na adoção de seus elementos compositivos.

Por estar dentro do ambiente hospitalar, o espaço possui uma disposição retangular exígua, sem a presença de um altar lateral, característica comum em muitas capelas tradicionais. Sendo o recinto dividido em duas áreas distintas: o presbitério e a nave, onde a primeira compreende o altar-mor, a mesa eucarística e a mesa da palavra. O presbitério da capela é notável por apresentar um retábulo com mesa eucarística em mármore, decorado com

detalhes em dourado e colunas geminadas que sustentam a mesa. Esse espaço também abriga um pequeno sacrário. A presença de um retábulo é uma característica comum em capelas e igrejas católicas, servindo como um ponto focal para as cerimônias religiosas.

Figura 08- Levantamento Capela



Fonte: Bianca Silva, 2023.

A estrutura do teto da capela é variada, com diferentes alturas em áreas distintas. O coro possui uma abóbada de canhão na cor azul, dividida por molduras na cor salmão, com detalhes em fingido verde entre as molduras. O teto acima da nave e parte do presbitério é plano, mas a cor das molduras varia, com o da nave em fingido verde e o do presbitério em um tom acinzentado. Acima do retábulo, uma junção de dois elementos é observada: uma abóbada de quarto de esfera e uma cúpula de agalooda, com uma representação de uma pomba branca, símbolo do Espírito Santo no catolicismo.

Figura 09- Interior da Capela



Fonte: Bianca Silva, 2023.

As paredes da capela são predominantemente cinza, com a presença de painéis de fingidos, como uma técnica de imitação de mármore, em molduras e essas representações decoram as áreas marcadas por colunas e vigas, apresentando detalhes em dourado com a representação de anjos e folhas de acanto nas intersecções entre colunas e vigas. A capela apresenta um altar central, composto por uma mesa, um sacrário e um elemento que lembra um baldaquino. Acima do altar, um pedestal sustenta a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Há também nichos ogivais na parede anterior, que abrigam imagens do Sagrado Coração de Jesus e de Santa Ana com a Virgem Maria. (CASTRO, 2017)

A sua única porta de acesso é de madeira, com almofadado afundado. A capela possui um único altar, composto por uma mesa, um sacrário e um elemento semelhante a um baldaquino. Acima do altar, há um pedestal que serve para sustentar a imagem de Nossa Senhora da Conceição. A parte visível para o público é revestida de mármore, enquanto a parte anterior é de concreto, sendo utilizada a técnica de fingido na mesma cor do mármore. O espaço é iluminado por cinco vitrais em arco de volta inteira, presentes nas portas e janelas, que apresentam molduras decoradas com fingido de mármore verde. Os vitrais não estão relacionados a santos específicos, mas exibem motivos florais, contribuindo para a estética do espaço.

Figura 10- Vitrais esquadrias



Fonte: Bianca Silva, 2023.

No altar, são observados nichos ogivais na parede anterior, que sustentam duas imagens: uma do Sagrado Coração de Jesus e outra de Santa Anna com Maria menina. Além disso, à frente do altar, existem dois pedestais em cada lado, com imagens de anjos. Um deles possui uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré sobre um pedestal de mármore sustentado por uma peanha também de mármore. A capela também conta com outros quatro pedestais com imagens de São Miguel Arcanjo, Santo Antônio com o menino Jesus, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São José. (CASTRO, 2017)

No que diz respeito ao piso da capela, há uma variedade de revestimentos, incluindo granilite, madeira (Ipê e Pau-amarelo) e mármore (verde Ubatuba, marrom, preto e branco). Na extensão da nave, predomina o granilite em tons de bege claro e escuro, com o último sendo utilizado próximo ao presbitério. Na área do presbitério, o piso é de mármore verde Ubatuba, que serve como moldura para o piso de mármore marrom. No piso do altar, há um desenho com losangos brancos e pretos, emoldurados em verde Ubatuba e mármore branco. (CASTRO, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proliferação de estudos acerca do "significado", seja ele superficial ou profundo, nos sistemas arquitetônicos, surge a necessidade imperativa de reexaminar a temática concernente à história da linguagem arquitetônica. O conceito sobre a linguagem arquitetônica, traz uma perspectiva crítica e instigante para a discussão sobre a persistência do neogótico na arquitetura sacra. Destacando a necessidade de reexame da temática concernente à história da linguagem arquitetônica diante da proliferação de estudos sobre o "significado" nos sistemas arquitetônicos. Considerando a arquitetura não apenas como um objeto estático,

analisando-a como um meio de interação, onde a riqueza comunicativa transcende a mera densidade histórica das obras.

Em suma, a análise da evolução dos conceitos de linguagem e tipologia na arquitetura neogótica paraense desvela uma progressão intrincada, enraizada em transformações paradigmáticas ao longo da história. O entendimento da linguagem arquitetônica transcende a mera vinculação entre forma e função, evoluindo para a incorporação de facetas arbitrárias, onde a forma adquire uma autonomia simbólica distinta de sua utilidade original. A inserção do neogótico na região paraense, notadamente catalisada pela difusão do Ecletismo na sociedade paraense, consolida-o como uma linguagem arquitetônica preeminente na construção de espaços religiosos. Não se trata meramente de uma escolha estilística, sendo um ato simbólico que resgata tradições, transcende sua funcionalidade pragmática para tornar-se um veículo tangível da fé religiosa, evocando prestígio e reverência.

Ao ser considerada um fenômeno de longa duração, a arquitetura neogótica revela-se como uma parte intrínseca da história estrutural da região paraense. A evolução destes conceitos não apenas denota uma mutação estilística na arquitetura, como também sublinha sua habilidade singular em transcender o tangível, comunicando valores espirituais e confeccionando uma experiência sacramental aos devotos, sublinhada nos exemplos que destacam tanto o neogótico como expressão predominante na construção dessa linguagem arquitetônica quanto na sua utilização mais restrita, em pequenos detalhes, elementos arquitetônicos ou até mesmo objetos que reproduzem a tipologia gótica. Dessa forma, ao analisar a escolha do neogótico como linguagem arquitetônica predominante na arquitetura sacra paraense, podemos considerar não apenas sua densidade histórica, mas também sua capacidade de agir e comunicar significados que vão além da mera estética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, Giulio Carlo. **“O Revival”**. In: Id. *A arte moderna na Europa. De Hogarth a Picasso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 391-416. **arquitetura**. In: Uma Nova Agenda para a arquitetura: Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo, Cosac Naify, 2000.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BENÉVOLO, Leonardo. **Nascimento e desenvolvimento da cidade industrial**. In: História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito da história**. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOGÉA, Marta; ALMEIDA, E. **Esquecer para preservar**. Arqtexto, UFRGS, 2009.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração [Teoria del Restauro]**. Tradução de BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/del0025.htm>. Acesso em: 02 Jan. 2022.
- CASSIANI, Janaina Bianca. **Igreja Matriz Sant’anna de Pedreira (sp): um estudo acerca da arquitetura neogótica no Brasil**. Revista Intellectus, Nº46, Vol. 1, 2018.
- CHAVES, Larissa Patron (2008) – Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Benecência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910). Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tese de Doutorado.
- CLARK, Kenneth. **The gothic revival**, 1928.
- DIAS, Pollyanna D’Avila G. **O século XIX e o neogótico na arquitetura brasileira: um estudo de caracterização**. Revista Ohun, ano 4, n. 4, p.100-115, 2008.
- FIGUEIREDO, Cibelly (2015) – Hospital D. Luiz I da Benemérita Sociedade Benecente Portuguesa do Pará como documento/monumento. Belém: Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado.
- HEARN, FIL. Ideas que han configurado edificios. Gustavo Gil: Barcelona, 2006.
- MIRANDA, Cybelle Salvador. **Restauração como tradução: intervenções na Igreja de São João Batista em Belém (1994-1996)**. Revista CPC, São Paulo, n.15, p. 109-136, 2012.
- MIRANDA, Cybelle Salvador. **Ruínas, Duração e Patrimonialidade**. Rua (UNICAMP), v.2, 2016

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. Princeton Architectural Press. (Título original: *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory 1965-1995*).

NORRIG-SCHULZ, C. **O fenômeno do lugar**. In: *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 2 ed. 664 p. ISBN: 8575035991.

P. NORA, *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard, 1985.

PALLASMAA, Juhani. **A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura**. In: PATETTA, Luciano. **Considerações sobre o Ecletismo na Europa**. In: FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel: EDUSP. 1987

PEREIRA, Maria Cristina Correia Leandro. **O revivalismo medieval e a invenção do neogótico: sobre anacronismo e obsessões**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

PEVSNER, Nikolaus. *Ruskin and Viollet-le-Duc: Englishness and Frenchness in the Appreciation of Gothic Architecture*. London: Thames and Hudson, 1969.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol2, n3, 1989, p. 3-15.

PUGIN, Augustus Welby N. *Contrasts: or a parallel between the noble edifices of the Middle Ages and the corresponding buildings of the present day showing the present decay of taste*. London: The author, 1836.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: sua essência e sua gênese**. – Goiânia: Ed. da UCG, 2014.

RUSKIN, John. *Seven Lamps of Architecture*. London/New York: J.M. Dent/E. P. Dutton, 1940.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel et LASSUS, Jean-Baptiste-Antoine. *Notre-Dame de Paris. Projet de restauration*. Paris: Lacombe, 1843.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène-Emmanuel. “**De la construction des édifices religieux en France, depuis le commencement du christianisme jusqu’au XVIe siècle**”. *Annales archéologiques*, t. 1, n. 6, out. 1844, p. 179-186.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013. Acervo Digital.



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/3486735

Anexo/Sequencial: 1

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Rebeca Ferreira Ribeiro, **CPF:** ***.587.652-**

Em: 15/10/2025 14:03:20

Aut. Assinatura: 1b69c0b7ec00fa22734c332c630e7a30521894377f5b7a9e2e3b5a1bea9290d1



Identificador de autenticação: 40ec9b28-381d-4cc8-a12f-bf5f5c5eb5dc

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>